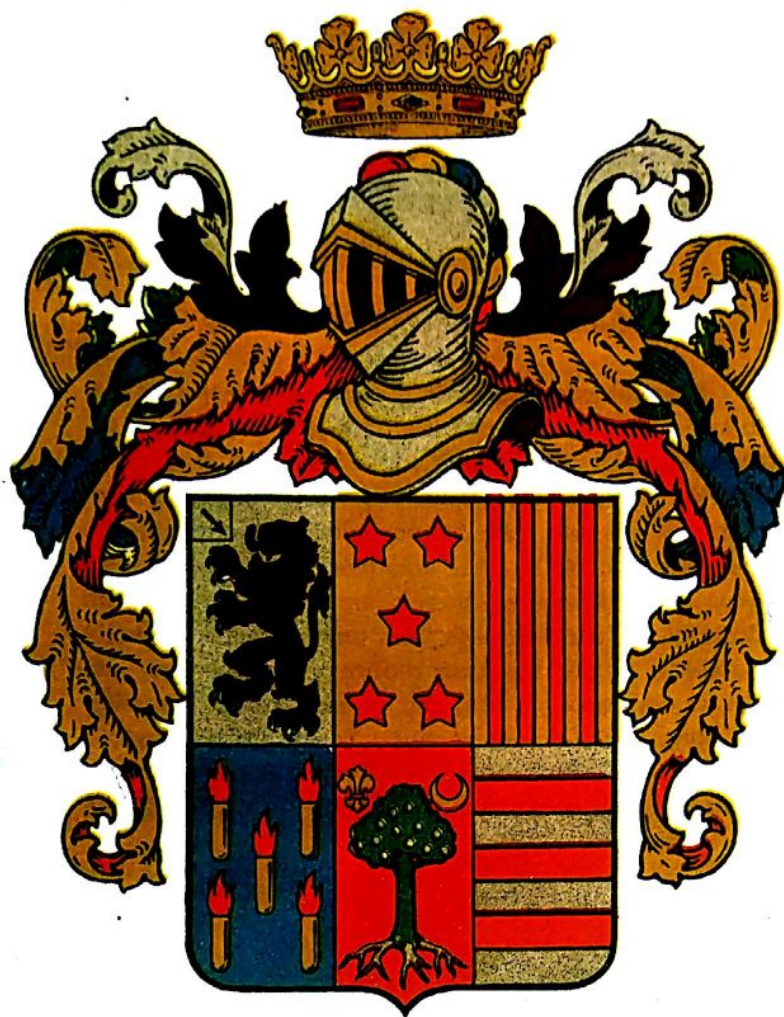


**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO: 63 N° 90-ESPECIAL 2003

ISSN: 0020-3890



DUQUE DE CAXIAS
Brasão de Armas

Interpretação – Escudo bipartido de dois traços, cortado de um: 1º de prata, com um leão de púrpura armado de azul, que é de Silva; 2º de ouro, com cinco estrelas de vermelho, postas em santor, que é de Fonseca; 3º de ouro, com quatro palas de vermelho, que é de Aragão; 4º de azul, com cinco brandões de ouro acesos de vermelho, postos em santor, que é de Brandão; 5º de vermelho, com um soromenho (árvore) de verde, frutada de prata e arrancada do mesmo, ladeado, em chefe, de uma flor de liz e de um crescente de ouro, que é de Soromenho; 6º de prata, com três faixas de vermelho, que é de Silveira. E, por diferença, uma brica de prata, com um farpão de negro. Coroa de Duque.

Do livro *Caxias*, de Affonso de Carvalho.

EDITORIAL

Há 200 anos, em 25 de agosto de 1803 – dia de São Luís e mês de Nossa Senhora da Glória – na Fazenda de São Paulo, no atual município de Duque de Caxias, vinha ao mundo aquele predestinado a entregar-se de corpo e alma ao Brasil e a tornar-se, justa e merecidamente, o Patrono do Exército.

Filho, sobrinho, neto e bisneto de militares ilustres, provinha de linhagem da nobreza portuguesa, com passado de bravura e de lutas.

Passado um século, em 1923, na antiga sede do Silogeu, o IHGB lançava o movimento para resgatar a memória de Caxias. Encabeçava-o o sócio benemérito Doutor Eugênio Vilhena de Moraes, que fundou o Instituto Duque de Caxias, congregando intelectuais civis e militares, a fim de instituir o culto ao grande cidadão brasileiro, perenizando as comemorações do 25 de agosto.

Nesse mesmo ano, por Aviso nº 443, de 25 de agosto, firmado pelo Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho, era criada a Festa de Caxias, em caráter permanente, na sua data natalícia, para que se rendesse anualmente homenagem ao Duque, nascendo daí o culto às nossas tradições militares.

Dois anos mais tarde, em Aviso nº 336, de 11 de agosto de 1925, ainda na gestão do General Setembrino, Caxias foi distinguido Patrono do Exército – homologado por Decreto nº 51.429, de 13 de março de 1962, referendado pelo Ministro General-de-Exército Segadas Viana – e, oficialmente, consagrada a data natalícia do Duque como o “Dia do Soldado”.

Em 1936, no quilômetro 54 da antiga Rodovia Rio-Petrópolis, na Raiz da Serra, em área doada ao Exército pelo Sr. Isaac Scialom y Cardoso, o Ministro da Guerra General-de-Divisão João Gomes Ribeiro Filho mandou erigir o marco de granito que veio a ser inaugurado solenemente no 25 de agosto, assinalando o local do antigo casarão de D. Quitéria, solar dos Belos. Na placa em bronze alusiva ao evento, lê-se a seguinte

inscrição: *Saúda, viajante, o berço de Caxias, a Sentinela da Pátria*. Por ocasião da cerimônia, usou da palavra o Dr. Vilhena de Moraes, membro do IGHMB, onde ocupava a cadeira de Luiz Alves de Lima e Silva. A nutrida paixão pela figura de Caxias, despertada em pesquisas efetuadas, levaram-no à identificação do local histórico do nascimento do Duque, à idealização do "Dia do Soldado" e a tornar-se um dos responsáveis pela escolha do Duque para Patrono do Exército, materializada por iniciativa do Comandante da 1ª Região Militar, General João de Deus Mena Barreto.

A consagração definitiva de Caxias ultrapassou, e muito, os umbrais da caserna e ganhou toda a Nação, através das páginas dos dicionários da língua portuguesa, Aurélio e Houaiss, no seguinte verbete correspondente à palavra "caxias": *Diz-se de pessoa extremamente escrupulosa no cumprimento de suas obrigações, aquele que como líder, chefe ou responsável exige dos subordinados o máximo de aplicação, empenho, eficiência e extremado respeito às leis e aos regulamentos; considerado o homem modelo do Exército, célebre pelo rigor, pela aplicação, pela disciplina e pela exigência que caracterizavam suas ações*. Tal significado vem ampliar a admirável imagem mítica do Patrono do Exército e anular as críticas destrutivas ao "caxiismo", valor emblemático do soldado brasileiro.

Caxias não cresce ou diminui meramente diante de críticas ou apologias. O extraordinário desempenho nas funções e missões que lhe foram confiadas, somado à equilibrada e magnânima atuação em episódios da História do Brasil são suficientes para atestar o acerto de sua escolha como Patrono do Exército. É figura impossível, por isso mesmo, de ser utilizada nas tentativas de destruição de símbolos e valores do imaginário nacional.

Os ventos da História levam ao esquecimento muitas de suas páginas, mas os silêncios também falam. Restam dúvidas e indagações.

(Elaborado a partir da alocução proferida pelo Presidente do IGHMB na abertura do Simpósio comemorativo do Bicentenário de Nascimento de Duque de Caxias.)

Revista do IGHMB

Ano 63 – Nº 89 Especial – 2003
Publicação Oficial do
Instituto de Geografia e História Militar
do
Brasil
Fundada em 1940

DIRETOR

Coronel de Art e EM Luiz Paulo Macedo Carvalho

REDATOR

Coronel de Eng e EM Virgílio da Veiga

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO

Casa Histórica de Deodoro
Praça da República, 197
Rio de Janeiro, RJ, 20211-350
BRASIL
Tel/Fax: (55-21) 2221-0467

REVISÃO

Lucia Regina Rodrigues Bimbi

PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO E PROGRAMAÇÃO VISUAL

SoftImage Assessoria Empresarial
Tel/Fax: (21) 2572-3111

IMPRESSÃO

SERMOGRAF – Artes Gráficas e Editora Ltda.
Tel/Fax: (24) 2237-3769

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados autor e fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser digitados no formato A4 (210mm x 297mm), com margens de 25mm (usar apenas um lado de cada folha A4), letras de 12 pontos e entrelinha dupla, acompanhados de uma síntese do currículo.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

PUBLICAÇÃO ANUAL
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

SUMÁRIO

CAXIAS – O ESTADISTA, O POLÍTICO,
O PACIFICADOR 7
Célio de Oliveira Borja

CAXIAS, A IGREJA E A MAÇONARIA 24
Raul José de Abreu Sturari

CAXIAS E INHAÚMA, UM EXEMPLO DE
BOM ENTENDIMENTO E COOPERAÇÃO 39
Armando de Senna Bittencourt

CAXIAS E A REORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO
EM OPERAÇÕES NO PARAGUAI 47
Aureliano Pinto de Moura

CAXIAS E OSÓRIO 62
Nilson Vieira Ferreira de Mello

CAXIAS E MITRE 76
José Fernando de Maya Pedrosa

CAXIAS – UM LÍDER MILITAR 90
Sérgio Augusto de Avellar Coutinho

CAXIAS E O EXÉRCITO NA
CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO 109
Marcos Guimarães Sanches

A CORRESPONDÊNCIA DE CAXIAS 121
Marcos da Cunha e Souza

CAXIAS E O IMAGINÁRIO NACIONAL:
A VISÃO DOS CONTEMPORÂNEOS 128
Arno Wehling

DISCURSOS

- Do Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho na Fazenda de São Paulo, onde nasceu Caxias 142
- Do General-de-Exército Jonas de Moraes Correia Neto na Fazenda Santa Mônica, onde Caxias viveu seus últimos dias 146

ENTREGA DE DIPLOMAS E MEDALHAS 149

BRASÃO DE ARMAS DO DUQUE DE CAXIAS 1^ª

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

Fundado em 7 de novembro de 1936

Órgão Consultivo Oficial da História Militar reconhecido pelo Governo Federal
(Decreto nº 27.512, de 28 de novembro de 1949 - DOU de 1º de dezembro de 1949)

Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro
(Lei 2.217, de 28 de agosto de 1973 - DO/RJ, de 30 de agosto de 1973)

CNPJ 30278931/0001-17

DIRETORIA ELEITA PARA O BIÊNIO 2003-2004

PRESIDENTE

1º VICE-PRESIDENTE

2º VICE-PRESIDENTE

1º DIRETOR-SECRETÁRIO

2º DIRETOR-SECRETÁRIO

1º DIRETOR-FINANCEIRO

2º DIRETOR-FINANCEIRO

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

SUPLENTES

CONSELHO FISCAL

SUPLENTES

Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho
Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins
General-de-Divisão Aureliano Pinto de Moura
Coronel João Ribeiro da Silva
Professor Guilherme de Andrea Frota
Tenente-Coronel (Int Aer) Alcyrr Lintz Geraldo
Professor Marcos Ribeiro Corrêa
Coronel Marco Antonio Cunha

Coronel Virgílio da Veiga
Coronel Arivaldo Silveira Fontes
Engenheiro Christóvão Dias de Ávila Pires Jr.

General-de-Exército Pedro Luís de Araújo Braga
Almirante-de-Esquadra Arlindo Vianna Filho
General-de-Brigada Sérgio Roberto Dentino Morgado

General-de-Divisão Carlos de Meira Mattos
Coronel Darzan Neto da Silva

REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL



ASSO 03 - Nº 00 Especial - 2003
1994 - 0520-8890

NOSSA CAPA

Ilustra a 1ª capa o anverso do medalhão do IGHMB em ouro, sobre um fundo azul, cor heráldica que representa a sabedoria.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL



SIMPÓSIO COMEMORATIVO
DO
BICENTENÁRIO DE NASCIMENTO
DO
DUQUE DE CAXIAS
25 DE AGOSTO
1803 – 2003

19 a 21 de agosto de 2003
Rio de Janeiro

PROGRAMA

Local: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
SALÃO NOBRE
Avenida Augusto Severo, 8, 12ª andar
Glória
Rio de Janeiro, RJ

19 DE AGOSTO - TERÇA-FEIRA

Abertura

15:00/15:15 - Canto do Hino Nacional
- Alocuções dos Presidentes
do IHGB e do IGHMB.
Prof. Dr. Arno Wehling
Cel. Luiz Paulo Macedo Carvalho

Conferência

15:15/16:00 - *Caxias - Político, Estadista e
Pacificador*
Ministro Dr. Célio de Oliveira Borja
16:00/16:15 - Intervalo

Sessão de Comunicações

Presidente da mesa
Emb. Vasco Mariz
16:15/16:35 - *As Origens de Caxias*
Prof. Dr. José Eugênio de Macedo Soares
16:35/16:55 - *Caxias, a Igreja e a Maçonaria*
Cel. Raul José de Abreu Sturari
16:55/17:30 - Debates
- Lançamento do livro *O Duque de Ferro*, de
Eugênio Vilhena de Moraes, edi-
tado pela Biblioteca do Exército.
- Vinho de Honra (terraço)

20 DE AGOSTO - QUARTA-FEIRA

Sessão de Comunicações

Presidente da mesa
Gen. Ex. Jonas de Moraes Correia Neto
15:00/15:20 - *Caxias e Inhaúma*
V. Alm. Armando de Senna Bitten-
court
15:20/15:40 - *Caxias e a Reorganização do
Exército Brasileiro no Paraguai*
Gen. Div. Aureliano Pinto de Moura

15:40/16:00 - Intervalo

16:00/16:20 - *Caxias e Osório*

Cel. Nilson Vieira Ferreira de Mello

16:20/16:40 - *Caxias e Mitre*

Cel. José Fernando de Maya Pe-
drosa

16:40/17:10 - Debates

21 DE AGOSTO - QUINTA-FEIRA

Sessão de Comunicações

Presidente da mesa
Cel. Luiz Carlos Carneiro de Paula
15:00/15:20 - *Caxias - um líder militar*
Gen. Bda. Sérgio Augusto de
Avellar Coutinho
15:20/15:40 - *Caxias e o Exército na Construção do Império*
Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches
15:40/16:00 - *A Correspondência de Caxias*
Prof. Dr. Marcos da Cunha e Souza
16:00/16:15 - Intervalo
16:15/16:45 - Debates

Encerramento

Conferência

16:45/17:30 - *Caxias e o Imaginário Nacio-
nal: a visão dos contemporâneos*
Prof. Dr. Arno Wehling

17:30

- Entrega de diplomas e medalhas
- Execução do Hino a Caxias pela
Banda de Música do Batalhão do
Imperador

Caxias – o Estadista, o Político, o Pacificador



Célio de Oliveira Borja*

Resumo: Cada uma das três facetas da personalidade de Caxias apontadas no título são aqui apreciadas à luz da sua formação profissional e do seu desempenho nas diversas missões que lhe foram confiadas.

Palavras-chave: Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, Caxias.

Estadista, político e pacificador, Caxias estabeleceu o padrão das relações do governo civil com a força armada. O atributo de pacificador lhe advém das anistias que advogou e com as quais extinguiu o foco das insurgências e das guerras civis. Os de político e estadista se explicam pelas posições que ocupou como presidente de província, deputado, senador, ministro de Estado, três vezes presidente do Conselho de Ministros e membro eminente do Partido Conservador. Os registros históricos evidenciam que, nele, a atividade castrense é exercida dentro de um sistema de relações que privilegia os atores e os fins políticos, no quadro do governo representativo; e que os seus objetivos eram a unidade nacional, a integridade territorial e a afirmação da soberania nos espaços que o Brasil adquiriu em razão do *uti pos-*

sidetis – posse secularmente mantida – ou nos que conquistou.

Convém advertir, contudo, que por sua origem e formação, Caxias é medularmente soldado. Filho e neto de militares das forças regulares portuguesas aquarteladas no Rio de Janeiro, onde nasceu, sentou praça como cadete aos 5 anos no regimento de infantaria comandado por seu avô paterno, o Brigadeiro José Joaquim de Lima e Silva;¹ e aos 14, “concluído o Curso de preparatórios no Seminário de São Joaquim, que seria, mais tarde, o Colégio Pedro II,” como informa Paulo Matos Peixoto,² jurou à bandeira naquela mesma unidade e, pos-

* Advogado, Doutor, Ministro.

1 CAMPOS, Joaquim Pinto de, Padre. *Vida do Grande Cidadão Brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958, p. 29-30. Ver, ainda, CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976, p. 4-5.

2 PEIXOTO, Paulo Matos. *Caxias, Nume Tutelar da Nacionalidade*, Edico, 1973, v. 1, p. 10-11.

teriormente, “estudou, durante quatro anos, na academia militar,³ onde foi aprovado plenamente em todas as doutrinas do curso de infantaria, bem como no do segundo e do terceiro anos do curso matemático (...).”⁴

Tais estudos parecem ser melhores do que os frequentados, na Europa, pelos oficiais oriundos da nobreza, que a História Militar tem como usual no século XVIII e nos primeiros anos do século XIX. Então, os nobres se arregimentavam na infância e iniciavam efetivamente o serviço na adolescência. Para eles, diz Alfred Vagts, era suficiente saber assinar o nome e “de tempos em tempos, tinham que ser forçados a aprender nos livros, pois a nobreza, como classe, continuava a desprezar a educação, que não era facilmente alcançável nas condições da vida rural, como revelam as queixas ao tempo de Luís XV e sob as quais ensinava seus filhos a caçar e a matar os inimigos do seu clã”.⁵ Caxias parece apartar-se desse padrão, pois o curso de preparatórios no Seminário São Joaquim indica que as humanidades lhe foram ministradas antes que se profissionalizasse como soldado na Academia Militar. Samuel P. Huntington qualifica o ensino militar de então, na Europa, como extremamente rudimentar (*extremely rudimentary*).⁶ Entre nós, contudo, ponto distinto na formação do cadete é a aprovação no curso matemático. Naquela época, na Europa e em

Portugal, o ensino militar dividia-se em dois tipos: o primeiro, a exemplo da *École Militaire*, fundada por Luís XV, e da *Ritter Akademie*, de Frederico, o Grande, era destinado ao treinamento dos oficiais nobres, tal como Luiz Alves de Lima; nelas, a qualidade dos estudantes e o nível da instrução eram uniformemente pobres, segundo Huntington.⁷ Destinava-se o ensino, na verdade, a subsidiar a nobreza rural, empregando os seus filhos e estipendiando-os, mais do que a instruí-los. O segundo tipo tinha por missão formar oficiais de artilharia e engenheiros competentes,⁸ aí ministrando educação profissional no nível adequado.

Já no século XVIII, Portugal adotou padrão de formação do seu Exército diferente e melhor do que esse, o que explica, em parte, as virtudes profissionais que Caxias demonstrará no campo de batalha e na condução política das guerras em que se empenhou. Na verdade, é na esteira de Frederico, o Grande, que Pombal, aprendendo a lição da guerra de 1762, dá pela “necessidade absoluta de organizar a força pública e prover a defesa de Portugal,” como registra Latino Coelho⁹ que, adiante, completa: “(...) a história não pode com justiça disputar-lhe o mérito valioso de haver sido ele quem deu a primeira forma regular ao Exército português, e procurou igualá-lo na organização e disciplina aos melhores exércitos contemporâneos. As novas instituições militares, decretadas por conselho do Marechal General, Conde de Schaumburg-

3 PEIXOTO, Paulo Matos, op. cit., p. 11. No mesmo sentido, CAMPOS, Joaquim Pinto de, Padre, op. cit., p. 30, nota 1.

4 CAMPOS, Joaquim Pinto de, Padre, op. cit., p. 29-30.

5 Cf. VAGTS, Alfred. *A History of Militarism*. Edição revisada. Nova York: The Free Press, p. 52.

6 HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State*. Nova York: Vintage Books, p. 24.

7 Op. cit., p. 24-25.

8 Ibid.

9 COELHO, José Maria Latino. *História Política e Militar de Portugal*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874, p. 67.

Lippe, assinalam a primeira fase da época moderna nos fastos da milícia em Portugal. Do seu esclarecido ministério data a mais profícua e racional constituição da artilharia. As primeiras providências tendentes a fundar um sistema de recrutamento, conciliando as exigências do serviço com as necessidades econômicas da nação, ilustraram igualmente a fecunda administração do previdente legislador. No seu tempo e com a sua autoridade se estabeleceu a nova forma de prover ao estipêndio, subsistência e vestuário das tropas em Portugal.”¹⁰ Isto foi feito ao longo de três anos, de 1762 a 1764, mediante dois decretos e nove alvarás.¹¹

Particularizando o caso brasileiro do ensino militar, Nelson Werneck Sodré lembra que a interiorização das fortificações militares, especialmente nas áreas fronteiriças para as quais “os governantes de capitanias tiveram sempre suas atenções voltadas,” gerou o interesse pela “instrução sistemática de fortificação, na continuidade de medidas iniciadas em 1698 e 1699” que, por sua vez, induziu a melhoria da educação militar. “Em 1738, realmente, o ensino militar torna-se obrigatório, nenhum oficial podia ser promovido se não tivesse aprovação na aula de Artilharia, após cinco anos de curso, e essa aula merecia os desvelos da administração metropolitana, que a procurou prover com bons especialistas entre os quais se destacaria o sargento-mor José Fernandes Pinto Alpoim. Em 1774, o ensi-

no ficou acrescido de uma cadeira de Arquitetura Militar, até o vice-reinado do Conde de Rezende, quando surgiu a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, no Rio de Janeiro, dividido o seu curso em duas partes, a de Matemática e a de Exercícios Práticos.”¹² Não parece desarrazoado acreditar que o preparo militar de Caxias é que explica, a par das qualidades de inteligência e caráter, o êxito continuado de sua carreira de oficial. Mas, sem embargo dos louvores de muitos dos seus biógrafos, não se tem documentada a igual excelência de sua formação humanística, que a frequência do Seminário São Joaquim nos levaria a admitir. Ao contrário dos documentos funcionais que firmou, a correspondência íntima, pesquisada por Brígido Tinoco,¹³ induz-nos a crer que, em Caxias, a vocação das armas suplantou o gosto e o esmero das humanidades.¹⁴ Essa não era uma peculiaridade das Forças Armadas portuguesa e brasileira, mas vezo comum à condição militar, assim na Europa como nas suas colônias americanas já em vias de emancipação. Na história do ocidente, tardará o momento em que a ciência e a arte da guerra reclamarão alta qualificação profissional e intelectual dos oficiais. Lembre-se que os anos formativos de Luiz Alves de Lima são, ainda, os do Brasil Reino Unido a Portugal. A vida nos quartéis é áspera, rústica, sem embargo dos esforços da Coroa por-

10 COELHO, J. M. Latino, op. cit., p. 67-68.

11 COELHO, J. M. Latino, op. cit., nota 1, p. 68. Decreto de 7 de abril de 1762, Alvará de 9 de abril de 1762, de 30 e 31 de julho de 1762, Alvará de 15 de julho de 1763, Alvará de 17 de setembro e 21 de outubro de 1763, Alvará de 24 de fevereiro, 24 de março, 14 de abril, 7 de julho e 15 de outubro de 1764.

12 SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965, p. 53-54.

13 TINOCO, Brígido. *As Duas Paixões de Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1956, p. 201-203.

14 BATISTA PEREIRA. *Figuras do Império e outros Ensaios*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934, p. 41.

tuguesa no sentido de dar ao exército colonial e, depois, ao do Brasil Reino, os padrões vigentes na metrópole, em particular na arma da artilharia e na engenharia militar.¹⁵ Os oficiais têm soldos modestos,¹⁶ podendo-se acreditar que a vida na Fazenda de São Paulo, no Taquaruçu, da Vila de Estrela, onde Caxias nasceu e viveu a infância, não dispunha do conforto dos palácios ou das melhores casas da cidade do Rio de Janeiro. Tampouco encontrei fontes idôneas que atestem o nível da cultura intelectual, filosófica, artística e literária das famílias dos avós paterno e materno do grande brasileiro, o Brigadeiro José Joaquim de Lima e Silva e o Coronel Luís Alves de Freitas Belo, respectivamente, que pertenciam à nobreza militar de Portugal. Em contrapartida, tudo leva a crer que o trânsito do jovem Luiz Alves de Lima nos mais altos círculos do poder, bem como sua proximidade da Corte e da *entourage* real, decorreram das altas patentes dos avós e do pai, Francisco de Lima e Silva, futuro senador e regente do Império. E isto demonstra, por sua vez, a importância que, na sociedade colonial, na do vice-reinado e na do Brasil Reino, a força armada tinha para a segurança dos governantes e a manutenção da ordem pública, nela compreendidos os vínculos com a metrópole.

Sem embargo de sua posição social privilegiada, entre a declaração de alferes, em 12 de outubro de 1818, e a promoção a brigadeiro, em 18 de julho de 1841, mediram vinte e três anos; e daí à sua promoção

a marechal, em 2 de dezembro de 1862, vinte e um anos. Nesse período de 44 anos, a carreira de Caxias avançou, de início, na guerra da independência, na Bahia, bem como na Cisplatina e nos episódios da abdicação de D. Pedro I. Logo adiante, sua participação nas refregas armadas tem por declarado escopo pacificar e unir o Império. Trata-se de uma opção ditada pelo caráter do jovem oficial, formado na escola da lealdade e da fidelidade ao monarca, que o induz a abominar a sedição e a indisciplina. A independência do Brasil, que se fez por cissiparidade, praticamente não suscitava conflito de lealdade, pois a suserania passava, em terra brasileira, do rei ao herdeiro necessário dos seus títulos, verdadeiro adiantamento de legítima, parcial sem dúvida. Já o 7 de abril é traumático e com a ruptura da tropa com D. Pedro I nasce o dilema de Caxias, então subcomandante do Batalhão do Imperador. Prevalece a lealdade, da qual ele se desobriga somente depois que o monarca, pessoalmente, o autoriza a solidarizar-se com seus camaradas.¹⁷ Os limites éticos e afetivos da contenda armada, o respeito ao compatriota vencido informam o episódio da perseguição ao insubordinado Major Miguel de Frias, que se insurgira contra a regência trina, da qual participava o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. Fugindo da perseguição, Frias homizia-se na casa do Desembargador Nabuco, que autoriza Caxias, incumbido da captura, a revistá-la; encontrando o fugitivo, ele faz como se não o tivesse visto,

15 SODRÉ, Nelson Werneck, op. cit., p. 54.

16 VILHENA DE MORAES, Eugênio. *Novos Aspectos da Figura de Caxias*. Rio de Janeiro: Leuzinger S. A., 1937, p. 139-140.

17 CAMPOS, Joaquim Pinto de, Padre, op. cit., 33-35. PEIXOTO, Paulo Matos, op. cit., v. 1, p. 26-27. CARVALHO, Affonso de. *Caxias*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976, p. 42-43.

ensejando-lhe a fuga e o breve exílio nos Estados Unidos.¹⁸

O cavalheirismo e o sentido humanitário assumiram nas guerras intestinas feição política, que daria a Caxias a aura de pacificador, e dele faria o protótipo do soldado brasileiro; acrescentando-lhe, ainda, à condição de combatente a de homem de Estado.

Esse novo ciclo compreende o comando das armas e a presidência do Maranhão, conflagrado pela Balaiada, a repressão da Revolução Liberal de São Paulo e Minas e a Guerra dos Farrapos. Nesses episódios, Caxias somente está subordinado ao governo civil e o seu mando, no teatro de operações, é autônomo.

Começa aí a desenhar-se no Brasil um modelo de relação civil-militar típico das monarquias européias da segunda metade do século XIX, quando a prerrogativa da aristocracia de constituir o corpo de oficiais, porque arriscava a integridade e a existência nacionais, em razão da sua menor competência, levou à profissionalização dos exércitos e à superação do processo de eleição dos oficiais, que havia prevalecido na revolução norte-americana.¹⁹ No dizer de Huntington, o elemento chave da obsolescência dos critérios aristocrático e democrático de recrutamento e seleção dos oficiais foi “a existência de uma única fonte de autoridade legítima sobre as forças militares”. “Um oficial profissional”, prossegue Huntington, “imbui-se do ideal de servir a nação. Na prática, deve ser leal a uma única instituição que se reputa, geralmente, como

encarnando a autoridade da nação. Onde as autoridades competem ou competem as idéias acerca de quem deve ser autoridade, é difícil, se não impossível, lograr a profissionalização. O conflito de ideologias constitucionais e lealdades governamentais divide o corpo de oficiais e sobrepõe considerações e valores políticos aos valores e considerações militares. A natureza da lealdade política do oficial torna-se mais importante para o governo do que o nível de sua competência profissional.”²⁰

À luz dessa percuciente observação, compreende-se a função que a monarquia exerceu no sentido do respeito à hierarquia e submissão da força armada às instituições políticas nacionais. Mesmo nas tropelias da abdicação e da regência, quando falta a presença do monarca, que é apenas um vulto de criança, os militares são cooptados pelas facções civis e, logo, despolitizados pela enérgica reação dos chefes militares e dos estadistas que já despontavam.

No caso particular de Caxias, soldado por imperativo atávico e por formação, a profissionalização o levará, por gravidade, à administração civil, para que a paz, objetivo último da guerra, seja alcançada; e o converterá, também, em importantíssimo ator da política externa do Império, que não pode prescindir nem da sua espada nem do seu conselho.

A BALAIADA E A ADMINISTRAÇÃO DO MARANHÃO

Embora ao empossar-se presidente e comandante das armas do Maranhão, se houvesse confessado mais militar do que

18 PEIXOTO, Paulo Matos, op. cit., v. 1, p. 32-33.

19 HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State*, op. cit., p. 34-35.

20 HUNTINGTON, Samuel P., op. cit., p. 35.

político,²¹ Caxias viria a acumular a administração civil e a direção da luta contra os insurgentes, que comandava *sur place*. Tanto o presidente da província como o comandante militar, nele hipostaticamente unidos, têm como tarefa precípua e necessária dar ordem aos negócios civis e à empresa bélica. É esse espírito de ordenação dos meios com vistas à consecução de um fim, a visão de conjunto e de futuro articulando estratégia e tática, que o singularizará entre seus contemporâneos.

Da sua diligência como governante civil, registra Monsenhor Pinto de Campos, ecoando o testemunho ocular que o Visconde de Araguaia deixou escrito na sua *Memória Histórica da Revolução da Província do Maranhão*: “Elevou o corpo de polícia a estado completo. Pôs em execução várias leis promulgadas. Ordenou o conserto de muitas igrejas, limpeza de rios, reparo de fontes e calçadas. Providenciou sobre urgências do culto. Estabeleceu uma colônia de índios em Pindaré. Auxiliou a criação de fazendas de lavoura e de povoações livres. Preparou a navegação a vapor, melhoramento do porto da capital, a abertura de canal etc., consertou fortalezas, quartéis e armazéns de pólvora. Reparou o palácio do governo, mandou organizar e corrigir o mapa da província com os fragmentos que obteve de mãos particulares, fez melhorar a planta do Maranhão, e levantou a de Caxias com suas novas fortificações, e os mapas de vários rios. Fez construir, sem dispêndio da fazenda pública, vá-

rias pontes, tais como a de Paulica, com mais de cem pés de comprimento. Deu à repartição do correio impulso, que lhe duplicou o movimento. Quem faria mais em um ano, ainda quando conservasse o espírito livre das apreensões da guerra?”²²

ANISTIAS E A PACIFICAÇÃO INTERNA: SÃO PAULO E MINAS GERAIS

Em São Paulo, primeiro, e a seguir em Minas Gerais, a ação militar que Caxias comandava tinha por escopo imediato a pacificação, obtida, na primeira dessas províncias, com menor empenho das forças sob seu comando, mas redobrado no enfrentamento dos insurgentes mineiros, que tinham a seu favor a disposição de luta, o terreno acidentado e o tempo brumoso e frio. Os três anos nos quais, como presidente e comandante das armas da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, deu combate à República de Piratini, foram concluídos com a anistia dos insurgentes, cuja concessão o Decreto nº 343, de 14 de março de 1844, confiou, por três meses, nominalmente ao Barão de Caxias, prorrogando-lhe essa faculdade o Decreto nº 396, de 25 de novembro de 1844. Igualmente, os crimes políticos cometidos no ano de 1842, nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, foram postos em perpétuo silêncio pelo Decreto nº 342, também de 14 de março de 1844. Embora a anistia pertencesse ao poder moderador, suspenso durante a menoridade (Const. 1824, art. 101, inc. 9º), foi ela habilmente delegada a Caxias, como precioso instrumento de negociação da paz.

21 SERRA, Astolfo. *Caxias e seu Governo Civil na Província do Maranhão*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1943, p. 55.

22 CAMPOS, Joaquim Pinto de, Padre, op. cit., p. 57-58.

Em louvor dele, deve-se dizer que os termos de sua concessão eram honrosos e testemunham a superioridade de espírito do comandante vitorioso.

Pode-se dizer que a anistia era uma política de Estado, mais do que expressão da generosa clarividência do chefe militar, que dela se valeu com grande discernimento, sentimento de honra e de humanidade.

Assim é que os atropelos dos períodos da abdicação e da regência trina dissolveram-se na Lei nº 57, de 8 de outubro de 1833, subscrita pelos regentes Francisco de Lima e Silva, pai de Caxias, e João Bráulio Muniz. Encarecendo-lhe a urgência, os juízes de paz da cidade do Rio de Janeiro oficiaram à Câmara dos Deputados, sendo esse documento enviado à Mesa, na sessão de 3 de setembro de 1833, e nele a justificação dessa medida foi assim deduzida: “Nós necessitamos de força para vencer grandes obstáculos de toda espécie, esta força só pode provir da união, e a união só pode produzir a anistia geral; abraçados com ela veremos os cidadãos perseguidos convergir para um centro comum, livres de terrores, e vencidos pela vossa magnanimidade.”²³

Essas não são as únicas anistias a que se associa o nome de Caxias. Não menos importante foi a que, muito tempo depois e como presidente do Conselho de Ministros, ele obteve do Imperador, que não a queria conceder por razões que deixou escritas.

Refiro-me à anistia dos bispos do Pará e de Olinda, envolvidos na questão religiosa que concorreu para a queda da monarquia.

A atuação de Luiz Alves de Lima no ciclo da pacificação interna conclui-se com seu ingresso na nobiliarquia imperial (Barão e Conde de Caxias) e sua eleição para a Câmara dos Deputados e, logo, para o Senado, pela província do Rio Grande do Sul.

Pacificado internamente o País, mediante a repressão das insurgências e o perdão dos insurgentes, asseguradas sua unidade e sua identidade de nação multiétnica e culturalmente complexa, abre-se a fase da inserção de Caxias nas instituições do governo civil – o Senado, o Conselho de Estado e o Ministério – cujo fruto mais importante é, nas palavras de Amerino Raposo, “o estabelecimento de uma doutrina de política externa para o Brasil, tão magnificamente conduzida por Rio Branco, pouco depois”.²⁴ Mas, além disso, os governos dos quais Caxias participou, como Ministro da Guerra e Presidente do Conselho, no período da conciliação, realizaram obra política e administrativa digna de registro.

O GOVERNO DO IMPÉRIO

Em 16 de junho de 1855, ele assume o Ministério da Guerra, no gabinete presidido pelo Marquês do Paraná. Entre outras medidas, sua gestão notabilizou-se pelo decreto nº 1634, de 5 de setembro de 1855, estabelecendo data única para as promoções em todas as armas. Extinguindo o co-

23 ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Câmara dos Senhores Deputados, Quarto Ano da Segunda Legislatura, Sessão de 1833, coligidos por Jorge João Dodsworth, tomo segundo. Rio de Janeiro: Tipografia de Viúva Pinto & Filho, Rua Nova do Ouvidor, n. 31, 1887, p. 216.

24 RAPOSO, Amerino, Coronel. *Caxias e o Problema Militar Brasileiro*. SGeEx, Imprensa do Exército, 1969, p. 22.

mando das armas da Corte, por lei de 30 de junho de 1856, criou o Estado-Maior e o cargo de ajudante-general, com o fim de unificar a administração de pessoal e superintender a disciplina e a instrução em todo o Império; organizou a Saúde do Exército; unificou a jurisdição castrense no Conselho Supremo Militar, extinguindo as juntas da Justiça Militar nas províncias, e regulamentou o Conselho de Inquirição, assegurando ampla defesa e processo regular de formalidades obrigatórias.²⁵

Não lhe escapou a educação militar, essencial para a qualificação e modernização do Exército. “Baixou regulamentos que favoreciam a seleção de estudantes”, reporta Matos Peixoto, “tendo em vista o elevado grau de conhecimentos que lhes iria exigir a profissão futura. Policiou as matrículas e acresceu ao currículo vestibular novas disciplinas. Mandou vir de Portugal um instrutor de equitação. Da França um veterinário e um especialista em técnica de sapa e de pirotecnia. (...) Criou os conselhos econômicos para gerir os assuntos da economia da instituição, os quais integraram depois os conselhos administrativos.”²⁶

O RECRUTAMENTO MILITAR

O recrutamento militar, nas palavras desse biógrafo de Caxias, fazia-se à base da “coação pessoal, muitas vezes usada por políticos, como vingança e arma eleitoral. O espetáculo da caça ao recruta, de sua prisão pela violência, da discriminação em favor dos protegidos era insuportável a uma consciên-

cia como a do chefe do exército”.²⁷ Com efeito, apóstolo do serviço militar obrigatório não logrou implantá-lo, o que ocorreria mais tarde, com o decisivo concurso de seu jovem e dileto amigo, o Barão do Rio Branco. Mas, como pondera Pinto de Campos, insurgiu-se contra o sistema então vigente, qualificando-o, em documento dirigido à Assembléia, como “tortuoso, irregular, improfícuo”; queria “uma lei de recrutamento, fundada nos sãos princípios da justiça e da equidade, uma lei que obrigue todos os cidadãos de qualquer condição, em circunstâncias bem discriminadas, a prestar seu contingente de serviço militar na força armada regular; uma lei que acoroçoe, por isenção e favores, a voluntariedade para o serviço militar, e os engajamentos dos que já serviram o tempo da lei”. Para ele, estava fora de questão que, sem ela, “nunca teremos um exército composto de elementos de moralidade e de ordem, como convém a bem do desempenho de sua nobre missão”.²⁸

O recrutamento é tema iterativo do discurso parlamentar de Caxias. Discutiu-o como senador, como ministro da Guerra e o discutirá como presidente do Conselho de Ministros. Assim, na sessão de 16 de agosto de 1861, falando, nessa última qualidade, sobre a lei de fixação de forças, reafirma a sua convicção: “Tenho dito um cento de vezes que sem uma lei de recrutamento que obrigue o cidadão a servir o Exército, não se conseguirá nada. Com o sistema atual é muito difícil, é quase impossível obter-se bons soldados, e os que se obtêm são em

25 PEIXOTO, Paulo Matos, op. cit., v. 1, p. 237.

26 PEIXOTO, Paulo Matos, op. cit., v. 1, p. 237-238.

27 Id., v. 1, p. 238.

28 CAMPOS, Joaquim Pinto de, Padre, op. cit., p. 138-139.

geral os piores, são os pobres que não podem dar os 600 \$ para livrarem-se da praça.”²⁹ Dezesesseis anos depois, na sessão de 3 de maio de 1877, explicando, como presidente do Conselho de Ministros, por que se conformava com o número de 14 mil praças proposto no projeto de lei de fixação de forças para o exercício de 1877-1878, diz que assim procedia por duas razões: a primeira porque “sabia, praticamente, que, com o recrutamento forçado, nunca se poderia completar aquela força, nunca ela excederia de 14 mil”; e a segunda porque poderia valer-se, se necessário, “do destacamento de oficiais e praças da Guarda Nacional, como já fizera no passado”.³⁰

PREDOMINÂNCIA DOS TEMAS MILITARES

Como senador, são dominantes as preocupações com a província de São Pedro do Rio Grande do Sul, que representa, e com o Exército. Em uma mesma sessão, a de 12 de junho de 1846, Caxias manda à Mesa do Senado emenda aditiva ao projeto que concede naturalização aos marinheiros e colonos estrangeiros, para destacar, dentre esses últimos, os estabelecidos na colônia de São Leopoldo e de São Pedro de Alcântara das Torres, simplificando para eles os trâmites, e discute a conveniência de arrendar o rincão de Saican, na Província de São Pedro, para nele recolher as cavalcadas do Exército que não tinham emprego em tempo de paz. Na sessão de 20 de agosto de 1846, subscreve projeto de

lei que autoriza o governo a empregar os oficiais da Guarda Nacional, da arma da cavalaria, do Rio Grande do Sul, no serviço do regimento que a lei de 25 de junho, do mesmo ano, havia criado. Quase um ano depois, volta a discutir o arrendamento do rincão de Saican. Já na sessão do dia 28, dos mesmos mês e ano, sustenta a conveniência de guarnecer os navios da esquadra com as praças do corpo de artilharia de Marinha, de preferência às do Exército, ocupando-se, de novo, da artilharia de Marinha e do corpo de fuzileiros navais na sessão de 3 de julho de 1848, quando, interpelando o Ministro da Marinha, reitera opinião contrária ao emprego das praças do Exército nesse mister; e na sessão do dia 10, discute o recrutamento para o serviço militar, cujos contingentes se queria fixar, em cada província, em função do número de deputados que nelas se elegiam. Na sessão de 21 de agosto de 1848, o Senado aprova, enfim, o projeto do Conde de Caxias que autoriza o governo a empregar no serviço do regimento de cavalaria, criado pela lei de 25 de junho de 1846, os oficiais honorários das antigas milícias e os guardas nacionais, da mesma arma, da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Alguns aspectos da atuação do Duque de Caxias no Senado devem ser destacados para a consideração e análise dos estudiosos da história do Segundo Reinado e do funcionamento das instituições políticas imperiais. A primeira é a prevalência dos estilos civis e parlamentares na atuação de um senador que não esconde suas reservas relativamente aos *casacas* e *paisanos*, e que se declara filho e neto de soldados e, antes

29 ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO, cit., sessão de 16 de agosto de 1861, p. 125.

30 Id., sessão de 3 maio de 1877, p. 43.

de tudo, um militar pouco afeito à tribuna³¹ mas que, contraditoriamente, exibe notável articulação das idéias e irrepreensível cortesia nos discursos que profere, mesmo quando é patente a sua contrariedade e desgosto com o tratamento cáustico ou o combate mais vigoroso dos seus oponentes.

Ainda que se pondere a tradição do Parlamento brasileiro de submeter a revisão as palavras proferidas em plenário, não apenas para conferir a exatidão do seu apanhamento estenográfico, mas aferir igualmente sua regimentalidade e compatibilidade com a língua culta, o discurso parlamentar de Caxias, tal como estampado nos Anais do Senado do Império, em nada destoa das orações proferidas pelos membros da Casa que ainda hoje gozam da justa fama das boas letras e da destreza dialética entendida como arte do diálogo. Penso que a correção do seu discurso não é fruto da revisão feita sob a autoridade da Mesa, porque é da ética da administração parlamentar somente admitir alteração das palavras e do sentido da frase pela mão do próprio orador ou por imposição do presidente da Casa, devidamente registrada e com declarado fundamento normativo. É também patente a certeza, que Caxias nutre intimamente, da superioridade de seu tirocínio e experiência em tudo quanto diga respeito às forças nacionais e à história das revoluções e das guerras nas quais interveio como comandante ou simples oficial. Nesses assuntos fala com tanta autoridade que qualquer aparte ou contradita parece impertinente ou in-

solente. Por certo, o respeito com que era ouvido refletia o sentimento que brotava das ruas, da percepção e do juízo que o povo fazia dos homens públicos civis e militares, especialmente dos políticos que o Senador Duque de Caxias era, *malgré lui même*.

Essa superioridade que, nele, nos parece evidente, não impediu o surto de acrimônias e mesquinhas que, na sessão de 7 de julho de 1862, obrigaram Caxias a responder ao Senador Ferraz que lhe vislumbrou na conduta falta de isenção no exercício do poder disciplinar, relativamente a dois oficiais superiores que serviam sob seu comando; e parcialidade na promoção de um deles a coronel, quando ainda respondia a processo. Ou, como na sessão de 15 de julho de 1870, quando pediu a palavra para, respondendo a Silveira Lobo, explicar que obedeceu rigorosamente ao regulamento do Exército quando trouxe, ao termo de seu comando no Paraguai, seus cavalos de montaria e suas alimárias, cujo preço era regularmente descontado de seu soldo; no mesmo discurso, defende-se das críticas à direção da guerra no período em que ali comandou-em-chefe o nosso Exército e nossa Esquadra; críticas nas quais Silveira da Motta explorava contradições dos depoimentos de Osório e Caxias acerca da retirada da tropa, comandada pelo então Visconde do Herval, das muralhas da Humaitá sitiada.³²

A DIPLOMACIA DA GUERRA

A sua participação nas guerras externas, como comandante do Exército na campa-

31 ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO, sessão de 15 de julho de 1870, p. 102. *Senhores, o Senado sabe que não tenho o hábito da tribuna.*

32 ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO, sessão de 15 de julho de 1870, p. 94-102.

na do Uruguai, contra Oribe e, de imediato, contra Rosas, e como chefe supremo das forças brasileiras e aliadas, na Guerra do Paraguai, levaram-no a uma maior intimidade com a arte diplomática, que prepara e conclui o *casus belli*.

No Uruguai, em 1851, relata Matos Peixoto, era preciso organizar. Faltavam às tropas “espírito de corporação e de unidade” e “munição, armas e fardamento”.³³ Também era mister incorporar às forças imperiais os antigos insurgentes farroupilhas que o mesmo Caxias pacificara e restituíra à comunhão nacional. E isto foi feito de urgência. Porém, o mais importante nessa campanha singular era a administração da aliança que o Império selara com o governo de Montevideú, com Urquiza, governador de Entre-Rios, e com Benjamin Virasoro, de Corrientes. Sua atuação devia ajustar-se, nesse particular, às instruções do Visconde de Uruguai, ministro dos Negócios Estrangeiros. Urquiza assumiu logo a vanguarda da perseguição a Oribe, relegando os 16 mil brasileiros ao papel de força de dissuasão e de pressão, e dirigia suas intimações diretamente ao inimigo, sem participação do seu conteúdo ao governo imperial e ao comandante da força brasileira, à qual evitava juntar-se. A campanha desenvolveu-se debaixo do temor da defecção desse aliado, o mais ativo e determinado; e, quando concluída, a campanha exitosa poderia ter-se convertido em vitória de Pirro em decorrência da eleição de um partidário de Oribe para a presidência do Uruguai. Nesse transe, Caxias tinha a assistência de Carneiro Leão e de Rodrigo de Souza

da Silva Pontes, incumbidos das gestões diplomáticas. Testemunha a convivência desse trio a sua atuação concertada em um episódio grave para os brios do Império. É que o novo governo uruguaio havia nomeado plenipotenciário no Rio de Janeiro o antigo emissário de Rosas nessa mesma Corte, D. Tomás Guido, afrontando o governo imperial que guardava a lembrança da maneira desairosa com que ele, então, desempenhara sua missão. Paulino instruíra os diplomatas brasileiros a se empenharem, mediante os bons ofícios de Urquiza, na destituição de Guido. Carneiro Leão, rompido com Urquiza, não podia incumbir-se dessa gestão, mas pediu que Caxias a promovesse. Em carta extremamente habilitada, o comandante brasileiro logrou que o caudilho entrerriano obtivesse do governo de Montevideú o cancelamento da missão de que fora incumbido Dom Tomás Guido e, mais, a ratificação dos tratados que o Brasil havia firmado com a administração uruguaia anterior.

Nesse episódio, Caxias agiu como homem de Estado, dispondo-se a participar, com o prestígio do seu nome, de uma iniciativa arriscada, concebida e preparada discretamente pela diplomacia imperial, mas que poderia eventualmente atingir o prestígio que o exornava como chefe militar.³⁴

A GUERRA DO PARAGUAI

No Paraguai, tal como ocorrera no Uruguai, a primeira tarefa que Caxias se impôs foi a de organizar suas forças e prepará-las para o emprego mais eficiente e vantajo-

33 PEIXOTO, Paulo Matos, op. cit, v. 1, p. 192.

34 PEIXOTO, Paulo Matos, op. cit, v. 1, p. 224-228.

so,³⁵ como ele relatou ao Senado no discurso de 15 de julho de 1870. “Era sem dúvida nenhuma”, disse então, “a terça parte da força do Exército que se achava fora de suas fileiras”, tal era o número de doentes espalhados por onze hospitais, no Uruguai, na Argentina e em território paraguaio. O Exército estacionara por lhe faltarem meios de locomoção, sem cavalos e sem carretas. Os dois corpos de exército “eram inteiramente diversos em número e em organização”.

A POLÍTICA DA GUERRA

Tasso Fragoso narra os sucessos da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e, neles, a participação de Caxias. Também nesta, como na campanha contra Oribe e Rosas, o cuidado das relações com os chefes militares argentinos e uruguaios e, particularmente, com o Generalíssimo Bartolomeu Mitre, presidente da Argentina, objeto de instruções precisas do Ministro da Guerra, somava-se à preocupação com o que se passava na Corte, de onde provinham os suprimentos, as autorizações e as ordens indispensáveis ao desenvolvimento das operações. E não se olvide que o regime representativo operava plenamente, submetendo-se o governo às regras do sistema parlamentar e da monarquia constitucional, de sorte que todos os atos políticos e administrativos, inclusive as operações de guerra, sofriam o escrutínio da Assembléia Geral do Império. Mas, sem embargo das mesquinharias, o julgamento da conduta de

Caxias lhe é extremamente favorável. Nesse sentido, Tasso Fragoso escreveu, no fecho da história da atuação de Caxias no Paraguai:

“O comando de Caxias foi sem dúvida o mais brilhante de toda a Guerra da Tríplice Aliança. Abarcou um período de 26 meses (de 18 de novembro de 1866 a 18 de janeiro de 1869). Ocorreu nele não só uma interessante guerra de posição em torno de Humaitá, nunca vista na América do Sul, como uma instrutiva e difícil guerra de movimento, cujo desenlace foi a vitória de Lomas Valentinas.

Caxias encontrou o exército da aliança imobilizado desde o revés de Curupaiti e a desarmonia latente entre certos chefes. Infundiu-lhe novas energias, comunicou-lhe o seu entusiasmo, apercebeu-o melhor para a sua missão e executou a marcha de flanco e todas as demais operações navais e terrestres indispensáveis para converter em realidade o sítio da posição de Humaitá.

Destarte fez passar definitivamente para o campo dos aliados a iniciativa das operações militares.

A sua marcha no rumo do norte em busca do adversário e a manobra de Piquissiri, que lhe facultou, cruzando o Chaco, sair à retaguarda das posições inimigas, coroaram a sua carreira como chefe militar e inscreveram o seu nome entre os grandes capitães.³⁶

35 ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO, cit., sessão de 15 de julho de 1870, p. 97.

36 FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: Imprensa do Estado-Maior do Exército, 1934, v. IV, p. 160.

COMANDANTE MILITAR X PRESIDENTE
DO CONSELHO DE MINISTROS

No curso da Guerra do Paraguai, Caxias viveu um dos mais importantes e decisivos lances políticos de sua longa vida pública, cuja interpretação está ainda longe de alcançar o consenso dos que o têm estudado.

Trata-se da demissão do gabinete liberal, chefiado por Zacarias de Góes e Vasconcellos, e da sua sucessão pelo ministério conservador do Visconde de Itaboraí. Alguns vêm no episódio verdadeiro golpe militar³⁷ e, outros, o surto primordial do militarismo que, depois, explodiria na queda da monarquia e grassaria endemicamente na Primeira República. Advirta-se, contudo, que a demissão de Zacarias sobreveio meses depois da superação da desinteligência entre ele e Caxias. É necessário remontar ao início da guerra para entender o dissenso entre o Marquês de Caxias, senador do Partido Conservador e comandante do Exército brasileiro no Paraguai, e o poder executivo, a cuja frente se achava Zacarias de Góes e Vasconcellos, uma das maiores expressões políticas do Segundo Reinado.

No discurso proferido no Senado, em 15 de julho de 1870, Caxias fez, na presença de Zacarias, “o histórico de tudo quanto se passou com ele, desde o começo da guerra declarada ao Brasil pelo ditador do Paraguai”.³⁸

Começa por revelar que a sua designação para o comando das forças terrestres e navais em operações no Paraguai foi alviada desde o rompimento das hostilidades.

O ministério que o convidou recusou-lhe, porém, a presidência do Rio Grande do Sul, porque poderia prejudicar ali o Partido Liberal, e Caxias considerava-a indispensável ao êxito da mobilização, porque a Guarda Nacional, principal força militar da província, subordinava-se ao seu presidente. Não desistindo o governo de confiar-lhe a direção da guerra, procurou-o em sua casa o presidente do Conselho de Ministros, o Senador Francisco José Furtado, desafeto de Caxias desde que este exercera a presidência do Maranhão, ao tempo da Balaiada. A recusa desse novo convite tinha, a mais dessa malquerença, outro fundamento: a nomeação do Visconde de Camamu para o Ministério da Guerra, “único oficial-general do Império com quem eu não tinha relações”, diz Caxias ao Senado.

Em outubro de 1866, convidou-o para o mesmo posto, pela terceira vez, o novo presidente do Conselho de Ministros, o Senador liberal Zacarias de Góes e Vasconcellos, tendo Caxias aceitado o comando sob uma única condição, a de ter a confiança do governo, como afirmou com a concordância de Zacarias, em aparte.³⁹ Confessou ter sido tratado com a maior deferência possível, respondendo o ministério satisfatoriamente às questões que formulou e dando-lhe as necessárias instruções, como lembrou, na mesma assentada, o presidente do Conselho em outro aparte. Inesperadamente, Caxias pede exoneração do comando das forças aliadas, em ofício de 4 de fevereiro de 1868,⁴⁰ ao qual anexa longa carta historiando os agravos que vinha

37 BATISTA PEREIRA, op. cit., p. 26-27.

38 ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO, cit., sessão de 15 de julho de 1870, p. 94.

39 ANAIS, cit., p. 97.

40 ANAIS, cit., p. 97-98.

sofrendo e as intrigas urdidas na imprensa por inspiração de algum membro do gabinete, como confessado pelo próprio jornal que as veiculava. Como explicou no discurso já citado, conjecturava que o ministério “desejaria ver-se livre de mim por motivos que de todo ignorava, mas que nem por isso deixariam de existir para ele. (...) Dizia eu comigo: se o ministério não está contente, me demite, mas se estou enganado, se ele está satisfeito com os meus serviços, recusa a demissão, então continuarei a cumprir meu dever enquanto minhas forças o permitirem”. Caxias não foi demitido, nem o ministério exonerado, como requereu Zacarias, na mesma sessão do Conselho de Estado, presidida por D. Pedro II, em que foi lida a correspondência de Caxias.⁴¹

As palavras de Zacarias de Góes e Vasconcellos, presidente do Conselho de Ministros, dirigidas ao Imperador na sessão do Conselho de Estado, de 20 de fevereiro de 1868, honram esse grande brasileiro e merecem ser aqui lembradas:

“Pelo transporte chegado ontem do Sul o Ministro da Guerra recebeu do Marquês de Caxias um ofício em que o General pede licença para retirar-se alegando moléstia, mas recebeu ao mesmo tempo uma carta particular, em que o Marquês expõe francamente as verdadeiras razões que o levaram a dar semelhante passo. Essas razões se resumem em acreditar o Marquês, à vista dos jornais e de sua corres-

pondência particular, que o Governo, longe de ter nele a mesma confiança que a princípio manifestara, procura por diversos modos tirar-lhe força moral. Quando em outubro de 1866 o Governo convidou o Marquês de Caxias para ir tomar o comando das forças brasileiras no Paraguai e ele aceitou o convite sem outra condição que não fosse a de plena e inteira confiança do Governo em sua pessoa, eu lhe declarei em conversa que ao Governo parecia tão necessária a sua presença no Paraguai que se ele houvesse recusado a Comissão, e nos parecesse que a recusa provinha de repugnância de servir conosco, estávamos dispostos a deixar o poder, porque para nós a guerra não era questão de partido e o essencial era acabá-la honrosamente, estivesse quem estivesse no poder. O Governo pensa hoje, como em 1866, que a presença do Marquês de Caxias é da maior conveniência no Paraguai e, pois, que o General inesperadamente mostra-se persuadido, aliás sem razão, de que o Governo lhe tira força moral, o Ministério antes quer retirar-se do que usar do direito de pedir exoneração do General, desfazendo com esta prova de abnegação as suas infundadas apreensões. De acordo com os meus colegas venho, portanto, pedir a vossa Majestade Imperial a demissão do Gabinete, submetendo à apreciação de Vossa Majestade Imperial a carta do Marquês, que peço licença para entregar sem ler. Rio, 20 de fevereiro de 1868.”⁴²

41 ARQUIVO NACIONAL, *Atas do Conselho de Estado*, Fundos diversos SDH Códices – Código NP – Códice 307, v. 5, Microfilme 016.1.74, 129 v a 130 v. Também se encontra a ata da sessão de 20 de fevereiro de 1868 in *Atas do Conselho de Estado*, v. VII, Terceiro Conselho de Estado. Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978, p. 346-347.

42 ARQUIVO NACIONAL, Códice citado; igualmente, SENADO FEDERAL, *Atas do Conselho de Estado*, v. VII, Terceiro Conselho de Estado. Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1978, p. 346-347.

Prontamente, os membros conservadores do Conselho de Estado mediarão o conflito pedindo a Caxias reconsideração do seu gesto, em carta redigida por José Maria da Silva Paranhos e subscrita por ele e São Vicente, Muritiba e Bom Retiro, secundando o voto de Torres Homem, vitorioso no Conselho de Estado⁴³ no sentido de que nem ao Ministério, nem ao General dever-se-ia conceder a exoneração que pediam.

Confluindo para o mesmo resultado, o Presidente do Conselho de Ministros respondeu ao ofício e à carta de Caxias, no dia 4 de março de 1868, de forma digna e conciliatória, reiterando-lhe a confiança do governo.⁴⁴ Respondendo ao apelo dos conselheiros de Estado conservadores, Caxias deu-se por desagravado pelas explicações que Zacarias lhe havia oferecido e manteve-se no exercício da honrosa comissão.

Somente meses depois, por outra causa, caíram Zacarias e seu gabinete e subiu o ministério conservador do Visconde de Itaboraí, pondo fim à sucessão de governos liberais, sob os quais a guerra do Paraguai se desenrolara até então.

Caxias viria a deixar o Paraguai e o comando das forças brasileiras quando lhe faltou dramaticamente a saúde: “Na manhã de 17 de janeiro sobreveio um acontecimento que encheu de mágoa o Exército brasileiro: Caxias foi acometido de uma síncope quando ouvia a missa na catedral de Assunção”, conta Tasso Fragoso, que sentenciava: “Destarte o seu organismo demonstrava haver atingido o limite extremo da resistência e reclamava urgente repouso.”⁴⁵

O significado e a importância desse episódio para a história das relações do poder civil com os militares e para a apreciação da personalidade política de Caxias só podem ser alcançados se tivermos em perspectiva a figura de Zacarias de Góes e Vasconcellos, cujo perfil foi traçado pelo Visconde de Taunay e por Baptista Ferreira. Dele disse Taunay que “sem contestação possível, é uma das figuras políticas mais notáveis da nossa história parlamentar”.⁴⁶ Somava à erudição e à disciplina intelectual e pessoal a severidade do julgamento, por vezes desabrida e antipática. Nada cedia e não contemporizava quando estavam em jogo seus princípios. Nabuco, citado por Baptista Pereira, por isso, comparou-o a um vaso de guerra pronto para a luta.⁴⁷

As suas convicções liberais provinham do conhecimento do governo representativo e da teoria e prática do sistema parlamentar, que lhe permitiram escrever reputadíssima obra sobre o poder moderador e a responsabilidade política dos ministros pelos atos do monarca que referendassem, sustentando conseqüentemente a necessidade jurídica desse referendo para a validade deles. A sua opinião, deduzida com cerrada fundamentação e em linguagem esmerada, contrapunha-se à de Braz Florentino de Souza que, expondo a posição con-

46 TAUNAY, Visconde de. *Reminiscências*. Livraria Francisco Alves & Co, 1908, p. 17.

47 BATISTA PEREIRA, op. cit., p. 37: *Nabuco caracteriza-o como político numa página imortal. A sua posição lembra um navio de guerra, com os portais fechados, o convés limpo, os fogos acesos, a equipagem a postos, solitário, inabordável, pronto para a ação. A frieza do seu modo conservava os seus partidários sempre à distância; bem poucos foram os que, chegados ao pináculo, ele tratou intelectualmente como seus iguais.*

43 PEIXOTO, Paulo Matos, op. cit., v. II, p. 465-467.

44 PEIXOTO, Paulo Matos, op. cit., v. II, p. 462-465.

45 FRAGOSO, Augusto Tasso, op. cit., v. IV, p. 157.

servadora, afirmava a desnecessidade do referendo ministerial dos atos do poder moderador.

Era igualmente notável o seu desassombro: católico convicto, Zacarias apresentou-se espontaneamente, no Supremo Tribunal de Justiça, como defensor dos bispos, na Questão Religiosa, ao lado de Cândido Mendes, para solidarizar-se com eles e dar testemunho de sua fé. Não era Zacarias um liberal de ocasião, mas de convicção. O seu liberalismo político não excluía, porém, o conservantismo social, como demonstra sua oposição ao projeto de lei do Ventre Livre, sustentado, paradoxalmente, por seu mais eminente opositor, o líder conservador, o Visconde do Rio Branco.⁴⁸ Paranhos era o aliado querido e admirado de Caxias, tanto nas lides parlamentares como nos sucessos da política externa, nos quais a ação e a pena admiráveis do líder político se associavam à espada do chefe militar, para lograr vitórias diplomáticas e bélicas de imensa importância para o Brasil. Essa amizade pessoal e cívica estendia-se ao jovem Juca Paranhos, o futuro Barão do Rio Branco, que se ocupou, como jornalista, da divulgação dos nossos feitos na Guerra do Paraguai, e a quem Caxias, presidente do Conselho de Ministros, em 1875, conseguiu nomear cônsul-geral em Liverpool, abrindo-lhe as portas de uma carreira diplomática de inestimáveis serviços à Pátria, como mostrou Vasco Mariz em documentada conferência neste Instituto.

O comando vitorioso das forças brasileiras e aliadas na Guerra do Paraguai não

foi o último serviço do velho soldado ao Brasil. Tocou-lhe, ainda, a presidência do Conselho de Ministros de 25 de junho de 1875, que acumulou com o Ministério da Guerra. Compuseram o gabinete, o Visconde do Bom Conselho, José Bento da Cunha e Figueiredo, na pasta do Império, Diogo Velho na da Justiça, Cotegeipe na de Estrangeiros e interinamente na da Fazenda; Pereira Franco na da Marinha e Tomás Coelho na da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

As circunstâncias do chamado a São Cristóvão para incumbir-se da organização de um novo ministério, da sua recusa inicial e relutante aceitação em face da insistência do Imperador, que não o desprendeu de seus braços enquanto não lhe arrancou o assentimento, narrou-as Caxias em carta a sua filha, a Viscondessa de Ururá. Dom Pedro II partiu logo em visita aos Estados Unidos, que comemoravam o centenário de sua independência. Na regência ficou a Princesa Isabel e com o ministério o dever de por cobro à Questão Religiosa que eclodira sob outro gabinete conservador, o do Visconde do Rio Branco. Interferindo, em matéria de fé, no governo da Igreja em conflito com as irmandades dirigidas por maçons ou que os tinham entre seus membros, Rio Branco concorreu para a prisão com trabalhos forçados dos bispos de Olinda e do Pará, atraindo para a Coroa e o ministério a desaprovação nacional. Sucedendo-o na presidência do Conselho de Ministros, Caxias tomou a peito enfrentar a crise, mediante a anistia dos dois bispos, contra a vontade do Imperador, que afinal cedeu

48 TAUNAY, Visconde de. *Reminiscências*, op. cit., p. 24-25.

para não perder o concurso do presidente do Conselho, que era a melhor garantia de paz e de respeito às instituições monárquicas.

A história militar e política do Duque de Caxias mostra bem como foi possível ao Império brasileiro somar os talentos militares aos políticos, levando os primeiros a tomar assento nos mais altos órgãos dos poderes públicos, onde se mediam, como iguais, com os *casacas* e *paisanos*, mantendo, contudo, a mesma e igual obediência à Coroa, única instituição política do Estado que pairava acima dos partidos, a garantir a unidade, a identidade e a continuidade da Nação.

Nem a propaganda republicana, nem a ideologização da história impediram que se apreciasse objetivamente o papel que desempenharam os conservadores mais eminentes, como Caxias e Rio Branco, entre tantos homens de Estado de primeira grandeza, na defesa do território e da unidade nacional, na pacificação do povo brasileiro, mas, sobretudo, no estabelecimento de um sistema de relações do poder civil com a força armada que estabilizou suas instituições e seu governo e livrou o Brasil das insurgências militares.

De outra parte, a alternância dos partidos, algumas vezes promovida heterodoxamente pelo Imperador, franqueou aos liberais a entrada no santuário do poder, tornando desnecessária a ruptura, a revolução e o apelo às armas. É possível que da partidarização dos chefes militares – Osório liberal, Caxias conservador – adviessem alguns males, menores, sem dúvida, do que o diálogo de surdos e a revolta armada.

Termino com o juízo quase profético que Caxias fez de si próprio na etapa ascen-

dente de sua carreira, não no seu ocaso. Palavras ricas de modéstia, que definem sua vida pública e sua conduta profissional e justificam os atributos de estadista, político e pacificador com que o Brasil celebra o bicentenário de seu nascimento. O pensamento que elas manifestam são o legado do homem de Estado aos que queiram servir ao Brasil, fomentando a concórdia e promovendo-lhe a grandeza e a unidade. São essas as suas palavras:

Não tendo servido senão ao Sr. D. Pedro e ao seu governo, representado pelos seus ministros de Estado (...) não receio que seja exibida aqui, ou em qualquer outra parte, a minha fé de ofício. Ela é tão limpa, tão cheia de serviços, tão nobre, que não pode senão fazer-me muita honra sempre que for trazida à luz do dia. Não há em toda a minha vida quer privada, quer pública, um fato que possa envergonhar-me. Desde a infância abracei e segui a carreira das armas. Sou filho e neto de soldados.

De todas as honras que gozo no Império prezo sobremaneira as que tenho merecido como militar. Em toda a minha vida tomei por norma obedecer sempre, sem hesitar, a todas as ordens do governo. Depois que entrei no Parlamento, tendo de manifestar uma opinião pública, encostei-me sempre a aqueles homens que, por suas idéias e seu procedimento, pareciam-me oferecer maiores garantias de ordem ao meu país. Tenho-me conservado inabalavelmente fiel a essas idéias.⁴⁹



49 ANAIS DO SENADO DO IMPÉRIO, primeiro ano da 11ª Legislatura, sessão de 1861 – De 1 a 31 de agosto – v. III – Rio de Janeiro, 1861, p. 158.

Caxias, a Igreja e a Maçonaria



*Raul José de Abreu Sturari**

Resumo: Neste ensaio, o autor busca apresentar o Marechal Luiz Alves de Lima e Silva sob o enfoque que explora aspectos religiosos e filosóficos de sua personalidade, sem omitir as passagens mais importantes de sua vida como parte fundamental da história do Brasil imperial.

Palavras-chave: Luiz Alves de Lima e Silva, Caxias, Maçonaria.

Luiz Alves descendia de tradicional família católica de militares. Seus pais, o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e D. Cândida de Oliveira Belo, são fruto de extensa árvore genealógica com raízes européias, principalmente fincadas na Península Ibérica.

Do lado paterno, devem ser apontadas as famílias dos Silveiras, dos Soromenhos, dos Brandões, dos FONSECAS, dos Limas e dos Silvas, todos com marcantes passagens na história da Espanha e, especialmente, de Portugal, onde traçaram respeitável nobiliarquia. Seu pai, filho do Marechal José Joaquim de Lima e Silva, nasceu em 1785, no Rio de Janeiro, o que revela uma acendrada brasilidade familiar. Do lado materno, ressaltam os representantes da família Belo, também destacados militares católicos, sendo seu avô o Coronel Luiz Alves

de Freitas Belo, cujos filhos foram os marechais Wenceslau de Oliveira Belo e Joaquim Mariano de Oliveira Belo.

As monarquias lusitana e brasileira sempre estiveram fortemente ligadas à Igreja Católica Apostólica Romana. Era o chamado regalismo, que estatuiu o catolicismo como credo oficial do Brasil, ao tempo em que reservava ao chefe de Estado profunda ingerência nas questões religiosas. “Em tese, o clero era composto de funcionários públicos, estipendiados pela famosa cômputo, abonada, a cada sacerdote, pelo tesouro imperial.”¹ Essa prática fazia da Igreja e de seus integrantes um importante instrumento governamental para o desempenho de tarefas voltadas, principalmente, para a área social. A educação, por exemplo, era

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Mestre-Maçom.

¹ BRASIL, Francisco de Souza. Caxias: militar-estadista. In *Revista Militar Brasileira*, ano 66, v. 116. Brasília: Centro de Documentação do Exército, 1980, p. 38.

praticamente monopolizada pelas ordens religiosas, exceto nos institutos destinados à formação militar.

Foi nesse ambiente que o varão Luiz Alves nasceu, em 1803, na fazenda Taquarucu, Província do Rio de Janeiro – hoje município de Duque de Caxias. À época, essa região pertencia à vasta freguesia (distrito paroquial) de Nossa Senhora da Piedade do Inhomirim, criada em 1677, cujas comunidades estendiam-se “serra acima” e “serra abaixo”, englobando áreas hoje pertencentes aos municípios de Petrópolis e Magé.

Conforme as arraigadas características familiares, bem como as tradições sociais vigentes à época, pode-se afirmar ter sido o jovem Luiz criado em severo ambiente religioso católico, sendo seus pais assíduos frequentadores da Igreja e praticantes dos ritos e costumes que o clero difundia pelo reino.

Essas práticas foram incrementadas pela presença da Corte portuguesa que, em 1808, trasladou-se para o Brasil, trazendo consigo os mais distinguidos clérigos da Metrópole. Nesse ano – contando apenas 5 anos de idade e seguindo as tradições das nobres famílias de militares – era o menino Luiz declarado cadete, assentando praça no 1º Regimento de Infantaria de Linha.

Durante a síntese de sua riquíssima história, a seguir apresentada, serão enfatizados alguns dos mais significativos aspectos religiosos e filosóficos de sua personalidade, destacando sua atuação como católico praticante e maçom de destaque.

O OFICIAL DAS ARMAS DA CORTE

Por sua condição de cadete, em princípios de 1818 é matriculado na Academia

Real Militar, para um curso de três anos, que lhe propiciou a promoção ao posto de tenente. Segue-se a Independência e, em 10 de novembro de 1822 – convenientemente escolhido por ser o dia da apresentação de Nossa Senhora – é realizada uma marcante cerimônia na Capela Imperial, com a presença do Imperador, de sua Corte e das mais ilustres autoridades políticas, militares e eclesiásticas do novo reino.

Nessa ocasião, o bispo capelão-mor, D. José Caetano da Silva Coutinho, abençoou o novo pavilhão nacional, entregando-o ao Imperador D. Pedro I. Solenemente, o mesmo é repassado ao Ministro da Guerra,² ao Comandante do Corpo e, finalmente, ao Tenente Luiz Alves, primeiro porta-bandeira do Brasil independente. Foi então executada uma salva de cento e um tiros de canhão e três descargas de infantaria.

Vale destacar o caráter predominantemente religioso dessa solenidade que, nos dias atuais, seria tão-somente político-militar, demonstrando a importância da Igreja Católica junto ao jovem país emancipado, mas cujo governo era conduzido à imagem e semelhança da antiga metrópole portuguesa.

Foi nessa condição de primeiro porta-bandeira e ajudante do Batalhão do Imperador – escolhido pessoalmente por D. Pedro I para as mais importantes missões que se apresentavam – que o Tenente Luiz Alves seguiu para a Bahia, onde teve seu batismo de fogo na campanha pela independência, sob o comando de seu tio, o Coro-

2 O Ministro da Guerra era João Vieira de Carvalho, futuro Marquês de Lages, desde essa época um admirador do jovem oficial e que terá fundamental importância em algumas das mais significativas passagens de sua vida pessoal e profissional.

nel José Joaquim de Lima e Silva. Por sua heróica participação, foi condecorado com o Hábito do Cruzeiro e, de volta à Corte, promovido ao posto de capitão, com somente 20 anos de idade. Muito mais tarde, o próprio Senador Caxias, referindo-se à promoção de um outro jovem oficial, justificaria: “Depois das primeiras batalhas, criase nos exércitos em campanha a aristocracia da bravura.”³

Após um profícuo período na capital, segue o Capitão Luiz Alves para a Campanha Cisplatina, que culminaria com a independência do Uruguai. Ali, uma vez mais, fica patente a religiosidade da tropa: todos os dias, logo após os toques de alvorada, seguia-se invariavelmente a reza do terço e, em seguida, era feito “executar pelos milicianos e mercenários o férreo regulamento do Conde de Lippe, jurado em presença da Bandeira, e com as mãos sobre os evangelhos”.⁴

De volta à capital e promovido a major, Luiz Alves é mais uma vez designado para servir no Batalhão do Imperador, onde participa do episódio da abdicação de D. Pedro I. Suas próprias palavras, proferidas bem mais tarde, no Senado, são esclarecedoras:

“O Batalhão do Imperador foi um dos últimos corpos que chegaram ao Campo de Santana, tendo para ali marchado em ordem, conduzido pelo seu próprio comandante, ocupando eu o meu lugar de major. Marchei, portanto, em virtude de ordem competente; não fui revolucionário. Estimei a abdi-

cação; julguei que era vantagem para o Brasil, mas não concorri direta ou indiretamente para ela.”⁵

O período regencial que se seguiu foi um dos mais conturbados da história brasileira, onde diversos grupos, defendendo idéias e ideais divergentes e, por vezes, antagônicos, promoviam desordem e anarquia por todo o território nacional. Uma das soluções foi a organização do famoso Batalhão Sagrado, formado exclusivamente por oficiais, encarregado de manter a ordem pública, inclusive com patrulhamento constante e ostensivo. Foi o Major Luiz Alves o seu subcomandante e, a seguir, encarregado pelo Padre regente Diogo Antônio Feijó de organizar e comandar o Corpo de Municipais Permanentes, precursor da Polícia Militar do Rio de Janeiro, quando teve a seu cargo a missão de debelar uma das mais importantes rebeliões ocorridas na capital, a Abrilada.

Luiz Alves casou-se com Ana Luíza Carneiro Viana, em 6 de janeiro de 1833. Anica, como era chamada na intimidade, havia perdido o pai, o intendente Fernandes Viana, e sua mãe, D. Luíza Rosa, movida por rancores políticos e certo preconceito aristocrático, não concordava com o enlace.

Para concretizá-lo, o jovem casal promoveu uma familiar conspiração, envolvendo o irmão da noiva, o futuro Conde de São Simão, um amigo, o Visconde de Mirandela, e o próprio padre. E foi assim que, no Dia de Reis, em meio à tradicional missa realizada no oratório particular dos Viana, a um sinal do sacerdote, aproximaram-se do altar o Major Luiz, com 30, e Ana Luí-

3 CARVALHO, Affonso de. *Caxias*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976, p. 21.

4 Idem, p. 24.

5 Idem, p. 45.

za, com 16 anos de idade, acompanhados dos padrinhos. Eram as bênçãos de Deus demovendo as vontades contrárias.

Mais tarde, em 2 de fevereiro, dia de Nossa Senhora da Candelária, seria efetuado o casamento oficial e público. A união foi, assim, concretizada em duas cerimônias religiosas, uma como que para referendar a outra, ressaltando a importância das leis divinas nos destinos e nas convicções da família que se formava.

Do enlace nasceram um filho e duas filhas. O primeiro faleceu prematuramente, aos 14 anos, causando um desgosto jamais esquecido pelo valoroso soldado. As filhas, criadas sob o manto do amor, acompanharam a trajetória dos pais até o fim, em um ambiente sempre caracterizado por acentuada paz cristã.

A PRIMEIRA GRANDE AÇÃO PACIFICADORA

Em fins da década de 1830, tumultuada pelo surgimento de diversas insurreições de vulto, eclodiu no Maranhão a Balaiada, revolução sangrenta de facínoras e desordeiros, dispostos a destruir a ordem vigente, enquanto o poder era anarquicamente disputado por *cabanos* e *bentevis*. Nomeado presidente da província e comandante do exército pacificador pelo Conde de Lajes, então Ministro da Guerra, o Coronel Luiz Alves partiu imediatamente para desempenhar a difícil tarefa.

Ao assumir as funções, sua proclamação foi, antes de tudo, uma demonstração de fé cristã, perfeitamente caracterizada por suas palavras finais:

“Maranhenses! Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos

partidos que entre vós existem. Deveis conhecer as necessidades e as vantagens da paz, condição de riqueza e prosperidade dos povos, e confiando na *Divina Providência*, que tantas vezes nos tem salvado, espero achar em vós tudo o que for mister para o triunfo de nossa *santa causa*.”⁶ (O grifo é nosso.)

Sua ação militar foi precedida de medidas político-administrativas, que tinham por finalidade não apenas preparar logisticamente as tropas para uma vitoriosa campanha. O império da ordem e da moralidade, diuturnamente exigido e praticado pelo líder, mudou rapidamente o cotidiano da província, fazendo prevalecer a autoridade e o exemplo dos homens livres e de bons costumes.

As manobras que se seguiram foram em tudo vitoriosas – principalmente as que foram conduzidas na região do município de Caxias – terminando com a morte ou a rendição de quase todos os principais líderes revoltosos. A seguir, um fato político proporcionou ao Coronel Luiz Alves uma oportunidade de ouro: a declaração da maioria de D. Pedro II, que inusitadamente levou *cabanos* e *bentevis*, antes inimigos ferozes, a se unirem no apoio ao jovem monarca.

O presidente da província agiu rápido, mandando publicar a anistia concedida pelo imperador, serenando os ânimos políticos. Faltava pacificar os últimos bandoleiros, que foram rendidos em face da liderança e das operações militares bem-sucedidas.

De volta à capital, Luiz Alves foi promovido a general, em 18 de julho de 1841,

6 CARVALHO, op. cit., p. 76.

ao tempo em que lhe era conferido o título nobiliárquico de Barão de Caxias.

NA MAÇONARIA

Foi possivelmente no período que se seguiu ao seu retorno do Maranhão que Caxias foi iniciado na Maçonaria, convidado por alguns de seus mais diletos amigos e companheiros de farda, tais como: José Clemente Pereira, Ministro da Guerra, Marechal de Campo João da Costa Brito Sanches, Tenente-General Manoel Joaquim Pereira da Silva, comandante da Guarda Nacional, e Almirante Felix Martins, futuro Visconde de Inhaúma.

O seu mais provável padrinho na ordem, todavia, parece ter sido João Vieira de Carvalho, o Conde de Lajes, sucessor, a partir de 1840, de Francisco Gê Acaiaba de Montezuma à frente do Supremo Conselho Para o Império do Brasil, do Rito Escocês Antigo e Aceito.

Torna-se oportuna uma pequena digressão sobre a maçonaria brasileira. A primeira obediência, o Grande Oriente do Brasil, foi fundada em 17 de junho de 1822, e fechada em fins de outubro do mesmo ano, por ordem do Imperador e segundo Grão-Mestre, D. Pedro I, diretamente influenciado por José Bonifácio de Andrada e Silva, seu primeiro Grão-Mestre. Tratou-se, na verdade, de uma acirrada disputa entre o grupo deste último – poderoso ministro do governo recém-empossado – e o grupo de Gonçalves Ledo, um dos idealizadores dessa agremiação maçônica e ardoroso defensor de uma monarquia constitucional, onde o Imperador tivesse seus poderes estritamente delimitados pela Carta Magna.

O Grande Oriente do Brasil (GOB) só foi reinstalado cerca de nove anos depois – em 1831, após a abdicação de D. Pedro I e o início do período regencial –, porém já com uma dissidência: o chamado Grande Oriente do Passeio (GOP).

O citado Supremo Conselho Para o Império do Brasil, do Rito Escocês Antigo e Aceito, fundado em 1832 com patente fornecida pelo Supremo Conselho dos Países Baixos, trabalhava como uma terceira potência maçônica – além, portanto, do GOB e do GOP – e possuía, além das Lojas Filosóficas, Lojas Simbólicas, como a *23 de Julho*, a *2 de Dezembro* e a *São Pedro de Alcântara*.

A SEGUNDA GRANDE AÇÃO PACIFICADORA

Em 1842, com a deflagração das revoluções liberais de São Paulo e Minas, Caxias foi nomeado vice-presidente da Província de São Paulo e comandante-chefe das forças governamentais, tendo realizado uma espetacular campanha militar, rápida e incruenta. Ficou conhecida a maneira cortês, embora firme, com que tratou o Padre Feijó, líder paulista da rebelião. Havia um clima de profundo respeito mútuo entre o general e o ex-regente do País, que agora provavelmente já se reconheciam como irmãos maçons. A troca de cartas entre eles merece especial registro:

“Quem diria que em qualquer tempo o Sr. Luiz Alves seria obrigado a combater o Padre Feijó? Tais são as coisas deste mundo.”

“Respondo a V. Exa. pelas mesmas palavras da sua carta hoje recebida. Direi:

‘Quando pensaria eu em algum tempo que teria que usar a força para chamar à ordem o Sr. Diogo Antônio Feijó?’ Tais as coisas do mundo.”

NA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Nesse mesmo ano, o insigne militar foi nomeado presidente da Província do Rio Grande do Sul e comandante-chefe das forças locais. Era preciso alguém de seu quilate para pacificar a Revolução Farroupilha, que perdurava desde 1835. Mais uma vez estaria em lado oposto a destacados irmãos maçons, como Guiseppe Garibaldi, David Canabarro e Bento Gonçalves.⁷

Ainda em fins de 1842, um acordo entre o Supremo Conselho Para o Império do Brasil, do Rito Escocês Antigo e Aceito e o Grande Oriente do Passeio (GOP) estabelecia as bases de uma fusão que, durante cerca de meia década, possibilitou a formação de uma potência maçônica sólida e influente.

No Sul do País, Caxias marcou sua presença em vibrante apelo ao povo gaúcho, uma vez mais de caráter predominantemente religioso:

“(…) a *Divina Providência*, que de mim tem feito um instrumento de paz para a terra em que eu nasci, fará com que eu possa satisfazer os ardentes desejos do magnânimo monarca do Brasil todo. Rio-grandenses! Segui-me, ajudai-me, e a paz coroará nossos esforços.”⁸ (O grifo é nosso.)

Caxias retornou em 1845, vitorioso e laureado. Sua passagem pelo Rio Grande do

Sul foi plena de êxitos, seja no que se refere à organização político-administrativa da província, seja no que diz respeito ao campo militar, após um prudente período de reestruturação e treinamento das tropas.

Seu espírito religioso ficou, todavia, indelevelmente marcado por ocasião de sua entrada triunfal na vila de Bagé, com as forças imperiais. O pároco local indagou a Caxias sobre a realização de um *Te Deum* em ação da vitória. Respondeu-lhe o general:

“(…) Reverendo! Precedeu a esse triunfo derramamento de sangue brasileiro. Não conto como troféus desgraças de concidadãos meus. Guerreio dissidentes, mas sinto as suas desditas, e choro pelas vítimas como um pai por seus filhos. Vá, reverendo, vá... e em lugar de um *Te Deum* celebre missa de defunto, que eu, com o meu estado-maior, e a tropa que na sua igreja couber, irei amanhã ouvi-la, pela alma de nossos irmãos iludidos que pereceram no combate.”⁹

É também conhecida a conferência realizada sob total discrição e segredo (maçônico?) entre Luiz Alves e Bento Gonçalves, estabelecendo as bases para o acordo que viria perenizar a pacificação da mais longa revolta interna do País, unindo os nacionais, impedindo ódios e afastando rancores que pudessem, a médio e longo prazos, fazer eclodir outras sedições.

De volta ao Rio de Janeiro, foi promovido a marechal-de-campo, eleito e nomeado senador vitalício pelo próprio Rio Grande do Sul e distinguido com o título de Conde de Caxias.

⁷ CARVALHO, op. cit., p. 95 e 96.

⁸ CARVALHO, op. cit., p. 135.

⁹ PROBER, Kurt. *Duque de Caxias: sua vida na Maçonaria*. Rio de Janeiro: Academia Maçônica de Letras, 1972, p. 9.

NO GRANDE ORIENTE DE CAXIAS

Retornando às lides maçônicas, encontrou o Supremo Conselho Para o Império do Brasil do Rito Escocês Antigo e Aceito (SCREAA) e o Grande Oriente do Passeio (GOP) vivendo um cisma que acabaria por envolvê-lo.

O Grão-Mestre do GOP, Cândido Araújo Viana, demitiu-se em caráter irrevogável em 1846 e desencadeou uma crise sem precedentes. Após uma tumultuada eleição, foi empossado, como Grão-Mestre, Manoel Alves Branco, tendo como feroz adversário João da Costa Brito Sanches. Essa eleição não contou com o apoio do Conde de Lajes, que permanecia como Soberano Grande Comendador do SCREAA e encontrava-se doente. Ele sabia que, após seu afastamento, suas funções passariam a ser acumuladas pelo Grão-Mestre do GOP, conforme acordo firmado em 1842.

Antecipando-se, o Conde de Lajes nomeou Caxias seu lugar-tenente. Este, após assistir a diversos choques entre Alves Branco e Brito Sanches, por não concordar com as insídias de ambas as partes, declarou-se independente, em março de 1847, e tornou-se Soberano Grande Comendador do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito e Grão-Mestre do Antigo Grande Oriente do Império do Brasil, com apoio de diversas lojas, tais como a *23 de Julho*, a *2 de Dezembro*, a *União Escosseza*, a *Triumpho do Brasil* e a *24 de Julho*. Estava criado aquele que passou a ser conhecido como o Grande Oriente de Caxias.

Apesar de suas múltiplas atividades como militar e político, Caxias passou a dedicar-se com afinco às suas funções maçônicas, organizando o expediente, criando e regularizando as agremiações maçônicas. Sua obediência crescia e consolidava-se, mercê de sua competência administrativa, de sua ilibada conduta e de seu prestígio nacional. Todavia, consoante seu espírito conciliador, e entendendo ser a união o melhor caminho para o futuro da Ordem, buscou uma aproximação com o Grande Oriente do Brasil (GOB), estabelecendo contatos preliminares com seus dirigentes e oferecendo condições que pudessem servir de base para uma futura fusão.

É digna de registro a coletânea de *Discursos e mais peças de arquitetura recitadas por ocasião da posse das luzes e mais dignidades da sempre augusta e respeitável Loja União Escocesa, e oferecidas ao Soberano Grande Comendador e Grande Inspetor do Grau 33, Conde de Caxias*, de 1847, de onde se extrai, por exemplo, o seguinte:

“(...) conjuro-vos a lançar vossas vistas ao altar. Ali deparareis com o símbolo da força, do poder e da justiça; ali vereis uma frente nobre e pura, coroada do mais merecido e verde louro; ali encontrareis o complexo de todas as virtudes maçônicas, e a união íntima de todos os deveres sociais: ilustrado e grande, leal e verdadeiro, honrado e pródigo, guerreiro e insigne cidadão clemente, o Conde de Caxias, Grande Comendador, sobranceiro a quem quer que ouse disputar sua glória, benigno para com seus zoilos, que não se atrevem a erguer a cerviz em sua pre-

sença, empunha nobremente o primeiro malhete deste círculo, ensina-nos a vereda que deveis seguir, e caminha por diante da prosperidade do majestoso Oriente que ofusca o pretendido brilho com que se ataviam os demais.¹⁰

Nomeado comandante-chefe do Exército brasileiro e presidente da Província do Rio Grande, em 1851, Caxias partiu para a campanha contra Oribe e Rosas. Retornou vitorioso em 1852 e, nesse mesmo ano, consolidou a fusão da sua potência com o GOB, apesar de ter encontrado, por parte de algumas de suas lojas, uma dissidência maior do que a esperada. Esse ato de união foi fundamental para o incremento do prestígio do Grande Oriente do Brasil, pela legitimidade da antiga Carta de Montezuma e pela força das lojas incorporadas. O Rito Escocês Antigo e Aceito é, atualmente, predominante em nosso País, sendo praticado em milhares de lojas jurisdicionadas às diversas vertentes da maçonaria brasileira. Luiz Alves continuou como membro ativo da Ordem, mas afastado de cargos, uma vez que abdicou espontaneamente dos seus, quando da fusão.

Em 1855, Caxias foi nomeado ministro da Guerra e assumiu a presidência do Conselho de Ministros – cargo equiparado ao de primeiro-ministro, no período do Império que, para alguns historiadores, ficou conhecido como parlamentarista. Ali permaneceu até 1857.

Novamente requisitado por D. Pedro II, retornou às funções de ministro da Guerra e presidente do Conselho de Ministros em

1861, ficando até 1862, quando foi nomeado marechal graduado. Na maçonaria, concederam-lhe o título de grão-mestre honorário e membro efetivo do Supremo Conselho do Brasil, junto ao GOB.

NA GUERRA DO PARAGUAI

Com o início da Guerra do Paraguai, em 1865, o encanecido marechal passou a acompanhar cerradamente as operações militares sem, no entanto, exercer diretamente cargos de comando. Contudo, os problemas da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), refletidos no péssimo estado das tropas aliadas, exigiram a presença do mais ilustre dos chefes. Caxias foi nomeado em fins de 1866, sendo efetivado marechal-de-exército. Após paciente e eficaz trabalho de reorganização, treinamento, reequipamento e motivação, liderou as tropas em ininterrupta e resoluta ofensiva contra o ditador Solano López, entrando vitorioso em Assunção no ano de 1869.

Sua religiosidade estivera também presente durante todo o conflito.

De regresso à Pátria, recebeu o título de Duque, único da História do Brasil. Além disso, assumiu suas funções no Senado, sendo também nomeado para o Supremo Tribunal Militar de Justiça e conselheiro de Estado extraordinário. Na maçonaria, junto ao GOB, foi declarado representante do Supremo Conselho da Inglaterra no Brasil.

NA IRMANDADE DA SANTA CRUZ DOS MILITARES

Católico fervoroso e praticante, o destacado estadista ainda encontrava tempo

¹⁰ ROSÁRIO, Carlos José do. *Discursos e mais peças de arquitetura recitadas...* Loja União Escocesa. Rio de Janeiro: Tipografia do Irmão Bintot, 1847, p. 10-11.

para dedicar-se à Irmandade da Cruz dos Militares, onde exerceu as funções de provedor, nos anos de 1871 e 1872. Sua passagem por essa instituição enseja uma sintética apresentação sobre a mesma na atualidade, bem como uma sintética apreciação de sua rica história.

As origens da Irmandade da Santa Cruz dos Militares remontam ao ano de 1628, quando oficiais e praças do antigo Forte de Santa Cruz se uniram para a construção de uma ermida, onde pudessem ser sepultados. Martim de Sá – então governador do Rio de Janeiro – é considerado seu primeiro provedor. Foi por duas vezes considerada imperial: por D. Pedro I, em 1828, e por D. Pedro II, em 1840, que se declararam seus protetores, a exemplo de D. João VI.

Como provedor da Irmandade, Caxias desenvolveu trabalhos claramente voltados para o amparo das viúvas e dos órfãos de militares, com iniciativas que devem ser consideradas como precursoras de um sistema de previdência, inexistente e inédito para o período histórico considerado, sob quaisquer aspectos que se queira analisar.

Era o líder militar, espada invencível, renomado estadista e detentor do mais alto grau de nobreza da Corte brasileira buscando resolver, por intermédio de uma organização não-governamental, algumas das mais graves conseqüências sociais da guerra recentemente terminada. Um pioneirismo que comprova, uma vez mais, ter sido Caxias um homem à frente de sua época.

A IGREJA E A MAÇONARIA

Em 1875, apesar de relutante, Caxias assumiu uma vez mais as funções de ministro da Guerra e presidente do Conselho, atendendo a insistentes apelos do Imperador, que partia para o estrangeiro. Nessas funções, foi protagonista no desfecho da chamada Questão Religiosa, envolvendo a Maçonaria e a Igreja Católica.

Essa crise, iniciada em 1872, teve como estopim o inflamado discurso do Padre José Luiz de Almeida Martins, publicado nos jornais do Rio de Janeiro. Esse destacado maçom, na qualidade de Grande Orador interino do Grande Oriente do Brasil, elogiava a atuação da Ordem e, em particular, de seu Grão-Mestre e presidente do Conselho de Ministros, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, na condução do movimento de abolição da escravatura.

Décadas de rivalidades, fomentadas na Europa, faziam com que os bispos brasileiros estivessem em franca oposição à Maçonaria. Diante disso, o bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, exigiu o afastamento do Padre Almeida Martins da maçonaria e, diante da recusa deste, o suspendeu, desencadeando a crise. Diversos manifestos foram tornados públicos pelas mais importantes agremiações maçônicas.

Outros fatores, todavia, estimulavam a determinação de alguns destacados bispos de levar avante o contencioso. O principal, sem dúvida, era o já citado regalismo, uma vez que diversos setores do clero consideravam essa prática uma indevida inge-

rência dos governantes no poder temporal e, por vezes, no próprio poder espiritual da Igreja.

O bispo do Recife, Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, resolveu investir contra os maçons. Sua pastoral de 1872 termina assim:

“Esgotemos, reverendos párocos, todos os recursos da caridade e enviemos todos os esforços no intuito de esclarecer e arredar da sociedade maçônica aqueles que têm a infelicidade de ser nela iniciados. Mas, se estes, a despeito das caridosas e repetidas admoestações, permanecerem em sua criminosa obstinação, sejam eliminados do seio das irmandades e confrarias religiosas, e sofram as conseqüências da excomunhão maior, em que incorrerem *ipso facto*.¹¹

As reações, como esperado, não tardaram. Os párocos (muitos também maçons) alegaram não poder cumprir as ordens, assim como as mesas regedoras das irmandades e confrarias. Recorreram ao presidente da província e, este, ao desembargador procurador da Coroa, invocando a inexistência do *placet regium*, ou seja, o Imperador não havia ratificado essas determinações de Roma para o território brasileiro.

O caso foi levado ao governo central, que acatou o recurso, determinando a D. Vital suspensão de seus atos. Seguiram-se intransigências de ambas as partes, que terminaram com a condenação do bispo de Olinda,

em fevereiro de 1874, à prisão de quatro anos com trabalhos, mais tarde comutada em prisão simples.

Simultaneamente, no Pará, o bispo D. Antônio de Macedo Costa empreendia semelhante cruzada contra a maçonaria. Adepto das mesmas idéias e amigo de D. Vital, o bispo paraense tudo fez para ter o mesmo destino que o bispo de Olinda, pois entendia que se tratava de uma questão puramente espiritual, onde a ingerência do governo brasileiro era indevida. As autoridades e os juízes não entendiam assim e, em julho de 1874, o condenaram a quatro anos de prisão com trabalhos, também mais tarde comutada em prisão simples.

Cabe aqui uma pequena digressão sobre os contenciosos que, ainda hoje, influenciam o relacionamento entre a Igreja Católica e a Maçonaria.

Criada e, durante séculos, conduzida sob a égide da Igreja, a Maçonaria tem suas origens históricas perdidas nas névoas do tempo. As primeiras fontes fidedignas de sua efetiva existência remontam ao século IX, em plena era medieval. Foi idealizada para desenvolver e manter hermeticamente guardados os segredos da arte de construir, importante atividade que conferia riqueza e poder junto aos senhores feudais. Daí as cerimônias iniciáticas e os juramentos, para evitar que os conhecimentos caíssem no domínio geral.

Durante essa fase – que passou a ser denominada de operativa – a maçonaria foi a maior responsável pela construção dos castelos e igrejas medievais da Europa.

Com o passar do tempo e, principalmente, com o Renascimento, os conhecimentos

¹¹ LINHARES, Marcelo. *A Maçonaria e a Questão Religiosa do Segundo Império*. Brasília: Senado Federal, 1988, p. 35.

de engenharia e arquitetura terminaram por cair no domínio público, levando ao declínio da maçonaria e, paulatinamente, sua transformação em uma agremiação de características sociais, culturais e filosóficas, que passou a aceitar membros que não eram necessariamente dedicados às construções.

Na Inglaterra, com o anglicanismo, a maçonaria iria desligar-se definitivamente da Igreja Católica, ao tempo em que se aproximava dos nobres, cada vez mais presentes às cerimônias iniciáticas. Em 1717, com a fundação da Grande Loja da Inglaterra, iniciar-se-ia a fase atual, denominada especulativa, onde os trabalhos e materiais de construção passaram a servir somente como referência para símbolos e alegorias que encerram valiosos ensinamentos morais e filosóficos.

A nova maçonaria rapidamente se espalhou pela Europa, reavivando antigas lojas decadentes e principalmente criando modernas agremiações. Na França, seu encontro com o iluminismo e os enciclopedistas foi o que restava para que a mesma adquirisse características revolucionárias.

Esse crescente poder político, como sói acontecer, encontrou fortes movimentos antagônicos, seja de governos, seja da própria Igreja, sempre próxima dos reis, senhores feudais e expressivas autoridades. Além disso, sua filosofia e seu sistema de moral ensejavam absoluta liberdade para que cada indivíduo buscasse a sua própria verdade, sendo seu único dogma a existência de um princípio criador, chamado de Grande (ou Supremo) Arquiteto do Universo. A maçonaria, portanto, não se sentia contrariada pelo cristianismo, mas é compre-

ensível que este entendesse como uma ameaça aos seus rígidos dogmas o fato de se aceitar qualquer crença.

A reação da Igreja, portanto, não tardou. Em 1738, o Papa Clemente XII, na bula *In eminenti*, pronunciou a primeira condenação pontifícia contra a maçonaria, apontando duas razões: o segredo das cerimônias, agravado pela admissão de homens de todas as religiões; e um motivo oculto, que já foi objeto de diversas especulações, mas que encerraria, provavelmente, um caráter político.

Essa condenação foi repetida por quase todos os papas que se seguiram: Benedito XIV, Pio VI, Pio VII, Leão XII, Pio VIII, Pio IX, Leão XIII. Nesse contexto, é lícito afirmar que foram as encíclicas de Pio IX as que influenciaram diretamente o contencioso brasileiro. Sua constituição *Apostolicae Sedis*, de 1869, unificou todas as condenações anteriores, afirmando a excomunhão *latae sententiae*, reservada especialmente ao papa contra todos os que “dão seu nome à seita dos maçons ou dos carbonários ou a outra seita do mesmo gênero, que maquinam aberta ou secretamente contra a Igreja e contra os legítimos poderes e contra quem de qualquer modo favoreça tais seitas, inclusive os que não denunciam os ocultos corifeus delas”.¹²

Em 1917, O Papa Benedito XV promulgou o Código de Direito Canônico que, em seu artigo 2.335, preceitua: “Os que dão seu nome à seita maçônica ou a outras associações do mesmo gênero, que maquinam contra a Igreja ou contra os legítimos

¹² LINHARES, op. cit., p. 160.

poderes civis, incorrem *ipso facto* na excomunhão *simpliciter* reservada à Sé Apostólica.”¹³

Atualmente, quem melhor exprime o pensamento católico é D. Eugênio de Araújo Sales:

“O novo Código de Direito Canônico assim se expressa: ‘Quem se inscreve em alguma associação que conspira contra a Igreja, seja punido com justa pena; e quem promove ou dirige uma dessas associações, seja punido com interdito’ (cânon 1.374). No dia seguinte à entrada em vigor do novo código, isto é, 26 de novembro, é publicada a citada declaração com a aprovação do Santo Padre. Diz o documento que a maçonaria não vem expressamente citada por um critério redacional e acrescenta: ‘Permanece, portanto, inalterado o parecer negativo da Igreja a respeito das associações maçônicas, pois os seus princípios foram sempre considerados inconciliáveis com a doutrina da Igreja e, por isso, permanece proibida a inscrição nelas’.”¹⁴

Finalizando essa pequena digressão, é lícito afirmar que a Igreja sempre condenou a maçonaria, seja por motivos temporais e políticos, na constante busca pelo poder, seja por motivos espirituais, uma vez que essa liberdade de credo é considerada nociva à integridade do rebanho. Atualmente,

os primeiros podem ser considerados anacrônicos, uma vez que ambas as instituições há muito deixaram de ter a influência e o prestígio que possuíam. Os segundos, todavia, permanecem.

Por seu turno, a maçonaria teve, historicamente, diversos motivos materiais para opor-se à Igreja, em sua busca de espaços políticos que permitissem influenciar as decisões dos governantes. Quanto aos motivos espirituais, nunca houve, nem há, por parte da maçonaria, qualquer contencioso com a Igreja, uma vez que ela não é uma religião. Contudo, conforme demonstrado, é imperioso reconhecer que alguns de seus princípios – como a liberdade de credos e as reuniões em segredo – tornam essa instituição rejeitada pela maior parte das religiões, dogmáticas por natureza e definição.

Voltando a Caxias, mesmo não tendo participado de nenhum episódio dos contenciosos, seria lícito supor a delicada situação em que o mesmo foi envolvido, por assumir a presidência do Conselho de Ministros na condição de católico fervoroso e maçom de destaque. Todavia, para aqueles que já o conheciam, sua atitude só poderia ser a favor do Brasil, e pela mais clara e perene pacificação dos ânimos.

Assim foi que o marechal exigiu de D. Pedro II a imediata anistia aos bispos, como condição para sua posse na presidência do Conselho de Ministros. O monarca relutou, mas acabou cedendo, pela necessidade de tê-lo mais uma vez como executivo de seu governo. Apesar disso, sua condição de maçom ficou patente, o que provavelmente ocasionou seu afastamento da Irmandade da Cruz dos Militares. Essa

13 LINHARES, op. cit., p. 188.

14 SALES, Eugênio de Araújo. A Igreja frente aos maçons. In jornal *O Globo*, de 27 de janeiro de 2001, Rio de Janeiro, Brasil, 2001. Disponível em <http://www.iis.com.br/newage/port/249-1487.htm>. Pesquisa realizada às 22:30 horas de 29 de julho de 2003.

afirmativa é feita com base em charge publicada na capa da *Revista Illustrada* nº 27, de 15 de julho de 1876, que mostra o duque sendo enxotado da porta da igreja com uma vassoura e a legenda: “Com mil bombas! Enxotam-me insolentemente d’esta Irmandade, chamando-me de maçom pestilento e eu hei de aprovar isso? Aqueles malcriados de Roma ignoram então que eu sou maçom?”

Com o retorno do Imperador da Europa, em 1877, Caxias é exonerado, ao tempo em que é nomeado um gabinete opositor. O valoroso guerreiro recolhe-se à Fazenda Santa Mônica, de seu genro, onde viria a falecer em 1880.

“Suas derradeiras vontades são muito expressivas: pede que o seu enterro seja feito sem pompa, dispensando-se as honras militares e do Paço; que seu corpo seja carregado por seis soldados da guarda da Corte, dos mais antigos e de bom comportamento, dando-se a cada um deles a quantia de 30\$000; que seu enterro seja custeado pela Irmandade da Cruz dos Militares; que não se embalsame seu corpo e que sobre seu cadáver figurem, apenas, as medalhas militares do Mérito e da Campanha do Paraguai.”¹⁵

CONCLUSÕES

Como sói acontecer com alguns dos mais expressivos homens da história universal, o Duque de Caxias não foi devidamente reconhecido em vida, nem tampouco nas primeiras décadas que se seguiram ao seu falecimento.

¹⁵ CARVALHO, op. cit., p. 135.

O próprio Imperador, embora o respeitasse e admirasse, demonstrou, em alguns episódios, uma ponta de inveja, talvez de alguém que pudesse lhe fazer sombra, e também até um pouco de desdém pelo soldado que, devido à absoluta fidelidade, tantas vezes comprovada, lhe devotava absoluto respeito e acatamento.

Soube o governo imperial, pelo menos, prestar-lhe significativa homenagem. Um dos últimos atos públicos, três meses antes da Proclamação da República, foi a inauguração, no Largo do Machado, de um monumento em bronze daquele que deve ser também considerado o sustentáculo do Império. Décadas depois, em 1949, a mesma estátua foi transportada para o Panteão, construído em frente ao Palácio Duque de Caxias, na Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro.

A Igreja permitiu seu afastamento da Irmandade da Cruz dos Militares, conforme demonstrado. Interessante, todavia, foi o testamento do marechal, desejando que seu enterro fosse custeado pela Irmandade. Esse fato pode demonstrar que não havia mágoas, e que o citado episódio havia sido totalmente superado, ou que se tratou simplesmente de fazer valer um direito, como forma de promover um forçado desagravo *post-mortem*.

Os políticos o envolveram inúmeras vezes em episódios desagradáveis:

“Mas não imaginemos que o grande homem tinha o carinho da Nação; seus inimigos inventaram histórias contra sua honra e lhe acusaram de desonesto. E eis que o vemos, ainda não totalmente refeito, responder no Senado a cada uma

das injúrias e ataques e a provar que suas montarias e bestas de bagagem estavam sendo descontadas no soldo que recebia (...). Prefiro anos da campanha mais dura a meses de Ministério, ouviu seu biógrafo, Pinto de Campos, dos lábios do duque.”¹⁶

Após sua morte, a classe política rapidamente o esqueceu, embalada pela onda republicana que tomava o País após a Guerra do Paraguai e, principalmente, após o afastamento do valoroso estadista, reconhecidamente um conservador e fiel ao Imperador.

A maçonaria, acentuadamente inserida no contexto republicano, ignorou o falecimento do marechal e praticamente sepultou, junto com ele, suas memórias, só vindo a resgatá-las, segundo consta, em 1939, em sessão do GOB presidida pelo Grão-Mestre, General José Maria Moreira Guimarães, quando foi realizada significativa homenagem ao mesmo, com conferência proferida pelo General Benício da Silva. Vale ressaltar que, em diversos episódios, Caxias se viu na contingência de combater maçons, tais como: Diogo Antônio Feijó, Bento Gonçalves, David Canabarro e Giuseppe Garibaldi. Em todas essas ocasiões, sabendo que estavam seus irmãos equivocados, combateu-os com firmeza e agressividade – apesar da fraternidade e do tratamento digno que sempre dispensou aos vencidos – colocando os interesses da Nação brasileira acima de quaisquer outros e demonstrando, ainda, absoluta coe-

rência e fidelidade aos mais elevados ensinamentos da própria moral maçônica.

O próprio Exército seguiu a mesma linha. A chamada Questão Militar havia criado um claro contencioso entre a oficialidade e a monarquia, engrossando rapidamente as fileiras dos republicanos, liderados pelo Tenente-Coronel Benjamin Constant – o artífice da proclamação. Nas décadas que se seguiram, como é fácil compreender, os militares não cultivaram adequadamente a memória do Duque de Caxias, que só começou a ser efetivamente resgatada depois de mais de trinta anos. O dia 25 de agosto – data de seu natalício – passou a ser considerado o Dia do Soldado somente em 1923, com a edição do Aviso nº 443. Finalmente, foi oficialmente instituído Patrono do Exército Brasileiro por meio do Decreto nº 51.429, de 15 de março de 1962.

Apesar de uma existência caracterizada por efetiva participação em inúmeros conflitos de todos os tipos, “viveu sob a glória divina de vencer sempre”. Sua acendrada espiritualidade – caracterizada por fervorosa fé cristã e coerente com o sistema filosófico de moral maçônica – possibilitou que o destemido guerreiro somente desembainhasse a espada após vencer suas próprias paixões e submeter suas próprias vontades. Usou a força resolutamente, porém sem ódio, e por isso não despertou rancores. Colocou os mais nobres ideais acima das mesquinhas humanas, e dedicou-se inteiramente à construção da Nação que tanto amou. Caxias, Patrono do Exército, ocupa hoje um merecido lugar de destaque no altar da Pátria brasileira.

16 FROTA, Guilherme de Andréa. *Caxias*. Disponível em <http://www.dep.ensino.eb.br/dac/caxias/index.htm>. Consulta realizada às 11h45min de 1º de agosto de 2003.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- I SIMPÓSIO DA ACADEMIA CAMPINENSE MAÇÔNICA DE LETRAS. Campinas: Print House, 2001.
- BENTO, Cláudio Moreira. *Duque de Caxias: cristão de fé robusta*. Disponível em <http://www.resenet.com.br/users/ahimtb/caxico364.htm>. Pesquisa realizada às 02h35min de 23 de março de 2003.
- . *Caxias e a Unidade Nacional*. Disponível em <http://www.resenet.com.br/users/ahimtb>. Pesquisa realizada às 00h20min de 15 de abril de 2003.
- BIBLIOTECA DO EXÉRCITO (Brasil). *O Exército na História do Brasil*. 4 v. : il. col. Salvador, BA: Odebrecht, 1998.
- BRASIL, Francisco de Souza. Caxias: militar-estadista. In *Revista Militar Brasileira*: ano 66, v. 116, p. 33-40. Brasília: Centro de Documentação do Exército, 1980.
- CAMPOS, Pinto de. *Vida do Grande Cidadão Brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva*. Transcrição da introdução. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1978.
- CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976.
- CASTELLANI, José. *História do Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria na História do Brasil*. Brasília: Gráfica e Editora do Grande Oriente do Brasil, 1993.
- . *Piratiniga: História da Loja Maçônica Tradição de São Paulo*. São Paulo: OESP, 2000.
- . *A Questão Religiosa do Segundo Império: algumas observações*. Disponível em: <http://www.castellani.com.br/artigos/catholic2.htm>. Pesquisa realizada às 22h10min de 25 de julho de 2003.
- COSTA, Antônio F. G. da. *Guia para a Elaboração de Relatórios de Pesquisa – monografias: trabalhos de iniciação científica, dissertações, teses e editoração de livros*. 2.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Unitec, 1998.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FROTA, Guilherme de Andréa. *Caxias*. Disponível em <http://www.dep.ensino.eb.br/dac/caxias/index.htm>. Consulta realizada às 11h45min de 1º de agosto de 2003.
- IRMANDADE DA SANTA CRUZ DOS MILITARES. Folheto, 2003.
- LINHARES, Marcelo. *A Maçonaria e a Questão Religiosa do Segundo Império*. Coleção Ruy Santos, v. 1. Brasília: Senado Federal, 1988.
- LOJA UNIÃO ESCOCESA. *Discursos e mais peças de arquitetura recitas por acasião da posse das luzes e mais dignidades da sempre Augusta e Respeitável Loja União Escocesa, aos 26 dias do mês da verdadeira luz de 5847 e oferecidas ao Soberano Grande Comendador e Grande Inspektor do Grau 33, Conde de Caxias*. Rio de Janeiro: Tipografia do Irmão Bintot, 1847.
- MELLOR, Alec. *Dicionário da franco-maçonaria e dos franco-maçons*. Trad. Sociedade das Ciências Antigas. Coleção Arcanum, v. 7. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- MENESES, Antônio Lacerda de. *Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim*. Disponível em http://www.ipahb.com.br/fotos_mage/mage_historica.htm#Alvo8. Pesquisa realizada às 11h30min de 22 de maio de 2003.
- NAPOLEÃO, Renato Brenner. *Católico e maçom?* Disponível em <http://www.brasil.terravista.pt/AreiasBrancas/2048/cat%C3%B3licoXma%C3%A7om.htm>. Pesquisa realizada às 21h20min do dia 15 de julho de 2003.
- PADECEME. N. 1 (1 quadrimestre de 2003). Rio de Janeiro: Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2003.
- PROBER, Kurt. *Duque de Caxias: sua vida na Maçonaria*. Rio de Janeiro: Academia Maçônica de Letras, 1972.
- REVISTA MILITAR BRASILEIRA. Ano 66, v. 116, nº especial. Brasília: Centro de Documentação do Exército, 1980, quadrimestral.
- PEREIRA, Otto de Alencar Sá. *D. Pedro II, Caxias e Zacarias: a grande vantagem da existência do Poder Moderador*. Disponível em <http://www.ihp.org.br/docs/oasp20000730t.htm#topo>. Consulta realizada às 19h40min de 2 de maio de 2003.
- SALES, Eugênio de Araújo. A Igreja frente aos maçons. In *jornal O Globo* de 27 de janeiro de 2001. Rio de Janeiro: Brasil, 2001. Disponível em <http://www.iis.com.br/newage/port/249-1487.htm>. Pesquisa realizada às 22h30min de 29 de julho de 2003.
- TERRA, João Evangelista Martins. *Pode um Católico ser Maçom?* Disponível em <http://www.brasil.terravista.pt/AreiasBrancas/2048/cat%C3%B3licoXma%C3%A7om.htm>. Pesquisa realizada às 21h20min do dia 15 de julho de 2003.

Caxias e Inhaúma, um exemplo de bom entendimento e cooperação



*Armando de Senna Bittencourt**

Resumo: O autor descreve o bom relacionamento entre o Duque de Caxias e o Visconde de Inhaúma, fator responsável pelos êxitos das Forças Armadas imperais no teatro de operações guarani.

Palavras-chave: Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. Almirante Joaquim Ignácio, Visconde de Inhaúma.

No dia 18 de fevereiro de 1869, o Almirante Joaquim José Ignácio, Visconde de Inhaúma, regressou ao Rio de Janeiro, após comandar a Força Naval do Brasil em Operações de Guerra contra o governo do Paraguai, durante aproximadamente dois anos. Esta seria sua última viagem. Estava exausto, a guerra e a doença haviam lhe consumido todo o vigor. Desembarcou da corveta *Niterói* em maca e, no cais do Arsenal, foi, praticamente, carregado pelos parentes e amigos. “Voltaram seus restos, quase inanimados”, como noticiou um jornal. Faleceu poucos dias depois.

Inhaúma foi, sem dúvida, um dos artífices da difícil vitória alcançada numa guerra cruel, em território remoto e hostil, em que o Rio Paraguai era a artéria da logística dos exércitos em operações. Foi uma tarefa grandiosa, conduzida com bom senso e compe-

tência; ainda mal compreendida por muitos, mesmo em nossos dias. Um detalhe de fundamental importância, sem dúvida, para o bom êxito alcançado nessa guerra, foi o perfeito entendimento e cooperação entre o Marquês de Caxias e o Visconde de Inhaúma, que possibilitou o sucesso nas inúmeras operações combinadas em que participaram forças terrestres e navais.

A vitória brasileira em Riachuelo, logo no início da Guerra do Paraguai, praticamente aniquilou o poder naval do inimigo. Garantiu também o bloqueio, impedindo que Solano López recebesse armamentos e, até mesmo, os navios encouraçados que havia encomendado no exterior. Como comprometeu o apoio logístico das tropas inimigas invasoras, logo a guerra passou para território paraguaio. Tudo isso levou à ilusão de que a Tríplice Aliança poderia vencer em pouco tempo. Mas tal não ocorreu.

* Vice-Almirante. Sócio-titular do IGHMB.

O que parecia fácil estagnou. O Paraguai era um país mobilizado para a guerra e Humaitá ainda era uma fortaleza inexpugnável, enquanto não estivessem disponíveis os novos meios navais que estavam em obtenção – os navios encouraçados.

Para avançar ao longo do Rio Paraguai, era necessário vencer diversas passagens fortificadas, destacando-se inicialmente Curuzu, Curupaiti e Humaitá. Navios oceânicos, de calado inapropriado para navegar em rios, de casco de madeira, sem couraça, como os da Força Naval brasileira que combatera em Riachuelo, não teriam bom êxito. Era evidente que o Brasil necessitava de navios encouraçados para o prosseguimento das ações de guerra; e os obstáculos e fortificações de Humaitá eram uma séria ameaça, mesmo para estes navios.

Os brasileiros empenharam-se em obter os meios navais necessários adquirindo navios no exterior – inclusive os que o Paraguai havia anteriormente encomendado – ou construindo-os no País. De 1865 a 1869, foram construídos no Arsenal de Marinha, no Rio de Janeiro, três encouraçados e seis monitores. Os monitores foram projetados por um engenheiro da Marinha, Napoleão Level, inspirado no projeto inovador do *USS Monitor*, de John Ericsson, levando em conta os aperfeiçoamentos que, durante a Guerra Civil Americana, foram implementados nesse tipo de navio. Os monitores que foram construídos pela Marinha do Brasil obedeciam a requisitos operacionais especialmente elaborados para que pudessem enfrentar o inimigo naquele teatro de operações específico da Guerra do Paraguai. Foi, sem dúvida, um grande feito da Engenharia Naval brasileira.

Os navios encouraçados obtidos começaram a chegar à frente de combate em dezembro de 1865. Durante a guerra, 17 navios encouraçados, incluindo os monitores, foram incorporados à esquadra brasileira.

O comando geral dos exércitos aliados era, inicialmente, exercido pelo Presidente da República Argentina, General Bartolomeu Mitre. As forças navais do Brasil não estavam diretamente subordinadas a ele. Assim fora, intencionalmente, previsto no Tratado da Tríplice Aliança. O comando das forças navais brasileiras, que representavam praticamente a totalidade do poder naval presente no teatro de operações, era exercido pelo Visconde de Tamandaré, que também não estava subordinado ao comando das forças terrestres brasileiras. As operações em que participavam forças navais e terrestres eram, portanto, operações conjuntas sem unidade de comando. Aliás, durante a Guerra Civil Americana (1861-1865), que é imediatamente anterior à Guerra do Paraguai (1865-1870), também não houvera unidade de comando entre forças navais e terrestres, o que não impediu o bom êxito em uma grande quantidade de operações conjuntas realizadas pelos Estados Unidos da América, na bacia do Mississippi. Concorreu para isso, como se diz, o bom entendimento, confiança, amizade e cooperação entre os que lá exerciam o comando, o que é verdade, principalmente no caso do General Ulysses S. Grant e do Comodoro David D. Porter. Cabe observar, porém, que essa fase inicial da Guerra do Paraguai se caracterizou pela falta de confiança e de unidade de comando, mesmo nos exércitos, onde, formalmente, cabia a Mitre o comando geral. Os brasileiros não

confiavam nos argentinos, seus inimigos recentes em conflitos anteriores na região do Prata. Artur Silveira da Mota, o Barão de Jaceguay, que exercia, então, a função de secretário de Tamandaré, é bastante claro nesse aspecto, em seu livro *Reminiscências da Guerra do Paraguai*.

A ofensiva aliada para a invasão do Paraguai necessitou do apoio de forças navais. Coube, inicialmente, à Marinha fazer o levantamento hidrográfico do trecho inexplorado do Rio Paraná, combater as chatas paraguaias e bombardear o Forte de Itapiru e o acampamento inimigo. Houve, depois, perfeita cooperação entre as forças navais e terrestres, na operação de desembarque que ocorreu em seguida. Os navios transportaram cerca de 45 mil homens, de um efetivo de uns 65 mil, artilharia, cavalos e material.

Com a invasão, os paraguaios abandonaram Itapiru e Passo da Pátria e, após as tentativas, infrutíferas, de derrotar o invasor em Estero Bellaco e Tuiuti, sua defesa se concentrou, principalmente, no conjunto de fortificações das margens do Rio Paraguai que barravam o caminho: Curuzu, Curupaiti e Humaitá.

Em 31 de agosto de 1866, as tropas brasileiras, comandadas pelo Barão de Porto Alegre, desembarcaram e, apoiadas pelo fogo dos navios, tomaram Curuzu.

O próximo ataque foi a Curupaiti. Mitre assumiu pessoalmente o comando da operação, mas, apesar do bombardeio pela força naval de Tamandaré, o ataque aliado, ocorrido em 22 de setembro, levou à maior derrota da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai.

O preparo da operação fora insuficiente, pois tratava-se de uma posição bem defendida e as dificuldades do ataque não fo-

ram corretamente avaliadas. Seguiram-se acusações e críticas, principalmente contra Tamandaré. Vieram a tona todas as inimizades. Tamandaré, que era frequentemente acusado de ser excessivamente cauteloso, desta vez não teria dado a cobertura de fogo suficiente. Na realidade, era difícil avaliar o resultado de um bombardeio naval, pelo menos até o fim do século XX. Ele, por sua vez, insinuava que Mitre, como argentino, poderia ter o interesse de sacrificar os navios para reduzir o poder naval brasileiro. Como o poder naval do Império sempre esteve muito presente na região do Rio da Prata, em tempos de guerra, ou respaldando os interesses do Brasil em períodos de paz, sua existência contrariava, sem dúvida, interesses da Argentina. A suspeita de Tamandaré, conseqüentemente, não podia ser considerada como sem fundamento e era sua obrigação, como comandante da Força Naval brasileira, considerar essa hipótese. Cabe, no entanto, observar que Mitre foi fiel à causa da Tríplice Aliança e enfrentou, com resignação, dificuldades consideráveis durante seu período à frente das forças aliadas, inclusive porque a imprensa e a opinião pública da Argentina, expulsos os paraguaios de seu território, não eram mais favoráveis à guerra, e também eram contrárias à aliança com o Império do Brasil, seu tradicional inimigo.

Como resultado da derrota de Curupaiti e para superar a crise, aceitou-se o afastamento de Tamandaré, que tantos bons serviços havia prestado na fase inicial da guerra, inclusive organizando um excelente sistema de apoio logístico. Ele é, por tudo que fez antes e durante a Guerra do Paraguai, muito justamente, o patrono da Marinha do

Brasil. Tamandaré, porém, estava esgotado e dificilmente se entrosaria, daí por diante, com Mitre, que continuaria exercendo o comando geral dos exércitos aliados, por força do Tratado da Tríplice Aliança.

O Marquês de Caxias foi, então, designado para o cargo de comandante-em-cheefe de todas as forças brasileiras em operações contra o governo do Paraguai. Caxias já havia demonstrado ser um excelente general e estadista. O comando da Força Naval do Brasil coube ao Chefe-de-Esquadra Joaquim José Ignácio e passou a ser subordinado a Caxias, mas não ao comando geral de Bartolomeu Mitre, mantendo-se o que já estava previsto no tratado. Agora, havia unidade de comando nas forças brasileiras. Mas, provavelmente, mais importante do que isso eram a experiência política dos dois novos comandantes brasileiros, obtida no exercício dos altos cargos que haviam anteriormente exercido, e a amizade que existia entre eles.

Caxias e Joaquim José Ignácio se conheciam havia muito tempo; eram amigos e assim se tratavam. Em 1861, por exemplo, quando Caxias foi incumbido de organizar o Gabinete, escolheu o futuro Inhaúma para a pasta da Marinha e, também, para implantar o Ministério da Agricultura e Obras Públicas, recém-criado.

Nomeado em 3 de dezembro de 1866, Joaquim José Ignácio viajou imediatamente para o Paraguai; visitou o túmulo do filho, Tenente Mariz e Barros, morto em combate, e, no dia 22, recebeu de Tamandaré o comando da Força Naval. Em 15 de agosto de 1867, já promovido a vice-almirante, comandou a passagem de Curupaiti, enfrentando o fogo das baterias de terra e ultra-

passando, no rio, estacadas de madeira. Participaram da passagem dez encouraçados que, logo em seguida, começaram a bombardear Humaitá. Pelo feito, recebeu, logo depois, o título de Barão de Inhaúma.

A nova posição dos navios dessa força naval brasileira entre Curupaiti e Humaitá, no entanto, expunha-os aos tiros dos canhões das fortalezas paraguaias. Inhaúma considerava que ainda era impossível forçar Humaitá. Caxias, portanto, autorizou-o a retornar para Curuzu, se assim julgasse necessário. Isso causou um protesto de Mitre e sua correspondência com Caxias se tornou, a partir daí, tensa, com relação ao emprego das forças navais. Mitre acreditava que não se deveria abandonar uma posição conquistada, pois isso afetaria negativamente o ânimo dos aliados e fortaleceria o do inimigo. Considerava, também, que a passagem de Humaitá era tão importante que justificava a perda de dois terços da esquadra ou, mesmo, sua perda total.

De 27 de agosto a 24 de dezembro, houve um difícil diálogo entre Mitre e Caxias, através de ofícios. Caxias confiava na avaliação de Inhaúma e ambos esperavam a chegada dos monitores construídos no Arsenal, pois eram os navios mais adequados para ultrapassar Humaitá e operar rio acima.

Enquanto isso, Inhaúma, de sua difícil posição, mantinha as fortificações de Humaitá sob freqüente bombardeio de sua força naval. Os suprimentos vinham por terra, precariamente no início, através de um caminho aberto no Chaco, na margem direita do rio. Depois, construiu-se uma estrada de ferro até um local denominado Porto Elizário, para apoiar os navios. Até do ponto

de vista exclusivamente logístico, somente com uma base de suprimentos estabelecida pelos exércitos acima de Humaitá haveria condições de efetuar a passagem e manter os navios rio acima.

Definitivamente, Caxias também não confiava em Mitre. Isso deve ter sido uma decepção para o grande estadista e presidente argentino, que se animara com sua designação. Caxias, no entanto, reorganizara as forças terrestres brasileiras, obtivera cavalos, pois a maioria deles havia morrido devido à qualidade do pasto naquela região do território paraguaio, e iniciara a marcha de flanco, por terra, em julho de 1867. A ocupação de Tayi, que serviria para apoiar os navios, completou também uma das etapas do cerco a Humaitá.

Em 14 de janeiro de 1868, devido ao falecimento do vice-presidente, Mitre precisou reassumir a presidência da Argentina e deixou o Paraguai, desta vez definitivamente, passando o comando-em-chefe das forças aliadas para Caxias.

Inhaúma esperava o momento certo para agir. O respaldo e a confiança que sempre tivera de Caxias, seu superior, durante todo esse tempo, permitia-lhe agir sem precipitações. Os primeiros três monitores construídos no Arsenal de Marinha, que seriam fundamentais para o sucesso da operação, chegaram ao Paraguai no final de dezembro e juntaram-se à Força Naval em Porto Elizário. Em 14 de janeiro, uma enchente do Rio Paraguai mostrou que o sistema defensivo de correntes podia ser ultrapassado por navios de pequeno calado, aproveitando uma próxima oportunidade.

Na madrugada de 19 de fevereiro de 1868, iniciou-se a passagem de Humaitá. A

esquadra de Inhaúma intensificou o bombardeio e a divisão avançada comandada pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Delfim Carlos de Carvalho, genro de Inhaúma, depois Almirante e Barão da Passagem, avançou, rio acima, para ultrapassar os obstáculos e as fortificações da margem. Essa divisão era formada por seis navios – os encouraçados *Barroso*, *Tamandaré* e *Bahia* e os monitores *Rio Grande*, *Pará* e *Alagoas*. Deles, somente o *Bahia* não fora construído no Brasil. Acometeram a passagem formando três pares, compostos cada um de um encouraçado com um monitor amarrado ao seu contrabordo. Esse arranjo, aos pares, ficando os encouraçados no lado mais vulnerável ao fogo de artilharia de terra, repetia um arranjo semelhante, que ocorrera na campanha do Mississippi, em uma das passagens da força naval nortista por Vicksburg, em abril de 1863.

Finalmente, ao meio-dia, depois de o *Alagoas* ter, na passagem, de expor-se diversas vezes ao fogo inimigo e, em seguida, repelir uma tentativa de abordagem de canoas paraguaias, os seis navios da Divisão Avançada chegaram a Tayi, tendo antes enfrentado as baterias do forte paraguaio do Timbó. Três dos seis navios tiveram que ser encalhados, para não afundarem. O *Alagoas* fora atingido por mais de cento e sessenta projéteis. Estava, no entanto, vencida Humaitá, que aos poucos seria desguarnecida pelos paraguaios.

Caxias escreveu uma carta para Inhaúma, datada de 20 de fevereiro:

“Meu amigo. A sua Esquadra brilhou: não se podia fazer mais, nem com mais habilidade. Estive já ontem com o Delfim (Delfim Carlos de Carvalho), a quem

dei um apertado abraço (...). E agora vem o cumprimento do plano por parte do Exército. Eu por terra fiz o que lhe prometi: não mandei, fui em pessoa dirigir uma coluna de seis mil homens das três armas, na hora ajustada para a passagem dos monitores e encouraçados da Esquadra, e com essa força atacar o exterior de Humaitá; tomei, depois de três horas de renhido combate, o forte do flanco esquerdo daquela praça, que estava guarnecido com 15 bocas de fogo, todas já estão no meu acampamento (...). Seu amigo e colega Luiz.

No final, a passagem de Humaitá foi fácil, ou melhor, pareceu fácil para os que não participaram dela. Não se perdeu um único navio. O Alagoas, apesar de exposto diversas vezes ao fogo, sobreviveu. Mas, todos os especialistas sérios, inclusive os estrangeiros, como Mouchez, que conheceu Humaitá, a respeitavam. Do ponto de vista militar, não se pode fazer hipóteses que supõem intenções ou imperícia do inimigo. Isto sim, pode levar a grandes desastres na guerra, e Caxias e Inhaúma não se deixaram iludir, apesar das pressões externas.

No dia 24 de fevereiro, três dos navios que haviam ultrapassado Humaitá subiram o Rio Paraguai até Assunção. Tratou-se, evidentemente, de uma manobra de efeito moral. Não faria sentido bombardear indiscriminadamente a cidade e matar civis, nem desembarcar uma tropa, pois havia muitos inimigos na retaguarda, ao longo do rio, o que tornaria logo depois a ocupação inviável. Embora não tivessem, naquela ocasião, encontrado resistência de vulto no caminho, logo em seguida os paraguaios começaram a reforçar e fortificar diversas passagens do

rio. O importante, estrategicamente, para a continuação da ofensiva aliada era fechar o cerco de Humaitá e tornar sua manutenção pelos paraguaios despropositada. Isto estava nos planos de Caxias, que contava com o apoio de Inhaúma.

Os paraguaios sempre ambicionaram tomar navios brasileiros. Esse era seu plano inicial em Riachuelo e, durante a guerra, tentaram sem sucesso diversas vezes usar canoas com tropas, para abordar os navios encouraçados. Sempre foram repelidos com grandes perdas. Richard Burton, famoso explorador do século XIX que, quando era o cônsul britânico em Santos, visitou a frente de combate durante a guerra, afirmou, em suas *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*, que eles acreditavam que, dispondo de um único navio encouraçado, abririam o rio. Muito provavelmente não o fariam, mas o fato de que a Marinha do Brasil dominava o rio, e exercia o bloqueio com eficácia, era decisivo para o resultado da guerra. Só restava a Solano López recuar.

Na madrugada de 3 de março, López se retirou de Humaitá, com cerca de 12 mil homens, desembarcou em Timbó e foi se estabelecer em San Fernando, para formar uma nova linha de defesa. Alguns dias depois, com o bom êxito dos ataques aliados aos redutos paraguaios da periferia, boa parte dos defensores se retirou pelo Chaco, também para San Fernando, e os restantes se concentraram no recinto de Humaitá. Para bloquear-lhes a fuga, tropas aliadas foram transportadas por navios para o lado do Chaco.

Em março, a força naval de Delfim surpreendeu os navios paraguaios *Taquari* e *Igurei* e afundou-os. Esses navios eram os

melhores que López ainda possuía e, com essa perda, reduziu-se a capacidade de apoio a suas tropas.

Em 25 de julho, os últimos defensores abandonaram Humaitá, que foi definitivamente ocupada pelos aliados. Restava a eles reforçar o bloqueio para impedir a fuga desses paraguaios. Para isso, os aliados criaram uma flotilha de escaleres, lanchas e canoas, tripulados por pessoal da Marinha e do Exército, na Laguna Verá, por onde teriam que passar os fugitivos, em canoas. Os combates que ali ocorreram, corpo a corpo, entre as tripulações das embarcações constituíram, provavelmente, um dos conjuntos de episódios mais dramáticos dessa guerra. Participaram, com grande bravura, jovens oficiais brasileiros, como os tenentes Saldanha da Gama e Júlio de Noronha, futuros almirantes. Finalmente, em 5 de agosto, mais de mil e trezentos paraguaios se renderam, após muitas perdas.

Superado o obstáculo de Humaitá, Caxias podia avançar para o norte. O grosso do Exército paraguaio estava agora além do Rio Tebiquari, afluente da margem esquerda do Paraguai. Segundo ele, “ficou, portanto, disposto que a marcha [dos aliados] seria efetuada logo que a esquadra se aprontasse para seguir, pois, para pôr em prática o plano, era necessário que com ela subissem, também, alguns transportes e que seu movimento acompanhasse o do Exército”. No dia 16 de agosto, Inhaúma começou a subir o Rio Paraguai, cumprindo determinação de Caxias; ultrapassou a bateria de Timbó, onde alguns navios sofreram danos; alcançou Tayi, onde encontrou parte da força de Delfim; e foi fundear em Pilar. Nos dias seguintes, os navios da Força Naval

brasileira participaram das operações aliadas, prestando o apoio esperado por Caxias: empregando seus canhões para bombardeio de terra, transportando tropas e equipamentos e penetrando no Tebiquari.

Com o avanço aliado, López, em San Fernando, decidiu abandonar essa posição e preparar sua defesa em Piquissiri. Aproveitou, também, para reforçar a fortificação de Angostura, em um estreitamento do Rio Paraguai, no caminho de Villeta, logo acima de Piquissiri.

Logo Caxias alcançou Palmas, ao sul de Piquissiri, onde a força naval de Inhaúma veio encontrá-lo. Até então, seu avanço tinha sido tão rápido quanto o apoio dos meios navais disponíveis o permitia. De Palmas, Caxias iniciou a realização de seus planos para atacar a nova posição do inimigo, defendida, ao sul, em Piquissiri. Ele próprio percorreu o Rio Paraguai a bordo dos navios, efetuando o reconhecimento das posições inimigas, e concluiu por não realizar uma ação frontal. Era, também, impossível contornar a posição pela direita e, à esquerda, ela se apoiava no rio. Só restava utilizar a outra margem, onde se situava o Chaco, um alagadiço quase intransponível, periodicamente exposto a inundações. A genial manobra do Piquissiri, então planejada por Caxias, foi uma operação combinada, em que a cooperação da força naval de Inhaúma exerceu um papel relevante.

Parte das tropas terrestres, comandadas pelo General Argolo, foi transportada por navios da Força Naval para um local da margem direita do Rio Paraguai, no Chaco, à jusante de Piquissiri. Depois, construíram, em apenas 23 dias, um caminho de quase onze quilômetros pelo Cha-

co até alcançar, novamente, a margem do Paraguai, à montante de Piquissiri, vencendo terrenos pantanosos e cursos d'água. Foi preciso pavimentar quase três quilômetros com troncos de palmeiras e erigir diversas pontes. Enquanto isso, os navios eram empregados para transportar mais tropas para a margem direita do rio, para apoiar reconhecimentos e surtidas ao longo das margens e para distrair os paraguaios de Angostura.

No dia 29 de novembro, parte da Força Naval, comandada por Delfim, cumprindo, através de Inhaúma, ordens de Caxias, subiu até Assunção, para atrair a atenção do inimigo. Delfim bombardeou edifícios públicos, o arsenal e o estaleiro. Depois, desceu o rio até Villeta.

A operação de transporte das tropas para a margem esquerda do Rio Paraguai teve início no dia 4 de dezembro de 1868. Os navios começaram a atravessar o rio na manhã do dia seguinte. O desembarque foi em Santo Antônio, acima de Villeta. Inhaúma manteve seu pavilhão no encouraçado *Brasil*. Os encouraçados *Bahia*, *Silvado*, *Lima Barros* e *Brasil* se aproximaram da margem, no local de embarque. A eles se juntaram o *Tamandaré* e o *Barroso* e os monitores *Ceará*, *Piauí* e *Rio Grande*. Cada encouraçado transportou, na primeira leva, de 600 a 1.500 homens, conforme sua capacidade, e os monitores transportaram a artilharia e sua guarnição. Durante a operação, os monitores *Pará* e *Alagoas* mantiveram Villeta sob bombardeio.

Após o desembarque, o *Brasil* e o *Lima Barros* passaram a proteger Santo Antônio. O *Tamandaré*, o *Barroso* e o *Silvado* desceram para embarcar a cavalaria, transpor-

tando-a em diversas viagens. Os outros navios desceram e passaram a transportar o restante das tropas e, depois, as bagagens.

No final do primeiro dia, já estavam, na margem esquerda, cerca de 18.600 homens. A tropa começou a se movimentar para o sul no dia seguinte, 6 de dezembro. O primeiro obstáculo foi o Arroio Itororó. Travou-se a batalha de Itororó, nesse mesmo dia e, em seguida, ainda durante o mês de dezembro de 1868, a série de outros combates e batalhas da Dezembrada, dos quais se destacam, além de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas. As tropas aliadas também conquistaram Villeta, Piquissiri e, em 30 de dezembro, Angostura. Ao final, as forças paraguaias estavam derrotadas e López fugira para o norte, onde conseguiu prolongar a guerra por mais de um ano.

Enquanto isso, os navios apoiaram as operações terrestres, inclusive mantendo o fluxo de suprimentos.

Como não mais havia obstáculos de monta até Assunção, ela foi ocupada pelos aliados e a Força Naval fundeou em frente à cidade, em 3 de janeiro de 1869.

Inhaúma não estava bem. Lutara no Paraguai também contra a doença, durante quase todo o tempo. Caxias já havia anteriormente alertado ao Rio de Janeiro que o almirante estava doente e muito debilitado. Agora, seu estado de saúde estava visivelmente precário. O próprio Caxias sugeriu ao amigo que deveria se tratar e dispensou-o do comando, que ele passou em 16 de janeiro. Iniciou, em seguida, sua última viagem, em direção ao Rio de Janeiro, onde chegou para falecer.



Caxias e a reorganização do Exército em operações no Paraguai



*Aureliano Pinto de Moura**

Resumo: O artigo conta, nos seus pormenores, o trabalho hercúleo de Caxias para reorganizar, disciplinar e dar condições operacionais ao exército que recebeu, em 18 de novembro de 1866, desmotivado e enfermo, transformando-o no exército que tantas glórias deu ao Brasil na campanha do Paraguai.

Palavras-chave: Luiz Alves de Lima e Silva, Caxias, Duque de Caxias.

A NOMEAÇÃO

A situação no teatro de operações do Paraguai não se alterava desde a batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866, agravando-se com a derrota aliada em Curupaiti, no dia 22 de setembro.

Em 25, reuniram-se, os generais aliados, a bordo do *Apa*, para decidirem o que fazer. A decisão foi manter Curuzu, para permitir uma nova ação sobre Curupaiti, e depois sobre Humaitá. Polidoro, por sua vez, solicitou ao Ministro da Guerra um reforço de 8 mil homens sem os quais não teria condições de “abrir operações ofensivas contra o inimigo”.

Sentindo-se doente, o General Polidoro solicitou licença para retornar ao Rio de Janeiro, alegando enfermidade e a sua ida-

de (64 anos). Na oportunidade, aconselhou colocar os dois corpos de exército sob um comando único.

O Governo imperial sentiu o momento de poder contar, no comando das tropas brasileiras, com um general competente e com forte liderança. Assim, em Decreto de 10 de outubro de 1866, o Marquês de Caxias foi nomeado comandante-em-chefe das forças brasileiras no teatro de operações. Esse decreto, em realidade, não unificou os comandos. Não deu a Caxias o comando da esquadra. Havia uma preocupação em não deixá-la, indiretamente, subordinada à Mitre. Mas Caxias assumiu, de fato, o comando naval.

Nesse mesmo dia, foi exonerado, a pedido, o Ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana. Passou a responder pela pasta o Ministro da

* General-de-Divisão Médico. Sócio-titular do IGHMB.

Justiça, o Marquês de Paranaguá (José Lustosa da Cunha Paranaguá).

Caxias já havia sido cogitado, anteriormente, para o comando das tropas brasileiras no Paraguai, em fevereiro de 1865. Fora contado, porém não se mostrara receptivo, em virtude de animosidades existentes entre ele e o Ministro da Guerra, Silva Ferraz. Isso fizera com que ele não fosse o escolhido.

O desastre de Curupaiti, em 22 de setembro, e a desarmonia reinante entre os generais aliados mostravam ser imprescindível uma recomposição no comando brasileiro. O nome de Caxias surgiu novamente. Era de fato o nome que as contingências exigiam.

As desavenças entre o Marquês de Caxias e o Barão de Uruguaiana, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, então Ministro da Guerra, não impediram que o Imperador escolhesse o ilustre marechal para a nobre missão.

Caxias assumiu o comando, em Tuiuti, em 19 de novembro de 1866.

PROVIDÊNCIAS INICIAIS

Já no dia 18 de outubro, Caxias começou a tomar suas primeiras providências, ainda no Rio de Janeiro. Criara o 3º Corpo de Exército, cuja organização e comando foram atribuídos ao General Manoel Luiz Osório.

Em expediente de 21 de outubro, dirigira-se ao Ministro da Guerra apresentando dúvidas quanto ao real limite da sua subordinação ao comandante-em-chefe das tropas aliadas, General Bartolomeu Mitre. Em resposta, o Ministro da Guerra, João Lustosa da Cunha, Visconde de Paranaguá, estabeleceu um rol de instruções para os

procedimentos do comandante brasileiro em suas relações com o General Bartolomeu Mitre, comandante-em-chefe aliado. O ministro dava uma certa autonomia ao Marquês de Caxias, mas sem deixar de lembrar o contido no Tratado da Tríplice Aliança.

Caxias temia a paz, por iniciativa de Mitre, ou mesmo a retirada das forças argentinas do teatro de operações. Para o Marquês de Paranaguá, Caxias deveria, diante dessas situações “(...) prosseguir por si só, manter a posição que melhor lhe parecer (...)” e “(...) prosseguir para conseguirmos o que a nossa honra exige: ou a derrota de López em uma batalha, ou o seu rendimento sem condições(...)”.

Em 29 de outubro de 1866, a bordo do vapor *Arinos*, o Marquês de Caxias seguiu em direção ao Prata. Parou em Montevideu (2 de novembro), em Buenos Aires (6 de novembro), em Rosário (9 de novembro) e em Corrientes (14 de novembro). Durante o trajeto foi tomando conhecimento do que se passava na retaguarda das forças em operações. Foi sentindo a realidade da retaguarda aliada.

Conferenciou com o Almirante Tamandaré, comandante da Esquadra; conheceu os depósitos de suprimento e hospitais fixos, existentes desde Montevideu até Corrientes. Nesse trajeto existiam onze hospitais militares, todos com deficiências sérias. Os doentes eram muitos e os meios insuficientes.

Caxias, quando na capital portenha, mandou fechar os dois hospitais ali existentes e transferiu para Montevideu todos os pacientes, bem como o pessoal e o material hospitalar.

Quanto aos depósitos desdobrados ao longo do Prata, foram sendo visitados e providências foram sendo tomadas, na medida em que Caxias se inteirava da situação. Com essas medidas, procurava minimizar os problemas e agilizar o desempenho das instalações logísticas.

Com o objetivo de impedir a passagem de suprimentos para o inimigo, Caxias determinou que o patrulhamento naval, ao longo do Rio Paraná, fosse feito por navios de pequeno calado, bloqueando assim as passagens fluviais.

Mais tarde, em reunião com o General Bartolomeu Mitre, foi acertada a utilização dos portos pelos navios aliados, para agilizar o desempenho destas instalações.

A CHEGADA NO TEATRO DE OPERAÇÕES

Caxias chegou em Itapiru na noite de 17 de novembro de 1866. Foi recebido por Polidoro no dia seguinte. No mesmo dia seguiu para Tuiuti, onde instalou o seu quartel-general. Assumiu o comando em 19 de novembro e, em seguida, procurou o contato com o General Bartolomeu Mitre.

Ainda em 18 de novembro, através da Ordem de Dia nº 1, relativa à sua assunção de comando, dirigira-se aos seus comandados nos seguintes termos: "Se já vos não conhecesse, eu vos recomendaria valor; mas, nos inúmeros combates até hoje havidos, tendes dado sobejas provas dessa virtude militar."

Em 3 de dezembro, o Almirante Tamandaré deixou o comando da Esquadra, sendo substituído pelo Almirante Joaquim José Ignácio (22 de dezembro de 1866).

Em discurso proferido após o seu regresso ao Rio de Janeiro, Caxias afirmou ter encontrado o Exército brasileiro, em operações no Paraguai, em péssimas condições. Estava desarticulado e desmotivado, com a disciplina deixando a desejar. Agravando a situação, havia um ambiente de total mal-estar entre os chefes aliados.

Ao chegar, Caxias manteve o 1º Corpo de Exército, do General Polidoro, ocupando a linha de Tuiuti, e o 2º, do General Porto Alegre, permanecendo em Curuzu.

Os três mil cavalos remanescentes estavam todos em péssimas condições. Até então vinham sendo alimentados, apenas, com a vegetação natural existente e imprópria para os animais. O 2º Corpo estava completamente apeado; para os transportes, não havia carros nem bois para empreender qualquer movimento da tropa; as organizações dos dois corpos de exército eram inteiramente distintas, em efetivo e organização; pareciam pertencer a diferentes nações. O mesmo ocorria com as unidades, em particular com os corpos de Voluntários da Pátria e os corpos provisórios de Cavalaria.

Em cada um dos corpos de exército havia uma administração, com uma contabilidade peculiar. Cada um seguia o seu critério de pagamento e os valores das etapas eram distintos; as promoções seguiam normas próprias e os acampamentos não primavam pela ordem e pelos princípios básicos da higiene militar. Conforme Caxias afirmou, em discurso após o seu regresso: "Era preciso, portanto, chamar tudo a um centro, fazendo uma nova reorganização, e para tudo isso é indispensável tempo."

Agravando os problemas existentes, as tropas foram obrigadas a permanecer em um terreno inóspito e desconhecido, coberto por matas densas e *esteros* (banhados), com passos ignorados pelos aliados. O reconhecimento tornou-se muito difícil, não só pela falta de cavalos em condições, como pela inexistência de cartas ou mapas.

Em suas observações, Caxias constatou que as tropas não se encontravam em boas condições operacionais. Teria que tomar sérias medidas, necessárias para dar operacionalidade ao exército. Várias providências, julgadas imprescindíveis, foram então sendo tomadas, passo a passo.

As primeiras providências foram em relação aos hospitais, às ambulâncias, aos uniformes, à alimentação, ao suprimento e aos transportes, sem esquecer o estado sanitário dos acampamentos, a qualidade da água e a eficiência da administração militar. Paralelamente, iniciou a reorganização do exército, dando ênfase à disciplina, à hierarquia e ao adestramento da tropa.

A atuação de Caxias foi iniciada pelas medidas mais simples e básicas, procurando dar infra-estrutura ao apoio administrativo e proporcionar condições para um melhor desempenho, indispensável ao prosseguimento das operações e à obtenção de êxito.

No dia 22 de novembro, em sua Ordem do Dia nº 2, Caxias confirmou a organização existente nas tropas brasileiras. Permaneceram os dois corpos de exército, comandados pelo Marechal de Campo Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão (o 1º Corpo) e pelo Tenente-General Visconde de Porto Alegre (o 2º Corpo).

Conservou, também, a organização e o número de divisões e brigadas então existentes. Posteriormente, aos poucos, foi mudando as divisões, as brigadas e as unidades, em seus efetivos, na sua organização e numeração.

As diversas repartições existentes nas grandes unidades foram reduzidas para uma única, subordinada diretamente ao comandante-em-chefe, exceção, apenas, para a Repartição da Fazenda, que foi extinta nos corpos de exército. Foram criadas outras, de acordo com as novas normas da administração militar. Nomeou os empregados da Fazenda para as novas repartições e repatriou os efetivos excedentes.

No quartel-general do comandante-em-chefe, manteve o chefe de estado-maior, dois assistentes e mais alguns poucos oficiais e amanuenses. Além desses elementos, o quartel-general manteve três engenheiros, quatro ajudantes de campo e alguns outros oficiais. As chefias de estado-maior dos corpos de exército foram extintas.

Na mesma Ordem do Dia, Caxias nomeou, como chefe do estado-maior do quartel-general, o Coronel João de Souza da Fonseca Costa e, como comandante das forças em Corrientes, o Brigadeiro Solidônio José Antônio Pereira do Lago, assim como nomeou alguns oficiais para determinados cargos. No dia seguinte, 23 de novembro (OD nº 3), o marquês iniciou a reorganização da tropa.

A Brigada Auxiliar (6º BIL e os 10º, 11º, 20º e 46º CVP), que permanecia próximo ao 2º Corpo, passou a pertencer efetivamente a esse grande comando, assim como os 12º e 16º Corpos de Voluntários da Pá-

tria. Este último permaneceu a serviço da esquadra, como já estava até então.

Os direitos dispostos no Aviso do Ministro da Guerra de 21 de outubro de 1866, para o 2º Corpo de Exército, referentes ao abono de rações de carne iguais para oficiais e praças, foram estendidos, também, ao 1º Corpo, sem prejuízo do que já vinha recebendo. Ficou ainda estabelecido que os feridos em combate ou em licença para tratamento de saúde passariam a receber, além do soldo, a respectiva etapa e uma gratificação adicional (Decreto de 5 de janeiro de 1866 – §2º, do Art. 5).

A preocupação do Marquês de Caxias passou então a se dirigir aos procedimentos do militar frente ao inimigo. A primeira providência foi proibir o uso, em combate ou em serviço avançado, de qualquer “(...) distintivo próprio do grau de ocupação, além da sua espada. Devendo mesmo os bonés serem cobertos com uma capa branca, semelhante a que usavam os soldados”.

Apesar de reconhecer a intrepidez e a bravura como características do militar brasileiro, recomendou, em Ordem do Dia, dispensar provas “(...) que teriam sido necessárias no começo das operações (...)”, e não mais naquele momento.

Para a infantaria, a Ordem do Dia nº 5, de 25 de novembro, determinava que “(...) sempre que tiver que formar o quadrado contra a cavalaria, o façam em quatro fileiras, podendo seguir-se nessa parte a ordenança portuguesa ultimamente adotada, ou o sistema de seções anteriormente estabelecidas, conforme a formação que acharem”. Determinou aos comandantes que não deixassem de exercitar a tropa nessas manobras.

A preocupação, a partir desse momento, passou a ser em relação aos acampamentos, até então de responsabilidade do quartel-mestre de cada corpo. Considerando o excesso de atribuições desse cargo, o Marquês de Caxias criou uma Inspetoria de Polícia do Campo em cada acampamento. Eram um oficial superior, quatro outros oficiais de menor patente, dois inferiores (sargentos) e cem praças, pertencentes ao corpo de transporte.

CUIDADOS COM OS ACAMPAMENTOS

O estado geral em que se encontravam os acampamentos brasileiros impressionou mal o comandante. Estavam sujos, mal-arrumados, descuidados, sem um mínimo de disciplina sanitária. Sua primeira medida foi reunir os comandantes de divisão e de brigada para um entendimento. Nesta reunião ficou decidida a criação da Inspetoria de Polícia do Campo, que passaria a ser a responsável pelo estado sanitário dos acampamentos. Os comandantes, entretanto, parece não haverem entendido dessa maneira. Deixaram correr solto, na expectativa de que a Inspetoria, como responsável, fosse a executora da missão. Percebendo que a questão não ficara muito clara, Caxias resolveu definir as responsabilidades através de uma nota, em Ordem do Dia (nº 11, de 8 de dezembro). Esclareceu que era aos ditos comandantes que competia “(...) o asseio do acampamento de seus corpos e dos lugares adjacentes (...) visto que à Inspetoria cabe verificar se o serviço está sendo feito e com qual regularidade”. A Inspetoria de Polícia era, em realidade, um órgão normativo e fiscalizador.

Em sua Ordem do Dia nº 7, de 28 de novembro de 1866, definiu as atribuições do inspetor de polícia, que incluía não só a higiene do acampamento, mas também a sua segurança. Em realidade, fora criado um embrião da atividade de polícia militar, a Polícia do Exército.

Dentre as responsabilidades do Inspetor de Polícia de Campo foram elencadas as seguintes atribuições:

- zelar pelo asseio do acampamento;
- não permitir jogos, ajuntamentos, desordens e realizar rondas, principalmente nas zonas de comércio;
- zelar para que, após o toque de silêncio, não haja mais luzes nas barracas e sejam apagados os fogos;
- evitar beber e tomar banho em águas palustres;
- cuidar da faxina, tão logo os corpos estejam dispersos;
- proibir os despejos e que se depositem as imundices e matérias fecais;
- cercar, cuidar e conservar as cacimbas de água;
- não permitir a venda de animais para desconhecidos;
- exercer a vigilância de pessoas estranhas ao campo;
- capturar desertores, comunicando aos superiores;
- não permitir estranhos próximo à carneação ou nos locais de recebimento de suprimento;
- relacionar todas as mulheres existentes e fazer com que elas corram para os hospitais tão logo inicie o combate;
- controlar as tabelas de preços.

Nas marchas, o inspetor deveria seguir junto ao quartel-general e o restante da polícia deslocar-se-ia junto ao transporte, permanecendo próximo das ambulâncias, para carregar as padiolas e ferramentas (pá, enxada, machado etc.).

Na mesma Ordem do Dia, o Marquês de Caxias proibiu que os combatentes abandonassem o campo de batalha sob o pretexto de recolher feridos. Essa responsabilidade ficou apenas com o pessoal de transporte, de polícia e de saúde. O sepultamento ficou apenas com a polícia. Nas sepulturas dever-se-ia colocar uma cruz, sempre que possível.

Diariamente, o inspetor de polícia deveria relatar sobre os feridos e os mortos, informando os seus destinos e meios de evacuação utilizados.

Para a função de Inspetor de Polícia do Campo, em Tuiuti, foi nomeado o Coronel de Cavalaria José Ferreira da Silva Jr., do 2º Regimento.

A preocupação do Marquês de Caxias foi bem mais ampla do que tratar da higiene, do bem-estar ou da segurança nos acampamentos. Preocupou-se também com as mulheres e as crianças que acompanhavam os seus homens e os seus pais. Estabeleceu meia ração por dia às mulheres sem filhos e ração inteira para as que os tivessem.

A PREOCUPAÇÃO COM A TROPA

Em sua Ordem do Dia nº 8, de 29 de novembro de 1866, o Marquês de Caxias nomeou o Marechal-de-Campo Alexandre Gomes de Argolo Ferrão comandante do 2º Corpo de Exército, em lugar do Tenen-

te-General Visconde de Porto Alegre, que se retirava do teatro de operações; mandou o Brigadeiro José de Victória Soares Andréa assumir, interinamente, o comando da 1ª Divisão do 1º Corpo de Exército, no lugar de Argolo.

Preocupado com a disciplina e a hierarquia, determinou que o trâmite de documentos, memoriais, relatórios e outros expedientes só fosse feito obedecendo, rigorosamente, a cadeia de comando, e que fossem evitadas as ultrapassagens.

Até aquele momento, os recrutas recém-chegados ao teatro de operações eram imediatamente levados ao manejo das armas e a participar dos combates. Tal fato era uma temeridade pois, além de empregar soldados despreparados, colocava em risco a segurança da tropa e o êxito do confronto com o inimigo. O mesmo ocorria com os escravos libertos. A partir do dia 7 de dezembro, todos os recrutas recém-chegados ao teatro de operações passaram a receber instrução de movimentos e marchas sem arma, durante pelo menos quinze dias, para depois iniciar o seu manejo.

O descontrole referente aos efetivos prontos no teatro de operações fez com que fossem tomadas medidas administrativas. Caxias mandou levantar os efetivos realmente existentes e retirar, dos mapas de controle, os extraviados; os relacionados como baixados nos hospitais e que lá não se encontrassem; os incapazes definitivos, por moléstias ou ferimentos; e os que, evacuados para o Brasil, em realidade ali ainda se encontravam.

A preocupação que tinha com a tropa fez com que Caxias adotasse o costume de realizar freqüentes visitas às brigadas. Che-

gava lá pelas cinco ou seis horas da manhã, para assistir à alvorada. Observava o aspecto do acampamento, as barracas, a apresentação dos soldados, os seus uniformes e os seus equipamentos. Com atenção, examinava o armamento e os detalhes nas demonstrações de adestramento.

Não ficava longe das suas vistas o interior das barracas, as latrinas, as cacimbas e os depósitos de detritos. As suas ordens do dia com freqüência registraram observações referentes a essas suas visitas, fossem os resultados positivos ou não. Para as unidades com bom desempenho, registrava elogios; para as que ficassem a desejar, registrava os fatos, baixava diretrizes e, quando era o caso, aplicava punições.

Das visitas que fez, sempre tirou alguns ensinamentos, que foram sendo registrados em suas ordens do dia. Em consequência de suas observações, baixava diretrizes ou novas normas a serem seguidas, procurando corrigir erros ou melhorar desempenhos.

Em sua Ordem do Dia nº 11, de 8 de dezembro, publicou instruções a serem seguidas em relação ao posicionamento do comandante de pelotão, quando o batalhão estivesse em coluna, em qualquer ordem. Seguiu instruindo como deveriam se perfilar os pelotões, as distâncias a serem respeitadas, os alinhamentos e distâncias entre os pelotões. Instruiu até como deveriam ser levadas as armas ao ombro.

Caxias também não esquecia de ir colocando o homem certo no lugar certo. Aos poucos foi mobiliando o seu exército, trocando comandantes e nivelando efetivos.

No dia 20 de dezembro, nomeou o Capitão Benjamin Constant Botelho de Ma-

galhões para servir na Comissão de Engenheiros do 1º Corpo de Exército e o Tenente-Coronel Médico Francisco de Albuquerque Maranhão Cavalcanti para dirigir o Hospital do Saladeiro, em Corrientes, bem como designou vários oficiais dos 1º e 2º Corpos de Exército para passarem a disposição do 3º.

Os corpos de Voluntários da Pátria foram das preocupações maiores do Marquês de Caxias. A organização dessa tropa não obedecia a um padrão. Não existia um quadro de dotação de pessoal comum. Os seus efetivos eram totalmente discordantes, e variável o número de companhias integrantes. Em sua Ordem do Dia nº 14, de 20 de dezembro, Caxias renumerau quase todas as unidades de Voluntários da Pátria e determinou que o número de companhias passasse a ser de seis por unidade.

Caxias cuidou, com muito carinho, dos problemas administrativos e organizacionais. Mas não descuidou da instrução. Para atender à necessidade de instrução no manejo de armas de agulha (fuzil *Dreise*), determinou que o 1º Corpo de Exército "(...) escolhesse 25 soldados robustos para aprenderem esse manejo, para posteriormente transmitirem os seus conhecimentos para a tropa". Os escolhidos deveriam, nas formaturas da unidade, posicionarem-se à esquerda do batalhão.

Nas suas visitas, sentiu que o toque de *sentido* não era o mais adequado para comandar a formatura da tropa diante de um ataque iminente do inimigo. Ordenou que fosse mudado. Passou a ser dado o toque de *rebate*, seguido do de *chamada ligeira*. Logo após, seria dado o toque que identificasse ser um ataque de infantaria ou de cavalaria.

Novos comandantes iam sendo nomeados. Para comandar a 1ª Divisão de Infantaria, foi designado o Coronel João Manuel Mena Barreto, devendo esta integrar o 2º Corpo de Exército. Da mesma forma, foi designado para comandar a 9ª Brigada de Infantaria, recém-criada, o Coronel Antônio Joaquim Álvares. Essa brigada foi constituída pelo 45º Corpo de Voluntários da Pátria, até então integrante da 7ª Brigada, e mais o 43º de Voluntários. A 9ª Brigada passou integrar a 4ª Divisão, sendo destacada para Passo da Pátria, adida à 1ª Divisão de Cavalaria, comandada pelo Brigadeiro José Luiz Mena Barreto.

Impressionado com o número de doentes e feridos incapazes, Caxias criou uma Comissão Médica, chefiada pelo Dr. Francisco Pinheiro Guimarães, tenente-coronel do Corpo de Voluntários da Pátria (também médico), para examinar esses pacientes e fazer reverterem para a tropa os falsos incapazes. Calculou-se que um terço do efetivo brasileiro no Paraguai encontrava-se em situação de incapacitação. A comissão mandou reverter à tropa cerca de dois mil homens. Os verdadeiramente incapazes permaneceram nos hospitais, nas enfermarias ou foram evacuados para Montevideu, Desterro ou Rio de Janeiro. Essa medida veio a ter certos reflexos nos custos operacionais do Exército em operações.

Em algumas visitas de inspeção, o Marquês de Caxias encontrou estudantes de medicina. Alguns exercendo a função de 2º cirurgião, outros como combatentes. Determinou o retorno destes ao Brasil, uns por solicitação dos interessados, outros com o conselho para terminarem os seus cursos.

No início de janeiro de 1867, com um efetivo de 51.107 homens, o Marquês de Caxias reorganizou os corpos provisórios da Guarda Nacional, integrantes dos 1º e 2º Corpos de Exército, além de renumerar, também, várias das suas unidades. Determinou, outrossim, que elas fossem reorganizadas, a seis companhias.

“Considerando possível e provável que grande número de praças, nas continuadas marchas e combates, tenham perdido seus títulos de voluntários ou engajados,” o Marquês de Caxias expediu ordem (OD nº 36, 26 de janeiro de 1867) à Intendência da Reposição da Fazenda do Exército, para “que mande pagar as prestações vencidas a que tiverem direito essas praças, uma vez que seus comandantes atestem já haverem recebido anteriormente”.

No início de fevereiro de 1867, chegou ao conhecimento do Marquês de Caxias “que grande parte dos doentes da Enfermaria Central do 1º Corpo de Exército, dirigida pela Cirurgião-Mor Júlio César da Silva, havia passado a noite exposta à chuva e ao vento”. Mandou prender o médico “por não ter providenciado em tempo o abrigo aos feridos, por falta de zelo e até de caridade”.

Foi nesse momento, fevereiro de 1867, que o Marquês de Caxias assumiu o comando interino dos Exércitos aliados. A assunção de comando foi publicada na Ordem do Dia nº 1, de 10 de fevereiro de 1867.

Durante suas visitas, assistindo com atenção demonstrações de instrução e exercícios de manobras, verificou que alguns comandantes de unidade entendiam que as disposições da Provisão do Conselho Su-

premo Militar, de 15 de fevereiro de 1843, achavam-se derogadas pelas instruções portuguesas, ultimamente adotadas. Fez ver, então, que as provisões de 1843 estavam em vigor e mandou publicá-las para o devido conhecimento e execução. Essas provisões regulavam, inclusive, as salvas e as continências em situações diversas, como nas guardas de honra e procissões.

Tendo observado que um grande número de soldados da Guarda Nacional e de 1ª Linha vinham sendo empregados no carregamento de suprimento e no abastecimento geral da tropa, ordenou que os mesmos fossem imediata e definitivamente afastados desse tipo de trabalho. Isto era atribuição dos fornecedores, através de seus homens.

Na visita que fez à 1ª Divisão de Infantaria, do Brigadeiro José Victória Soares Andréa, Caxias ficou satisfeito com o aspecto e asseio do acampamento em geral. Mas quando assistiu aos exercícios com a tropa, percebeu que os comandantes das unidades ignoravam as ordens em vigor, principalmente quando da organização do quadrado contra cavalaria. Para Caxias, isso denunciava o pouco interesse pela instrução. Não titubeou. Chamou a atenção e repreendeu os comandantes dos 23º, 25º e 40º Corpos de Voluntários da Pátria e louvou os coronéis Hermes Ernesto da Fonseca e Manoel Deodoro da Fonseca, comandantes do 8º Batalhão de Infantaria de Linha e do 24º Corpo de Voluntários, “(...) pelo zelo, disciplina e dedicação”.

Foi nesse momento que o Tenente-General Visconde de Porto Alegre reassumiu o comando do 2º Corpo de Exército e o General Argolo retornou para a sua 1ª Di-

visão de Infantaria. O Brigadeiro Andréa, por sua vez, foi designado para o comando da 5ª Divisão.

As atividades para a reorganização da tropa tornaram-se intensas. Comprava-se cavalos e muare, indispensáveis à mobilidade da tropa para o prosseguimento das operações. Ao mesmo tempo, foi melhorada a alimentação dos animais, proporcionando-lhes alfafa e milho.

Tuiuti, aos poucos, foi sendo transformada em uma posição defensiva organizada. O reconhecimento em torno da posição foi sendo gradativamente realizado e mapeado o terreno. Foi visando a esse reconhecimento que Caxias usou os balões de observação, cujos resultados não atenderam ao esperado (24 de junho de 1867).

Ao contar com o reforço do 3º Corpo de Exército, sob o comando de Osório, e com o fim da epidemia de cólera, Caxias pôde, em 22 de julho de 1867, pela madrugada, iniciar o movimento de flanco para contornar Humaitá.

A HIERARQUIA E A DISCIPLINA

Após Curupaiti, a disciplina da tropa ficou comprometida. A hierarquia e a disciplina sempre foram aspectos a que Caxias deu a maior importância e dos quais nunca abriu mão. Diante da situação, e baseado na legislação existente, Caxias trouxe para Tuiuti a Junta de Justiça Militar do Rio Grande do Sul. Coube a ela julgar, em última instância, os crimes cometidos no teatro de operações e julgados pelos Conselhos de Guerra, exceto as penas de morte, que eram atribuição do Imperador. Essa legislação

ainda lembrava os regulamentos do Conde Lippe. Caxias levou quatorze meses para organizar, disciplinar e colocar a tropa em condições de combate.

Um dos aspectos que levava o Marquês de Caxias a perder a calma era ver um soldado com má apresentação. No início de janeiro de 1867, o velho general foi visitar o 30º Corpo de Voluntários da Pátria. Como sempre, chegou ao acampamento pela alvorada. A sentinela estava descalça e com o uniforme bastante roto, não tendo sido a primeira vez que tal fato ocorria em visitas de Caxias a essa unidade. O comandante já havia sido alertado e recomendado para que tomasse as providências cabíveis. Caxias não teve dúvidas. Deu voz de prisão ao Tenente-Coronel Apollônio Peres Campello Jacome da Gama, comandante do 30º de Voluntários.

De certa feita, ao visitar a 1ª Divisão de Cavalaria, comandada pelo Brigadeiro José Luiz Mena Barreto, o Marquês de Caxias ficou bem impressionado com o aspecto geral do acampamento. Os uniformes e os equipamentos usados pelos soldados, entretanto, deixavam a desejar. Ao examinar o arreamento, notou não só o péssimo estado, mas também a falta de vários itens. Tudo foi sendo anotado para as providências e responsabilidades.

Seguiram-se as demonstrações de adestramento da tropa, assistidas com atenção pelo comandante brasileiro. Ao término, um elogio à divisão, pelo que tinha visto, mas sem deixar de registrar, ao Brigadeiro Mena Barreto, o seu pesar por ter visto o estado lastimável em que se encontravam os uniformes, os calçados e os arreamentos.

Ao visitar a Brigada Ligeira, comandada pelo Tenente-Coronel Astrogildo Costa, ficou satisfeito com o acampamento e com a apresentação da tropa. Porém, ao ir aos detalhes na inspeção do armamento, percebeu desigualdades de lanças e bandeiras. Não havia um padrão. Na mesma hora chamou a atenção do comandante da divisão. Ao se retirar, percebeu mais um problema. Vários militares estavam sem esporas, o que levou o marquês, mais uma vez, a chamar a atenção de Mena Barreto.

A partir de um dado momento, após várias visitas às unidades, Caxias voltou-se para os trabalhos da Justiça Militar. Fez funcionar os Conselhos de Guerra e dar trabalho para a Junta.

Quase diariamente foram sendo publicadas, nas Ordens do Dia, as sentenças exaradas, unidade por unidade. Não há registro algum, nas Ordens do Dia, de punição física ou de condenação à morte.

No dia 14 de janeiro de 1867, o Marquês de Caxias esteve em visita de inspeção em Curuzu. Foi ver de perto os trabalhos de fortificação que estavam sendo realizados. Encontrou o acampamento em ordem e atendendo às suas diretrizes de comando. Tudo no melhor asseio, tudo na melhor ordem. Em relação aos trabalhos, mais satisfação por verificar que estavam bem-feitos e adiantados. Em consequência, mandou louvar o Marechal-de-Campo Alexandre Gomes D'Argolo Ferrão, comandante interino do 2º Corpo de Exército.

No final de maio retornou a Curuzu, diante da situação em que a fortificação se encontrava. A posição estava sob constantes bombardeios pelos canhões paraguaios

de Curupaiti. Para agravar a situação, as constantes chuvas deixaram o acampamento totalmente alagado e o efetivo seriamente castigado pela epidemia de cólera. Imediatamente, Caxias determinou a transferência do 2º Corpo de Exército para Tuiuti, mandando permanecer no local uma pequena guarnição, que foi retirada um mês depois.

Em sua Ordem do Dia nº 29, de 16 de janeiro de 1867, o Marquês de Caxias mandou repreender o Tenente-Coronel Manuel Jerônimo Ferreira, comandante do 43º Corpo de Voluntários da Pátria, pela representação infundada, dirigida ao comandante-em-chefe, e sobretudo pelos termos usados, “inteiramente contrários aos salutaros princípios da disciplina militar (...)”, e “(...) declarar-lhe que se não estivesse persuadido de que tal procedimento da parte do Tenente-Coronel proveio de sua ignorância das leis e regulamentos militares, lançaria mão de outros meios para obrigar o mesmo a entrar na órbita de seus deveres e dar exemplo de disciplina aos seus subordinados como lhe cumpre”.

Sabedor de que muitas vezes os militares eram tolhidos pelos seus superiores de apresentarem petições reivindicatórias, em sua Ordem do Dia nº 40, de 9 de fevereiro, o Marquês de Caxias determinou “(...) que não é permitido aos comandantes dos corpos tolherem aos seus subordinados o direito de petição de qualquer natureza que seja, demorando ou deixando de informar os seus requerimentos, e responsabilizará aqueles que constar haverem contravertido esta disposição”.

Ao visitar o 26º Corpo de Voluntários da Pátria, de chegada mandou prender o

Alferes Agripino Poinssellot de Maravelho, comandante da guarda do Corpo Transporte, por encontrar os seus soldados descalços, "(...) mostrando ser um oficial sem nenhum zelo". Em seguida, mandou prender o Tenente Seraphim Rodrigues de Athayde, que se achava de oficial-de-dia ao corpo de transporte, "(...) por não ter assistido à distribuição de ração para os animais, nem achar-se presente no acampamento". Chamou ainda a atenção do tenente-coronel comandante pelo modo como vinha sendo dada a ração para animais, sem usar os bornais. Tal fato vinha em prejuízo do Exército pelo desperdício e pelo milho estragado.

Pouco depois da alvorada, em um determinado dia, no início de fevereiro, o Marquês de Caxias chegou ao acampamento do 1º Corpo de Exército. Ao passar pelas barracas do 40º Corpo de Voluntários da Pátria, percebeu que alguns soldados ainda ali se encontravam e a unidade não havia entrado em forma. Além das medidas disciplinares cabíveis, mandou publicar uma ordem de que "(...) ao toque de formatura deverão estar os corpos formados em frente aos respectivos acampamentos e prontos para a ação, com cavalas arreados e assim se conservem até ordem de dispersar".

Era rotina, em algumas guarnições (Montevideu, Cerrito, Corrientes), que os militares baixados ao hospital tivessem permissão para receber tratamento em casas particulares. Considerando que tal permissão, além de inconveniente para o tratamento dos pacientes, era prejudicial para a disciplina da tropa, o Marquês de Caxias proibiu esse

procedimento, exceto quando a permissão fosse autorizada pelo próprio comandante-em-chefe.

Nota-se, pelas ordens do dia, a preocupação de Caxias pelo asseio dos hospitais e enfermarias. Ao visitar as unidades, foi detalhista e implacável com as transgressões, com a negligência e com a omissão. De certa feita, estando no acampamento do 40º Corpo de Voluntários, ao passar pela ambulância constatou total falta de cuidado e asseio. Além de ter chamado a atenção do comandante da 4ª Divisão e do médico responsável, recolheu preso o inspetor de polícia responsável pelo acampamento.

Uma das preocupações do Marquês de Caxias era o comportamento noturno da tropa, quando inativa. O jogo era uma das atividades mais freqüentes. Para tentar amainar a situação, mandou publicar em sua Ordem do Dia nº 51, de 9 de março de 1867, o que se segue:

"O jogo, a mais odiosa das paixões humanas, o vício que piores males acarreta à sociedade, por ser o veículo de todos os crimes, é expressamente proibido pelas leis e regulamentos militares. Não precisava, entretanto, que assim fosse, para ser coibido pelos senhores oficiais, que prezam os seus brios e tem aspirações na nobre carreira que abraçaram. O oficial que joga, além de incorrer na pena de infração de ordens, dá maus exemplos aos soldados e rouba uma boa parte do tempo, que poderia ser tão bem aproveitado em próprio benefício, do país e dos que lhe são subordinados.

“Não é, porém, o tempo mal gasto, as noites perdidas em vigílias, os distúrbios, a quebra da disciplina, o pior dos inconvenientes. O mau exemplo, os vícios adquiridos, a quebra da dignidade, a torpeza e a miséria, finalmente, que os aguarda, tais são as funestas consequências do jogo.

“O oficial que passa as noites a jogar no acampamento é indigno de comandar soldados: não lhes poderá falar a linguagem de superior, que deseja ser obedecido e respeitado; não poderá merecer a confiança de seus chefes, porque naquele vício dá ele constantemente provas de falta de pundonor, pela infâmia de que muitas vezes se vê obrigado a lançar mão, adquirindo hábito de mentir e esquivar-se, portanto, ao cumprimento dos sagrados deveres da nobre profissão das armas.

“S. Exa. o Sr. Marquês, Marechal Comandante-em-Chefe, sente ver-se coagido a usar destas expressões para desviar os senhores oficiais (bem poucos, felizmente) que consta-lhe entregarem-se a este degradante vício. Manda-os admoestar, para que se coíbam dele; e recomenda muito terminalmente aos senhores comandantes de corpos, que transcrevam, nas informações sobre a conduta civil a respectiva nota no nome dos que são dados a este vício, a fim de ser tomada na devida consideração.”

Em março de 1867, surgiram os primeiros coléricos em Itapiru e Corrientes, transmitindo a doença para os doentes dos demais hospitais e depois para todo o Exérci-

to. Montevidéu e Buenos Aires também já enfrentavam a epidemia. Esses doentes, segundo consta, teriam vindo com um navio procedente do Rio de Janeiro, onde a epidemia também grassava. Curuzu e Tuiuti tiveram muitas baixas por cólera. A doença levou à morte cerca de quatro mil brasileiros, sendo cento e vinte oficiais. Entre as tropas paraguaias, a epidemia surgiu em Paso Gómez, em maio de 1867, alastrando-se por toda a tropa e grande parte da população. O próprio López foi vítima da doença.

No dia 14 de março de 1867, às 11h, com a tropa formada em frente ao seu quartel-general, em Tuiuti, o Marquês de Caxias colocou a insígnia de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro na haste da bandeira do 1º Batalhão de Infantaria Ligeira, comandado pelo Tenente-Coronel Francisco Maria de Guimarães Peixoto. Momento de grande emoção para Caxias. O 1º Batalhão nada mais era do que a unidade onde Caxias havia assentado praça, aos cinco anos de idade, em 11 de novembro de 1808. E aí jurara bandeira, em 25 de agosto de 1817. No 1º Batalhão de Infantaria, Caxias permaneceu até 1822, quando foi transferido para o Batalhão do Imperador.

Caxias esperou a chegada do 3º Corpo de Exército, do General Osório, com 20 mil homens, para reiniciar as operações.

REGULANDO O SUPRIMENTO

Em 10 de janeiro de 1867, o Marquês de Caxias reuniu-se na Repartição de Intendência, com a presença de seu chefe interino, o Tenente-Coronel João Baptista

Figueiredo, juntamente com vários comerciantes. A reunião teve como objetivo a assinatura de contratos para fornecimento de gêneros alimentícios para a tropa. O Marquês de Caxias procurou, com essa reunião, regularizar o fluxo de suprimento, que até então deixava muito a desejar.

O contrato elaborado estabeleceu não só o suprimento a ser fornecido como também regulou a entrega, estabeleceu exigências e multas para o não cumprimento, a quantidade a ser fornecida e o local da entrega. O não cumprimento do contrato ficou sujeito a multa e outras sanções estabelecidas.

A ração recebida pela infantaria, nas marchas ou em operações, divergia da prevista para a cavalaria. Quanto às destinadas aos oficiais, não havia diferenças entre as armas, porém alguns itens a mais que as de praças.

A ração diária para praças previa: carne verde (podendo ser charque), farinha de mandioca, café, açúcar, sal, fumo, bolachas (às vezes). Os oficiais recebiam também arroz (ou feijão), pão (ou bolacha), erva e fumo. Mensalmente eram fornecidos sabão e caderno (almoço), dois para as praças e três para os oficiais.

O contrato previa a substituição da carne pelo charque, da bolacha pelo arroz ou feijão, ou quando faltasse algum gênero deveria ser aumentada a quantidade de carne a ser fornecida. Na falta do café, este podia ser substituído por mate ou por cachaca. Essas alternativas sempre teriam que ter o aval do comandante-em-chefe.

A carneação deveria ser em local central, nos dias e horas determinados pelo

comando-em-chefe. Quando uma divisão se afastasse mais de uma légua, o fornecedor teria que distribuir o suprimento e levá-lo até ela.

O ciclo de ração variava de um a três dias, de conformidade com a decisão do comando-em-chefe. Em casos especiais, poderia ultrapassar três dias.

No contrato ficou estabelecido que os gêneros fornecidos deveriam ser da melhor qualidade.

O fornecedor deveria manter na margem do Rio Paraná um rebanho de 10 mil cabeças de gado, bem como 800 mil rações secas.

O contrato impunha que o fornecedor mantivesse cinco vapores e o número necessário de navios a vela, assim como carros de boi, cinquenta carretas para muires e trezentas mulas mansas, tratadas a milho e farelo, para o transporte de carga. Para operar esses meios, o provedor deveria manter um efetivo de peões suficiente para realizar o trabalho, pois os militares estavam impedidos de ser empregados nesse tipo de atividade. Esses meios deveriam estar prontos para o transporte de gêneros, agasalhos para feridos e munição.

Na hipótese de alteração no dispositivo das tropas, em função da situação tática ou estratégica, o provedor tinha obrigação de rapidamente alterar o seu desdobramento para atender à situação.

O Marquês de Caxias não esqueceu o suprimento aos doentes e feridos. Estabeleceu tabelas especiais, de itens específicos. No caso do 1º Corpo de Exército, o fornecedor era obrigado a realizar o suprimento

dos hospitais e enfermarias ambulantes, sem solução de continuidade.

Um trago de cachaça deveria ser fornecido à tropa sempre que determinado pelo comandante-em-chefe (1/40 de medida, para praças).

CONCLUSÕES

Pela leitura de suas ordens do dia podemos claramente entender os motivos pelos quais o Marquês de Caxias permaneceu em Tuiuti, preparando-se para o prosseguimento das operações.

Além de enfrentar um terreno difícil, desconhecido e inóspito, via-se tolhido de realizar um reconhecimento apurado, não só pela falta de montadas, mas também pelas condições da tropa que encontrou. Primeiro procurou recuperar o seu exército. Procurou reorganizar e disciplinar uma tropa sem motivação e condições para o prosseguimento das operações.

Em março de 1868, Caxias escreveu para a sua irmã: “(...) cercado pelas dificuldades (...) tendo pela frente paraguaios, pela retaguarda traidores correntinos, capitaneados por Urquiza, e no centro a epidemia de cólera, que matou 3.400 homens (120 oficiais). Os melhores homens.” Nessa carta faz também referência à falta de cavalos, “(...) porque Urquiza não deixava vir”. Disse, ainda, das suas preocupações com uma possível falta de gado para alimentar a tropa.

O Marquês de Caxias demonstrou a sua grande preocupação com o estado

geral da tropa, tomando medidas de asseio e saneamento dos acampamentos; com o bem-estar de seus comandados, através de medidas administrativas; restabeleceu a hierarquia e a disciplina de seus oficiais e soldados, através de decisões justas e objetivas, chamando-os à responsabilidade; levou aos seus comandantes de divisão e brigada a importância da manutenção do adestramento militar de conformidade com os regulamentos em vigor, sem tirar-lhe a iniciativa; restabeleceu o bom relacionamento entre os generais aliados e, sobretudo, demonstrou aos subordinados ser de fato um grande líder militar.

Caxias foi organizando e adestrando a sua tropa até a chegada do 3º Corpo de Exército, quando então partiu para o prosseguimento das operações que nos levaram à vitória. “E vamos, meu amigo, ver se concluímos essa maldita guerra, que tem arruinado o nosso país e que já nos causa vergonha, pela sua duração,” escreveu a Osório. Caxias tinha consciência de que não podia correr o risco de um novo fracasso, semelhante a Curupaiti, e a tropa que assumiu, em 18 de novembro de 1866, não estava em condições de obter um sucesso.

Aqueles detratores, os que deturpam a verdade histórica e procuram denegrir a imagem do Marquês de Caxias fazem-no por ignorância ou por má-fé. Caxias fez do quase nada um Exército que soube conduzir magistralmente à vitória.

Mais uma vez, o grande chefe militar cumpriu o seu dever de soldado.



Caxias e Osório



*Nilson Vieira Ferreira de Mello**

Resumo: Sem os rigores da historiografia e outras disciplinas afins às vidas e obras desses dois eminentes brasileiros, o artigo desenvolve o paralelo entre as atribuições de Caxias e Osório para o engrandecimento do Brasil, ressaltando-lhes as semelhanças e diferenças de atributos e de personalidades.

Palavras-chave: Luiz Alves de Lima e Silva, Caxias. Manoel Luís Osório, Osório.

O século XIX foi, no Brasil, um tempo de agitação e de mudanças. Fatos históricos importantes, entre os quais a transferência da Coroa portuguesa para o Brasil, a declaração da independência, a abolição do regime de trabalho escravo e, finalmente, a proclamação da República, geraram profundas conseqüências, que sacudiram o país internamente e repercutiram no quadro internacional.

Assim, a consolidação da independência e a manutenção da unidade nacional exigiram ingentes esforços e não poucas lutas. Desordens, movimentos contestatórios, alguns de índole republicana, outros claramente separatistas, explodiram em diversas províncias, exigindo ações militares, como a rebelião dos balaíos no Maranhão,

as revoluções liberais ocorridas no período regencial, em São Paulo e em Minas Gerais, e a Guerra dos Farrapos, no Sul do País.

Ao fazer-se independente, o Brasil herdou as questões suscitadas pelo tradicional antagonismo das potências ibéricas, agravado pelo expansionismo bandeirante nas plagas sul-americanas. Essas questões tornavam-se críticas toda vez que os nossos interesses no Prata chocavam-se com os dos nossos vizinhos. Disso resultou uma série de envolvimento brasileiros naquela região, que culminou com a Guerra do Paraguai.

Esse clima de efervescência serviu de cenário para as ações magníficas de Caxias e de Osório, atores principais dos episódios bélicos da manutenção da unidade e da soberania do Brasil, na fase crítica de afirmação da identidade nacional. As comemora-

* Coronel de Cavalaria e Estado-Maior. Sócio titular do IGHMB.

ções do bicentenário do nascimento de Caxias tornam difícil, para mim, neutralizar a natural tendência de velho soldado de ver o lado heróico e legendário das figuras de Caxias e de Osório. Vivi a vida militar nessa atmosfera de devoção àquelas figuras excepcionais, mas mesmo assim procurarei traçar, com algum sentido crítico, um paralelo entre as contribuições de um e do outro ao engrandecimento da Pátria, ressaltando suas semelhanças e diferenças de atributos e de personalidade. Fica para alguém mais qualificado estudar comparativamente, com os rigores da historiografia e de outras disciplinas afins, as vidas e as obras desse dois eminentes brasileiros.

Caxias e Osório são contemporâneos. O primeiro nasceu em 1803 e faleceu em 1880; com 77 anos; Osório veio ao mundo em 1808 e o deixou em 1879, na idade de 71 anos. Portanto, as existências de ambos correram paralelas ao longo de quase todo o século XIX, que poderemos chamar de a era da monarquia no Brasil.

Luiz Alves de Lima e Silva descende de uma longa estirpe de militares ilustres. Pinto de Campos, na biografia que dele fez quando Caxias ainda vivia, cita nominalmente 11 generais em três gerações, e acrescenta que, só na Guerra do Paraguai, morreram-lhe em combate cinco primos, inclusive um, no posto de tenente-coronel, morto a espada em Avaí, à testa da unidade que comandava. Seu pai, o Marechal-de-Campo Francisco de Lima e Silva, foi membro da regência trina, constituída após a abdicação de Pedro I, em 1831. Antes, em 1824, comandara o Exército imperial contra a Confederação do Equador, em Pernambuco.

Durante oito anos pai e filho tiveram assento no Senado, fato inédito que, presumo, jamais se repetiu.

Caxias nasceu no município fluminense que hoje tem o seu nome, mas viveu sua adolescência na cidade do Rio de Janeiro, então sede da Corte. Absorveu pois, desde cedo, uma visão mais abrangente do País, contida no conceito de Nação, no qual não vicejavam sentimentos regionalistas e provincianos. Talvez venha daí sua devoção à unidade nacional e seu empenho em pacificar os movimentos rebeldes que ameaçavam comprometê-la.

O menino Luiz Alves foi levado pelo seu pai, na época tenente de infantaria, para assentar praça como cadete no regimento daquela arma, comandado pelo seu avô paterno. O ingresso precoce na carreira militar era antiga tradição européia de que se beneficiavam os filhos da nobreza e de famílias de militares importantes. Aos 15 anos incompletos, matriculou-se na Real Academia Militar, onde fez o curso de infantaria, bem como o segundo e terceiro anos do curso matemático, dela saindo tenente daquela Arma, designado para servir no 1º Batalhão de Fuzileiros.

Osório nasceu em Conceição do Arroio, então pequena vila das remotas plagas sulinas, disputadas pelas armas por espanhóis e portugueses e seus descendentes. Os limites entre as possessões de uns e de outros ora passavam pelo Golfo de Santa Catarina, como rezava o Tratado de Tordesilhas, ora pela foz do Rio da Prata, onde chegara o expansionismo lusitano, que lá plantara a Colônia do Sacramento. Nesse imenso território, que os bandeirantes cha-

mavam de Vacaria do Mar, iria o menino Manuel Luís desenvolver suas aptidões de cavaleiro, sua rusticidade e seu espírito de iniciativa. Seu pai, também Manuel Luís mas de sobrenome Silva Borges, era de origem açoriana. Viera do remoto arquipélago no Atlântico, como ocorrera com numerosas outras famílias, para colonizar a posse portuguesa, já que, na metrópole, faltavam homens válidos para humanizar o vasto império lusitano, espalhado pelos quatro cantos do mundo pela grande aventura das navegações e descobrimentos. Silva Borges fora soldado de milícia e chegara a furriel, mas desavença com superior acarretou-lhe punição injusta. Para fugir do castigo, desertou e foi bater em Conceição do Arroio, onde encontrou abrigo na casa dos Osórios. Em sinal de reconhecimento, batizou o filho com seu próprio nome, Manuel Luís, mas com o sobrenome da família que generosamente o acolhera e em cujo seio contraíra matrimônio. Mais tarde, chegaria a tenente-coronel, mercê de destacadas atuações nas campanhas pela afirmação da posse nas plagas meridionais. O menino ouvia do pai histórias dessas lutas, narradas para despertar nele pendor pela carreira das armas, única forma de se obter educação formal naqueles longínquos confins. Mas o filho, dotado de aguda inteligência e inesgotável curiosidade, tinha fome de saber. Sonhava com a possibilidade de instruir-se num centro mais adiantado e, tal como Napoleão, não queria ser soldado. Silva Borges, porém, não desistia do seu intento e levava o filho consigo nas freqüentes campanhas daqueles tempos turbulentos. Como educação, oferecia ao adolescente os exem-

plos de suas virtudes cívicas e militares e lições de primeiras letras, contratadas com o modesto sapateiro da localidade.

Nesse ponto, ressaltam já semelhanças e diferenças nos rumos traçados pelo destino para um e para o outro. Caxias nasceu soldado, tal a influência que recebeu de uma família de ilustres militares. O ambiente em que viveu na infância e na adolescência oferecia-lhe a convivência com os grandes do Império, através da qual adquiriu o sentimento de unidade nacional e o conhecimento dos grandes problemas do País. Na Corte, pôde ter uma formação em humanidades adequada, complementada por quatro anos de curso superior na Academia Real Militar. Socialmente, sua educação seguiu os costumes de contenção, discrição e urbanidade em voga na época.

Osório, ao contrário, nasceu nas vastidões sulinas, escassamente humanizadas e constantemente assoladas por correrias guerreiras. A civilização pouco penetrara aquelas terras longínquas, onde campeava o gado selvagem, fugido das antigas missões jesuíticas. Os panoramas sem horizontes ensinavam ao menino Manuel Luís lições de liberdade e mostravam-lhe a necessidade de contar consigo mesmo para livrar-se de situações difíceis. As constantes lutas, tanto para afastar invasores e ladrões de gado das propriedades particulares quanto para manter o território conquistado aos *castellanos*, desenvolviam, nos habitantes daquelas ínvias paragens, a índole guerreira e o amor ao rincão natal. O convívio social fazia-se no galpão da estância, onde desenvolvia-se a arte da conversa pitoresca, salpicada de casos de valentia e de ane-

dotas galantes. A educação resumia-se na transmissão oral de conhecimentos práticos, ligados às lides rurais. Poucos, muito poucos, logravam alfabetizar-se naquela terra sem escolas. Manuel Luís absorveu todos esses influxos do meio, mas conservou sempre seu desejo de saber mais, espicaçado por uma aguda inteligência, o que iria lhe permitir exercer, com brilho, importantes cargos e comissões.

Contudo, tanto Caxias como Osório criavam-se para atividades ligadas ao desejo de *servir*, desprezando aquelas outras centradas em objetivos egoísticos de enriquecimento e de conforto pessoal.

Sete de setembro de 1822.

Do Ipiranga ecoa pelo País o grito da independência. Ouvem-no com alegria os patriotas e com amargura ressentida os adeptos da ex-metrópole. Estes, particularmente na Bahia e na Cisplatina, iriam oferecer resistência armada ao rompimento dos laços que nos ligavam a Portugal. A Independência não se faria sem luta e sem sangue, como pensam alguns.

O Tenente Luiz Alves de Lima e Silva servia na Corte, no 2º Batalhão de Caçadores em que se transformara o 1º de Fuzileiros, unidade para a qual fora designado após os quatro anos do curso da Academia Real Militar. Em janeiro de 1823, D. Pedro, já então imperador, empolgado com os sucessos do Ipiranga, decide criar uma tropa de elite. Manda formar, no Campo de Santana, a guarnição do Rio de Janeiro, e vai pessoalmente escolher aqueles que irão compor o Batalhão do Imperador, cujo comando é entregue ao Coronel José Joaquim de Lima e Silva, tio

do Tenente Luiz Alves. Essa unidade logo é enviada para a Bahia para sufocar a resistência que as forças portuguesas, comandadas pelo General Madeira, opunham ao processo de emancipação do Brasil. Em combate, o jovem oficial, de apenas 20 anos de idade, vai mostrar virtudes militares valiosas, merecendo do seu comandante citações honrosas, uma das quais dizia, textualmente: “Nos dias de fogo, comparecia nos lugares de maior perigo, mostrando sua exemplar bravura.” No dia 2 de julho de 1823, o General Madeira, derrotado, embarca para Portugal. Estava a Bahia integrada à comunidade nacional, após prolongada luta, começada ainda em fevereiro de 1822, quando, reagindo à atitude do príncipe D. Pedro de desatender à ordem das Cortes de Lisboa de voltar para Portugal, Madeira depusera em Salvador as autoridades legais e as substituíra por uma junta governativa.

No Uruguai, então Província Cisplatina, tropas portuguesas mantinham-se fiéis a Lisboa. Para subjugar-las, patriotas reuniram-se no Rio Grande do Sul. O pai de Osório, embora já então retirado da vida militar no posto de tenente-coronel, apresentou-se no seu regimento e levou consigo o filho, com apenas 14 anos de idade. Marchou o exército de patriotas para Montevidéu, em cujas proximidades travou-se o combate do Arroio Miguelete. Aí ocorreu o batismo de fogo do adolescente Manuel Luís, que assim se fazia soldado quando o Brasil se tornava independente. No ano seguinte, em 23 de maio, regularizou a sua situação militar assentando praça na cavalaria da Legião de São Paulo, primeira organização

militar brasileira a combinar infantaria e cavalaria em uma mesma estrutura.

A paz, após a guerra da Independência, não seria duradoura. Na Província Cisplatina, incorporada ao Império brasileiro desde 18 de novembro de 1823, novo foco de intranquilidade iria surgir. Em abril de 1825, partindo da margem argentina do Rio Uruguai, Lavalleja, com 32 compatriotas, desembarcou em território oriental. Esse pequeno efetivo foi logo crescendo com a incorporação de patriotas uruguaios, inclusive com a adesão de oficiais e soldados orientais a serviço do Brasil. A derrota brasileira em Sarandi provocou a convocação do congresso das Províncias Unidas do Rio da Prata, o qual declarou, em 25 de outubro de 1825, a incorporação da Cisplatina à República. D. Pedro I considerou essa deliberação ato afrontoso à dignidade nacional. Era a guerra, que logo iria se tornar impopular devido à oposição política interna e pela falta de afinidades culturais dos brasileiros, de um modo geral, com os habitantes da distante província, artificialmente acrescida ao Império. Assim, a Campanha Cisplatina caracterizou-se por uma sucessão de derrotas, entremeadas com algumas vitórias, culminando com uma batalha indecisa, travada em território brasileiro, no Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827 (*Ituzaingó*, para os platinos). A guerra ainda arrastou-se por mais ano e meio, ao cabo do qual, com a mediação da Inglaterra, firmou-se a Convenção de 27 de agosto de 1828. O Brasil e as Províncias Unidas renunciavam à posse do território disputado, tornado soberano sob o nome de

República Oriental do Uruguai e cuja independência os países signatários garantiriam.

O capitão Luiz Alves tomou parte na Campanha Cisplatina e fez-se notar em algumas missões, entre as quais uma ousada ação noturna para dominar e prender a guarnição de uma embarcação que, em incursões piratas, interceptava nossos navios de transporte de víveres e munições, causando-nos grandes prejuízos operacionais.

A campanha de 1825 iria frustrar definitivamente o desejo de Osório de ter uma educação formal. Se, na infância, seu primeiro professor fora o sapateiro da aldeia, daquele momento em diante seria a vida – a grande mestra – que assistida por sua prodigiosa inteligência, iria capacitá-lo ao exercício dos mais difíceis encargos. A caminho de Montevideu, ei-lo integrando as hostes do bravo Bento Manuel. Em Sarandi, o esquadrão ao qual Osório pertencia carregava contra os quadrados da infantaria uruguaia. De súbito, no calor do entrevero, foi cercado e ameaçado de completa destruição. Poucos conseguiram escapar, entre os quais o jovem Manuel Luís, que abriu passagem a golpes de sabre. Bento Manuel, que também se safara, indaga aos que o cercavam, já ao cair da noite: “Vem salvo o alferes Osório?” Respondem-lhe: “Vem.” Ao que o guasca dos pampas acrescenta: “Hei de dar-lhe a minha lança porque ele, estou certo, a levará mais longe do que eu.”

Essa lança, com haste de madeira ataviada de prata, é a mesma que o comandante do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (Dragões da Independência), quando essa unidade estava aquartelada no Rio de Janeiro, mandava buscar no Museu Histórico

Nacional para, com ela, prestar continência diante da estátua de Osório, na Praça XV de Novembro, na bela cerimônia cívico-militar do 10 de maio, que anualmente ali se realizava.

Durante as agitações que precederam a abdicação de Pedro I e as que se prolongaram na Regência, Luiz Alves de Lima e Silva teve atuação destacada. O poder definido e legítimo do imperador foi, subitamente, substituído por um governo exercido por homens que, para a maioria dos brasileiros, não tinham legitimidade. No ambiente de indefinição política, o tumulto generalizou-se e contaminou a instituição militar, instalando nela a indisciplina. Vários corpos tiveram de ser dissolvidos, gerando um agudo sentimento de insegurança no Rio de Janeiro. Foi então que, por iniciativa do Major Luiz Alves, organizou-se uma unidade constituída de quatrocentos oficiais para manter a ordem na cidade. Caxias foi eleito seu sub-comandante, apesar de integrarem-na companheiros de maior patente. Na sedição republicana ocorrida em abril de 1832, chefiada pelo Major Miguel de Frias, companheiro de Caxias na Academia Militar, o então Ministro da Justiça, Padre Diogo Antônio Feijó, determinou que o Major Luiz Alves de Lima e Silva, com a tropa de oficiais soldados do Batalhão Sagrado, fosse ao Campo de Santana e dispersasse os sediciosos. Lima e Silva obedeceu e, após rápido combate (que nem por isso deixou de ser sangrento, pois nele morreram doze revoltosos), desbaratou os rebelados. Miguel de Frias conseguiu fugir, mas Lima e Silva o perseguiu e o encontrou em uma residência, escondido em um dos cômodos da

casa. Frias encarou o colega em silêncio e este, também sem nada dizer, fechou a porta e se retirou.

A mais cruenta das muitas agitações registradas na Regência ocorreu no Maranhão. Sob o aspecto inicial de disputa política entre conservadores, chamados de *cabanos*, e liberais, conhecidos como *bem-te-vis*, logo degenerou em tropelias de bandidos e facínoras, que após saquearem várias localidades, inclusive a cidade de Caxias, a segunda maior da província, ameaçavam a própria capital, São Luís. Era a Balaiada, contra a qual impunha-se agir com presteza, sob pena de o movimento contaminar outras províncias do Norte, o que tornaria a situação sumamente grave, pois no Sul crepitavam as chamas da revolução farroupilha. A solução não tardou: a Regência demitiu o presidente e o comandante das armas do Maranhão e atribuiu o exercício dessas duas funções ao Tenente-Coronel Luiz Alves de Lima e Silva, logo promovido a coronel (2 de dezembro de 1839). Iniciava-se, assim, uma série de ações beneméritas de manutenção da unidade nacional que valeriam a Lima e Silva o honroso cognome de Pacificador. Ao assumir o cargo, o novo presidente da província fez uma proclamação na qual frisou sua imparcialidade partidária, requisito para a pacificação: “Mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam.”

Em fins de 1835, novamente a província gaúcha foi sacudida por sérios distúrbios, que foram num crescendo até se tornarem o mais grave e duradouro dos muitos que pontilharam o conturbado período da me-

noridade de D. Pedro de Alcântara. Iniciado com as comemorações promovidas pelos liberais ao ensejo da instalação da Assembléia Legislativa provincial, degeneraram em franca rebelião, a qual, alimentada por motivações sociais, econômicas, políticas e até de posicionamento geográfico, transformaram-se na Guerra dos Farrapos, que, durante quase dez anos, ameaçaria gravemente a unidade nacional.

Após numerosas e baldadas tentativas do governo central no sentido de debelar o movimento rebelde, a situação agravou-se. A proclamação da independência da República Rio-grandense, ocorrida em setembro de 1836, ato que contou com a simpatia, se não com o apoio, dos países platinos, alarmou a Corte do Rio de Janeiro. Os farrapos já dominavam toda a província, com exceção das áreas em torno das cidades do Rio Grande, Porto Alegre e São José do Norte. Sentindo-se fortes, decidiram até ampliar o seu domínio, estendendo-o a Santa Catarina, onde contavam com simpatizantes. David Canabarro e Garibaldi, o romântico e legendário aventureiro italiano, que mais tarde iria celebrar-se como o herói da unificação da Itália, lideraram essas incursões e chegaram a proclamar a República Catarinense, de efêmera duração (quatro meses). Estavam as coisas nesse pé quando, em 1840, foi proclamada a maioria de D. Pedro II. O imperador, num esforço pessoal para solucionar a questão, ofereceu aos revoltosos a anistia. Os farrapos porém, confiantes no apoio que recebiam dos vizinhos platinos, recusaram a oferta.

Em 1842, explodiram movimentos liberais nas províncias de São Paulo e de Mi-

nas Gerais, prontamente pacificadas por Lima e Silva, já então Barão de Caxias, título que lhe foi concedido como reconhecimento dos meritórios feitos praticados no Maranhão. Os êxitos alcançados nessas campanhas elevaram o prestígio do jovem marechal de apenas 39 anos de idade, e o apontaram naturalmente como o mais capaz de pacificar o Sul, onde o conflito farroupilha já durava cerca de sete anos.

Em outubro de 1842, Caxias embarcou para o Sul, na qualidade de presidente da província e comandante das armas, levando consigo forças por ele mobilizadas durante sua curta estada no Rio de Janeiro. Seguiram-se mais de dois anos de operações militares, repletas de lances épicos e de sacrifícios inauditos, que não cabem nos limites deste ensaio. Recordem-se, apenas, para realçar o espírito humanitário de Caxias e seu permanente cuidado com a pacificação, dois fatos. O primeiro foi a ordem peremptória mandando cessar a prática, comum a ambos os lados, de sacrificar feridos e prisioneiros sob o pretexto de ser difícil tratá-los e guardá-los, numa guerra de movimento em território de poucos recursos. O outro referia-se ao seu cuidado em desarmar os espíritos, fazendo constantes apelos à união, e em apontar o caudilhismo nos países vizinhos como o verdadeiro perigo, que a todos ameaçava. É disto exemplo a proclamação em que diz:

“Lembra-vos que a poucos passos de vós está o natural inimigo de todos nós, o inimigo da raça e da tradição. Não pode tardar que nos meçamos com os soldados de Rosas e de Oribe; guardemos para então nossas espadas e nosso sangue.

Vede que o estrangeiro exulta com esta triste guerra, com que nós mesmos estamos enfraquecendo e destruindo.

“Abracemo-nos e unamo-nos para marcharmos, não peito a peito, mas ombro a ombro, em defesa da Pátria que é nossa mãe comum.”

Em fevereiro de 1845, com a reunião de Poncho Verde, terminava a longa guerra civil, para cuja vitória Caxias tivera de inovar estratégias e táticas, a fim de harmonizá-las com um novo tipo de conflito, baseado em movimentos rápidos e de grande amplitude. Estava terminada a sua benemérita obra de manutenção da unidade nacional e de pacificação, à qual os pósteros tanto devem. Seu prestígio militar atingira níveis altíssimos, e a gratidão do povo gaúcho traduziu-se na eleição do seu nome para representar a província no Senado do Império.

Osório teve, também, participação na campanha farroupilha, integrando, mais uma vez, juntamente com seu velho pai, as hostes de Bento Manuel. Nela conheceria Caxias, que lhe atribuiu algumas missões de confiança, início de uma longa amizade, infelizmente estremecida no fim da vida de ambos, em virtude de mal-entendidos explorados por políticos intrigantes.

Escolhido pelo Imperador em lista tríplice, Caxias assumiu sua cadeira de senador e passou a conviver com políticos, categoria de cidadãos pelos quais não tinha grande apreço. Chamava-os de *casacas*, com a intenção de diferenciá-los dos militares, pois enquanto estes sofriam a rudeza e os riscos das campanhas, aqueles permaneciam no conforto dos seus lares, criticando os que lutavam. De convicções ordeiras

e religiosas, fiel ao regime e ao Imperador, filiara-se ao Partido Conservador, porém não chegara ao Senado como representante dessa facção na província que pacificara, mas sim pela gratidão do povo gaúcho. Movia-lhe, também, o desejo legítimo de ter maior participação nos negócios do Estado, através da qual colheu experiência para exercer, mais tarde e por três vezes, a chefia do gabinete ministerial. Antes, porém, teria de empunhar novamente a espada, não mais para conter desavenças entre patrícios, mas para enfrentar ameaças externas, sobre as quais já se manifestara em proclamação aos farrapos.

Osório também foi senador pelo Rio Grande do Sul, assumindo a cadeira em 1877, porém pelo Partido Liberal, do qual era membro de prestígio na sua província natal. Com a queda do gabinete conservador, chefiado por Caxias, em janeiro de 1878, Osório assumiu o cargo de Ministro da Guerra, no qual permaneceria até a sua morte, em outubro do ano seguinte.

Em 1851, tal como alertara Caxias, o caudilhismo de novo tumultuava o Prata. A interferência de Rosas, aliado a Oribe, nas questões entre o Brasil e o Uruguai, somada a interesses franceses e ingleses nos negócios platinos, criava um quadro de intrincadas complicações. Preocupado, o governo imperial determinou, em abril daquele ano, a mobilização e concentração de tropas do Exército na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, e nomeou o Marechal Conde de Caxias presidente da província e comandante da armas, utilizando a mesma fórmula já tantas vezes bem-sucedida.

Quando Caxias chegou a Porto Alegre, encontrou o Exército desorganizado, carente de recursos materiais e desmotivado. Urgia organizá-lo, discipliná-lo, provê-lo e motivá-lo, enfim, dar-lhe condições efetivas de combate. Em agosto, Caxias deu por terminada essa fase de preparação. Tinha sob seu comando Osório, Andrade Neves e João Propício Mena Barreto, juntamente com antigos combatentes farrapos, como Bento Manuel Ribeiro, David Canabarro e até José Mariano de Matos, ex-ministro da República Rio-grandense, agora irmanados para marcharem ombro a ombro, em defesa da pátria comum. Na iminência de entrar no território uruguaio, Caxias fez publicar ordem do dia, da qual extraio os seguintes trechos:

“Soldados! Ides combater a par de bravos amestrados nos combates; esses bravos são nossos amigos, são nossos irmãos d’armas (...).

“Não tendes no Estado Oriental outros inimigos, senão os soldados do General D. Manuel Oribe; e esses mesmos enquanto, iludidos, empunham armas contra os interesses da sua pátria; desarmados ou vencidos, são americanos, são vossos irmãos, e como tais deveis tratá-los.”

Em 5 de setembro, a tropa brasileira seguiu para a região do Rio Negro, onde se daria o encontro com Urquiza, governador de Entre Rios. Enquanto o Exército imperial se deslocava penosamente para o sul, devido às más condições do terreno, a esquadra brasileira separava Rosas de Oribe, o que permitiu a Urquiza apoderar-se de Paissandu e de Salto. Per-

cebendo que as forças de Oribe se enfraqueciam com constantes defecções, o governador entrerriense ignorou o compromisso assumido com Caxias de esperá-lo no Rio Negro. Prosseguiu em busca do aliado de Rosas que, sentindo a aproximação do Exército brasileiro, resolveu capitular. Urquiza assinou com o caudilho uruguaio um documento declarando que não haveria vencedores e nem vencidos e comprometendo-se a pagar as dívidas da guerra. Com esse ato unilateral e, portanto, desleal, Urquiza pretendia aumentar seu prestígio político, afastando os brasileiros do momento da rendição de Oribe. Aliás, ele mesmo declarou que “não poderia consentir que os brasileiros tomassem parte na rendição de uruguaio e argentinos”.

Neutralizado Oribe, assentou-se o plano para derrotar Rosas. As forças imperiais ocupariam a Colônia do Sacramento e destacariam uma divisão para invadir o território argentino, integrando o exército de Urquiza. Para comandar a divisão brasileira, da qual fazia parte o 2º Regimento de Cavalaria, comandado pelo Coronel Osório, Caxias designou o Brigadeiro Manuel Marques de Souza, futuro Conde de Porto Alegre. Nas imediações de Buenos Aires, o exército aliado encontrou-se com o de Rosas. Travou-se a batalha de Monte Caseros, na qual o ditador argentino foi vencido. Osório e o seu 2º de Cavalaria tiveram papel destacado na batalha que alguns argentinos chamam de Morón.

Terminada essa campanha, doze anos depois surgiria nova e grave ameaça à paz e à estabilidade no Sul do continente. Francisco Solano López, terceiro de uma série

de ditadores paraguaios, que da posição de isolacionismo de Francia evoluíra para uma política de presença na região, pretendia assegurar, para o seu país mediterrâneo, janelas para o comércio mundial. Buenos Aires e Montevideu exerciam precariamente essa função, mas seria altamente conveniente para o Paraguai assegurar acesso incondicional ao estuário do Prata e, quiçá, ao litoral atlântico, ainda que atravessando territórios interpostos de outras soberanias. Embalado por esses sonhos de grandeza, López empenhou-se em promover o fortalecimento militar do seu país. Contratou técnicos e instrutores militares estrangeiros, importou copioso material bélico e ergueu fortificações poderosas ao longo das vias de acesso para o interior do país. Ao cabo de poucos anos, formara um poderoso exército, adestrado e psicologicamente preparado para a guerra. Faltava-lhe, apenas, o pretexto. Este ele o encontrou nas questões entre o governo *blanco* de Montevideu e os brasileiros residentes na Banda Oriental, motivo alegado pelo Império para nova intervenção no Uruguai. López ofereceu seus bons ofícios de mediador ao governo brasileiro. Sendo rejeitado, levou o governo paraguaio a considerar tal procedimento ato de guerra. Iniciou então as hostilidades, aprisionando o navio *Marquês de Olinda* e invadindo o Mato Grosso. Mas, para chegar ao Rio Grande do Sul, pediu ao governo de Buenos Aires autorização para atravessar com sua tropa a província de Corrientes. Negada a licença, López declarou guerra a Buenos Aires.

Em maio de 1865, foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança, com a adesão do

Presidente Flores, do Uruguai. A ofensiva paraguaia estava em curso e o Brasil, colosso pacifista sempre descuidado da sua segurança, estava despreparado para enfrentá-la. Impunha-se organizar, equipar e instruir um exército de campanha e nomear alguém capaz de comandá-lo. O nome naturalmente indicado seria o de Caxias, nacionalmente conhecido. Porém, razões de política partidária desaconselhavam sua nomeação. Recaiu, então, em Osório a preferência do governo, e ele cumpriria a ingente tarefa de estruturar e adestrar o 1º Corpo de Exército com o inimigo em plena ofensiva. Colocadas as forças brasileiras em pé de guerra, iniciaram-se as operações em território paraguaio com a travessia do Paraná. O comandante-em-chefe dos aliados era Mitre, presidente da Argentina, que queria um general do seu país para liderar a invasão. Osório, porém, insistiu em ter a honra de ser o primeiro a pôr os pés no território do inimigo. Antes de embarcar, em navio de guerra brasileiro, para atravessar o Paraná e desembarcar na margem esquerda do Paraguai, no lugar chamado Barranca do Atajo, fez proclamação na qual dizia: “Soldados! É fácil a missão de comandar homens livres, basta mostrar-lhes o caminho do dever.”

Com uma simples escolta de 12 cavaleiros, Osório foi o primeiro a pisar o solo guarani e iniciou, imediatamente, o reconhecimento do terreno. Feriu-se o combate do Estero Bellaco, enquanto o grosso das forças da Aliança chegavam a Tuiuti e acampavam na parte alta e seca, cercada de pântanos e matas. Nenhum mapa, nem simples croqui, informava os invasores sobre os

rios, as matas, as elevações e os caminhos. Nada, absolutamente nada. Daí por diante, a guerra seria conduzida às apalpadelas, lenta e cautelosamente.

Foi nessas condições que o inimigo lançou o ataque de 24 de maio às posições dos invasores, mais um acampamento do que uma posição defensiva. A batalha de Tuiuti, como esse grande combate passou à história, surpreendeu os aliados. Entende-se por batalha uma operação de grande porte, planejada para se obter vantagens táticas importantes ou estratégicas decisivas. No caso, se houve planejamento, foi dos paraguaios. Do lado dos exércitos da Aliança, a vitória deveu-se principalmente a Osório, que de espada em punho e poncho ao vento, galopou para todos os lados da posição para estimular a resistência.

Osório dava-se bem com Mitre. Conta o Visconde de Ouro Preto, que estando baixo o estoque de carne do Exército argentino, Mitre mandou a Osório um bilhete nestes termos: “Meu caro general e amigo, empreste-me tantos bois, se não vou tomá-los à força, tal a necessidade.” Osório respondeu: “Querido general e amigo, para poupar-me o pesar de destruí-lo, mandar-lhe-ei os bois de que precisa.”

Na invasão do Paraguai, Osório passou nove horas a cavalo sob chuva inclemente. Quando, à noite, quis descalçar as botas, não conseguiu. Suas pernas inchadas obrigaram o seu bagageiro a cortar o couro molhado com uma faca. Sobreveio-lhe uma inflamação crônica nas pernas que o impediu de usar botas para sempre. Dionísio Cerqueira, em seu livro *Reminiscências da Guerra do Paraguai*, recorda-o em Tuiuti

montado “em seu belo cavalo de combate, com o largo chapéu de feltro negro [que não era do uniforme], o poncho flutuante deixando ver a gola bordada, a lança de ébano incrustada de prata na mão larga e robusta, o olhar fascinante”.

Essa imponência de Osório em combate é também referida por Taunay, que o conheceu em ação contra os entricheiramentos de Peribebuí. São palavras do ilustre visconde:

“(…) Aí destacou-se, à frente de todos, (...) um homem só, montado num grande cavalo branco, cujo pelo brilhava à luz do dia como se fora um animal todo de prata. Começou a descer o declive com a maior calma e majestade, embora logo se tornasse alvo de nutrida fuzilaria (...). Perguntei a um soldado de cavalaria que por junto de mim passou: ‘Quem é aquele cavaleiro?’ ‘É o General Osório,’ respondeu-me. E a estas simples palavras de mim se apossou tal frêmito de entusiasmo que quisera estar ao seu lado, ante os olhos de todo o Exército brasileiro.”

Em 1868, o entusiasmo patriótico dos primeiros meses da guerra fora substituído por um desânimo generalizado. No teatro de operações, a longa espera em Tuiuti, estacionamento precário mas ao qual não faltavam o comércio, as vivandeiras, a prostituição e as doenças, infundia a indisciplina e comprometia o moral da tropa. No Brasil, a falta de entendimento entre os chefes militares da Aliança preocupava o governo, enquanto cresciam as despesas com a manutenção da força. No Rio de Janeiro, a imprensa atribuíu a um capricho de Pedro II

a continuação da guerra, pois o povo teria abandonado a causa da luta, e o Barão de Cotegipe dizia ao Barão de Penedo, em maio de 1866: “Maldita guerra atrasa-nos meio século!”

É nesse momento crítico, outubro de 1866, que vão buscar o general a quem o governo, em 1864, pedira um plano estratégico para a campanha. Indicado ao Imperador por um gabinete liberal, a nomeação de Caxias tem conotações e consequências políticas interessantes, pois fortaleceu o Exército e deu-lhe certa autonomia em relação ao governo. Essa autonomia persistiu após o conflito, dando ao Exército uma identidade própria, que o distanciava do Trono e o aproximava da Nação. Esse processo iria culminar com a proclamação da República.

A atividade de Caxias para reorganizar o Exército foi intensa. Faltavam cavalos para a cavalaria e muares para os transportes, pois sob o comando de Osório os animais eram mantidos segundo os hábitos gaúchos, vale dizer, valendo-se dos recursos locais. Porém, outros eram os campos paraguaios; em vez da verde relva dos pampas, os animais arrancavam para comer a vegetação das terras alagadas, impróprias para a sua nutrição.

Os dois corpos de exército em operações no Paraguai eram totalmente diferentes em organização e administração, e a disciplina relaxara-se com a longa inatividade em local inóspito. Caxias preocupou-se com a higiene no acampamento para reduzir a mortalidade por doenças, cuidou dos hospitais, da alimentação e da disciplina. Gastou 14 meses para reorganizar, prover, dis-

ciplinar e adestrar a tropa, antes de iniciar operações ofensivas, tudo segundo seu estilo de planejar minuciosamente para agir com segurança.

Seguiram-se os episódios da fase ofensiva da guerra, iniciada com a marcha de flanco para desbordar Humaitá. Nessa fase, Caxias teria uma participação decisiva, ora como comandante-em-chefe das forças brasileiras, nestas incluída a esquadra, ora como generalíssimo de todo o Exército aliado. Realizou a marcha pelo Chaco, após a passagem da esquadra por Humaitá, e não se furtou a exercer liderança direta no combate, quando disto dependia a vitória. Foi assim em Itororó, ao arrastar seus comandados para a ponte ao brado de “Sigam-me os que forem brasileiros”. Dionísio Cerqueira assim descreve esse momento crucial:

“Apertávamos o punho das espadas, e ouvia-se um murmúrio de bravos ao grande marechal. O batalhão mexia-se agitado e atraído pela nobre figura que abaixou a espada em ligeira saudação aos seus soldados. O comandante deu a voz de ‘firme’! Dali a pouco, o maior dos nossos generais arrojava-se impávido sobre a ponte, acompanhado dos batalhões galvanizados pela irradiação da sua glória.”

Francisco Doratioto, no livro *Maldita Guerra*, minuciosa e bem embasada análise da campanha do Paraguai, ao referir-se à atitude de Caxias em Itororó, qualificou-a de “um gesto suicida do qual, surpreendentemente, escapou vivo”.

Na batalha do Avaí, Osório também patenteia sua costumeira calma diante do perigo. Ao transpor o rio, foi imediatamen-

te visado pela metralha paraguaia. Morreu-lhe o cavalo. Montou outro e prosseguiu para ser, logo adiante, gravemente ferido. A bala varou-lhe a face, arrancando-lhe dentes e fraturando-lhe o maxilar. Sem se desesperar, envolveu o queixo com o poncho, passou o comando ao seu substituto e transferiu-se para o seu conhecido cabriolé. Ao recolher-se ao posto de saúde para ter seu ferimento pensado, mandou que seu carro voltasse a percorrer as linhas para dar aos soldados a impressão de que seu querido general ainda estava entre eles. Ocorreu-me lembrar que, em Wagram, o Marechal Massena comandou seu *corp d'armée* sentado na sua caleça e com a perna ferida pousada no banco dianteiro.

Com a série de vitórias da dezembrada (1868), seguida da ocupação de Assunção, Caxias atingira o objetivo estratégico da guerra. Mas, debilitado orgânica e psicologicamente por dois anos de campanha, durante os quais tivera de tomar difíceis decisões, lidar com presidentes e comandantes estrangeiros, suportar os desconfortos das marchas e acampamentos, sua resistência chegara ao fim. Quase setuagenário, sofreu um desmaio quando assistia a um *Te Deum* na catedral de Assunção, ficando desacordado por meia hora. A conselho médico, pediu exoneração do comando e comunicou que estava embarcando para Montevidéu, onde aguardaria a decisão do governo. Na capital uruguaia, encontrou-se com o Conselheiro Paranhos, enviado em missão especial junto às repúblicas do Prata, que lhe transmitiu a concessão da licença para tratamento de saúde no Brasil.

A Guerra da Tríplice Aliança, como todo grande conflito internacional, suscita muitas interpretações, particularmente quanto às ações e atitudes dos chefes militares nela envolvidos. Doratioto, no livro de sua autoria já citado, levanta alguns problemas ocorridos durante o comando de Caxias, como a ordem, mal dada ou mal interpretada, para Osório reconhecer Humaitá, a fuga de López na batalha de Lomas Valentinas e a forma pela qual deixou o comando, após a ocupação de Assunção. E o faz com o rigor de historiador e amparado em ampla pesquisa. Richard Burton, capitão do Exército colonial inglês, aventureiro e diplomata, que teria recebido o título de *Sir* da Rainha Vitória por serviços sigilosos prestados ao *Home Office*, menciona esses mesmos assuntos no livro *Cartas dos Campos de Batalha do Paraguai*, mas como boatos colhidos no teatro de operações. O mesmo Burton refere-se a Osório como “o homem mais popular e o oficial mais brilhante dos exércitos aliados. Recebeu o título de Barão do Herval porque foi o primeiro a pisar terras do Paraguai”. Mais adiante, acrescenta: Osório “é o único general universalmente amado e respeitado tanto pelos argentinos como pelos brasileiros”.

Num esforço de síntese, diríamos que Caxias foi o formulador, o organizador, o disciplinador, o pacificador, o estadista, enfim, o *estrategista*. Governou províncias e chefiou o gabinete por três vezes, elaborou planos de operações, preocupou-se pioneiramente com os problemas logísticos e, quando a vitória o exigia, era bravo até a temeridade. Foram tantos os seus atributos e virtudes que o vocábulo *caxias* entrou

para o idioma com os significados que o Aurélio assim registra: “1. Diz-se de, ou pessoa extremamente escrupulosa no cumprimento de suas obrigações. 2. Diz-se de, ou pessoa que, no exercício de sua função, exige dos subordinados o máximo rendimento no trabalho e extremado respeito às leis e aos regulamentos.”

Osório, por sua vez, foi o chefe natural que liderava pelo arrojo e pelo exemplo. Próximo de seus subordinados, franco e bem-humorado, desapegado do formalismo e dos rigores dos regulamentos, era contudo disciplinador enérgico quando necessário. Carismático ao ponto de ser idolatrado pelos seus soldados, foi o comandante tático por excelência, cuja bravura todos nele reconheciam. Em suma, era o chefe de Cavalaria idealizado pelos cultores das tradições da Arma.

Caxias voltou à Pátria. Na noite de 15 de fevereiro de 1869, desembarcou no cais do porto do Rio de Janeiro. Um dos seus biógrafos, Affonso de Carvalho, assim descreve a cena:

“Ali está o maior dos generais brasileiros – o herói da Abrilada, o ex-subcomandante do Batalhão Sagrado, o pacificador do Maranhão, de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande, a espada que garantiu a unidade nacional no advento tumultuoso da Regência, o comandante-em-chefe do Exército que marchou para o Uruguai e a Argentina a fim de levar a cooperação do Brasil para destruir as tiranias de Oribe e de Rosas; o senador do Império; aquele que já foi Ministro da Guerra e Presidente do Conselho duas vezes; e agora, o general que

acaba de, numa série de vitórias fulminantes, levar o Exército nacional à vitória contra o inimigo, esse mesmo Exército que ele encontrara atolado em Tuiuti. E ninguém no cais!

“Nem o representante do Ministro da Guerra, nem do Conselho, nem do Imperador!”

Osório, ao contrário, recebeu as mais merecidas e calorosas recepções ao regressar da guerra, primeiro no Rio Grande do Sul e, finalmente, no Rio de Janeiro. O Imperador fê-lo Marquês, e a Caxias Duque, o único desse grau fora da família do monarca. Mas Pedro II ainda iria exigir do velho soldado o derradeiro sacrifício. Pretendendo viajar ao exterior, entregou a Caxias, pela terceira vez, a chefia do Gabinete e a pasta da Guerra. E Caxias, viúvo, cansado e desiludido das coisas deste mundo, deixou falar mais alto seu senso de disciplina e sua lealdade ao soberano, malgrado um certo ressentimento mútuo. Aceitou o sacrifício e ainda prestaria relevante serviço ao apaziguamento dos espíritos ao solucionar, pela anistia, a Questão Religiosa.

Por tudo isto, pelo que foi e pelo que fez Caxias pelo trono dos Braganças, é injustificável a ausência de D. Pedro II aos funerais do grande brasileiro. Pouco antes, ele fora ao enterro de um bispo cujo nome a História não registra, tendo mesmo segurado uma das alças do caixão do prelado. As alças do ataúde de Caxias não tiveram a segurá-las mãos tão nobres, mas igualmente dignas, ainda que humildes: “as de seis soldados rasos de bom comportamento”.



Caxias e Mitre



*José Fernando de Maya Pedrosa**

Resumo: O autor analisa o relacionamento entre Caxias e Mitre – *uma história de conflitos e ajustamentos, de políticas diferentes e de personalidades diversas que interpretavam variadas tendências próprias da Revolução Industrial e seu racionalismo, pela primeira vez entre nós*, ao saber dos equívocos do Tratado da Tríplice Aliança e das interpretações da imprensa da época.

Palavras-chave: Luiz Alves de Lima e Silva, Caxias. Bartolomeu Mitre.

Diz a tendência dos novos tempos que os pactos regionais terão início pelas conveniências econômicas e políticas, terminando em acordos e tratados de natureza militar.

Se esse prognóstico for correto, como parece, o tema *Caxias e Mitre* será de importância incontestável nos estudos para uma doutrina de forças militares interaliadas nesta parte estratégica do continente.

O encontro destes dois chefes é uma história de conflitos e ajustamentos, de políticas diferentes e de personalidades diversas que interpretavam variadas tendências próprias da Revolução Industrial e seu racionalismo, pela primeira vez entre nós.

É também uma história de desconfianças nem sempre confirmadas, mas fruto de um quadro de controvérsias, zelo pelas causas nacionais e decisões de comando consideradas inaceitáveis pelos chefes subordinados.

No plano da Política, o assunto sugere meditação, pelos que tratam de textos reguladores de alianças internacionais, aproveitando os ensinamentos decorrentes da aplicação do Tratado da Tríplice Aliança, de 1º de maio de 1865.

Sugere também que se prepare o homem brasileiro para o trato com a defesa externa que, em outros países e nas grandes potências, é entregue, em nível de assessoria governamental, aos civis surgidos das universidades.

O encontro de Caxias com Mitre responde ao quadro das relações entre o Bra-

* Coronel de Infantaria e Estado-Maior. Sócio titular do IGHMB.

sil e a Argentina, a partir da questão uruguaia aberta em abril de 1863 com a invasão de Flores para depor o governo *blanco* de Atanásio Aguirre. Além disso, nos horizontes escuros do médio Rio Paraná e do Rio Paraguai, surgia, no bojo da problemática de Assunção (limites e navegação dos rios interiores), uma ameaça militar para ambos os países no armamentismo iniciado por Carlos López e continuado pelo seu filho Solano.

Naquele encontro de interesses, nem sempre convergentes, a Argentina carecia de unidade nacional, o que havia no Império do Brasil depois da Farroupilha e da pacificação da revolta pernambucana de 1848.

Mitre vencera os federalistas em Pavan (1861), mas a submissão de Urquiza não assegurava ao governo da República Argentina (antes Confederação) a tranquilidade suficiente para tratar dos problemas de vizinhança, motivo pelo qual guardava-se em Buenos Aires uma neutralidade duvidosa.

No Brasil, mercê das práticas liberais do Imperador D. Pedro II e do modelo parlamentarista adotado no Império, fervilhava a política partidária enquanto os governantes evitavam cuidar da defesa do País.

O Império estava desarmado.

Caxias, seu melhor soldado, na opinião de todos, vivia no ostracismo por motivos partidários e pela absoluta superação do fator político sobre o militar, vésperas de uma guerra.

Mitre, por sua vez, era o próprio presidente da nação, digamos mesmo, mais político do que militar, desfrutando de uma po-

sição de liderança crescente mas ameaçada pelo quadro continental e interno.

Dessa forma, nos preliminares do tratado, antes mesmo da invasão paraguaia de abril de 1865 em Corrientes, colocava-se Mitre numa posição de apoio, mas de certa indiferença para com a diplomacia do Império, jogando com as peças da política e da diplomacia como uma dama cortejada por muitos, embora insegura pelas circunstâncias incertas do momento.

Sabe-se que o tratado interpretou o desejo ardente do Brasil, enquanto a Argentina levou vantagens e pouco contribuiu. Pelo menos esse é o pensamento de nossos mais ilustres historiadores.

Nos bastidores políticos de Buenos Aires, o tratado abria a possibilidade de se formar uma Argentina prevalente na região, podendo concretizar o sonho unitarista de Sarmiento, Mitre, Elizalde, Marmol, João Alberdi e do exilado Manuel de Rosas, na reconstituição, em bases republicanas, do antigo Vice-Reinado do Rio da Prata.

Enquanto isso se passava na mente de Mitre e dos argentinos (segundo a maioria de nossos historiadores), a diplomacia brasileira não atentara para o aspecto militar da aliança.

Passados tantos anos, seus enganos interessam a todos nós como causas dos futuros desentendimentos de Caxias com Mitre, um ano e sete meses depois, ao chegar no Paraguai, em novembro de 1866.

Como se sabe, o Império do Brasil surgiu, para a República Argentina, como uma solução prática e econômica para vencer o invasor com os recursos do aliado, enquanto colocava sob controle os caudilhos centrais

de Entre Rios e Corrientes e levava dinheiro para os cofres privados em negócios de abastecimento de guerra.

Mitre teria, portanto, muita habilidade e motivação para tratar bem com os generais e diplomatas brasileiros e trabalhar para exercer o seu comando na Tríplice Aliança, pensando em governo e em guerra ao mesmo tempo, afastando-se por duas vezes para cuidar da manutenção da ordem interna argentina, freqüentemente gerando desconfianças infundadas para alguns analistas, para outros evidentes demais na análise dos fatos.

Por outro lado, Caxias ficara insatisfeito com o tratado assim como alguns parlamentares de seu tempo, membros da Seção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado, Imprensa do Rio de Janeiro, conservadores fora do Governo.

Para o velho e experiente soldado, o comando-em-chefe nas mãos de Mitre não era solução conveniente ao Brasil, pois se deixava de lado seu plano de ações convergentes e independentes sobre Assunção, evitando-se subordinações inconsistentes e melindres entre os chefes militares na dura responsabilidade da campanha.

Francisco Octaviano de Almeida Rosa, por sua vez, no afã de obter a adesão rápida da Argentina, como argumentou posteriormente em discurso na Câmara dos Deputados, concentrou o comando militar da aliança (Art 3º) na pessoa de Mitre, de acordo com escrúpulos internacionais relativos à imagem do Brasil no mundo, e movido pelo apuro na assinatura do texto que, de imediato, isolaria politicamente e militarmente o Paraguai, num

quadro internacional ainda desfavorável ao Brasil.

Ele era um civil em missão diplomática sem instruções específicas sobre o componente militar do tratado em vista, mesmo porque, como se sabe, o assunto não era valorizado entre os políticos da época, muito menos pelos liberais, nem mesmo pelo Imperador D. Pedro II.

Não havia, ao lado de Octaviano, uma assessoria militar competente, em ligações imediatas com o Império, nem conhecimento por ele da arte ou da ciência da guerra.

Rememoremos que, no desenvolvimento das operações, faltou às tropas brasileiras e à esquadra um comando unificado, motivo de experiências vividas com amargura e desconfiança entre os chefes, minando o relacionamento entre eles e causando até mesmo o desastre militar de Curupaiti.

Dessa forma, o encontro de Caxias com Mitre, embora cordial e respeitoso, trazia um passado desagradável, apesar da nova situação criada em outubro, com o comando das tropas brasileiras e da esquadra numa única figura, corrigindo as distorções anteriores do tratado.

A grande disparidade entre os efetivos brasileiros e argentinos, por sua vez, afetara também o moral dos chefes brasileiros na fase inicial da campanha, situação que continuou durante o comando de Caxias, pela incompreendida igualdade entre as nações no tratado e pelo fato da pequena representação argentina não respaldar os poderes de Mitre no comando.

Por isso mesmo, no espírito dos brasileiros, o tratado foi uma forma de propiciar

à Argentina uma situação privilegiada, não apenas na guerra como na paz, pois o seu artigo 16º lhe dava fronteiras com o Brasil na Baía Negra, contrariando toda a tradição da política e equilíbrio do Império no Rio da Prata.

Essa situação, na qual a Argentina levaria vantagem, sugeria que desejava incorporar o Paraguai depois da guerra.

Tal estado de espírito promoveu certa predisposição entre os chefes brasileiros para desconfiarem das intenções de Mitre, porque se pensou que decidia em função de interesses de seu país, inclusive manobrando com Solano López para uma paz em separado, já que a guerra era impopular na Argentina revolucionada por sucessivos levantes.

Não se pode saber se verdadeiros ou falsos eram os gestos de Mitre como um homem de boa-fé e um soldado leal, mas as circunstâncias criadas pelos erros do tratado caíram em forma negativa sobre seu comando. Além disso, alguns fatos ocorridos durante a guerra contribuíram para o agravamento daquele clima, dentre eles o de ter Mitre aceito a conferência com Solano López, naquele momento crucial do prosseguimento do ataque de Curuzu sobre Curupaiti, em setembro de 1866.

O erro de Mitre em aceitar a Conferência de Itaiti Corá, ou a sua intenção de terminar unilateralmente a guerra, seria um motivo de abalo no moral do comando aliado, posteriormente citado por Caxias naquela questão do emprego da esquadra para romper o passo de Humaitá, do qual falaremos adiante.

Outro aspecto que andou prejudicando a harmonia e a disciplina no comando da guerra, e que influenciou no relacionamento de Caxias com Mitre, foi o costume das decisões colegiadas nas juntas de guerra ou conselhos, agora agravado pelas indefinições do tratado sobre o princípio da autoridade na campanha. Assinale-se aos estudiosos do assunto que este é o ponto mais sensível na organização de um comando interaliado.

As vontades discordantes manifestadas em atas em separado, as divergências nem sempre esclarecidas com franqueza, as ligações de comando indiretas e em forma de ofícios confidenciais e “memórias”, separadas por dias e até semanas de protelações, tudo isto dificultava o andamento das decisões e minava o moral do comando.

Mitre, por sua vez (sente-se em sua correspondência particular e em documentos), julgava-se prejudicado em vários episódios, constatando que seu comando era apenas nominal, com decisões tomadas “de comum acordo”, debaixo de constantes ponderações e mudanças nos planos e ordens.

Essa situação ambígua foi identificada pelo próprio Mitre quando sentiu que a esquadra de fato não estava sob suas ordens, e que apenas devia colaborar com as tropas terrestres, agindo com independência inaceitável, segundo ele. Tal situação ficou mais clara e desagradável quando o General Porto Alegre, junto a Tamandaré e apoiado por uma diretoria governamental, deslocou o 2º Corpo de Exército para Tuiuti-Passo da Pátria, quando a manobra concebida pelo comandante-em-

chefe era empregá-lo de forma independente sobre Humaitá.

Ficaram famosos na história os incidentes de comando entre Mitre, Tamandaré e Porto Alegre, durante o planejamento e a execução da manobra sobre Curuzu e Curupaiti, em agosto e setembro de 1866, em meio da desastrosa conferência de Itaiti Corá, que terminaram na estabilização das operações até julho do ano seguinte.

Convém lembrar, mesmo que genericamente, que o General Porto Alegre negou subordinar-se a Tamandaré em Curuzu, e que manifestou discordância com a organização dos comandos na manobra sobre Curupaiti, afirmando que sua tropa não ficaria subordinada diretamente a nenhum general estrangeiro, no caso o próprio Mitre.

Como sabemos, a derrota de Curupaiti aprofundou ainda mais o desentendimento entre os generais brasileiros em relação a Mitre que “estava irritadíssimo com as constantes resistências de Tamandaré e Porto Alegre ao seu comando. Teria até mesmo advertido Tamandaré sobre isto,” segundo transcreveu Francisco Doratioto, em *Maldita Guerra*, de uma carta dele a Rufino Elizalde, no dia 13 de setembro de 1866.

Se de fato foram sinceras as críticas de Mitre aos chefes brasileiros, eis o resultado das imperfeições do tratado quanto à falta de unidade de comando, não apenas entre as tropas brasileiras e a esquadra, como no âmbito da própria direção geral da guerra, apesar de ter ficado claro que esta estaria na pessoa de Mitre.

Parece correta a idéia de Doratioto de que Mitre adotava uma postura “pragmática e leal” com os comandantes brasileiros durante esses episódios. E que se manteve fiel a uma aliança com o Brasil, mas que os constantes incidentes abriram um fosso entre ele e os generais brasileiros.

Ainda acha o historiador (discordando de outros historiadores brasileiros) que Mitre manteve-se firme em Itaiti Corá ao espírito do tratado, o que parece razoável à vista de seus depoimentos. Mas que não se pode redimi-lo por inteiro de suspeitas porque, como se sabe, nem o tratado permitia a ele tratar diretamente com López, nem estavam presentes seus aliados naquele momento.

No âmbito do teatro de operações, vivia-se um momento crucial, porque as semanas se escoavam desde Curuzu e as forças paraguaias ganhavam tempo para preparar as defesas de Curupaiti. A história, por outro lado, exime Mitre da culpa pela derrota de Curupaiti, porque Tamandaré pedira o adiamento do ataque em vista das condições precárias para a observação do tiro da esquadra, em razão das chuvas torrenciais que caíram na região. Mas a desconfiança estava implantada quando se imaginou que Itaiti Corá fora manobra de López enganando Mitre, ou em combinação com ele, para ganhar o tempo que precisava.

Caxias, ainda no Brasil, era um homem magoado com a condução política da guerra e usava de todas as reservas morais e espirituais para manter a disciplina e continuar ativo, embora submetido ao ostracismo que lhe impuseram. Como era próprio de sua personalidade, as asperezas da vida não

constituíam motivo de desânimo, e suas dificuldades com os gabinetes e partidos, pelo contrário, traziam para ele força moral para suportar novos embates.

Tempos depois, em seu famoso discurso de 15 de julho de 1870, ele caracterizou os descaminhos da política partidária em relação à guerra, quando o desejo dos liberais em governo era superar as questões de defesa e prestigiar o presidente da província do Rio Grande do Sul, um homem, segundo ele, desafinado com as questões da guerra, mesmo na qualidade de comandante da Guarda Nacional.

Como se sabe, por esse motivo ele não fora nomeado para o comando das forças do Império no início do conflito.

O Ministro da Guerra, Brigadeiro José Egydio Gordilho de Barbuda, que se pensava nomeado por ser seu desafeto, era uma figura que, no passado, Caxias nunca desejara comandar. E perguntava, na época daqueles fatos, “como haveria de servir sob seu comando”. E “o que diriam meus subordinados sabendo que eu não poderia contar com a necessária confiança do Ministro da Guerra,” pois eram notáveis as desavenças?

Relembrou, naquele discurso, que fora convidado pelo Gabinete liberal de Zacarias de Góes para o comando no Paraguai, depois dos desastres iniciais, impondo apenas que recebesse do governo “confiança total”, e que, em função disso, ocorreria a demissão do Ministro da Guerra, Conselheiro Ângelo Ferraz, também do Partido Liberal.

Assim, a chegada de Caxias no Paraguai, em novembro de 1866, representara

uma notável mudança de atitude do Governo brasileiro, valorizando o fator militar e o teatro de operações e minimizando o fator político nas medidas de guerra que, no sistema do tratado, havia causado tantos dissabores.

Além disso, mudara a orientação do Império perante a organização do comando brasileiro, dessa vez centralizado na pessoa de Caxias, determinando um relacionamento mais independente e condicional dele com o comando-em-chefe.

Por certo, naquele “confidencial” de 21 de outubro de 1866, pedindo definições do Gabinete através do Ministro da Guerra, Caxias considerava as amargas experiências de Curuzu, Curupaiti e outras mais na fase inicial da guerra.

Sem dúvida, permitam-me recordar, entravam em jogo as desconfianças que invadiram o espírito dos chefes brasileiros nos meses iniciais da guerra. E a pergunta característica foi justamente a quarta que mais importa ao entendimento de suas futuras divergências com Mitre: “Se Mitre persistir em seu sistema de temporização, o general brasileiro, julgando-se habilitado a operar por si só, deve fazê-lo com ou mesmo sem o acordo daquele aliado?”

E Paranaguá, uma a uma, responde às suas inquietações.

A última palavra no comando dos exércitos aliados, segundo ele, era a de Mitre, mas o general brasileiro teria voto independente nas deliberações do plano de campanha; ao General Mitre cabia apenas a execução geral das operações determinadas, mas não tinha o direito de destacar forças brasileiras para operarem sob suas or-

dens imediatas, ou de qualquer outro general estrangeiro, quando o general brasileiro não julgasse conveniente; na hipótese de Mitre persistir retardando as operações, com prejuízo para a Aliança, o general brasileiro poderia continuar operando sob sua responsabilidade; o contato de Mitre com López para tratar de paz não implicava em suspensão das operações quando pudessem ser continuadas com vantagem, podendo o general brasileiro prosseguir por si só; o general brasileiro no exercício do comando-em-chefe (ausência de Mitre) não devia aceitar conversações de paz com López; a retirada de Mitre do Exército aliado implicava em que o general brasileiro prosseguisse nas operações de comum acordo com outros chefes estrangeiros; e os ajustes de paz deveriam seguir o que fora estabelecido no Tratado da Tríplice Aliança.

Ressalve-se então que os historiadores e estudiosos da questão do comando aliado no Paraguai classificam as instruções de Paranaguá a Caxias como um atestado de que o comando-em-chefe exercido por Mitre não tinha completa autoridade para decidir, o que não fora explicitado no tratado de 1º de maio.

Ele tinha, na realidade, uma autoridade relativa que dependia doravante da concordância de seu general brasileiro.

Enfim, Caxias chega ao Paraguai em “atitude cautelosa”, segundo Doratioto, e logo entra em contato com Mitre confiando nas instruções que recebera. Sabia, no entanto, que o dia-a-dia da campanha apresentaria oportunidade para divergências que precisariam ser tratadas com o necessário cuidado e firmeza.

Soldado calejado em antigas campanhas, magoado pelas incompreensões da política brasileira quanto à guerra e a sua própria pessoa, estava certamente fortalecido para o que sucedesse. Sabia que as instruções de Paranaguá corrigiam as imperfeições do tratado, mas isso poderia não ser assimilado por Mitre em suas convicções já demonstradas inúmeras vezes.

Favorecia a posição de Caxias perante seu comandante-em-chefe o fato de ser dezoito anos mais velho e ter comandado forças interaliadas na guerra contra Oribe e Rosas, quando seu interlocutor era apenas um tenente na batalha de Monte Caseros, nos idos de 1852.

Naquela oportunidade, Mitre não fazia nenhuma ressalva a Caxias, que, segundo declarou, foi o homem que ele desejava ter sob seu comando.

Além disso, ele conhecia a fama e o prestígio de Caxias como espada vitoriosa em inúmeros embates, ornada de qualidades e virtudes militares, ilustrada por vários cargos políticos de confiança ou eletivos, inclusive o de Ministro de Estado. Pela primeira vez, de fato, Mitre trataria com um estadista que lhe infundiria profundo respeito.

Recordemos que o futuro lhes reservaria dois períodos de convivência: o primeiro, entre a chegada de Caxias no Paraguai, em novembro de 1866, e a retirada de Mitre para tratar de assuntos internos de seu país, em 9 de fevereiro do ano seguinte, quase três meses depois; o segundo, desde o retorno de Mitre ao teatro de operações, em 1º de agosto de 1867, até a sua segunda retirada no dia

13 de janeiro de 1868, decorrido um ano, cinco meses e treze dias.

No primeiro período, trataram os dois chefes militares de planejar o prosseguimento das operações; no segundo, de conduzi-las para o cerco e isolamento da Fortaleza de Humaitá.

Como sempre ocorre, o planejamento militar foi tarefa fácil, embora delicada, enquanto a sua execução daria margem aos dissabores da realidade e das velhas reminiscências de 1866, no confronto de personalidades diferentes e de políticas nacionais nem sempre harmonizadas.

No primeiro contato dos dois protagonistas da história, Caxias perguntou qual seria o plano de campanha para o Exército aliado. Mitre preferiu que o próprio interlocutor discorresse sobre o assunto de sua indagação. Caxias, em carta confidencial ao Ministro da Guerra (11 de setembro de 1867), afirmou que realizaria “uma marcha pela direita, procurando, por meio dela, o flanco esquerdo do inimigo, e por aí atacá-lo”.

Mitre, então, elogiou o plano de Caxias com entusiasmo e acrescentou que aquela era também sua idéia para a manobra.

Segundo o relato pessoal de Mitre sobre o momento, Caxias aceitou o seu plano “não só como o melhor, senão também como a única coisa boa que se tinha que fazer”.

Assim, deixando-se de lado alguma coisa de forma, na verdade a combinação entre os dois chefes foi um fator favorável às operações seguintes e, também, ao relacionamento entre as figuras mais importantes da guerra.

Como dois soldados experimentados, é perfeitamente possível que tivessem pensado na manobra de flanco ao mesmo tempo, não apenas motivados pelo fracasso do ataque frontal a Curupaiti, como pelo conhecimento do terreno acumulado na mente dos brasileiros, naquela fase inicial da campanha, certamente transmitidos a Caxias.

Por outro lado, o primeiro encontro não deu oportunidade para o acerto de detalhes que, futuramente, iriam ser motivo de discordância, nem houve nenhum confronto de opiniões que revelasse diferenças essenciais entre eles.

Mesmo assim, ainda na fase de planejamento da manobra, Mitre, de Buenos Aires, escreveu a Caxias (14 de abril) com sua natural prolixidade, segundo a opinião de Tasso Fragoso, detalhando o que julgava fosse o plano de campanha.

E abriu três alternativas para o prosseguimento das operações quando as forças aliadas chegassem nas proximidades do Rio Paraguai, pelo desbordamento do conjunto fortificado de Curupaiti-Humaitá. Mesmo deixando Caxias com liberdade para agir de acordo com a situação, procurando manobrar para o isolamento das forças paraguaias, Mitre pareceu expressar alguma preferência para o ataque direto, o que foi, mais adiante, prenúncio das discordâncias entre os dois chefes.

Logo depois de seu retorno ao teatro de operações, em 1º de agosto de 1867 (a manobra de flanco tivera início no dia 22 de julho), remeteu a Caxias um estudo de situação resumido.

Nele havia uma série de considerações sobre o inimigo e a manobra aliada, inclusi-

ve o cerco das posições inimigas pelo norte, como constava nos documentos anteriores de sua lavra.

Entretanto, fazia ênfase em que “a operação em terra, feita isoladamente, é estéril, ou, pelo menos, duvidosa. Deve ser feita em combinação com a esquadra”.

A esquadra ainda, segundo Mitre, devia forçar o passo de Humaitá e realizar uma junção com o Exército ao norte da fortaleza, e para tal devia-se emitir “ordem terminante”, porque, assim, os aliados ficariam donos do rio e “em condições de realizar empresas de maior vulto no interior do país, quer por água, quer por terra”.

Caxias, no dia seguinte, 6 de agosto, manifestou concordância com tais conceitos operacionais a serem implantados, antes mesmo de reiniciado o novo movimento terrestre com seus corpos de exército, e escreveu ao Almirante Joaquim José Ignácio, novo comandante da esquadra, que lhe respondeu.

Surgiu, então, uma nova realidade com a ponderação do almirante em ofício confidencial do dia seguinte, mostrando que as posições defensivas de Humaitá estavam agravadas por engenho e arte do defensor, as posições paraguaias estavam preparadas e muito bem-defendidas, havia as dificuldades naturais do lugar, estreiteza dos canais, obstáculos de torpedos e correntes, estacas, “construídas com vagar e tino”. Haveria dificuldades de abastecimento de seus navios através de uma estrada de contorno pelo Chaco, com suas naturais asperezas, e os navios metálicos não apresentavam a segurança que se esperava.

Nesse caso, a esquadra “passa de bloqueadora a bloqueada, se o exército não vence os dois obstáculos” (Curupaiti e Humaitá).

E terminou por afirmar que a operação “não colhe a serviço do Império o mais pequeno proveito senão satisfazer o mal entendido orgulho,” terminando por mostrar sua disciplina de marinheiro-soldado, dizendo que cumpriria ordens e que faria o humanamente possível nesse sentido.

Caxias achou justas as ponderações do almirante e as comunicou ao comandante-em-chefe, pedindo-lhe uma conferência e afirmando, em novo expediente, que os argumentos de José Ignácio lhe causaram impressão profunda e lhe promoveram dúvidas sobre o sucesso da operação. Acrescentou ainda que as forças de terra estavam perdendo sua impulsão e que as medidas a tomar doravante teriam caráter de urgência.

Teve início, a partir daí, uma fase de divergências que, apesar de não se constituírem ainda em crise de comando, evoluíram para tal devido à insistência de Mitre em seu ponto de vista.

Caxias, diante dessa atitude, formulou a idéia de romper as fortificações de Curupaiti com a esquadra e colher informações mais detalhadas sobre Humaitá, enquanto se decidiria pelo seu investimento, “calculando-se pelo que ocorresse na passagem de Curupaiti se poderia ir também além de Humaitá,” segundo Tasso Fragoso interpretou a nova proposta.

O Almirante José Ignácio concordou com a manobra e Curupaiti foi ultrapassa-

da com algum sacrifício pela esquadra, no dia 15 de agosto, criando uma nova situação que, estudada, se constituiu em motivo de discordância entre Caxias e Mitre.

Deram-se conta os chefes navais de que o grosso da esquadra em seus meios metálicos estava isolada, porque o transporte de suprimentos pesados pelo Chaco era insuficiente. Para o almirante, a missão de prosseguir e até mesmo continuar operando entre as duas fortalezas (onde seus navios eram vulneráveis) era superior aos meios de que dispunha. E, nesse momento crucial, usou de um argumento que calou fundo no espírito de Caxias, porque transcendeu a área militar restrita ao teatro de operações para incidir em assuntos do Estado.

Disse o almirante em 30 de agosto:

“(...) nas atuais circunstâncias em que se acham as repúblicas do Prata, revolucionadas ou em vias de revolução, conhecidos como são os sentimentos dos revolucionários a respeito do Império do Brasil, é prudente arriscar a parte mais importante de nossa Marinha a uma ruína certa e inevitável?”

E desaconselhou o prosseguimento sobre Humaitá.

Caxias, ainda mais sensibilizado com essa contundente argumentação, comunicou a Mitre, no dia 18 seguinte, que pensava não ser conveniente forçar tão cedo o passo de Humaitá. “Não arriscarei, portanto, a esquadra,” disse.

Foi um longo ofício completo em argumentos que fundamentavam até mesmo o retorno da esquadra rio abaixo. Para ele, havia limitações técnicas dos navios encouraçados, as defesas de Humaitá estavam

reforçadas ao máximo, alongava-se a linha de suprimentos pelo Chaco.

Em seguida, Mitre manifestou que não concordava com o retraimento da esquadra para jusante de Curupaiti e reclamou seus direitos como comandante-em-chefe, criando uma delicada situação para Caxias.

Na análise desse impasse imagina-se que Mitre, como argentino, desejava forçar o emprego da esquadra para eliminá-la como argumento estratégico do Império no Prata.

Como se vê, o incidente tomava gravidade como consequência do tratado que dava a Mitre a direção geral da guerra, mas colocava a esquadra em situação de certa independência do comando-em-chefe. Ocorreria, então, pela falta de unidade de comando entre as forças brasileiras no início da guerra, uma série de novas divergências entre nossos chefes e Mitre.

Enquanto isto, nesse ambiente de certa indefinição, manobraram-se os corpos de exército para que completassem, antes do final daquele ano, o isolamento de Humaitá, enquanto a esquadra permanecia ao norte de Curupaiti contra a vontade de seu almirante, mas inerte, segundo Mitre.

Enquanto isso, permanecia a batalha dos ofícios e memórias entre os dois chefes, terminando Mitre por indagar a Caxias (com toda “franqueza”) se tinha instruções de seu Governo sobre o impasse do relacionamento de comando que viviam, dizendo que era o diretor da guerra e entendia que tudo deveria ocorrer para um objetivo traçado por “uma só direção”.

Observe-se, no desenvolvimento dessa complexa questão, que os entendimentos

entre Caxias e Mitre eram feitos à distância, sendo raríssimas as oportunidades em que os dois chefes estiveram um diante do outro, apesar de não serem tão longas as distâncias entre eles.

Até mesmo os assuntos que diziam respeito à interpretação do tratado foram expostos por escrito, quando poderiam ser motivo de conversações de viva voz.

Caxias, no dia 28 de agosto, argumentou que o tratado não dera a Mitre o comando da esquadra, por ter sido ele expressamente entregue a Tamandaré. Apesar de a esquadra ter por obrigação apoiar as operações terrestres sob uma direção geral, qualquer plano teria de ser “combinado”, e foi o que acontecera com o rompimento do passo de Curupaiti, no dia 15 do mesmo mês.

Mitre, por sua vez, insistia na idéia de que era o diretor geral e comandante-em-chefe da guerra, e que a esquadra lhe devia obediência. Estava decidido a levar a questão ao Governo de seu país, sendo de opinião que Caxias devia fazer o mesmo.

Nesse momento (ofício de 9 de setembro de 1867), mesmo sem o desejar, Mitre tranqüilizou o espírito de Caxias, porque admitiu que a questão transcendera do âmbito militar para outra área distante do teatro de operações, entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro, onde seria resolvida na área da política de guerra.

Esse clima de indefinições seria finalmente solucionado em dezembro, três meses depois, com a comunicação do Governo brasileiro de que o comando da esquadra não estava diretamente subordinado a Mitre. Ficou confirmado, uma vez mais, que

as injunções da alta Política nos exércitos interaliados estão acima da racionalidade de um comando operacional, o que sugere estudo.

E se pode perguntar também qual foi a razão de tanto afastamento, senão o ambiente formal e cerimonioso que o confronto entre os dois chefes suscitava.

Talvez estivessem evitando um atrito pessoal irreversível que tais momentos sempre sugerem. Talvez Mitre, naquele afastamento físico, desejasse documentar sua argumentação, e Caxias manifestar sua independência fixada na resposta do Ministro Paranaguá, ainda em outubro do ano anterior, fato que, certamente, não era ainda do conhecimento de Mitre.

Difícil é, nesse momento, discutirmos as razões militares expostas por cada um em seus longos ofícios confidenciais e memórias, mas uma delas foi, certamente, o estopim ou a causa imediata das gélidas relações que se seguiram no âmbito do comando.

Naquela memória, que hoje chamaríamos de estudo de situação escrito, Mitre repetiu, com certa veemência, seus argumentos anteriores sobre Humaitá, manifestando a intenção de “acusar a esquadra, fazendo a crítica severa de sua atividade” (Tasso Fragoso).

Para ele, o fracasso das forças navais devia-se ao fato de a operação não ter sido realizada como seria conveniente e de a esquadra não ter prestado os serviços que, em diversas ocasiões, lhe cabiam.

Foi aquele documento uma espécie de libelo acusatório de que falhara em seus

compromissos, trazendo mesmo alguns insultos quando afirmou que, se ele, Mitre, fosse o comandante da mesma não vacilaria em empregá-la até se perderem, pelo menos, dois terços de seus encouraçados. E ainda mais, disse, se toda a esquadra se perdesse, “ficaria bem perdida”. E que sua insistência era motivada por ter meditado muito sobre o fato.

Caxias, por sua vez, externou sua irritação naquele ofício de setembro ao Ministro da Guerra, afirmando que sua desconfiança em Mitre tivera origem nas propostas de campanha do comandante-em-chefe depois de seu regresso, querendo que se realizassem operações de sentido protelatório.

A respeito do emprego da esquadra, perguntou ao ministro: “Por que essa teimosia de sua parte? Faltava aos nossos marinheiros coragem militar para levar a cabo a empresa? Pois já não haviam dado provas evidentes de honra e de leal desejo de colaboração com os exércitos aliados?” (Tasso Fragoso).

Caxias demonstrou então que estava tomado pelas dúvidas sobre as verdadeiras intenções de Mitre e seus sentimentos hostis ao Brasil, como mostram suas palavras: “No espírito do General D. Bartolomeu Mitre atua pensamento oculto e maléfico com referência ao Império e à presente guerra, e que nossa boa fé e sinceridade estão bem longe de serem por ele compreendidas.”

E atribuiu a Mitre o desejo de procrastinar a guerra, o que era uma calamidade para o Brasil e elemento de prosperidade para a Argentina, lembrando que retirara

da campanha cinco mil soldados de seu país em fevereiro de 1867. Referiu-se à desmoralização de Mitre com a Conferência de Itaiti Corá, reprovada pelos governos aliados, e lembrou os incidentes de Curupaiti.

Afirmou ainda que Mitre “nutre idéia sinistra a respeito da esquadra” porque ela exibia aos argentinos “um elemento poderoso de nossa preponderância nos mares da América do Sul”. Daí o seu desejo de fazer desaparecer os elementos que tanto assustavam seus patrícios, desejando vê-la completamente destruída.

Diante de tantos arrazoados de Mitre e intrigas da imprensa portenha, disse Caxias que os fatos haviam sido adulterados cinicamente para menoscar e deprimir o Exército e a esquadra, procurando ridicularizar seus generais.

Foi quando Caxias revelou o seu estado de espírito entre a lealdade com que chegou disposto para cumprir o tratado e o reconhecimento de que “fora errônea a crença com que marchei”.

Reportou-se ainda às idéias de Mitre que, segundo ele, se caracterizavam pela defesa de soluções que nada contribuíam para acelerar a guerra, como ter querido estabilizar a frente entrincheirando-se diante do quadrilátero de Curupaiti-Humaitá e perdendo a iniciativa das operações, deixando de cortar as ligações do inimigo com Assunção por uma manobra.

Com essa memória de Mitre e o ofício confidencial de Caxias ao Ministro da Guerra, encerrou-se o capítulo do relacionamento entre eles com base na confiança

recíproca, e teve início uma fase de desconfianças que só teria fim quando Caxias assumiu o comando-em-chefe, em janeiro de 1868.

Mesmo assim, as operações por terra terminaram com o cerco de Humaitá pelo domínio das barrancas do Rio Paraguai e por ter sido repellido o segundo ataque paraguaio em Tuiuti.

No dia 13 de janeiro de 1868, Mitre retirou-se para Buenos Aires sem que ocorresse o esperado abalo em suas relações pessoais com Caxias, inclusive durante a última entrevista que se passou em ambiente de cordialidade. Entre ele e Caxias, mesmo nos instantes mais graves de discordâncias e desconfianças, não houve nenhum incidente pessoal ou outro qualquer ato criticável.

O fato demonstra, insofismavelmente, as qualidades humanas e as virtudes militares de cada um. Mas ficaram para os historiadores e analistas da história ensinamentos sobre o procedimento dos militares diante de quadros semelhantes.

Fato notável de nossa história é a resposta de Paranaguá aos anseios de Caxias e a idéia que fazia do comandante-em-chefe, exatamente num momento em que as operações militares produziam frutos notáveis.

Em 28 de setembro de 1867, em ofício confidencial, ele tentava apaziguar o espírito de seu interlocutor, insistindo na necessidade da harmonia entre os aliados. Sustentava que era indispensável a boa convivência com Mitre até seu afastamento, o que viria a ocorrer, como se sabe, em janeiro seguinte.

A segurança das palavras de Paranaguá fizeram daquele documento um dos mais belos de nossa literatura militar oficial.

Confirmando instruções anteriores expedidas no início do comando de Caxias, Paranaguá afirmou que se ele acreditasse que havia um plano oculto do General Mitre para “procrastinar o término da guerra e vir que pode empreender operações conducentes à derrota do inimigo, está V. Exa. autorizado a operar independentemente de Mitre”.

Essa ação firme de Paranaguá coadjuvava sua carta pessoal a Caxias, na qual achava em Mitre o desejo de que as operações militares fossem mais ativas e externara sua confiança na lealdade do comandante-em-chefe. Possivelmente achando que Mitre fosse sincero, o Ministro manifestou aí discordância com Caxias, certamente pensando em diminuir suas dúvidas.

Tasso Fragoso aprecia o final desse incidente com a tolerância e extrema moderação que sempre caracterizaram os seus escritos, dizendo que, graças à superioridade moral de Caxias e de Mitre, o horizonte se foi desanuviando e a aliança ficou de pé.

Daquele setembro de 1867 até a passagem do comando-em-chefe de Mitre para Caxias, menos de quatro meses depois, nada se registrou de desagradável no relacionamento dos dois chefes, como já foi lembrado.

Neste momento de recordações, não nos compete definir se são verdadeiros ou enganosos os sentimentos de Caxias nessa

questão com Mitre, ou os de Mitre em relação a Caxias.

Mitre, de várias maneiras, somara esforços aos do Império no momento em que a maioria dos argentinos, mesmo diante de um Paraguai agressivo, era movida por sentimentos negativos em relação ao Brasil. Sem dúvida, foi o estadista de seu tempo que mais compreendeu as boas intenções do Império, no meio de publicistas agitados pelas idéias republicanas cultivadas com tanta paixão entre os hispano-sul-americanos.

O que nos compete fazer, diante de tantos homens ilustres, é esboçar algumas mensagens desta história tão cheia de dramaticidade.

Afinal de contas, não nos detivemos nas razões pessoais de Mitre expostas em seus depoimentos depois da guerra, aprofundadas por apreciações sobre a sua boa-fé por alguns de seus biógrafos e historiadores da guerra.

Reconheçamos, entretanto, que sua insistência seguida de algumas acusações à esquadra, tomadas como insultuosas pelos brasileiros em campanha, configuraram as suspeitas sobre suas intenções e motivações políticas.

São inúmeros os ensinamentos desse episódio.

A diplomacia brasileira não se aventurará mais em tratados e acordos que envolvam a guerra sem reconhecer o com-

ponente militar num possível conflito armado.

Foi o erro da Tríplice Aliança, que não se deve repetir na organização dos comandos operacionais, exigindo-se definições claras do princípio da autoridade e responsabilidade de comando e suas limitações diante dos fatores maiores da política.

Por falta justamente dessas definições, Caxias, ao chegar no Paraguai, apesar de atendido pelas respostas de Paranaguá, levava em seu espírito um passado de desconfiança na atuação de Mitre.

A história mostra que, nos exércitos interaliados, deve prevalecer a confiança entre os chefes militares e destes na direção da guerra, o que mostra a importância de uma boa solução de convivência estabelecida nos textos acertados.

Torna-se necessário buscar a unidade de comando das forças brasileiras no teatro de operações e o tanto quanto possível no próprio nível do comando-em-chefe.

Naturalmente, devemos recordar que Caxias estava ressentido contra os procedimentos da própria política brasileira, o que, como resultado positivo, deu-lhe paciência e habilidade para tratar com Mitre, já que, agora, contava com o apoio de seus orientadores em nível de Governo.

Compreende-se que seu tratamento respeitoso e formal com Mitre é um exemplo para os chefes militares do futuro. E motivo de meditação para políticos, diplomatas e militares em todos os tempos.



Caxias – um líder militar



Sérgio Augusto de Avellar Coutinho*

Resumo: Respalado no conceito de liderança de Ordway Tead na acepção estritamente militar, o articulista define liderança militar e identifica, em Caxias, através de suas ações, atributos de liderança direta, organizacional e estratégica.

Palavras-chave: Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, Caxias.

Felizes os exércitos que (...) têm generais como Osório, Polidoro, Caxias e o Conde d'Eu, que souberam inculcar-nos a fé na sua estrela e esperança na glória do Brasil.

Dionísio Cerqueira

O atributo de líder militar do Patrono do Exército brasileiro, o insigne General Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, raramente tem sido abordado pelos seus biógrafos e pelos autores que escreveram sobre sua figura.

Parece que a liderança é considerada por todos como um traço natural e muito óbvio das suas reconhecidas qualidades de chefe militar de sucesso. As suas virtudes morais, cívicas e militares tinham tal esplendor que a sua liderança seria apenas uma esperada decorrência, não sendo necessário demonstrar ou destacar o que já seria evidente.

Esse entendimento, embora procedente, não é suficiente para que não se faça a tentativa de comentar o que aparentemente seja óbvio, para que não se perca esta faceta do exemplo completo que representa o Duque de Caxias como chefe militar e como prócer da nacionalidade. Não o faremos apenas como exaltação do vulto histórico incomparável, mas para edificação e inspiração dos jovens oficiais e dos chefes militares que hoje o sucedem.

De início, vemos a necessidade de definir o que entendemos por liderança e, mais especificamente, por liderança militar.

A palavra liderança, todos sabemos, vem dos vocábulos ingleses *lead*, conduzir, e *leader*, condutor. Os nossos dicionários só

* General-de-Brigada.

registram as formas aportuguesadas destas palavras a partir de 1959. Até o final da Segunda Guerra Mundial eram termos e conceitos pouco usados. O primeiro manual do Exército que trata de liderança militar saiu em 1954 com o título prudente e acanhado de *Princípios de Chefia* (Portaria de 14 de dezembro de 1953). A palavra líder, até então estranha à nossa língua, nela só foi incluída numa apropriação cultural que não trouxe, como é natural, o seu entendimento preciso no espírito nem nos diversos usos na língua inglesa. Assim, as expressões *líder* e *liderança* são tomadas segundo acepções variadas em que líder pode ser tanto o dirigente, o administrador, o gerente, quanto pode ser aquele que empolga e conduz multidões.

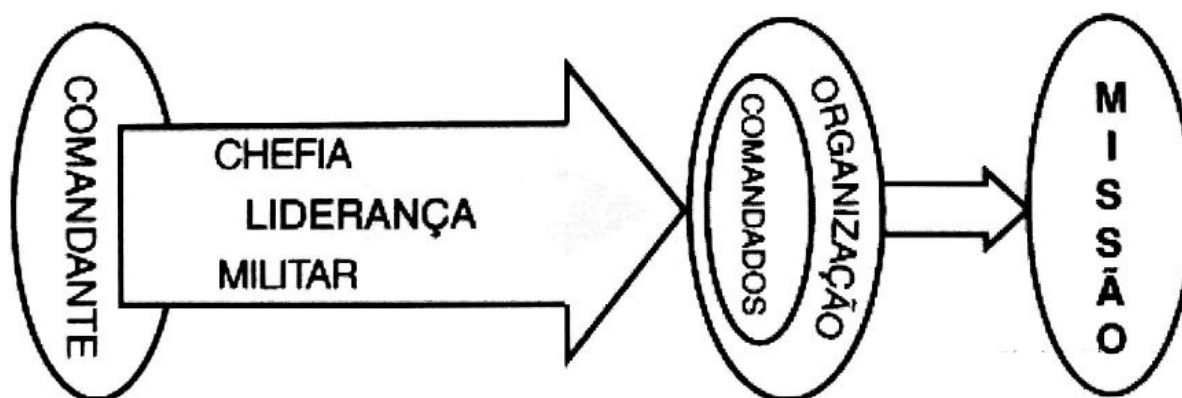
Queremos aqui usar o termo liderança na acepção estritamente militar que se respalda no conceito de Ordway Tead: *Liderança consiste na atividade de influenciar pessoas para cooperarem em favor de uma finalidade que vierem a julgar desejável.*

Dele podemos conceituar Liderança Militar como sendo o *processo pelo qual o comandante, no exercício da chefia militar, exerce sua capacidade de influenciar subordinados para deles obter a adesão à missão e envolvimento pessoal e coletivo no seu cumprimento.*¹

Numa visualização esquemática, a liderança militar não é uma prática particular, uma espécie de opção preferencial, mas um processo que o comandante aplica para enriquecer e aumentar a eficácia da sua ação de comando, envolver seus comandados e criar melhores possibilidades de êxito no cumprimento da missão.

Evidentemente, o termo liderança militar e seu significado atual eram desconhecidos no Exército ao tempo de Caxias. O comando era o exercício da chefia militar pura e simplesmente, embora a arte ou capacidade de bem conduzir homens não fosse ignorada nem desconsiderada pelos chefes militares de então. Osório assim se manifestou: “É fácil comandar

INSERÇÃO NA AÇÃO DE COMANDO



1 Sérgio Augusto de Avellar Coutinho.

homens livres; basta mostrar-lhes o caminho do dever.”

Mostrar o caminho do dever resume todos os fundamentos da liderança militar.

De fato, a capacidade de bem conduzir homens, na época sem nome na língua portuguesa, era apontada e exaltada com frequência pelos comentadores militares e biógrafos dos grandes chefes militares, generais e comandantes de corpos. Só para mencionar os mais brilhantes exemplos, basta citar o próprio General Osório, o General Marques de Souza (Visconde de Porto Alegre), o General Andrade Neves, o Coronel Tibúrcio, comandante do 16º Batalhão de Linha da Bahia e o Coronel Mallet, comandante do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo do Rio Grande do Sul, que se notabilizaram pela bravura pessoal e pelo entusiasmo que infundiam nos seus comandados.

Atualmente, a liderança militar é vista em três níveis de aplicação: Liderança Direta, Liderança Organizacional e Liderança Estratégica.²

Valemo-nos aqui do Coronel José Alberto Leal, que trata muito bem destes novos conceitos no seu artigo Liderança Estratégica Militar, PADECME – 1º Quadrimestre de 2003.

LIDERANÇA DIRETA

“Liderança Direta advém do relacionamento face a face entre o líder e seus liderados (...). Embora mais acentuado no comando de frações e subunidades, o exercício da liderança direta será

constante (...) uma vez que [o militar] atuará, na estrutura organizacional da força, tratando com assessores e subordinados diretos.”³

Procurando identificar os traços da personalidade e os fatos da vida de Caxias que conformam e revelam o exercício espontâneo da liderança militar, buscaremos, daqui para frente, as informações que nos passaram seus contemporâneos e biógrafos.

A liderança direta, antes de mais nada, funda-se no exemplo, na presença visível do chefe e na sua bravura. São essas qualidades que o Tenente Luiz Alves de Lima, Ajudante do Batalhão do Imperador, demonstrou em 3 de junho de 1823, na Guerra da Independência na Bahia. O Coronel Comandante do Batalhão do Imperador onde servia assim informou:

“Luiz Alves de Lima e Silva, Ajudante. Assistiu ao ataque de 28 de março e às ações de 3 de maio e 3 de junho, servindo distintamente em toda a campanha. Na primeira ação, à testa de uma companhia, atacou uma casa-forte, onde o inimigo estava entrincheirado e o fez retirar com perda, perseguindo-o até o meter nas suas linhas. Nos dias de fogo, comparecia nos lugares de maior perigo, mostrando a sua exemplar bravura.”⁴

O comandante foi lacônico ao citar o Tenente Lima e Silva, mas este ato valeu-lhe a primeira condecoração – o Hábito do Cruzeiro – e, possivelmente, a sua primeira experiência efetiva de liderança militar.

2 Coronel Leal, instrutor da ECEME.

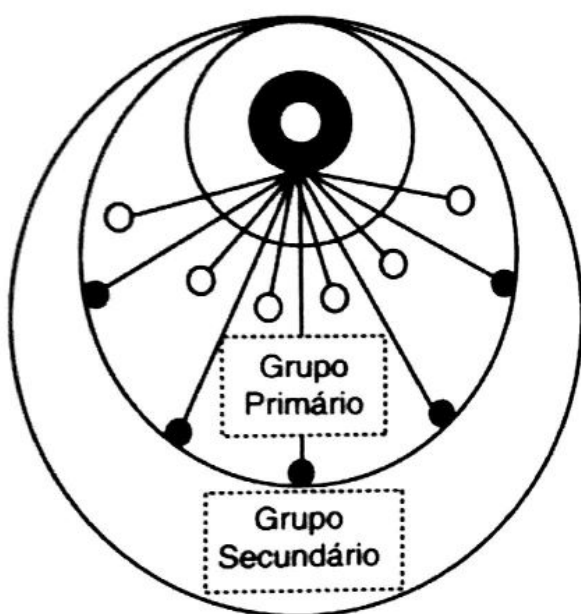
3 Coronel Leal, instrutor da ECEME.

4 Citado pelo Padre Pinto de Campos.

LIDERANÇA ORGANIZACIONAL

“Liderança Organizacional é a que se faz em organizações de maior vulto, que trabalham em estruturas de estado-maior: é composta da liderança direta levada aos subordinados imediatos.”⁵

Mas também, indiretamente, é projetada, como uma influência pressentida ou visível, no seio de toda a organização sob o comando do líder.



No grupo primário, das relações pessoais e imediatas do chefe com seus auxiliares diretos, as pessoas da confiança particular do líder já são espontaneamente receptivas à sua influência. A liderança se faz com naturalidade.

“Possuía este homem [Caxias] o dom bem raro de saber rodear-se, escolher com felicidade e tino os auxiliares que melhor soubessem ajudá-lo e, então, lhes dispensava proteção, às vezes demasiada, prova, aliás, da sua lealdade.”⁶

“O Marquês, capitão experimentado e conhecedor da parte difícil de comandar, rodeou-se de oficiais inteligentes e instruídos.”⁷

Indo além do grupo primário dos subordinados diretos, por influência indireta, a liderança chega aos outros comandantes inferiores e comandados em geral na cadeia de comando e na linha de subordinação da organização militar.

No nível da liderança organizacional, podemos antever uma indiscutível capacidade pessoal de Caxias. Como chefe militar e líder militar seu desempenho, em longa carreira, chega ao clímax ao assumir o comando-em-chefe de todas as forças brasileiras em operação contra o governo do Paraguai. Nessa campanha, Caxias faz a síntese de toda a sua preparação e experiência profissionais. É principalmente nesse período que se pode melhor reconhecer o seu papel de líder e colecionar os exemplos e indicações da eficaz liderança militar.

Para apreciá-la sistematicamente, seguiremos um esquema teórico do processo de construção da liderança:

O comandante desenvolve a sua capacidade de liderança em um processo construtivo que consiste em realizar três condições dinâmicas de liderança.

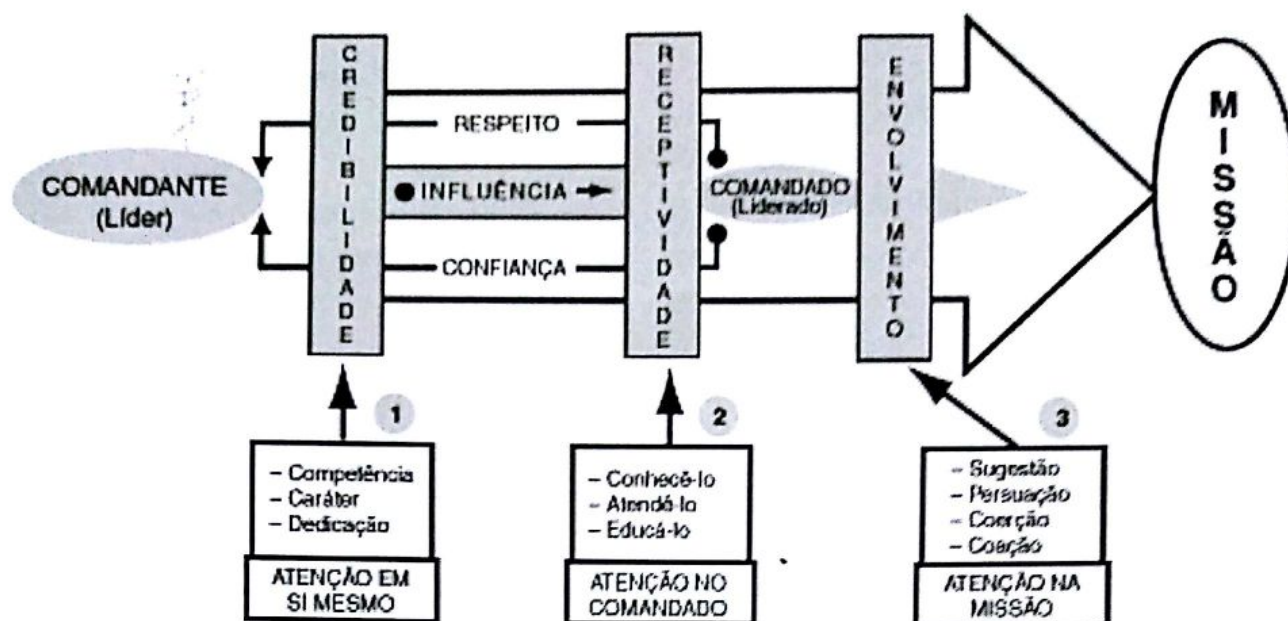
Primeiro – Elaborar a *credibilidade* do líder; fazer-se homem respeitável e confiável.

A atenção do líder volta-se para si mesmo. Diz André Cavet: “Competência, caráter e dedicação, eis as três qualidades primordiais do chefe.”

5 Coronel Leal, instrutor da ECEME.

6 Taunay, *Memórias*.

7 Dionísio Cerqueira.



Completa o Coronel U. F. Urwick: “O êxito do líder depende muito mais do que ele é do que daquilo que ele faça ou diga.”

Segundo – Produzir a *receptividade* no espírito do comandado; gerar o respeito e a confiança do liderado no líder.

A atenção do líder dirige-se ao comandado. Diz Alfred de Vigny: “O exército é uma grande coisa que movimentam e que mata; mas é também uma coisa que sofre.”

Por isso, o líder dedica ao seu comandado respeito, zelo e ajuda.

Terceiro – Conseguir o *envolvimento* individual e coletivo no cumprimento da missão, obter o entusiasmo, a colaboração e o cometimento dos liderados.

A atenção do líder concentra-se na missão. Diz o General Meira Mattos: “Duas forças anímicas atuam no quadro da missão – a vontade do comandante e a vontade do grupo comandado.”

O líder levará seus comandados a fazer aquilo que de outra forma não o fariam espontaneamente, principalmente inibidos pelo

medo ou pela fadiga. A mágica da liderança é fazer da missão causa comum do líder e do liderado.

CONSTRUÇÃO DA CREDIBILIDADE DO LÍDER

A *credibilidade* do líder se funda em dois pontos principais: no reconhecimento geral do seu valor profissional como chefe militar e na reputação que decorre da sua biografia edificante.

A simples citação dos atributos que expressam o valor profissional do comandante – competência, caráter e dedicação – já nos traz à mente de imediato a figura exemplar de Caxias, sem a necessidade de qualquer explicação ou de qualquer recordação de certos momentos da sua carreira.

Entretanto, é sempre edificante citar alguns aspectos mais ilustrativos da competência militar do Patrono.

A formação profissional de Caxias tem início em curso regular na Academia Real Militar, no velho edifício do Largo de São

Francisco do Rio de Janeiro, e na iniciação técnico-militar certamente baseada nos Regulamentos e Instruções em vigor no Exército português e no Exército brasileiro já no Império:

- Do Conde de Lippe: Instruções Gerais de 1762; Regulamento da Infantaria de 1763; Regulamento de Cavalaria de 1764.
- Do Lorde Guilherme Beresford: Instruções para os Corpos de Infantaria de 1816; Instruções para os Corpos de Cavalaria de 1820.
- Do General Antônio Zagalo: Instruções para a Infantaria, do Exército português, mandado adotar no Exército imperial em 1850.

Além da sua formação regulamentar, Caxias ampliou seu conhecimento militar no estudo de duas fontes mais atualizadas da época: Napoleão, de quem extraiu certamente toda a sua excepcional habilidade para realizar a manobra tática, e Guerra da Secessão (1860-1865), recém-terminada quando assumiu o comando das forças brasileiras no Paraguai.

As informações recentes que obteve diligentemente desse conflito lhe deram uma visão atualizada da guerra.

Logo no início do seu comando, baixou novas Instruções para a Infantaria – Ordem do Dia de 30 de janeiro de 1867 – adaptando melhor o emprego das armas às condições do teatro de operações e à campanha que tinha em mente realizar dali para a frente.

Em diretriz ao General Osório para a formação do 3º Corpo do Exército, Caxias recomendou que os novos corpos de cavalaria fossem armados de clavina e

espada para que pudessem combater a cavalo e a pé.

Seu conhecimento sobre a Guerra da Secessão fica patente quando responde à memória de Mitre (9 de setembro de 1867) em que aquele chefe militar insiste no forçamento de Humaitá pela esquadra imperial. Esse fato é longamente comentado por Tasso Fragoso, em *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, do qual extraímos o trecho seguinte:

“[Caxias] passa então a recordar o que ocorreu nos ataques a Charlestown, durante a Guerra de Secessão, valendo-se de um artigo de um jornal norte-americano. O Comodoro Dupont bateu em retirada. Alegaram os federais que os obstáculos submersos, sobretudo molhos de cabos, ainda mais que o terrível fogo de artilharia do forte determinaram esta evolução. Dupont estava convencido da inutilidade da tentativa, mas fê-la em obediência às ordens imperiosas de Washington.

Caxias lembra outros acontecimentos da Guerra da Secessão utilizando-se da obra de Rousillon, intitulada *Puissance Maritime des Etats Unis*.”

Ao conhecimento militar de Caxias, somam-se a longa experiência bélica e a vivência de comando que podem ser assim resumidas: 1822/23 – Guerra da Independência (Bahia); 1825/28 – Campanha da Cisplatina; 1831/32 – Abrilada (Rio de Janeiro); 1840/41 – Balaiada no Maranhão; 1842 – Insurreição Liberal de São Paulo e Minas Gerais; 1843/45 – Guerra Farroupilha; 1851/52 – Guerra contra Oribe e Rosas; 1866/69 – Guerra do Paraguai.

Caxias não foi gênio militar que tenha trazido novas concepções estratégicas e táticas para a arte da guerra. Entretanto, tinha uma capacidade brilhante de perceber a situação, de conceber a manobra e de executá-la com absolutas precisão e flexibilidade. Sabia fazer a guerra e conduzir a batalha e, por isso, ficou conhecido pelo seu engenho de organizador, administrador e manobreiro.

O *caráter* é a qualidade essencial que marca indelevelmente a personalidade do líder. É a qualidade que o faz respeitável e confiável, e que lhe confere autoridade moral.

A *dignidade*, a *probidade* e a *lealdade* são as virtudes abrangentes do caráter do militar que estão expostas em Caxias.

Sua vida está cheia de manifestações e demonstrações de correção, fidelidade, moralidade, honestidade, generosidade, modéstia, simplicidade e de tantas outras qualidades. Todas tão evidentes e tão reconhecidas que o faziam personalidade ímpar e homem respeitabilíssimo.

Assim se referiu Taunay a Caxias em suas *Memórias*: “Gozava Caxias de imensa moral no Exército e em todos os comandos que exercera, desde o do Corpo de Polícia do Rio de Janeiro.”

A última qualidade fundamental que consolida a credibilidade do líder militar é a *dedicação*. Diz André Gavet: “Dedicação é a força passional que nos vai incitar sem descanso a atingir o alvo a todo custo!”

Devotamento ao serviço e identificação com o Exército e com a força que comandava eram virtudes visíveis em Caxias. Para resumir tudo isto, citaremos apenas o tes-

temunho dos seus biógrafos, Padre Pinto de Campos, Affonso de Carvalho e do seu contemporâneo Alfredo Taunay:

“Falarei, por exemplo, da sua infatigabilidade e da sua temperança, atributos estes que, tanto na idade provecta como na extrema juventude o têm assinalado. Mesmo em campanha, é sempre ele o primeiro a levantar-se, tendo por uso percorrer logo o acampamento, não havendo um só dia que deixe de visitar os postos avançados.” (Padre Pinto de Campos)

“O Marquês, apesar dos seus 64 anos, levanta-se cedo. O sol já o encontra a cavalo. O Marechal acorda antes dos soldados: logo após o toque de alvorada já está inspecionando o seu Exército.” (Affonso de Carvalho)

“Tinha aliás o Marquês alma nobilíssima (...). Sabia ser general e identificar-se com o Exército que comandava. É o seu maior elogio.” (A. Taunay)

Competência, caráter e dedicação – eis as credenciais que fizeram de Caxias o chefe e líder incontestado, o maior general da nossa história militar. Assim se expressou Dionísio Cerqueira:

“Para nós, soldados do seu exército, o Marquês de Caxias não era um homem como os outros. Tal prestígio o envolvia que ninguém podia vê-lo senão através de uma auréola de glória (...).

Quando passava (...) ereto e elegante apesar da idade, todos nós perfilávamos reverentes e cheios de fé.

Não era somente o respeito à sua alta posição hierárquica; havia mais a veneração religiosa e a admiração sem limi-

tes. Poderia fazer dos seus soldados o que quisesse – desde um herói, até um mártir.”

Podemos ainda fazer alusão a um aspecto subjetivo a que se referem alguns autores e alguns contemporâneos: a *estrela* de Caxias.

O Padre Pinto de Campos cita Cícero, que identificava como predicados de um grande general a perícia militar, o valor, a autoridade e a fortuna. A alegada *estrela* de Caxias teve origem no seu continuado êxito pessoal e militar, em todos os empreendimentos e nas campanhas em que foi sempre vitorioso. Emblemático foi o episódio de Santa Luzia no dia 20 de agosto de 1842 em que, aparentemente, salvou-se de uma derrota pela *estrela* que o acompanhava sempre. Numa bem-concebida manobra, o general resolveu atacar os rebeldes mineiros que se instalaram defensivamente em torno daquela localidade. Assim descreveram Tasso Fragoso e Affonso de Carvalho o acontecimento:

“Para bater os revolucionários, [Caxias] concebeu o seguinte plano de manobra. Efetuar um ataque envolvente com três colunas; duas pela margem direita do Rio das Velhas e uma pela esquerda. Ele atacaria de frente, com a coluna central. À direita, avançaria a terceira coluna (Cel José Joaquim de Lima e Silva, seu irmão) (...), tendo como missão acometer o flanco esquerdo do inimigo (...). A segunda coluna (Cel Ataíde, à esquerda) para cortar a retirada do inimigo na Ponte Grande.

Caxias marcou o ataque para 29 de agosto de 1842 (...). Ele próprio avan-

çou no dia 20 até um alto denominado Tamanduá (...). Aí se deteve para atacar a posição principal no dia seguinte. Mas o inimigo tomando esta atitude como sinal visível de fraqueza contra-atacou (...). A situação era crítica.” (Tasso Fragoso)

“O Coronel José Joaquim consegue ouvir à distância, ainda muito longe, os tiros da artilharia (...). Com espírito de iniciativa e com a coragem da decisão própria (...) resolve intervir no combate e para ele se dirige a marchas forçadas. Caxias, às últimas horas da tarde se vê obrigado a bater em retirada. Quando percebe que o irmão está em condições de entrar em fogo manda que suas tropas façam meia-volta e se lança no contra-ataque (...). Mudara-se num instante a sorte do combate. (...) O general, ao lado de José Joaquim, o Blucher brasileiro, entra vitorioso na cidade (...)

.....
A estrela de Caxias foi, no caso, sensivelmente maior que a falta de sorte dos revolucionários mineiros.” (Affonso de Carvalho)

Este fato é muito citado para ilustrar a fortuna de Caxias. O que se deve ressaltar objetivamente são a iniciativa do Coronel Lima e Silva (diante do dilema obedecer ou não obedecer o plano original) e a lição que o general invicto certamente acrescentou à sua experiência militar. Ele próprio foi sincero mas também insinuante ao relatar os fatos ao Ministro da Guerra José Clemente:

“(...) mas fique V. Excia. certo, quer me creia, quer não, que estive em grandes apuros, pois tive de me bater desde as 08:30 horas da manhã até as 3 da tarde com

3.000 rebeldes bem armados e desesperados, dispondo (eu) apenas de 800 caçadores quase todos recrutas da Guarda Nacional (...) porém a fortuna ainda não quis desta vez, nem por momento, me desamparar.” (Citado por A. Carvalho)

A verdadeira *estrela* de Caxias não era a sorte no campo de batalha mas a vitória que sempre alcançou em razão da sua competência militar.

Todo verdadeiro líder tem o seu *carisma*. Caxias era a figura calma, respeitável, venerável e altiva, talvez um pouco distante, o que dava a impressão de diferente e de superior. Mas a marca do seu verdadeiro carisma era a de general sempre vitorioso, jamais batido. E ele sabia disto e reforçava a reputação e a fama. Sua Ordem do Dia nº 269 de 21 de dezembro de 1868, em Villeta, diz tudo:

“Camaradas:

O inimigo, vencido por vós na Ponte do Itororó e no Arroio Avahy, nos espera na Lomba Valentina com os restos de seu exército.

Marchemos sobre ele, e com esta batalha mais teremos concluído nossas fadigas e provações.

O Deus dos exércitos está conosco!

Eia! Marchemos ao combate, que a Vitória é certa porque o general e amigo que vos guia, ainda até hoje, não foi vencido.”

Dionísio Cerqueira comenta assim esta conclamação:

“Sabíamos ser verdadeira a afirmação do ilustre homem de guerra. A fortuna jamais o abandonara desde o início de sua carreira fenomenal, ligando o seu

nome aos fatos mais notáveis de nossa história contemporânea, desde a Independência.”

A crença geral na sua estrela era apenas mais uma legenda que se somava ao carisma de líder militar invicto. O Padre Joaquim Pinto de Campos completa: “A fortuna é grande elemento de confiança militar.”

A aura mística, o prestígio, o respeito e a confiança de que desfrutava Caxias em todo o Exército o acompanharam quando chegou ao teatro de operações do Paraguai para assumir o comando-em-chefe das forças brasileiras em novembro de 1866. O Padre Pinto de Campos cita parte de uma correspondência referindo-se à expectativa de sua chegada:

“Seria necessário estar-se presente para se julgar do prazer e do entusiasmo que causou no Exército a presença do novo general-em-chefe; os oficiais antigos viam renovar-se as épocas gloriosas de outras campanhas.”

A RECEPTIVIDADE DO LIDERADO

A liderança de Caxias encontrava *receptividade* nos seus comandados não só pela sua reputação de general invicto mas pela atenção funcional que dava aos seus homens, com isto obtendo espontânea e confiante aceitação da sua ação de comando e da sua natural liderança.

O respeito que Caxias dedicava aos seus subordinados, dos generais aos mais modestos soldados, fundava-se em valores cívicos e cristãos. Via neles homens, compatriotas e camaradas. Expressava esse respeito no tratamento e no zelo pelo seu con-

forto, higiene e segurança física. Assim testemunhou o Almirante Jaceguai em suas reminiscências:

“A verdade é que, na administração do nosso Exército, só se cuidou seriamente de hospitalização, ambulâncias, higiene, alimentação, vestuário apropriado, abrigo da tropa e asseio de acampamento depois que o Marquês de Caxias assumiu o comando-em-chefe.”

A preocupação com os homens era para o Marquês de Caxias um dever de comando e, por isso, era rigoroso:

– Ordem do Dia nº 23, de 6 de janeiro de 1867: “S. Excia., o Sr. Marquês, Marechal e comandante-em-chefe, tendo encontrado hoje um soldado do 30º Corpo de Voluntários da Pátria de sentinela na vanguarda, descalço e com o fardamento roto, no mesmo lugar em que encontrou outro em estado semelhante, a despeito das recomendações e ordens que tem dado sobre este ramo de serviço, o que prova pouco zelo da parte do respectivo comandante, ordena que seja preso o Tenente-Coronel (...) comandante do referido corpo.”

– Ordem do Dia nº 40, do mesmo mês e ano: “Tendo chegado ao conhecimento de S. Excia. o Sr. Marquês, Marechal e comandante-em-chefe que grande parte dos doentes da Enfermaria Central do 1º Corpo de Exército (...) havia passado a noite tempestuosa de ontem exposta à chuva e vento, o que prova falta de zelo e até de caridade da parte do dito Sr. Cirurgião-Mor de Brigada e do Delegado do Cirurgião-Mor do Exército (...), visto que deviam ter providenciado em tempo (...) determina o mesmo Exmo. Sr. que os referidos cirurgiões se considerem presos.”

Todo comandante sabe que não bastam dar ordens e cobrar a sua execução. Como líder, aprende que é preciso também dar uma *ajuda* ao executante, sem se intrometer na execução da sua tarefa, mas instruindo, educando, orientando e, principalmente, elevando e mantendo o seu moral. Recuperar o moral do Exército em Tuiuti foi para Caxias a primeira necessidade antes de retomar a ofensiva.

Assim se referiu o Padre Pinto de Campos a esse problema: “Importava elevar o moral do Exército mais ou menos deprimido pelos sucessos de 2 e 24 de maio, a carnificina de Curuzu e o desastre de Curupaiti.”

A perda do moral talvez se devesse mais à falta de liderança, cuja principal causa era a ausência de Osório e de outros chefes notáveis, e à imobilidade do Exército em Tuiuti. Caxias resolveu tudo com providências objetivas: reorganização da força; reconstituição da logística e dos serviços; instrução da tropa e preparação da retomada das operações e reconhecimentos.

Completo a tarefa mandando chamar Osório de volta ao teatro de operações.

Com isto, restabeleceu a atividade da força e gerou animação geral na expectativa da campanha que logo teria início.

A ligação afetiva dos liderados com o líder, acima de tudo, é reforçada pela presença visível ou pressentida do comandante no campo de batalha, compartilhando com eles os mesmos perigos, desconfortos e vicissitudes. Dionísio Cerqueira cita um momento que serve de exemplo da solidariedade de Caxias para com seus homens, vivendo o mesmo transe do seu exército:

“À tarde chegamos à Capela Ipané. Nesse dia e no seguinte (7 e 8 de dezembro de 1868), todo aquele exército de milhares de homens estava à míngua de víveres.

Havia, felizmente, milhares perto (...). Afirmam que o próprio Marquês e todo o seu estado-maior (...) pagaram também esse tributo à contingência humana. (...). Quem seria capaz de se queixar da fome, quando o próprio Marquês de Caxias partilhava a nossa ração de milho?”

A. Taunay descreve outro exemplo passado em Lomas Valentinas, onde as chuvas foram contínuas e incômodas:

“Estava Caxias todo molhado a cavalo, debaixo de bastas laranjeiras, a cada instante varadas por balas de artilharia.

Nisto chegou-se a ele uma ordenança de cavalaria trazendo, com cuidado, fumegante e odorífica xícara de café.

– O Sr. Dr. Bonifácio de Abreu (Barão de Vilas Barros) manda isto a V. Excia. (...).

Olhou o marechal pausadamente.

– Eu não quero, replicou afinal, beba você, camarada.

E, voltando-se para o seu estado-maior, observou com tristeza.

– Quando os meus soldados estão morrendo à chuva, nesta saraivada de balas, não posso dar-me regalia, por pequena que seja.”

Com demonstrações de solidariedade, presença junto a tropa e de identificação com a força que comandava, Caxias elaborou sólidos laços afetivos entre ele, o comandante, e os seus comandados, obtendo a interação

buscada pelo exercício da liderança: respeito e confiança dos liderados.

O ENVOLVIMENTO NA MISSÃO

Firmando a credibilidade em si pela evidência da sua competência, caráter e dedicação e tendo desenvolvido a receptividade dos homens à sua influência pelas demonstrações de respeito, zelo e ajuda, o líder criou todas as condições para envolvê-los pela sugestão e pela persuasão no cumprimento da missão.

Caxias, como chefe militar, conhecia a sua autoridade e sabia exercê-la com absoluto rigor. Esperava a subordinação como gesto espontâneo de seus comandados, expresso no preito e na obediência. Estava respaldado na lei e nos regulamentos.

Porém, intuitivamente, sabia que tinha capacidade de influir na conduta de seus subordinados. A força de uma ordem formal acrescida da sugestão ou da persuasão pode fazer da missão causa comum do comandante e dos comandados.

A consciência dessa verdade empírica, que se evidencia no exercício do comando, levou Caxias a sempre considerar o envolvimento dos seus comandados no cumprimento da missão.

Logo ao assumir o comando-em-chefe das forças brasileiras no Paraguai, declara em sua Ordem do Dia nº 1, datada de Tuiuti em 19 de novembro de 1866: “Se já não vos conhecesse, recomendar-vos-ia valor. Também já não vos venho preceituar subordinação, pois sempre testemunhei a conduta do militar brasileiro (...). Conto, porém, com a vossa constância e dedicação

ao país, para levarmos ao cabo a gloriosa empresa em que estamos empenhados.”

Semelhante proclamação já havia feito ao assumir o comando do exército em operações contra Oribe e Rosas e entrar na República Oriental em 4 de setembro de 1851: “Soldados! É bem pouco o que vos prescreve o vosso general. (...) Não vos recomendo resignação, constância e valor, porque estas virtudes são inatas no soldado brasileiro. Eia, pois! Marchemos a cumprir o que à Pátria devemos.”

Aí está, em mais de uma ocasião, a sugestão de fazer da missão causa comum do comandante e dos seus comandados.

A sugestão e a persuasão não se fazem apenas na exortação e na argumentação mas também pelo prestígio, pelo exemplo e pela visibilidade, isto é, pela presença onde a sua força moral tem que ser exercida para mobilizar a vontade de todos. O momento emblemático desta situação vai acontecer no dia 6 de dezembro de 1868, na passagem do Arroio Itororó. Dionísio Cerqueira testemunhou esse acontecimento numa posição privilegiada, no alto de uma colina com vistas sobre a ponte de Itororó. De forma eloquente e emocionada descreve a cena de glória de Caxias e o exercício da liderança no momento da crise. Diz o autor:

“Chegamos a um alto, donde avistamos ao longe, na baixada, uma ponte estreita. O inimigo estava do outro lado em grande número. (...)”

“Ao avistar-nos no alto, o inimigo (...) rompeu fogo sobre a vanguarda. Trouvou-se o combate. (...)”

“E nós pouco víamos. De vez em quando, passava um ajudante de ordens,

suarento, com o rosto afogueado, e dava-nos, em rápidas palavras, uma notícia. (...)”

“A cavalaria recuou e atropelou os infantas na estreita ponte. Uma linha de atiradores do 10º foi acutilada, e o comandante (...) morreu como um herói. (...)”

“As nossas tropas, lutando desesperadamente, foram arrojadas aquém da ponte.

“As cornetas repetiam incessantes o toque de avançar; mas as tropas pareciam hesitantes.

“Muitos comandantes estavam fora de combate, a ação estava indecisa e o terreno não permitia o desenvolvimento de grandes forças.

“As reservas estavam inativas.

“Apenas alguns batalhões foram substituir outros, que estavam dizimados. (...)”

“Passou pela nossa frente animado, ereto no cavalo, o boné de capa branca com tapa-nuca, de pala levantada e preso ao queixo, pela jugular, a espada curva desembainhada, empunhada com vigor, e presa pelo afiadador de ouro, o velho general-em-chefe, que parecia ter recuperado a energia e o fogo dos vinte anos. Estava realmente belo. Perfilamo-nos como se uma centelha elétrica tivesse passado por todos nós.

“Apertávamos o punho das espadas, e ouvia-se um murmúrio de bravos ao grande marechal. O batalhão mexia-se agitado e atraído pela nobre figura que abaixou a espada em ligeira saudação aos seus soldados. O comandante deu a voz de firme. Dali a pouco, o maior dos nossos generais arrojava-se impá-

vido sobre a ponte, acompanhado dos batalhões galvanizados pela irradiação da sua glória. (...).”

Prossegue o Coronel Marco Antonio Cunha,⁸ escritor atual:

“Em seu depoimento sobre a ultrapassagem do Arroio Itororó, o General do Exército argentino José Ignacio Garmendia, testemunha ocular do episódio, afirma que nas proximidades do arroio, ao ser atirado ao solo, no mesmo instante em que seu cavalo era abatido por disparos, Caxias levantou-se e, concitando seus comandados a segui-lo, transpôs a ponte a pé.”

Conclui Dionísio Cerqueira:

“A carga foi irresistível e o inimigo completamente feito em pedaços. As bandas tocaram o hino nacional, cujas notas sugestivas se mesclaram com a alvorada alegre, repetida pelos corneteiros que ainda viviam.”

Por incrível que possa parecer, houve quem, mais tarde, criticasse a atitude de Caxias nesse dia memorável.

“Meteu-se depois, de permeio, o espírito de intriga, asseverando-se que Caxias obedecera a instigações de inveja em relação a Osório, a quem buscava sempre cercear a parte de glória a colher. (...) Tinha aliás o Marquês alma nobilíssima, incapaz de semelhantes misérias.”⁹

Tirante as críticas eivadas de má-fé e de tortuosas intenções, outras, mais objetivas e leais, reprovaram a temeridade do general ao pôr em risco a própria vida, podendo, se morresse, ter comprometido o êxito

daquele ataque e a própria campanha, entregando a vitória ao inimigo.

O procedimento de Caxias em Itororó firma um ensinamento para todos os líderes militares – o comandante não pode expor sua vida sem um seríssimo motivo. O comentário que se segue é do Padre Pinto de Campos que, embora não fosse militar, observou com perfeita propriedade a conduta do seu biografado, registrando mais uma lição de chefe militar que nos deixa Caxias:

“Cabe aqui rememorar um dos episódios mais notáveis desta memorável campanha; façanha de valor pessoal, praticada por um varão de 65 anos de idade, por um general-em-chefe, que não ignora ser-lhe defeso pôr em risco iminente a sua pessoa pois, geralmente, a morte de um general-em-chefe corresponde à derrota de um exército, à perda da causa e, talvez, ao suicídio de uma nacionalidade. (...). O general-em-chefe não é um cavaleiro andante a cuja só lança esteja cometido o encargo de *enderezar tuertos*.”

.....

“Não deve o general baratear a sua vida, exceto em casos como o que vou descrever, isto é, quando no momento solene vê em risco a bandeira e a causa; e então, cedendo ao impulso (que fora disto seria seu dever reprimir), se arremessa aos azares, avança em sublime arrojo, galvaniza legiões titubeantes e alcança a vitória que fugia.

“Fora destes casos extremos, não mereceria o bastão de marechal quem prodigalizasse estes atrevimentos, que uma nação proíbe àquele a quem confia

8 In *Caxias e seus Últimos Dias*, 2003.

9 A. Taunay.

o desagravo da sua honra, e não um espetáculo de vã ostentação.”

Parece-nos completo o modelo de Caxias como líder organizacional.

Sua conduta como chefe militar oferece exemplos perfeitos de todos os aspectos técnicos da liderança neste nível, inclusive na lição que deu em Itororó.

Voltando à Pátria em 1868, recebeu particular homenagem, uma mensagem dos seus camaradas da campanha de 1822:

“Os veteranos da Independência, vossos companheiros, não podiam ser indiferentes aos grandes feitos d’armas com que soubestes vingar a honra, os brios e a dignidade deste país, para cuja liberdade e independência tão grandemente concorremos. Há quarenta e sete anos já admirávamos, ínclito Marquês, em vós, então Luiz Alves de Lima, tenente ajudante do Batalhão do Imperador, o denodo e o patriotismo com que afrontáveis a morte, em prol da causa sagrada da nossa emancipação política. (...)”

Esta homenagem encerra a vida militar do chefe mas não a de líder.

Poderíamos terminar o nosso ensaio neste ponto, mas sua vida ainda ofereceria muitos mais ensinamentos no exercício de funções oficiais mais elevadas.

A LIDERANÇA ESTRATÉGICA MILITAR

Liderança Estratégica é um conceito elaborado mais ou menos recentemente e vem sendo discutido nas nossas escolas militares de altos estudos.

Este novo nível de consideração da liderança é muito oportuno para completar a

apreciação de Caxias como líder, porque descobriremos que a sua competência profissional não deixou de abranger também a liderança estratégica militar.

Vamos recorrer novamente ao Coronel José Alberto Leal, instrutor da ECEME, para saber do que trata esse nível da liderança militar.

Diz ele:

“Pode ser definida como sendo um processo utilizado para influenciar a consecução de uma visão de futuro desejável e claramente definida.”

.....

“Cabe à liderança conceber essa visão de futuro, fixar metas que a viabilizem e conduzir as mudanças necessárias, gerenciando recursos (...) e, principalmente, motivando os integrantes da organização (...).”

.....

“O universo da atuação da liderança estratégica é ambíguo, complexo e incerto, nele surgindo ameaças e oportunidades.”

.....

“Ele (o líder) atuará tanto na organização, que conduz, quanto no ambiente que a rodeia, onde se relacionará com outras lideranças, sobre os quais não tem ascendência funcional.”

Podemos entender que os quatro elementos do processo de liderança estratégica são: o líder – a autoridade militar de alto nível; não há liderados, mas objeto da liderança – outras autoridades e personalidades; a situação – o ambiente ambíguo, complexo e incerto da conjuntura; e o objetivo – a realização da política e da estratégia da organização.

Podemos arriscar uma definição: Liderança Estratégica Militar é o processo pelo qual o comandante ou autoridade militar, no exercício de cargo ou comissão, de alto nível, exerce sua capacidade de convencer outras autoridades, personalidades e grupos humanos para obter deles adesão à política e estratégia de consecução dos objetivos e da visão de futuro da instituição militar.

Para aqueles que conhecem a vida de Caxias é fácil antecipar que, nesse nível de liderança, ele foi notável, principalmente quando exerceu, por três vezes, o cargo de Ministro da Guerra. No desempenho desse cargo, causou admiração aos membros do Parlamento a segurança com que se mostrou informado dos assuntos de sua Pasta, o senso prático e a objetividade com que expunha seus argumentos.

Mostrou-se grande organizador e administrador. Muitas das suas realizações e medidas administrativas revelam a sua *visão de futuro* e o objetivo de consolidação do Exército como instituição permanente.

Vejamos algumas de suas realizações e iniciativas mais significativas:

- Primeiro Ministério – 1855-1857

- Criação do Conselho Econômico dos corpos de tropa, repartição para tratar da administração, liberando o comandante para se dedicar à instrução e ao emprego da unidade.

Mais tarde passou a se denominar Conselho de Administração e hoje mais ou menos corresponde à base administrativa de unidade ou grande unidade.

- Criação da Repartição do Ajudante-General, que se encarregaria da direção técnico-militar do Exército, deixando ao

Ministro da Guerra, cargo político e exercido geralmente por um civil, o papel precípua de defender os interesses da Força perante o governo e o Parlamento.

Essa organização permitiria a continuidade da atividade fim, a conduta apolítica e a unidade de doutrina na direção militar da Instituição.

A repartição foi instalada em 1856 e veio a dar origem ao Estado-Maior do Exército, criado em 1896.

- Extinção das Juntas de Justiça Militar, de funcionamento inadequado à justiça e à disciplina do Exército, constituindo o primeiro passo para a instituição de uma moderna Justiça Militar.

- Segundo Ministério – 1861-1862

- Revisão do Sistema de Recrutamento, sobre o qual Caxias assim se manifestou no Parlamento, expondo a grandeza cívica e moral com que via o serviço militar:

“É um sistema tortuoso, irregular, improfícuo o do recrutamento forçado admitido entre nós. É para mim fora de toda questão que, enquanto não tivermos uma lei de recrutamento fundada em sãos princípios de justiça e de equidade, uma lei que obrigue todos os cidadãos, de qualquer condição, em circunstâncias bem discriminadas, a prestar seu contingente de serviço militar na força armada regular (...) nunca teremos um Exército composto de elementos de moralidade e de ordem, como convém a bem do desempenho da sua nobre missão.

Infelizmente, a lei só viria em 1874, depois de termos passado por restrições e inconvenientes na mobilização do pessoal para a Guerra do Paraguai.

consulta formal ao governo contendo questões cujas formulações já induziam respostas de sua conveniência. Demonstrou perfeita visão de futuro. Seu objetivo era garantir a maior liberdade de ação possível em relação ao comandante-em-chefe aliado, o General Mitre, e assegurar o atendimento dos interesses militares e políticos do Brasil.

Nas campanhas pacificadoras internas, a mesma sensibilidade de líder estratégico o levou a solicitar, acumulativamente com o comando militar, a autoridade política de presidente da província em que se dava a rebelião. Assim foi no Maranhão e no Rio Grande do Sul.

Nessas funções políticas, acumuladas com as de comandante das forças em operações, tinha campo aberto para exercer sua influência e sugestão sobre os rebelados e as populações locais.

Ao chegar ao Maranhão, lança um manifesto dirigido aos políticos:

“Maranhenses! Mais militar do que político, eu quero ignorar o nome dos partidos (...). Deveis conhecer as necessidades e as vantagens da paz, condição de riqueza e prosperidade dos povos, e confiante na Divina Providência, (...) espero achar em vós tudo o que for mister para o triunfo da nossa santa causa.”

Em São Paulo, dirige-se pessoalmente ao comandante rebelde, o Major Francisco Galvão de Barros França, em marcha para a capital. Envia-lhe carta sensibilizando a sua lealdade militar:

“Amigo Sr. Major Galvão. Que pretende? Quer, com efeito, empunhar armas contra o governo legítimo do nosso

Imperador? Não o creio, porque o conheço de muito tempo, sempre trilhando a carreira do dever e da honra. Eu aqui estou e não menciono minha força para que não julgue que exagero!

Responda-me e não se deixe fascinar por vinganças alheias!”

O Major Galvão vacilou mas não se deixou convencer. Atacou, dias depois, e foi desbaratado em Venda Grande.

Em Minas Gerais, Caxias não teve tempo para exortar os mineiros à paz. A velocidade com que empreendeu as operações não lhe deu oportunidade.

No Rio Grande do Sul, logo ao chegar em Porto Alegre para pacificar a província, no dia da sua posse como presidente, faz um apelo aos gaúchos:

“Rio-grandenses! Sua Majestade o Imperador, confiando-me a presidência e o comando-em-chefe do bravo Exército brasileiro, recomendou-me que restabelecesse a paz nesta província do Império, como restabeleci no Maranhão, em São Paulo e em Minas. A Divina Providência, que de mim tem feito instrumento de paz para a terra em que nasci, fará que eu possa satisfazer os ardentes desejos do magnânimo monarca e do Brasil todo.

Rio-grandenses! Segui-me, ajudai-me e a paz coroará os nossos esforços.”

Teve extraordinário êxito em todos estes empreendimentos. Mais do que sucesso militar, mais do que o restabelecimento de ordem, reintegrou os rebeldes à vida nacional e restabeleceu a paz social para os povos.

O Padre Joaquim Pinto de Campos cita um diálogo entre Caxias e um importante po-

lítico após a Guerra dos Farrapos. Infelizmente, não menciona o interlocutor do general, que arremata a conversa com esta frase: “Vejo, general, que não só venceu, convenceu.”

Convencer é a síntese do processo de liderança estratégica militar.

Mais do que o sucesso militar e a generosidade, foi a aptidão para liderança estratégica que fez de Caxias o Pacificador, título tão grande quanto os de Condestável do Império e o de Major General da América.

A aptidão para o exercício da liderança estratégica militar que acabamos de identificar no Patrono do Exército Brasileiro é exemplar mas não lhe é exclusiva. Na história da Instituição, outros chefes militares também expuseram tal qualificação, seguindo-lhe o exemplo ou buscando inspiração no mesmo espírito profissional. Em homenagem, citaremos aqueles que mais nos impressionaram, embora temendo alguma grave omissão: Marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet (1840-1907); Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca (1855-1923); Marechal Carlos Machado Bittencourt (1840-1897); General Fernando Setembrino de Carvalho (1861-1947); Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958); General Pedro Aurélio de Góes Monteiro (1889-1956); General Eurico Gaspar Dutra (1885-1957); General José Pessoa Cavalcante de Albuquerque (1885-1959); General Humberto de Alencar Castello Branco (1897-1967); General Rodrigo Otavio Jordão Ramos (1910-1980); General Leônidas Pires Gonçalves (1921-).

A habilidade de motivar e de conduzir homens sempre foi uma qualidade reconhe-

cida nos chefes militares de sucesso, desde a mais remota antiguidade.

Na época, considerava-se o que hoje denominamos liderança apenas uma aptidão inata ou adquirida no castro ou na batalha e não uma técnica ou processo aplicado para influenciar pessoas e para levá-las a realizar, com entusiasmo e empenho, uma tarefa ou missão.

A associação do desempenho de um comandante de excelsas virtudes e de brilhantes realizações de guerra, como foi o Duque de Caxias, com a prática da liderança militar é não só interessante mas particularmente instrutivo. Os atos do vulto estudado servem de exemplos concretos de aplicação e de confirmação dos conceitos sistematizados da teoria de liderança que se aprende nas escolas militares. Principalmente demonstram que a liderança militar é uma prática constante e não a exposição de gestos estudados e de frases de efeito.

Acima de tudo, firma-se a certeza de que Caxias foi o comandante completo – competente, digno, dedicado, respeitoso, zeloso, ubíquo, persuasivo. Pelos critérios que hoje adotamos, foi o chefe e o líder militar exemplar. Vulto proeminente e singularmente destacado, dentre dezenas de ilustres chefes militares contemporâneos e pósteros, foi o maior general da nossa história militar. O traço da sua liderança foi bem identificado por Alfredo de Taunay no discurso fúnebre junto ao seu túmulo, em 9 de maio de 1880:

“Carregaram o seu féretro seis soldados rasos; mas, senhores, estes soldados que circundam agora a gloriosa cova e a voz que se levanta para falar

em nome deles são o corpo e o espírito de todo o Exército brasileiro. Representam o preito derradeiro de um reconhecimento inextinguível que nós, militares de norte a sul deste vasto Império, vimos render ao nosso velho marechal, que nos guiou como general,

como protetor, quase como pai, durante quarenta anos.”

O Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, soldado e cidadão, vencedor e pacificador, é o paradigma do militar brasileiro. Não poderia ser outro o Patrono do Exército de nossa Pátria. 

BIBLIOGRAFIA

CAMPOS, Joaquim Pinto de, Padre. *Vida do Grande Cidadão Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958.

CARVALHO, Affonso de. *Caxias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1976.

CERQUEIRA, Dionísio, General. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar.

COUTINHO, Sergio Augusto de Avellar. *O Exercício do Comando*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

CUNHA, Marco Antonio, Coronel. Caxias e seus Últimos Dias, in *Revista do Clube Militar*, Jul/Ago 2003.

LEAL, José Alberto, Coronel. Liderança Estratégica Militar, in PADECEME, Rio de Janeiro, 1º Quadrimestre de 2003.

TASSO FRAGOSO, Augusto, General. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. O Combate de Santa Luzia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1956.

TAUNAY, Alfredo d'Estragnolle. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960.

Caxias e o Exército na construção do Império



Marcos Guimarães Sanches*

Resumo: O articulista acompanha a evolução do Exército inserido no processo de consolidação do Estado nacional, nele pontuando-se a atuação de Caxias, até a sua primeira gestão no Ministério da Guerra, entre 1855 e 1857.

Palavras-chave: Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, Caxias.

A figura de Luiz Alves de Lima e Silva é indissociável da história do Império. Militar que alcançou o posto máximo da carreira, em meio a sucessivos combates internos e externos, titular com maior grau de nobilitação do Império, senador, ministro e presidente do Conselho, foi ainda um chefe de destaque do Partido Conservador.

A relação proposta entre a figura do Duque de Caxias, o Exército e a consolidação do Império tem sido objeto sistemático da historiografia, porém centrada prioritariamente na sua atuação militar operacional propriamente dita. Lima e Silva é sempre referido como o condutor das vitórias militares que sufocaram as revoltas internas como a Revolução Liberal de Minas Gerais, a Balaiada e a Farroupilha, culminando com o comando da fase decisiva da Guerra da Tríplice Aliança.

Seus biógrafos, a exemplo de Pinto de Campos, privilegiaram o “guerreiro por excelência”¹ mas, entendemos subsistir uma lacuna que seria a discussão do papel e do perfil do Exército no processo de consolidação do Império e a atuação nele exercida por Lima e Silva. Se o papel propriamente militar do Exército já é bastante conhecido, carecemos de investigações que se ocupem do desenvolvimento institucional da força como agência administrativa do Estado.

O presente trabalho tem por objetivo acompanhar a evolução institucional do Exército, inserido no processo de consolidação do Estado Nacional, nele pontuando-se a atuação de Caxias, até a sua primeira gestão no Ministério da Guerra, entre 1855 e 1857.

* Professor Doutor. Sócio Honorário do IHGB.

1 CAMPOS, Joaquim Pinto de, Padre. *Vida do Grande Cidadão Brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1958, p. 12.

Os clássicos da historiografia militar brasileira como Gustavo Barroso² e Paula Cidade³ privilegiaram em suas análises a organização operacional do Exército, seu emprego e aspectos simbólicos como a criação e distribuição de unidades e a fixação de efetivos, deixando em segundo plano a sua estrutura administrativa e a formação de seus quadros. São exceções os trabalhos de João Batista de Magalhães⁴ e Francisco de Paula e Azevedo Pondé e Vicente Tapajós,⁵ embora o último fique muito restrito ao inventário normativo. De certa forma, João Batista Magalhães foi o pioneiro na análise das relações do Exército com a política e sua organização como agência estatal. Sua análise é crítica em relação à interferência da política sobre o Exército, não poupando nenhum dos seus chefes, à exceção de Osório:

“Depois de apaziguado o Império, com o termo da Revolução Farroupilha até a Guerra do Paraguai, a política e os militares mantiveram relações sem pontos chocantes, ou de fortes atritos, mas, percebe-se bem, através da história do Império, quanto essa harmonia e boa camaradagem foram prejudiciais aos interesses de nossa preparação bélica. Essa intimidade influía decisivamente nas promoções e repartição das funções e

até nas meras ações militares, quando o chefe era de um partido e os subordinados de outro. O único chefe militar político que separava efetivamente, de modo acentuado, a função política dos deveres profissionais e era capaz de servir com superiores ou subordinados de partido adverso, sem levar isso em consideração, de que temos notícia, foi Osório.⁶

Caso a parte representa o trabalho de Nelson Werneck Sodré, exemplo de abordagem marxista, que subordina a análise do Exército e das demais forças militares ao papel por elas desempenhado como instrumento de dominação da classe dominante.

Na área acadêmica, para o período estudado praticamente ficamos restritos ao texto síntese de John Schulz e Pedro Moacyr de Campos na *História Geral da Civilização Brasileira*⁷ e ao trabalho de Adriana Barreto de Souza,⁸ que avançaram na análise da estrutura e organização do Exército, inserida no processo político imperial.

Os séculos XVII e XVIII “testemunharam o desenvolvimento dos exércitos profissionais leais aos soberanos,” no dizer de Quincy Wright.⁹ No mundo moderno, para André Corvisier, a “missão mínima do Estado” compreendia a garantia da ordem, segurança e justiça, dentro da qual a “missão militar” se exercia em “dois domínios”: a or-

2 BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

3 CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e Alunos Militares através dos Tempos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

4 MAGALHÃES, João Batista. Estudo sobre os militares e a política in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 234, Jan/Mar 1957, p. 139-175 e *Evolução Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

5 PONDÉ, Francisco de Paula e Azevedo e TAPAJÓS, Vicente. *Organização e Administração do Ministério da Guerra no Império*. Brasília: Funcep, 1986.

6 MAGALHÃES, João Batista. Estudo..., p. 164.

7 CAMPOS, Pedro Moacyr e SCHULZ, John. O Exército e o Império in HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1974, Tomo II, v. 4, p. 235-258.

8 SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

9 WRIGHT, Quincy. *A Guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988, p. 55.

dem e segurança interna e externa.¹⁰ As duas afirmativas válidas no geral para os Estados modernos e suas forças militares precisavam ser relativizadas no caso brasileiro.

O Exército português estacionando na colônia no final do século XVIII passara por remodelações, no período pombalino, dirigidas pelo Conde de Lippe. Estimado em 15 mil homens, a reorganização administrativa, a introdução de normas disciplinares mais rígidas e a incorporação de novos princípios estratégicos e táticos não foram suficientes para superar, na estrutura militar, os traços patrimoniais/estamentais da sociedade do Antigo Regime.

Fernando Uricoechea¹¹, tomando em consideração a relevância dos grupos privados de milícias e ordenanças na manutenção da ordem interna e na defesa externa e a prebentização das funções militares concluiu que “falar dos militares coloniais em termos gerais é incorreto, considerando a profunda diferenciação funcional da sua estrutura”.

Portanto, o Exército existente no contexto da Independência estava longe de possuir plenamente as características de uma corporação profissional de feição burocrática, no sentido empregado por Max Weber.¹² No quadro de oficiais, descontados os mercenários contratados nas guerras de Independência, predominavam representantes de setores da elite colonial, com significativa presença de filhos de militares, esvaziando

um pouco os raciocínios fundados em distinções entre civis e militares.

A criação do título de cadete, por Alvará de 1757,¹³ reforçara o traço aristocrático do quadro de oficiais, admitindo-se, nessa condição, os filhos de moços fidalgos e de oficiais militares. A orientação se manteve até pelo menos 1820, quando Provisão régia de 26 de outubro¹⁴ sobre Conselho Supremo Militar reiterava as exigências para se tornar cadete, mas abria a possibilidade de acesso aos postos militares de segundo cadete e de soldados particulares para outros grupos da sociedade colonial, exigindo-lhes, no entanto, requisitos hierárquicos tradicionais do Antigo Regime, como filiação e ocupação.

Emerge nesse ponto a figura do “tipo aristocrático” de militar, do qual Caxias, filho de família de militares profissionais cuja presença se ampliara na colônia, desde o século XVIII, teria sido o “epítome”, para usar a adjetivação de John Schulz e Pedro Moacyr de Campos.¹⁵ O *Almanaque do Rio de Janeiro*, de 1797, listava seu avô, José Joaquim de Lima e Silva, e seu pai, Francisco de Lima e Silva, como respectivamente sargento-mor e alferes do 1º Regimento do Rio de Janeiro e, em 1816, os dois oficiais, pai e filho, permaneciam na mesma unidade já com as patentes de brigadeiro e major, respectivamente, cabendo ao primeiro a função de comandante.¹⁶

13 CIDADE, Francisco de Paula. Op. cit., p. 20.

14 Provisão de 26.10.1820, transcrita em SOUZA, Adriana. Op. cit., p. 51.

15 CAMPOS, Pedro Moacyr e SCHULZ, John. Op. cit., p. 239.

16 *Almanaque Histórico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, 1799, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 268, Jul/Set 1965, p. 179-330.

10 CORVISIER, André. *A Guerra. Ensaios Históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999, p. 179-180.

11 URICOEHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo: DIFEL, 1978, p. 68.

12 WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília: UNB, 1991, v. I, p. 145-147.

O futuro marechal nascido em 1803, foi, segundo seus biógrafos, distinguido com a estrela de cadete aos 5 anos (22.11.1808), tendo servido como praça no regimento comandado por seu avô antes de alcançar a condição de alferes (12.10.1818). Da promoção a tenente (2.1.1821) até a condição de marechal, Luiz Alves de Lima e Silva ocupou outras funções públicas distinguindo-se também por outros critérios de hierarquização da sociedade imperial.

Barão (1841), após vitória na Balaiada, conde e senador em 1845, no retorno da Farroupilha, marquês em 1852, em reconhecimento de sua participação nos conflitos platinos, alcançou a distinção de duque após deixar o comando geral aliado em 1869. Como militar, atuou sempre defendendo uma posição moderada ou conservadora, em momentos cruciais da história do Império, como na criação do Batalhão Sagrado e no Comando de Armas da Corte, em 1842 e 1848, cargo que também ocupou no Maranhão e no Rio Grande do Sul, cumulativamente com a presidência das respectivas províncias.

A sempre citada proclamação proferida ao assumir o governo do Maranhão é emblemática de sua posição conservadora, que subordinava os interesses privados à ordem e à autoridade: "(...) mais militar que político, eu quero até ignorar os nomes dos partidos que por desgraça entre vós existam."¹⁷

No Senado, cujo exercício foi bastante interrompido pelas longas ausências moti-

vadas pelas campanhas militares, sempre se manifestou favoravelmente às medidas de reorganização/modernização do Exército, intensificadas após a ascensão do Gabinete conservador de 1848, que teve como titular da pasta da Guerra o militar Manuel Felizardo de Souza e Mello.

Nomeado para o Ministério da Guerra, em 14.5.1855, acumulou a pasta com a presidência do Conselho de Ministros entre setembro de 1856 e maio de 1857, nomeado por D. Pedro II, após a morte do seu titular, o Marquês do Paraná. Nessa sua primeira gestão na pasta da Guerra,¹⁸ deu fecho a um longo período de nove anos nos quais, sob a direção conservadora/conciliada, o Ministério esteve sob a direção de militares (Manuel Felizardo de Souza e Mello, Pedro de Alcântara Bellegarde e o próprio Caxias) que promoveram a reorganização do Exército.

Os três ministros aproximam-se do "tipo aristocrático" de militar, em que a identidade profissional se confundia com a origem social e a atuação política, concepção herdada do Antigo Regime, no qual a arte da guerra era uma prerrogativa das elites sociais.

A gestão do Ministério da Guerra no período 1848-57 coincidiu com o período considerado, de forma consensual, como o de apogeu do Império, nos quais se empreendeu um conjunto de reformas de caráter conservador, que não só consolidou a estrutura do Estado como cimentou as relações de hegemonia na sociedade.

Neste contexto, as reformas na organização do Exército não foram meros apêndices de uma política externa "ativa" no Prata, nem tampouco uma simples reversão de

17 Citado por REIS, Artur Cesar Ferreira. *Maranhão in HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand, 1978. Tomo II, v. 2, p. 162.

18 Voltou a ocupá-la entre 1861-62 e 1875-78.

uma ação de erradicação do Exército empreendida no período regencial.

A historiografia nos parece ter exagerado na generalização na idéia de “erradicação” ou desmobilização do Exército após a vitória liberal representada pela Abdicação, justificando-a pelo fato de a Força Terrestre estar, em grande parte, sob a direção e liderança de oficiais portugueses fiéis ao Imperador e contando com grande número de mercenários. A elite política não era necessariamente contra o Exército, mas estava envolvida numa disputa de afirmação/reafirmação de hegemonias e definição do modelo de Estado.

Na verdade, a reorganização da Força e a extinção de unidades, promovida pelo Decreto de 4.5.1831 e aprofundada em 1834, refletiram múltiplas motivações, desde a restrição de fundo liberal ao Exército permanente até as dificuldades financeiras do período, passando pela precariedade dos meios, o “sempre lamentável” estado da Força, destacado por João Batista Magalhães.¹⁹

A idéia de que se desejava, da força militar, um papel policial “preponderante”, como afirma Nelson Werneck Sodré,²⁰ ou que à “erradicação” do Exército correspondeu a criação da Guarda Nacional, como destacaram Edmundo Campos Coelho e Jeanne Berrance de Castro, nos parece limitada pois, ao cotejarmos a criação da “milícia cidadã” – a Guarda Nacional – com a do Batalhão Sagrado, encontramos motivações semelhantes: “cidadãos em armas” como fiadores da ordem.

As primeiras medidas de recomposição/ampliação dos quadros e reorganização do Exército remontam aos decretos de 23.6.1837 e 22.2.1839, elaborados sob orientação conservadora, no contexto do agravamento dos conflitos provinciais. Chegava-se ao governo do último regente, Araújo Lima, com um efetivo de 15 mil homens, em tempo de paz, e 18 mil, em situação de guerra, igualando-se àquele existente no final do período colonial.

Adriana Barreto de Souza, em trabalho recente, definiu a concepção conservadora orientadora da reorganização do Exército:

“(...) braço do poder central no combate às rebeliões provinciais e, o que é mais importante, sua própria estrutura interna articulava uma rede burocrática cuja hierarquia reproduzia pela sociedade valores e princípios políticos que rearticulavam os antigos privilégios e demarcações de origem social.”²¹

Até a primeira gestão de Caxias na pasta da Guerra, foram três os momentos em que se cuidou intensamente da reorganização da força, todos eles correspondendo a governos conservadores. O primeiro durante a regência de Araújo Lima; o segundo sob o ministério do “interregno conservador” (1842-43) e finalmente o largo período de 1848-57, o “tempo saquarema”, na expressão de Ilmar Mattos.²²

O ministro Sebastião do Rego Barros em seus *Relatórios*, associava o “desmantelamento” do Exército à “vertigem revolucionária” que assolava o Império e defen-

19 MAGALHÃES, J. B. *Evolução...*, p. 121.

20 SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 13 sg.

21 SOUZA, Adriana. Op. cit., p. 38.

22 MATTOS, Ilmar R.. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1990.

dia a subordinação dos corpos irregulares ao Ministério da Guerra e a valorização da instrução, via reforma do ensino militar, como elemento gerador da disciplina. Entre 1842 e 1843, a profusão de decretos, circulares e outros documentos normativos anunciavam a tendência que se consolidou no final da década.

Ao longo de todo o período, a distribuição dos recursos orçamentários constitui mais um elemento que desmente a restrita importância ou a desmobilização do Exército. O Ministério da Guerra detinha o segundo orçamento do Governo, só inferior ao da Fazenda, e representando sempre o dobro da dotação da pasta do Império, responsável pela ampla rede administrativa das províncias, da polícia e da justiça.

Mesmo durante o “quinquênio liberal” (1843-1848) a preocupação com a melhoria do Exército foi uma constante, como concluiu Adriana Barreto de Souza do exame da correspondência trocada entre o ministro da Guerra e a administração das províncias. À consolidação do Estado-Nação deveriam corresponder “formas mais sistemáticas” de defesa, na afirmativa de André Corvisier, que se expressavam tanto em aspectos materiais, como fortificações e aquartelamentos, quanto em aspectos simbólicos como, por exemplo, o fardamento.²³

As “Falas do Trono” refletiram tal tendência. Documentos sintéticos nos quais são referidas apenas alguns poucos assuntos de maior relevo, entre 1847 e 1857, limite do nosso estudo, as questões militares (organização das forças do Exército, Marinha, Guarda Nacional, recrutamento e discipli-

na) apareceram, sistematicamente, ao lado de problemas cruciais do País como a regulamentação da propriedade da terra e a colonização.

A reorganização militar era uma necessidade “imperiosa” (1847) devendo-se tomar “providências que habilitem o governo a aumentar a força do Exército e Marinha e lhes dêem organização mais regular e rigorosa”. A “paz (...) condição essencial da prosperidade” (1850) dependia de maior quantidade e qualidade dos efetivos²⁴ do Exército, como se pronunciou o Ministro Manuel Felizardo, na Câmara, em 6.2.1856. No entanto, ainda em 1857 (já com Caxias na presidência do Conselho), reiterava o Imperador a necessidade de se melhorar a disciplina das forças militares.

Os três ministros militares da primeira metade da década de 1850 (Felizardo, Bellegarde e Caxias) representaram, de certa forma, a intercessão entre a prevalência dos oficiais portadores de valores sociais aristocráticos e a ascendência de militares com uma formação quase que exclusivamente profissional. Caxias é caso típico, ou seja, atendia às condições da legislação portuguesa setecentista, de serem os oficiais “nobres, fidalgos ou filhos de militares de alta patente” e cumpria uma carreira profissional. Os três ministros tiveram também, principalmente no caso de Manuel Felizardo, amplo percurso na burocracia imperial e as reformas então empreendidas buscavam harmonizar duas condições dos militares: a honra e a profissão.

23 CORVISIER, A. Op. cit., p. 180-186.

24 BRASIL. *Falas do Trono*. São Paulo: Melhoramentos, 1977, p. 254-312.

A tendência à profissionalização e reforço da burocracia na administração do Exército coincidem com as conclusões de José Murilo de Carvalho, que constatou expressiva redução, a partir do meio do século, da participação de militares nos mais altos postos da burocracia.

As reformas empreendidas envolviam múltiplos aspectos, além do simples aumento de efetivo: recrutamento, organização da carreira e ensino, melhoramentos materiais, especialização de órgãos administrativos, controle centralizado da força e, finalmente, a profissionalização da sua direção, ação de Caxias, buscando colocar o comando do Exército menos sujeito às turbulências políticas refletidas nas mudanças ministeriais.

Já em 1849 (Decreto 663 de 24.12.1849) criara-se a Comissão de Melhoramentos que, valendo-se de uma conjuntura econômica favorável, desencadeou amplo conjunto de construções e reformas dos estabelecimentos militares. Foram os seus gastos pretextos de várias acusações levantadas nos anos seguintes na Câmara dos Deputados, pela oposição ao Ministro Manuel Felizardo.

A sessão legislativa de 1850, rica em decisões legislativas (Lei Euzébio de Queiroz, Lei de Terras etc.), ocupou-se intensamente da formação dos quadros do Exército, consolidada na Lei 585 de 6.9.1850, regulamentada pelo Decreto 772 de 31.3.1851, que estabelecia critérios ao acesso e promoções no quadro dos oficiais. Se “até a década de 1850, as promoções para os poucos privilegiados podiam ser rápidas, porque a massa de oficiais permanecia estacionária nos postos subalter-

nos”,²⁵ propunha-se um sistema baseado em idade e instrução, privilegiando os egressos da Academia.

O recrutamento era emblemático das contradições do processo de afirmação do Estado Nacional no Brasil, enfrentando limitações na estrutura social e nas suas relações de poder. O próprio Ministro Felizardo reconhecia, na sessão da Câmara dos Deputados em 11 de fevereiro, que o recrutamento era “uma cruzada contra pequenos”, recaindo sobre as “classes mais miseráveis”. A sua afirmativa já foi por nós constatada na análise da correspondência de diversas autoridades dos municípios e comarcas da Província do Rio de Janeiro com seu presidente, quando a prática do recrutamento era utilizada como estratégia de enquadramento e controle social, sendo aplicado como punição aos elementos considerados “perigosos”.²⁶

Paralelo à discussão na Câmara, no Senado as posições do Conde de Caxias se mostravam alinhadas com a política do Governo. Discreto na sua atuação legislativa, como ele próprio reconheceu em várias ocasiões, defendeu posições voltadas para a profissionalização da força. Considerava que os engajamentos por curto período eram caros e não permitiam a boa formação do soldado (8 de março) e defendia que os indivíduos da reserva ou desmobilizados deveriam perceber o mesmo vencimento da ativa, pois estavam prontos para o emprego (9 de março).²⁷

25 CAMPOS, Pedro e SCHULZ, J. Op. cit., p. 237.

26 Ver Arquivo Público do Rio de Janeiro. Coleção Mattoso Maia.

27 BRASIL. *Anais do Senado do Império*. Brasília: Senado Federal, 1978. 1850, v. 2, p. 384 e 396.

Mostrava-se sempre atento à disciplina, como no caso dos estrangeiros, preocupação constante em seus discursos e no governo, que entendia deveriam ser regidos por uma “disciplina rigorosa” (3.9.1850)²⁸, e dos alunos da Academia para a qual sempre defendeu uma localização afastada da Corte, evitando que o seu corpo sofresse influências políticas. No geral, defendia a absoluta fidelidade do Exército às instruções do governo,²⁹ mesmo quando vinculada a retribuição em dinheiro.

Nos anos subseqüentes, aprofundaram-se as medidas de reorganização que, se de um lado, buscavam profissionalizar e especializar órgãos, de outro, teciam uma verticalização da sua direção. Criaram-se o Corpo de Saúde (Decretos 601, de 19.4.1849 e 763 de 22.2.1851) e a Repartição Eclesiástica (Decreto 785 de 19.4.1851). Seguiu-se a reorganização da cadeia de comando com a divisão do País em Distritos Militares (Decreto 785 de 6.5.1851), definiu-se o estabelecimento das colônias militares (Decreto 820 de 12.9.1851) e a abertura de cursos militares no Rio Grande do Sul (Decreto 634, de 20.9.1851 e 553 de 5.4.1852), culminando com a aprovação do Regulamento dos Inspectores dos Corpos do Exército (Decreto 908 de 12.6.1852).

No Senado, em julho de 1852, Caxias defendeu a autorização para que o governo pudesse alterar livremente a organização do Exército,³⁰ objeto de novo Decreto, em fins do ano (30 de novembro), acrescido de nova regra para o recrutamento (Decreto

1089, de 14.12.1852) para o qual já reconheceria a necessidade de exceções como na defesa da dispensa dos empregados das fábricas de tecido, em 1846.³¹

No exercício do mandato de senador, foi um permanente defensor da ampliação do efetivo da força, desde 1846, quando admitia o emprego de oficiais da Guarda Nacional para complementar o Regimento de Cavalaria do Rio Grande do Sul (4, 20 e 21.8.1846)³² até 1854, quando debateu intensamente com os senadores liberais sobre a fixação do efetivo da força (22.6.1854).³³

No último ano de exercício do gabinete conservador de 1848, criou-se ainda o cargo de quartel-mestre-general (Lei 648 de 18.8.1852 e Decreto 1.127 de 27.2.1853), responsável pela gestão material da força, o “fiscal” como o trata a legislação, no qual Caxias reconheceu grande importância, para a necessária uniformização administrativa.

O Ministério de 29 de setembro de 1848 e seu desdobramento, em 1852, consolidava a reforma do Exército, mas os ministros responsáveis pela pasta sofreram, em todo o período, persistente oposição parlamentar. O Gabinete seguinte, dito “da conciliação”, chefiado pelo Marquês do Paraná, teve, na sua segunda metade, o já Marquês de Caxias como Ministro da Guerra, em momento que entendemos decisivo no processo de profissionalização da administração do Exército.

A historiografia identifica no Ministério de 1853 o apogeu do Império, do “abran-

28 Idem, 1850, v. 5, p. 59.

29 Idem, 1850, v. 2, p. 501.

30 Idem, 1852, v. 2, p. 252.

31 Idem, 1846, v. 1, p. 211.

32 Idem, Idem, p. 378, 468-469 e 485.

33 Idem, 1854, v. 3, p. 440-476.

damento das paixões” apontado por Capistrano de Abreu³⁴ até a consolidação do culto e da criação de uma memória nacional, de que falou Arno Wehling.³⁵ O novo governo sempre foi entendido como a superação da divergência política, configurando o que José Murilo de Carvalho chamou de “dialética da ambigüidade”, quando projetava-se o Estado como o condutor da ordem social³⁶ ou o “tempo saquarema”, de Ilmar Mattos, quando a consolidação do Estado sobre os interesses partidários e privados assegurava um processo de constituição da hegemonia, permitindo o controle da sociedade.

Joaquim Nabuco, pioneiro na análise do período, concluiu que a conciliação “dirigira a reação conservadora e vibrara o golpe de morte no espírito da revolução”,³⁷ sugerindo que a idéia permeou todo o período de 1848 a 1868, interpretação seguida contemporaneamente por Sérgio Buarque de Holanda. A escolha dos ministros pelo Marquês do Paraná recaiu sobre homens de ação, mais administradores do que políticos, o que explicaria o convite a Caxias para ocupar a pasta da Guerra.³⁸

Declinando do convite por razões de saúde, a pasta da Guerra coube ao General Pedro de Alcântara Bellegarde (6.7.1853), que não completou dois anos no cargo, sendo substituído pelo próprio Caxias em

14.5.1855. O programa reformista teve continuidade destacando-se a reorganização do curso da Escola Militar (Decreto 1534 de 23.1.1855) e a criação da Escola de Aplicação (Decreto 1536 de 23.1.1855).

Sobre o novo ministro, no entanto, incidiu a mesma oposição parlamentar que sofrera o seu antecessor, então acrescida de manifestações nascidas no próprio meio militar como as expressas no periódico *O Militar*, editado entre julho de 1854 e julho de 1855, e com a sua autoria provavelmente localizada na Escola Militar.

Parecem clarear as contradições e os limites do próprio sistema: de um lado, a oposição parlamentar continuava expressando majoritariamente posições de fundo liberal e, de outro, *O Militar* dava voz a resistências do próprio Exército à sua reorganização/profissionalização. A proposta de restrição ao casamento de militares e a pretendida implantação de internato na Escola Militar bem ilustram a origem das posições de resistência.

Em meio às duas linhas de resistência e pressão, emerge a figura de Caxias como a conciliação, o “epítome”, para repetir a expressão já utilizada, do militar de tipo aristocrático, mas com uma sólida e bem-sucedida carreira profissional. O vocábulo conciliação já havia sido utilizado pelo então Conde de Caxias no Senado, em 8.6.1846, ao definir sua ação na campanha farroupilha – “o emprego dos meios de conciliação sem desprezar os de força”.³⁹ Na ocasião, reafirmava a sua filiação à crença na “razão de Estado”, considerando imprudente divulgar no Senado as

34 ABREU, J. Capistrano. *Ensaio e Estudos* – 2. série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

35 WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 53.

36 CARVALHO, José Murilo. A Dialética da Ambigüidade in *Dados*, Rio de Janeiro, n. 21, 1979.

37 NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, p. 149.

38 Idem, p. 153.

39 BRASIL. *Anais...*, 1846, v. 1, p. 160.

instruções por ele recebidas durante a direção das operações militares no Rio Grande do Sul.

A estratégia de conciliação constante nas ações políticas e militares de Caxias parece levar em conta a avaliação de Justiniano José da Rocha, de que a transação ou conciliação era necessária para evitar os riscos de uma nova ação, entendida em grande parte como uma revolução.

Artur César Ferreira Reis, ao destacar a Balaiada como um movimento mais social do que partidário, situa a ação de Lima e Silva como marcada pela conciliação. Entre a proposta de anistia, quando da maioria de Pedro II, e o enforcement de líderes rebeldes representativos das camadas mais baixas da sociedade, sugere que a oscilação das decisões visava a recompor o equilíbrio e reiterar a ordem hierárquica da sociedade.⁴⁰

Raciocínio semelhante foi trilhado por Fernando Henrique Cardoso ao considerar “falaciosa” a análise da “Revolução Farroupilha como um movimento separatista”, exemplificando a estratégia da conciliação no relacionamento do Barão de Caxias com Bento Manuel, que recompunha a harmonia no interior dos grupos mais destacados da sociedade.⁴¹

A crise decorrente da oposição ao Ministro Bellegarde foi conjurada com a assunção da pasta da Guerra por Caxias, tendo *O Militar* deixado de ser publicado no mês seguinte. A sua atuação deu continui-

dade às reformas. Deu especial atenção ao ensino militar e ao aperfeiçoamento do *Almanaque*, fonte da organização e das promoções da carreira, preocupação já corrente em 1847, quando manifestara temor de que a iminente dissolução do Corpo de Artilharia da Marinha e a absorção de seus oficiais pelo Exército pudesse desorganizar o quadro de promoções (8.7.1847).⁴²

No Ministério, buscou imprimir uma certa racionalidade burocrática na gestão administrativa. A criação dos Conselhos Econômicos (Decreto 1.649 de 6.10.1855) em cada corpo tornava impessoal e colegiada a aplicação dos recursos orçamentários. Os conselhos, a contadoria e o quartel-mestre passaram a formar um tripé que, encimado pelo ajudante-general, dava à administração do Exército uma feição mais orgânica e burocrática.

A criação do cargo de ajudante-general do Exército (Lei 826 de 30.6.1856 e Decreto 1881 de 31.1.1857) foi a culminância de sua gestão. Definido como a “primeira autoridade do Exército” e “responsável perante o Governo”, o novo cargo nos parece emblemático para a problemática aqui trabalhada. De um lado, deixava a administração militar mais “imune” às flutuações político-partidárias e, de outro, garantia a uniformidade e regularidade do Exército, um dos “bons resultados” que o governo esperava colher na avaliação do próprio Caxias no Relatório Ministerial de 1856:

“(...) o governo conta porém que em breve conseguirá seus desejos por esta parte; e que o ministro e secretário d’Estado dos Negócios da Guerra terá

40 REIS, A. Op. cit., p. 162.

41 CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul in HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Bertrand, 1978. Tomo II, v. 2, p. 502.

42 BRASIL. *Anais...*, 1847, v. 2, p. 97.

junto a si no ajudante-general do Exército uma autoridade profissional competentemente habilitada para informá-lo exatamente, e em qualquer ocasião necessária, do estado do pessoal do Exército; a qual será ao mesmo tempo, segundo os princípios de seu regulamento, responsável perante o dito ministro pela conservação da uniformidade de disciplina, administração, instrução e movimento daquele pessoal.⁴³

A principal fonte para a análise do Ministério Caxias nos parece ser o Relatório de 1855 apresentado à Assembléia Geral.⁴⁴ Documento extenso, seguia o padrão minudente inaugurado pelo Ministro Rego Barros e pode ser tomado como o seu programa de ação.

Examinava em detalhes todos os órgãos subordinados ao ministério, propondo-lhes alterações que, no geral, visavam à uniformização de procedimentos, reforço da disciplina e melhoria dos meios. Conferiu prioridade à reorganização da justiça militar, instrumento de controle e disciplinização da Força, centrada no reforço e ampliação das funções do Supremo Conselho Militar (Lei de 30.7.1856 e Decreto de 5.10.1856). Na administração geral da Pasta, deu grande importância aos órgãos dos

quais derivava a verticalização da estrutura que se estava implantando, a contadoria, o quartel-mestre-general e o ajudante-general, centralizando todas as informações e gerando as orientações referentes à Força.

As medidas de organização da carreira militar eram complementadas com a defesa veemente de nova política de vencimentos através de um “aumento razoável”, pois os servidores “não têm retribuição de seu trabalho correspondente”. Na mesma linha, defendia a hierarquização das gratificações de comando, segundo sua importância, independente da patente do titular. Na mesma linha, no Senado, em 22 de junho do mesmo ano, considerava “irrealizável” a proposta de Souza Franco de diminuir os efetivos para pagar melhor, pois “o número de praças mal chega para a necessidade do serviço”.⁴⁵

O ensino receberia grande atenção, devendo ser aperfeiçoada a “instrução teórica e prática” com a introdução do internato na escola e adoção de instrução rotineira nas guarnições fora da Corte, onde ela era “insuficiente”. Reconhecia o estado “estacionário” do armamento e dos equipamentos, defendendo uma “reforma radical do regulamento dos arsenais”. Propunha a transferência do Arsenal de Guerra para Estrela e propunha mudanças no funcionamento da Fábrica de Pólvora e da de Ferro em São João Ipanema.

O emprego operacional do Exército, que foge ao objeto do nosso trabalho, também recebeu uma proposta de renovação radical. Fazendo um histórico dos procedimentos táticos empregados e analisando diver-

43 Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Sexta Sessão na Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado nos Negócios da Guerra Marquês de Caxias (1856) in <http://www.crl-junkebox.uchicago.edu/bsl/bsl/u2200/000002.html>.

44 Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na Quinta Sessão na Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado nos Negócios da Guerra Marquês de Caxias (1855) in <http://www.crl-junkebox.uchicago.edu/bsl/bsl/u2200/000002.html>.

45 BRASIL. *Anais...*, 1855, v. 4, p. 157.

sos exércitos europeus, dentre os quais valoriza o da Prússia, avaliava que a “tática elementar” estava “longe de reunir as indicadas condições militares”. Defendia a adoção de um sistema tático geral “convenientemente harmonioso” que envolvesse as três armas, “metodizados com regularidade e precisão”, no qual teriam papel chave os inspetores de corpos, responsáveis pela inexistente e necessária “unidade de pensamento” entre todos os níveis de comando.

As táticas de Zagalo (Infantaria), Beresford (Cavalaria) e Pardal (Artilharia) eram consideradas obsoletas e “provisoriamente” adotava a tática elementar do Exército português, enquanto se buscava uma alternativa adaptada às condições do País:

“(…) enquanto se não organiza uma tática elementar privativamente nossa, em harmonia com as circunstâncias peculiares do nosso Exército e com a natureza das nossas guerras.”⁴⁶

De certa forma, partilhava das restrições e temores quanto à fixação em lugares determinados do efetivo do Exército:

“Tolero os corpos fixos como uma necessidade para obstar o máximo que for possível à desorganização dos corpos móveis. Mas por terem eles a denominação de fixos eu não os considero inamovíveis; sempre que as circunstâncias o exigirem hão de sair das respectivas províncias e marchar para onde for preciso.”⁴⁷

Mais uma vez, as intenções eram limitadas por problemas estruturais, como a falta

de recursos e a disciplina. Chama atenção o volume de débitos acumulados pelo Exército, desde vencimentos até fornecedores, relacionados, em anexo, ao relatório de 1855.

Quanto à disciplina, além da clássica conclusão sobre o “sistema defeituoso de recrutamento”, o primeiro item tratado no Relatório 1855 era a justiça militar, constando do documento um copioso anexo com o modelo padronizado de todos os documentos a serem empregados nos procedimentos disciplinares e judiciários. No mesmo ano, defendeu no Senado a elaboração de um código penal militar e apoiou o ministro da Marinha quando ele considerou a legislação daquela Força “bárbara e anômala”.⁴⁸

O melhoramento geral das condições materiais e de instrução da Força ao lado do aperfeiçoamento doutrinário, estratégico e tático credenciava o Exército a cumprir o seu papel na política externa do Império. Paralelamente, a verticalização e burocratização da sua estrutura garantiam o papel de “coadjuvação”⁴⁹ na manutenção da ordem interna. Caxias confirmou com sua ação ministerial o juízo de um dos seus biógrafos: “o organizador, o disciplinador, o equitativo, o providente, o político.”⁵⁰

Concluindo, podemos reiterar que, ao destaque dado pela historiografia à atuação militar operacional de Luiz Alves de Lima e Silva, deve ser acrescida a relevância de sua atuação como homem de Estado, que conciliava o político e o militar em um momento de transição da própria configuração das estruturas estatais.



46 Relatório... (1855), p. 26.

47 BRASIL. *Anais...*, 1855, v. 3, p. 158.

48 Idem, Idem, v. 2, p. 126 e 297.

49 Relatório... (1856), p. 15. Relatório... (1855), p. 26.

50 CAMPOS, Joaquim Pinto de, Padre. Op. Cit., p. 133.

A Correspondência de Caxias



Marcos da Cunha e Souza*

Resumo: O artigo comenta a correspondência de Caxias e nela identifica diversas facetas da personalidade do Patrono do Exército.

Palavras-chave: Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, Caxias.

No dia 21 de agosto de 1842, Luiz Alves de Lima e Silva escreveu, do campo de batalha de Santa Luzia:

Meu Bem

Contra as tuas ordens estive ontem em um renhido combate que durou de as 8 horas da manhã até as 5 da tarde; os rebeldes tinham 3 vezes mais gente do que eu, porém destrocei-os completamente, tomei-lhes toda a bagagem (...) e 300 prisioneiros, entre eles o Ottoni e muitos chefes dos mais influentes (...). Muito me ajudaram meus manos José e Carlos."

Foi dessa forma, em termos cheios de ternura, que ele comunicou à esposa a vitória sobre a rebelião que sacudira Minas Gerais. Em um único parágrafo encontramos o amor de um marido, a gratidão de

um irmão e o júbilo de um lutador e de um patriota. Assim é a correspondência de Caxias. Em uma centena de cartas, vários estilos, vários enfoques, mas sempre a luz de uma mente aguçada, presa aos detalhes e extremamente intuitiva quanto ao futuro.

Quando estava Osório, em 1859, pensando em passar para a reserva, Caxias escreveu ao amigo, em tom profético:

Neste momento me acaba de dizer o Sr. Ministro da Guerra, que S.M.I. aprovou ontem a sua Efetividade, pelo que lhe dou os parabéns; (...) Há de se lembrar que uma vez lhe disse – que não havia de morrer sem o ver General. Agora, pode-se reformar quando quiser, mas aconselho que espere ver clarear mais o horizonte oriental e argentino. Quem sabe se ainda teremos de comer algum churrasco juntos..."

* Doutor. Sócio Honorário do IGHMB.

Nas suas linhas, descobrimos um Brasil que ainda não foi bem estudado. Um país que vacilava em seguir unido e aprendia empiricamente a conviver com seus vizinhos de língua espanhola. Surgem então perspectivas surpreendentes, como na carta em que resume um encontro secreto com Bento Gonçalves (11 de setembro de 1844) e revela ligações íntimas entre a Farroupilha e movimentos rebeldes do Uruguai e da Argentina:

Falou-me em primeiro lugar em federação, dizendo-me que [Frutuoso] Rivera estava também propenso a federar o Estado Oriental ao Império, assim como [o governador] Mandariaga o Estado Correntino. Fiz-lhe ver que isso era impossível, e que nenhum desses dois homens tinham poderes dos povos para levar a efeito tais incorporamentos.

Várias cartas fazem referência a soldados farroupilhas lutando contra o governo uruguaio e tentativas rebeldes de indicar Frutuoso Rivera para servir de mediador entre eles e o Império. Tudo isto culminando com a missiva de 19 de novembro de 1844, dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, que comunica a apreensão do tratado de aliança celebrado entre o General Rivera e os Chefes rebeldes desta Província, o qual tenho a honra de enviar a V. Excia. em próprio original.

Esses relacionamentos na fronteira sul nem sempre eram corretamente interpretados pelo governo brasileiro, o que quase nos levou a uma guerra contra Rosas em 1844, com imprevisíveis reflexos sobre o

Rio Grande. Atento a essa possibilidade, Caxias pôde afirmar, ainda em setembro daquele ano:

Por segunda vez, me tornou a falar em composição um tio de Canabarro que é estancieiro em Alegrete, dizendo-me que por seu sobrinho não era a dúvida, e que ele tinha certeza que se o Governo Imperial declarasse a Guerra a Rosas, Canabarro se uniria infalivelmente ao Império para o bater, e que isso mesmo ele o tinha encarregado de me fazer saber, e que tratasse eu de acabar com o partido de Bento Gonçalves, que com ele podia eu contar, assim como com toda a sua gente.

Ou ainda, quando descreve ao Ministro dos Negócios Estrangeiros um complô inglês para prolongar a Guerra dos Farrapos (5 de março de 1845):

Sei com certeza que, quando o chefe rebelde desta Província Antônio Vicente da Fontoura esteve nessa Corte, em dezembro do ano p.p., foi procurado pelo Secretário do Ministro inglês, Hamilton, o qual (...) lhe disse, da parte de seu Ministro, que dissesse aos seus companheiros que não depusessem as armas, pois que a Inglaterra estava decidida a protegê-los, e que enviaria o armamento e munições de que carecessem, e fingindo Fontoura a isso anuir, instou o mesmo secretário para que ele fosse à casa de Hamilton para ouvi-lo de sua própria boca, o que ele acabava de dizer-lhe. E indo com efeito o mesmo Fontoura à presença do mencionado Ministro, ele lhe

repetiu o mesmo que já lhe tinha dito o seu secretário, procurando nessa ocasião desacreditar a S.M. o I., dizendo que o mesmo Augusto Senhor não era capaz de governar o Brasil, e que sua camarilha era quem dirigia os destinos do país. Fontoura, para o melhor poder ouvir, fingiu com ele concordar (...). Parecendo que semelhante procedimento desse Diplomata não podia ter outro fim mais que crear entrave ao Governo Imperial no momento em que se negociava um tratado com a Inglaterra, julguei não dever deixar de comunicar a V. Excia. este fato para ser tomado na consideração de S. M. o I.

Nos velhos papéis do nosso Pacificador podemos também ver a gênese de suas manobras quando, com grande simplicidade, descreve a solução de cada problema e prevê as possíveis respostas de seus adversários. Em outra carta ao amigo Osório, assim descreveu a futura manobra contra o flanco de Humaitá (4 de abril de 1867):

Tenho projetado fazer um movimento com o grosso do Exército pelo nosso flanco direito, deixando contudo ocupada a linha atual com forças capazes de resistir a qualquer ataque que, entretanto, possam os paraguaios empreender. (...) A razão deste movimento é porque, tendo o inimigo concentrado toda a sua defesa nas matas próximas ao rio Paraguai, fortificando-as consideravelmente, como V. Exa. deve saber, seria um contra-senso irmos fazer-lhe a vontade, procurando-o justamente no único lugar em

que ele nos pode resistir. Daquele modo me parece que López, não terá senão duas resoluções a tomar: ou abandonar a sua linha fortificada, e reunir suas forças para nos ir dar uma batalha campal; ou atacar as forças que eu deixar guardando a linha que ocupamos. Se tomar a primeira, saindo ao nosso encontro, terá que abandonar suas trincheiras; então as forças, que aqui ficarem, as poderão tomar com pouco prejuízo. Se, pelo contrário, vier com toda a força atacar a nossa atual linha, nos dará tempo para avançarmos pelo seu flanco esquerdo, e tomar-lhe a retaguarda, antes que possa retirar-se. E mesmo quando ele se julgue tão forte, que nos tente bater em detalhe, será isto para nós de muita vantagem; porque, do primeiro ataque que empreendesse, sairia tão mutilado, que nos seria depois mais fácil aniquilá-lo. Feito este movimento, como exponho, poderá ele se encerrar no seu Humaitá? Não creio que seja tão asno que disso se lembre: porquanto a nossa Esquadra há de ter ordem de subir o rio, mesmo por cima de torpedos, ainda que perca 2 ou 3 navios; e sitiar esta fortificação pelo lado de cima. Em conclusão, suponho que López, ainda que pressinta o nosso movimento, enfraquecido como se acha, tratará de encravar sua artilharia que não puder conduzir, e irá passar o Tebiquary, ou algum rio próximo desse, onde melhor se possa corresponder com a sua capital.

Dias depois, em 22 de abril de 1867, questionado sobre o perigo que poderia haver em dividir sua forças, ponderou:

Vejo o que me diz V. Exa. sobre o meu plano: não duvido que, em geral, não seja bom dividir forças, mas há casos em que é indispensável. Se marcharmos por Pedro Gonzales todos juntos, descobriremos a nossa base de operações até o Passo da Pátria, e perderemos o contato com a Esquadra, o que não é conveniente. O inimigo não pode, por mais que se apure, apresentar mais de 18 a 19 mil homens em linha de batalha; e isto mesmo se não perder muita gente com o cólera: para fazer frente a essa força, nós temos gente que chega.

E mesmo diante do imprevisível, Caxias encontrava a tranqüilidade para retomar o bom rumo. Como quando a situação interna da Argentina colocou em risco nossas operações no Paraguai, levando-o a escrever em 17 de fevereiro de 1867:

(...) quando eu havia resolvido com Mitre a fazermos juntos um ataque decisivo ao inimigo por todo o mês de março, foi quando apareceu uma revolta na Confederação Argentina, que se ramificou por 4 províncias dela, a qual obrigou esse General a retirar-se para Rosário ou Buenos Aires, levando metade do Exército que aqui tinha, isto é, 4 mil homens das 3 armas. Esta revolta, se não for já sufocada, pode nos envolver em grandes embarços (...). Se Mitre for batido, e a revolução progredir, o que não espero, convirá que V. Exa. por aí se conserve até ter novas ordens minhas; pois, nesse caso, a guerra tem que mudar de face: e quem sabe se serei obrigado a re-

passar o Paraná mesmo no Passo da Pátria, para procurar a nossa fronteira? Em tudo se deve pensar na guerra...

Passar-se-iam dois meses até que ele pudesse escrever aliviado:

Os revoltosos de Mendoza foram completamente batidos pela vanguarda de Paunero (...). Esta notícia veio mudar o mau aspecto que apresentava a Confederação Argentina, e desanimar López, que contava com aquele apoio.

Quantos generais não teriam desanimado, e até desistido, se após tamanha crise fossem obrigados a enfrentar uma sucessão de infortúnios, como aqueles que atingiram nosso Exército em abril e maio de 1867?

Em 25 de abril, o marquês escreveu:

Depois de haver daqui partido o Major Faustino, tem o cólera aumentado consideravelmente, tanto no nosso Exército como no Argentino e na Esquadra; a ponto de já exceder a 2 mil o número de mortos até hoje: e, podendo continuar, é prudente que V. Exa. por ora não se aproxime destes lados (...) até que receba nova ordem minha; porque, no estado em que se acham os Exércitos Aliados, não é possível empreender nada neste momento.

Em 28 de maio prosseguia:

Por aqui nada há de novo, senão uma extraordinária cheia dos rios Paraná e Paraguai, a ponto de se alagarem os de-

pósitos de Itapiru e o acampamento de Curuzu.

Para no dia seguinte, arrematar:

O cólera já acabou aqui, depois de nos matar 4.000 homens...

Em outras ocasiões, Caxias nos permite entrar em sua mente ao examinar com indignação os rumos da guerra e as ocasiões perdidas. Em 12 de agosto de 1866 escreveu:

Não há dúvida, para mim, de que nossas operações foram mal encaminhadas desde o princípio. Se assim como se fez base de operações da Confederação Argentina, se tivesse seguido para Uruguaiana, logo depois do Convênio de 20 de fevereiro, não teríamos passado pela vergonha da invasão do Rio Grande pela fronteira do [rio] Uruguai; e se o Robles tivesse invadido Corrientes pelo Passo dos Livres, deveríamos passar o Uruguai e procurado cortar-lhe a retirada no Paraná. Todo o nosso oiro teria se derramado na sua Província, e não teríamos também passado pela abjecção de sermos comandados por um General Argentino, que, conquanto a sua cabeça lhe diga que nos deve ajudar, em seu proveito, seu coração o obriga a não ter pressa em nos dar a vitória, enquanto temos recursos para nos fazer respeitar em toda a América do Sul. Depois de cometido o primeiro erro, ainda se poderia ter ele remediado, se Mitre, quando saiu da Uruguaiana, pudesse ou quisesse cortar a re-

tirada dos paraguaios no Passo da Pátria, como ele mesmo me disse, na Uruguaiana, que pretendia fazer. Então, se isso se desse, há muito a guerra estaria concluída. Mas, deixar os homens voltar cheios de recursos para o seu covil, são e salvos, foi querer procrastinar a guerra até quando só Deus sabe, pois o terreno não pode ser melhor para a guerra de postos, a qual pode ser feita até pelas mulheres e crianças quando se acabem todos os homens do Paraguai. (...) Enfim, será o que Deus quiser.

Outro traço comum nas cartas é o horror à má política e àqueles burocratas a quem apelidava de “casacas”. Em 17 de fevereiro de 1867 escreveu:

Estes senhores, que ficam em suas casas, esperando as notícias do que nós outros fazemos na campanha, julgam que tudo é fácil, e que a guerra pode ser feita sem gente, sem dinheiro, sem armamento e sem fardamento. (...) Assim vai tudo na nossa terra: e por isso é que estamos, há dois anos, a braços com uma guerra, que já estaria concluída, há muito, se as coisas não tivessem, desde o começo desta campanha, sido tão mal dirigidas pelos chamados políticos e diplomatas.

E sua indignação aumenta quando os “casacas” se servem de outros militares para atingir o Exército. O Marquês de Caxias escreveu a Osório, em 21 de junho de 1868:

Eu sei, meu amigo, que a opinião dos meus camaradas Generais não acober-

tam minha opinião e responsabilidade, que é toda minha, e que o que pensa a oposição, é em intrigar-me, para fins políticos, servindo-se até certo tempo do nome do Conde de Porto Alegre, e agora se quer servir do seu, julgando que assim nos desuniam (...). Creio, ao menos por minha parte, que perderá o seu tempo, porque eu antes de ser seu amigo estudei bem o seu caráter, e por isso descanso completamente no seu juízo; e demais estou aqui muito contra minha vontade e interesses, e se sonhasse só que V. Exa. não estava, como está, servindo comigo da melhor vontade que lhe é possível, a vingança que tinha a tomar era retirar-me imediatamente, entregando-lhe o comando do Exército. Porém, estou já muito velho e traquejado nestas intrigas da Corte, e sei bem como elas se manobram, talvez melhor do que aqueles que as movem contra mim.

Outra marca expressiva de sua personalidade é o amor à lei e a ordem, que o motivaram a repreender Diogo Feijó nos seguintes termos:

Não é com as armas na mão, Exmo. Sr., que se dirigem súplicas ao monarca, e nem com elas empunhadas admitirei a menor das condições que V. Exa. propõe na referida carta.

Mas certamente o traço mais representativo do seu ser é aquele que levou seu título nobiliárquico ao jargão popular e a verbete dos dicionários: sua probidade, corre-

ção de atitudes, seu rigor em prol do interesse público.

Em 6 de junho de 1867, o Marquês de Caxias escreveu de Tuiuti:

(...) mas, é preciso que as compras sejam feitas com legalidade e economia, pagos os cavalos depois de serem entregues, pois assim tenho feito todos os contratos por este lado: do contrário ficaríamos sem o dinheiro e os cavalos, como muitas vezes acontece.

E novamente, em 25 de junho de 1867:

De bestas, e mesmo de bois para as carretas é que ainda tenho falta; porque, tendo comprado três mil e seiscentos bois gordos, e entregado ao Capitão Cruz, para cuidar deles na internada, agora só apresenta uns duzentos em regular estado, e diz que os outros morreram (com couro e tudo) e nem ao menos deixaram as marcas; pelo que o mandei prender, a fim de responder a conselho de guerra.

Infelizmente, não lhe faltaram decepções. Da Tijuca escreveu, em 14 de abril de 1869:

Já estou safo do Comando do Exército, como já disse, e hoje toda a minha estratégia será empregada em me livrar de alguma pasta, do que tive sempre mais medo do que das baterias de López, apesar de que tenho pena que o pobre Exército vá ser no fim da guerra espatifado por algum casaca que não saiba dar merecimento a quem o tem (...) mandando

plantar batatas aos chefes de hospitais, carcereiros de presigangas, que estão muito quietinhos a espera que se acabe o perigo, para se encaixar nos comandos de corpos que nunca se lhes confiou para irem com eles aos combates. Mas, mesmo de fora, eu hei de por-lhes as calvas à mostra, a fim de os fazer deixar a vida militar para a qual não nasceram.

Na mesma época (21 de maio de 1869), tentou convencer Osório a não voltar ferido ao Paraguai, deixando escapar um desabafo:

Pois V. Exa. perdoe que lhe diga: não conhece que nesse estado pouco ou nada poderá fazer, e que seu estado é muito melindroso? Lembre-se que é um pai de família, e que neste mundo, si V. Exa. perder sua vida, que já tantas vezes arriscou pela Pátria, quem há de realmente sentir a sua falta é sua família. Os amigos, meu camarada, não pensam senão no que lhes convém no momento, e depois quando muito, dizem que o Visconde do Herval era bom companheiro, mas que foi imprudente indo para a campanha sem estar em estado de poder com ela. E sua pobre família é quem o há de toda a vida o prantear... Estou lhe falando com o coração, e não com a cabeça.

E após tantas pelepas, tantos serviços, veio o Imperador, em 1875, exigir do setuagenário herói um último sacrifício:

Estou, minha cara filha, apesar de todos os meus protestos em contrário, outra vez Ministro da Guerra e Presidente

do Conselho. Você deve fazer idéia dos apuros em que me vi para cair nesta asneira e creia que quando me meti na sege para ir a S. Cristóvão a chamado do Imperador, ia firme em não aceitar; mas ele assim que me viu me abraçou e me disse que não me largava sem que lhe dissesse que aceitava o cargo de Ministro (...). Ponderei-lhe as minhas circunstâncias, a minha idade, e incapacidade. A nada cedeu. Para poder me livrar dele, era preciso empurrá-lo, e isso eu não devia fazer; abaixei a cabeça e disse que fizesse o que fizesse, pois eu tinha consciência que Ele se havia de arrepender, pois eu não seria ministro por muito tempo, porque morreria de trabalho e de desgostos, mas a nada atendeu, e disse-me que só fizesse o que pudesse, mas não o abandonasse, porque Ele então também nos abandonaria e se ia embora! Que fazer, minha Anicota, senão resignar-me a morrer no meu posto, e de mais, tendo já arriscado tantas vezes a minha vida por Ele, que mais uma, na idade em que estou, pouco era.

As cartas de Caxias são, por fim, uma fonte de angústia, dado que nos levam a perceber que ainda pouco sabemos sobre momentos importantes da nossa História como, por exemplo, as causas remotas da Guerra do Paraguai. E angústia pessoal, deste que vos fala, por vermos que os “casacas” não se foram e, diuturnamente, tratam com desprezo a Instituição que garantiu nossa independência, nossa unidade, nossa soberania e – se me permitem dizer – há quarenta anos atrás, a nossa liberdade.



Caxias e o Imaginário Nacional: a visão dos contemporâneos



Arno Wehling*

Resumo: O articulista analisa o processo pelo qual a figura de Caxias foi sendo construída ao longo da história nacional até afirmar-se como um dos principais responsáveis pela unidade nacional, em função do seu papel nos conflitos internos, por sua atuação nas guerras externas e como patrono do Exército, até a encarnação de um arquétipo de militar brasileiro.

Palavras-chave: Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, Caxias.

Pretende-se neste estudo analisar o processo pelo qual a figura de Caxias foi sendo construída ao longo da história nacional, até afirmar-se como um dos principais responsáveis pela unidade nacional, em função de seu papel nos conflitos internos, pela integridade do país, por sua atuação nas guerras externas, e como patrono do Exército, a própria encarnação de um arquétipo de militar brasileiro.

O primeiro aspecto que ressalta da análise é a oscilação das representações sobre Caxias. Como tantas outras expressões individuais ou mesmo eventos coletivos, de que são bons exemplos a Revolução Francesa, ou Napoleão, o significado de Caxias não foi sempre unívoco.

Considerando tais oscilações, é possível encontrar alguns períodos muito carac-

terísticos em relação à imagem do Duque de Caxias.

- *A visão dos contemporâneos* – desde que Luiz Alves de Lima e Silva projetou-se como uma figura nacional, por ocasião da Balaiada, até sua morte, em 1880, os contemporâneos conviveram com a imagem do militar e do político e tinham sobre ele concepções frequentemente discordantes.

- *A dupla face de Caxias* – desde a década de 1880 até o início da década de 1920, transcorreram quarenta anos, nos quais foi sendo delineada uma dicotomia na imagem de Caxias: enquanto no meio militar ela era obscurecida pela valorização oficial de Osório e Barroso, evidenciada nas comemorações de 24 de maio – batalha de Tuiuti – e 11 de junho – batalha do Riachuelo – no âmbito geral da sociedade ia sendo gestada para Caxias uma *persona* maior: a do herói nacional. É assim que

* Professor Doutor. Presidente do IHGB. Sócio titular do IGHMB.

ele aparece emblematicamente, em dois trabalhos de Silvio Romero, um publicado originalmente em 1890 e destinado às escolas primárias; o outro, uma conferência proferida por ocasião do centenário, em 1903. Também nesse contexto erigiu-se uma estátua em sua homenagem, no Largo do Machado, financiada por subscrição popular.

- *Patronato e panteonização de Caxias* – da década de 1920 à de 1940, ocorreu o processo de entronização de Caxias como patrono do Exército. Iniciado com um ato administrativo do Ministro da Guerra Setembrino de Carvalho, paralelo a veemente campanha de Eugênio Vilhena de Moraes, inclusive no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, culminou com a ereção do Panteão na Praça da República, defronte ao prédio do Ministério, quando o Rio de Janeiro ainda era a capital federal. Nesse processo deu-se a efetiva “militarização” de Caxias, com a apropriação de sua imagem pelo Exército e a elaboração de uma fundamentação doutrinária que procurou associar os valores militares à biografia do seu homenageado. Em consequência, obscureceu-se a sua atuação política, como líder do Partido Conservador e três vezes presidente do Conselho de Ministros e a figura no período anterior preeminente de Osório, não sem que houvesse protestos de historiadores e militares admiradores deste.¹

Essa terceira etapa pode ser estendida até praticamente os dias de hoje, já que as críticas a Caxias formuladas por setores marxistas desde os anos 1930 e que chegaram a

seu apogeu com as interpretações de Nelson Werneck Sodré, bem como as posições dos defensores de Osório, não afetaram sua imagem, pelo menos no meio militar.

Quanto à identificação de Caxias com a própria nacionalidade, acima e além do meio militar, neste período sofre evidente refração. Uma exceção de peso, mas que confirma o que concluímos, é a opinião de Gilberto Freire, para quem há um *Caxias cívico*, tipo ideal ao estilo weberiano, segundo ainda o sociólogo, do qual “se deriva no Brasil todo um sistema de ética assim de liderança como de serviço, tanto civil como militar, polivalente, portanto, e acima de qualquer simplista antítese civilismo-militarismo”.² Gilberto Freire criou para designá-lo um novo substantivo, caxiismo, associado à consciência do dever, da responsabilidade e do valor do serviço público. Nesse sentido o sociólogo retomou a tese, com outro argumento, de Silvio Romero.

Podemos nos indagar se a instituição, em 1996, do Dia do Exército, associado a uma das batalhas de Guararapes, poderá significar a relativização do papel atribuído a Caxias no conjunto da história militar do País, caso em que teríamos ingressado numa nova etapa da história do imaginário de Caxias. É cedo, entretanto, para uma avaliação da questão.

Ao estudarmos a visão dos contemporâneos, procuraremos responder a uma pergunta: em vida, Caxias já era objeto de algum tipo de culto ou reverência especial, ou tratar-se-ia apenas de um líder político e

1 MAGALHÃES, João Batista. Estudo sobre o Patronato do Exército, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 202, 1949, p. 234 ss.

2 FREIRE, Gilberto. *Forças Armadas e Outras Forças*. Recife: Imprensa Oficial, 1965, p. 3 ss.

militar prestigiado, entre as demais expressões da vida imperial?

OS MOMENTOS DE CRISTALIZAÇÃO DA IMAGEM

Durante a vida de Caxias, foram momentos cristalizadores de sua imagem aqueles coevos ou imediatamente posteriores a eventos de que foi protagonista: o fim da Balaiada, em 1841; a revolução de 1842; a Revolução Farroupilha, em 1845; a fase pós-Rosas, em 1852; a sucessão do Marquês de Paraná, em 1855; a Guerra do Paraguai; o último governo, em 1875. Somente encontramos documentação menos densa sob o ângulo que nos interessa, a propósito da segunda presidência do Conselho.

No final da Balaiada, é a ninguém menos que o introdutor do romantismo no Brasil, Domingos José Gonçalves de Magalhães, futuro Visconde de Araguaia, que se deve uma *Ode ao Pacificador*, que inaugura de modo épico a imagem de Caxias e registra-lhe a alcunha pela qual seria conhecido.³

Publicada no Maranhão em 1841, a ode principia pelo elogio ao tipo físico e psicológico de Caxias, gabando-lhe o porte, o aspecto sisudo e reto, o “altivo coração” e a “lúcida razão”.⁴

Louva-lhe em seguida a competência militar,⁵ o espírito de justiça e a liderança⁶ junto a seus comandados, destacando o apoio popular (“e louvores do povo maranhense a tão prestante herói nos ares

soam”),⁷ considerando-o o “salvador do Maranhão”.⁸

Pela primeira vez Lima e Silva é tido como herói nacional, sem que Domingos de Magalhães esqueça sua ascendência na nobreza militar:

*Sangue de heróis as veias te enobrece,
E entre heróis o teu nome resplandece.*⁹

A ação do já Barão de Caxias no ano seguinte, na repressão ao movimento liberal de São Paulo-Minas, aparentemente não gerou uma literatura encomiástica. Muito provavelmente por motivos ideológicos, já que a opinião liberal não tinha força desprezível na imprensa ou entre os intelectuais, ao contrário dos insurretos do Maranhão. Mas a troca de cartas entre o rebelde Feijó e o Barão de Caxias, do dia 14 de junho de 1842, divulgada no *Jornal do Commercio* do dia 10 de julho seguinte e logo tornada célebre, contribuiu para a divulgação da imagem de Caxias como defensor e mantenedor da ordem, que o acompanharia até o fim de sua vida.

Dizia Feijó: “Quem diria que em qualquer tempo o Sr. Luiz Alves de Lima seria obrigado a combater o Padre Feijó? Tais são as coisas deste mundo...”

Replicou, não sem ironia, Caxias: “Quando pensaria eu em algum tempo que teria de usar da força para chamar à ordem o Sr. Diogo Antônio Feijó? Tais as coisas deste mundo!”¹⁰

3 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *Ode ao Pacificador*. Maranhão, 1841.

4 Idem, p. 6.

5 Idem, p. 10.

6 Idem, p. 7.

7 Idem, p. 8.

8 Idem, p. 5.

9 Idem, p. 9.

10 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10 de julho de 1842. SOUSA, Otávio Tarquínio de. *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Edusp, 1988, p. 299.

A imagem de Caxias como liderança militar mas também como político hábil consolidou-se ao final da Revolução Farroupilha e por ocasião de sua presidência na província do Rio Grande do Sul.

O *Jornal do Commercio* de 20 de março de 1845, já encerrado o conflito, louvou a atuação do “ilustre general Barão de Caxias, que com tanto valor e perícia soube encaminhar as coisas a este fim”. Na mesma data informava o mesmo jornal sobre a boa receptividade da população da província a Caxias e opinava que, quando a “história imparcial” narrasse a guerra destacaria “a clemência de um monarca magnânimo e a ilustrada política” do general, “sustentáculo da paz e da ordem” do país.¹¹

No ano seguinte, foi publicado em Porto Alegre um livro intitulado *Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias*, francamente encomiástico, no qual se elogiava a competência tática e estratégica do militar, detalhando as ações da campanha. A esse respeito o autor concluiu que:

“Quanto ao plano de campanha do Conde, foi ele tão bem concebido que nenhum outro era mais adequado às nossas circunstâncias e ao sistema de guerra seguido pela rebelião. (...) salta aos olhos que a divisão do exército, feita pelo Conde de Caxias no começo das operações, foi não só metódica, como conseqüente com as regras da guerra.”¹²

Em relação à atuação política de Caxias, o documento elogiou sua preocupação de que as tropas respektassem a po-

pulação¹³ e sua “nunca assaz louvada humanidade (...) [que] (...) iam de dia em dia convertendo os dissidentes em legalistas”.¹⁴ Revelara-se, assim, o homem da conciliação¹⁵ e o pacificador do continente do Rio Grande.¹⁶

No livro, duas outras observações acentuam a força crescente da imagem que se formava: a do general que sobre todos os outros se destacava (“o conde, como hábil general, fez tudo quanto lhe era dado fazer; nem um outro no nosso país e quicá em todo o Brasil (sic) fez jamais tanto”)¹⁷ e o homem de boa sorte, idéia que se associou sempre a outros chefes militares (“também dessa vez atribuiu o povo à estrela de Caxias o brilhante e magnífico desfecho de uma luta até ali tão desastrosa”).¹⁸

O eco da atuação político-militar de Caxias no Rio Grande do Sul foi registrado mais tarde por Sisson, o que contribuiu para cristalizar sua imagem, dado o prestígio da galeria dos brasileiros ilustres daquele autor.¹⁹

Em 1852, Antônio José Domingues publicou em Pelotas outro panegírico, este dedicado a D. Pedro II, a *Coleção de poesias que ao muito alto e muito poderoso senhor D. Pedro II...* Nele, ao estilo do poema de Magalhães onze anos antes, embora de modo ainda mais hiperbólico, Caxias é elogiado como o “prestante general”,²⁰ “audaz guerreiro”, defensor da justi-

13 Idem, p. 56.

14 Idem, p. 141.

15 Idem, p. 56.

16 Idem, p. 29.

17 Idem, p. 207.

18 Idem, p. 191.

19 SISSON, S. A. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*, Brasília: Senado Federal, 1999, v. I, p. 85 ss.

20 DOMINGUES, Antônio José. *Coleção de poesias que ao muito alto e muito poderoso Senhor Dom Pedro II...* Pelotas, 1852, p. 24.

11 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 20 de março de 1845.

12 *Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias*. Porto Alegre, 1845, p. 199.

ça e como credor do agradecimento da pátria.²¹ Ainda neste texto aparece a idéia do afortunado (“inda brilha outra vez a tua estrela;²² teu astro luminoso, egrégio Conde, a Vitória jurou segui-lo”).²³

Da guerra contra Rosas, em contraste com os movimentos internos e a guerra do Paraguai, poucos textos fixam a atuação de Caxias. O *Jornal do Commercio* de 23 de março de 1852 atribuiu a ele a disciplina e a “conduta exemplar” das tropas imperiais no Uruguai e na Argentina.²⁴ Em 5 de abril seguinte, o mesmo jornal publicava poema em espanhol, recitado em Montevideu por ocasião de um banquete comemorativo, no qual se elogiava a ação dos militares brasileiros e de D. Pedro II, concluindo: *Gloria al conde de Caxias, Grenfell y Carneiro Leão*.²⁵

As *Memórias* de Ladislau dos Santos Titara, referentes à campanha de 1852, são em geral parcimoniosas em elogios, mas reconheciam em Caxias “um dos nossos mais hábeis e prudentes generais”. Retomando a temática da fortuna, dizia Titara ser ele “sempre o mais cortejado pelo Anjo da Vitória”.²⁶

De certa forma, o próprio Caxias ia contribuindo para a construção desta imagem, quer por sua atuação militar e política equilibrada, quer por seu discurso. Nas duas proclamações que fez ao Exército brasileiro na campanha de 1852, como seu comandante-em-chefe e amplamente divulga-

das na imprensa e outras publicações, afirmava seu compromisso com a liberdade, a humanidade (no sentido das relações com as populações e os exércitos adversários), a ordem e a civilização.²⁷

Da atuação de Caxias no ministério Paraná e na presidência do Conselho o principal eco foi Sisson, cujo registro de que “começou sua campanha administrativa com a mesma energia, a mesma atividade e a mesma boa vontade com que desempenhou suas arriscadas tarefas de guerra” sublinhou o consenso com que sua atividade de governo foi recebida.²⁸ Em especial, na reforma do Exército e de sua administração, que submeteu à Câmara em 1856 e 1857 e começou a aplicar. O juízo favorável de Sisson sobre o assunto²⁹ reproduziu-se, na concepção e mesmo na forma, até o século XX.

A Guerra do Paraguai, por sua vez, em alguns momentos, representou desgaste para a imagem de Caxias à época do conflito: a demora em reorganizar o Exército aliado; o fato de não haver atacado a fortaleza de Humaitá; a fuga de Solano López em Lomas Valentinas; o regresso, não autorizado pelo governo, em 1869. Diversas vozes, entretanto, levantaram-se ao seu favor.

José de Alencar, em texto de 1867, referiu-se a Caxias de forma altamente elogiosa, louvando sua habilidade política (“sobre grande general, mostrou-se (...) hábil diplomata”),³⁰ sua competência militar (“tenho a fé robusta de seu alto senso e perspi-

21 Idem, p. 10.

22 Idem, p. 3.

23 Idem, p. 24.

24 *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 23 de março de 1852.

25 *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 5 de abril de 1852.

26 TITARA, Ladislau dos Santos. *Memórias do Grande Exército Aliado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1950, p. 89.

27 Proclamações, in TITARA, L. S., op. cit.

28 SISSON, S. A., op. cit., v. 2, p. 98.

29 Ibidem.

30 ALENCAR, José de. *O Marquês de Caxias*. Rio de Janeiro, 1867, p. 14.

cácia militar”³¹ e seu conhecimento dos seres humanos: “(...) o Marquês de Caxias possui em alto grau um dom necessário àqueles cuja missão é dirigir e mandar, o talento de conhecer os homens.”³²

Defendeu-o também Monsenhor Pinto de Campos, em livro de 1878, afirmando ter sido correta a decisão de não tomar Humaitá de assalto³³ e ponderando que o desfecho teria sido muito mais rápido “se o invicto Caxias tivesse desde o começo da guerra comandado-em-chefe as nossas forças”.³⁴

Taunay constatou a “terrível decepção” provocada no Rio de Janeiro, a começar pelo Imperador, com a fuga de López, mas lembrou que os jornais liberais exploraram o episódio, dando-o como único responsável.³⁵

Passada a guerra, porém, parece claro ter prevalecido o juízo de Capistrano de Abreu, para quem era óbvio que Caxias além de organizar vitórias sabia ganhá-las, como ocorreu em Itororó e Lomas Valentinas.³⁶

Na década de 1870, não há dúvida de que quem mais aperfeiçoou a imagem de Caxias, discutido também pelo exercício do governo entre 1875 e 1878, foi Monsenhor Pinto de Campos. No que respeita à Guerra do Paraguai o livro é uma defesa sistemática da atuação de Caxias, sublinhando-lhe a competência militar: “Além da estratégia geral, distinguiu-se o general pelo cui-

dado das suas marchas-estratégicas, marchas-táticas e marchas-manobras.”

“(...) foram as fases de bélica inação utilizadas pelo Senhor Marquês de Caxias em preparar condignamente o que dentro em pouco se ostentou exército de bravos e conquistou para a pátria inacessíveis louros.”³⁷

Destacou Pinto de Campos também a imagem de Caxias, à época, pelos adversários, possivelmente com algum exagero, mas certo fundo de verdade, pelo que se constata da documentação coeva:

“Como general seu nome incutia tais receios que os mais ousados adversários fugiram sempre de se medir com ele, diligenciando somente bater-se com os seus tenentes e auxiliares; mas todos os seus planos foram sempre coroados de êxito, todos os adversos, frustados.”³⁸

Indo mais longe, o autor não hesitou, em defesa de seu biografado, no emprego do que hoje chamaríamos uma estratégia da memória, ao ignorar ostensivamente a atuação de outros comandantes aliados na Guerra do Paraguai: “Quanto aos períodos em que dele não dependia a direção das bélicas operações, pode-se dizer que nem houve operações bélicas.”³⁹

Não obstante o desgaste provocado pela fuga de López, ainda assim o juízo do *Jornal do Commercio* era-lhe altamente favorável, em fins de 1868 e início de 1869.

Em 28 de dezembro, o jornal informava que “o Marquês de Caxias estava quase sem cessar a cavalo (...)”

31 Idem, p. 2.

32 Idem, p. 8.

33 CAMPOS, Joaquim Pinto de, Monsenhor. *Vida do Grande Cidadão Brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva*, Rio de Janeiro, 1958, p. 291.

34 Idem, p. 191.

35 TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *Memórias*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960, p. 305.

36 ABREU, João Capistrano de. O Duque de Caxias, in *Ensaio e Estudos*, 2. série, Rio de Janeiro: Brigueit, 1932, p. 9 ss.

37 CAMPOS, J. Pinto de, Monsenhor, op. cit., p. 373.

38 Idem, p. 98.

39 Idem, p. 361.

Na mesma edição o periódico opinava:

“Lembrem-se ao menos que o Marquês de Caxias passará como membro da frágil humanidade, mas sua glória será timbre da nação brasileira, como é a de Turenne para a França e D. Fuas Roupinho para Portugal.

Para logo a justiça exige que se assinala ao Marquês de Caxias um lugar muito distinto entre os generais da época, tanto na América como na Europa.”⁴⁰

No dia 4 de janeiro de 1869, o *Jornal do Commercio* comparava Caxias a Grant, quanto à audácia e a Pelissier, quanto à energia, referindo-se à Dezembroada.⁴¹

No dia seguinte, noticiava o jornal:

“Não há detalhes destas operações gloriosas. O marquês não dá fôlego ao inimigo, e não perde tempo em escrever partes oficiais. Ultima sua grande obra, sua imorredoura campanha (...)”

Na mesma edição, opinava:

“O Marquês de Caxias, depois de preparar com paciência todos os elementos com que queria encetar a campanha, desenvolveu uma atividade e energia de que seus próprios amigos se têm admirado, atendendo a sua idade, e felizmente sua *boa estrela* (nosso grifo) e o acerto de seus planos coroarão seus esforços brilhantes”.⁴²

Conquanto fosse o noticiário a opinião de um jornal conservador, nem por isso deixava de retratar a percepção de segmento importante da sociedade.

A atuação política de Caxias como ministro da Guerra e presidente do Conselho ensejou certamente muito menos material para a construção de seu imaginário. Não obstante, sua imagem no gabinete Paraná e na sucessão deste foi positiva, frequentemente repetindo-se o juízo quase contemporâneo de Capistrano de Abreu, por sua vez muito próximo de Sisson, para quem Caxias teve uma gestão competente no ministério, “reformando as partes carunchosas do Exército e procurando torná-lo realmente eficaz”.⁴³

O mesmo juízo simpático a Caxias deu Capistrano a propósito da ascensão à presidência do Conselho, em 1875. Depois de lembrar que Caxias, no gabinete também conservador do Visconde do Rio Branco, havia apoiado a Lei do Ventre Livre, confirmou a versão de que o Imperador não desejava outro Presidente do Conselho. E Capistrano, apesar de normalmente sóbrio, concluía dizendo que o Estado ficava “nas mãos firmes do pacificador de quatro províncias e do lidador da libertação de três nações vizinhas”,⁴⁴ o que não deixou de ser uma contribuição de peso para a imagem positiva do duque na historiografia posterior.

A despeito das disputas políticas de 1875, foi em geral com uma atitude de respeito que a nova presidência de Caxias foi recebida e, certamente, a volta ao governo não contribuiu para desgastar sua imagem. Nos “a pedidos” do *Jornal do Commercio* de 6 de julho de 1876 essa atitude aflora, não obstante as eventuais dissonâncias políticas:

40 *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1868.

41 *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1868.

42 *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1868.

43 ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p. 33.

44 Idem, p. 34.

“Igualmente venerado pelos dois lados da Câmara, espírito tolerante e conciliador, a seus próprios adversários inspirando com o mais profundo respeito a confiança que de adversários se pode pretender (...)”⁴⁵

A essa altura, Caxias já era duque. Qual terá sido o significado da sucessão, logo após a conclusão da Guerra do Paraguai, sob o ângulo da construção do imaginário?

Do ponto de vista do Imperador, foi aparentemente uma atitude de reconhecimento e justiça ao papel desempenhado por Lima e Silva na guerra, não obstante eventuais desavenças em relação ao comportamento do general no episódio de Lomas Valentinas e no seu retorno não autorizado à capital.

Sabe-se que D. Pedro II não era simpático a títulos e, de resto, às “honras que se despiam com a casaca”, como salientaram seus biógrafos. Por outro lado, como ressalta Rui Vieira da Cunha, procurava preservar o plano de grandeza em que, a seu ver, deveriam figurar, por seu valor simbólico.⁴⁶ Por isto foi parcimonioso na atribuição do título superior de duque: não o outorgou ao Conde d’Eu, nem aos netos, como de há muito ocorre na monarquia britânica, por exemplo. Mas galardoou Caxias, reconhecendo-lhe assim o mérito militar e contribuindo – agora no plano do imaginário social mais amplo – para distingui-lo de outros dignitários, inclusive combatentes da Guerra do Paraguai, que se mantiveram marqueses, como Osório e Tamandaré. O ato

do Imperador efetivamente “singularizou” o significado de Caxias: único militar e político a receber o título; única pessoa a recebê-lo fora do círculo da família imperial, já que as concessões anteriores couberam à Duquesa de Goiás, filha de D. Pedro I com a Marquesa de Santos e ao Duque de Santa Cruz, cunhado do primeiro Imperador; e, afinal, o único título de duque outorgado por D. Pedro II.

A PERCEPÇÃO DA IMAGEM DE CAXIAS EM 1880

Por ocasião de sua morte, em 1880, o conjunto de manifestações já o consagrava como um homem excepcional e praticamente acima de eventuais dissensões. Não obstante a emoção, o fraseado de circunstância e o gosto hiperbólico remanescente do romantismo explicarem alguns dos arroubos verbais cometidos, ainda assim sua morte evidenciou uma espécie de consagração, talvez maior no meio civil do que no militar.

No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro manifestou-se o conselheiro Olegário de Aquino e Castro, jurista e futuro presidente da entidade, descrevendo Caxias como “grande cidadão, esforçado guerreiro, patriota dedicado” e registrando a extensão das manifestações: “O parlamento, o Exército, as municipalidades e associações, a imprensa, a opinião enfim do Império inteiro sagrou a memória do herói guerreiro que verá seu nome em breve esculpido no monumento que lhe prepara a gratidão nacional.”⁴⁷

45 *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 6 de julho de 1876.

46 CUNHA, Rui Vieira da. *Estudo da Nobreza Brasileira*. Rio de Janeiro, 1998, p. 5 ss.

47 CASTRO, Olegário Herculano de Aquino e. Necrologio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* 61, 1880, p. 52.

Na mesma sessão do Instituto houve outras manifestações, como a que sublinhou a unanimidade dos partidos políticos e classes sociais ante o valor de Caxias⁴⁸, a que o associou ao destino da monarquia: “Diz a monarquia: perdi nele o maior baluarte da ordem e o melhor apoio do trono.”⁴⁹

Capistrano de Abreu, sempre arguto em seus juízos, comentou na ocasião: “Quis provar que ao menos uma vez podia ser mais político que militar: rejeitou todas as honras e pompas oficiais, quis ser enterrado como obscuro paisano.”⁵⁰

O *Jornal do Commercio*, em “gazetilha” ou suplemento especial, destacou seu papel militar, em particular o que considerou uma atitude emblemática no episódio de Itororó⁵¹ e a ação política no Rio Grande do Sul quarenta anos antes. Não faltaram comparações com Osório, como a de Carneiro da Rocha, que os colocou em pé de igualdade quanto ao merecimento militar⁵² e uma observação curiosa: a de que Osório “caiu fulminado como o cedro altivo das montanhas; menos feliz, Caxias como que sobreviveu a si mesmo (...) por quase três anos a sua sombra ainda vagou pela terra...”⁵³

Outros órgãos da imprensa refletem a imagem que se ia construindo de Caxias. O *Cruzeiro* assinalou que Caxias, durante sessenta anos, enfrentara as agitações do País do modo ilibado, opondo-se ao “tigre revolucionário” e sustentando “com seu braço de

ferro o cetro.”⁵⁴ O *Jornal do Commercio* de Porto Alegre destacou seus vínculos com a província.⁵⁵ O *Diário da Bahia* também valorizou o ataque de Itororó.⁵⁶ Outro jornal do Rio de Janeiro, a *Gazeta de Notícias*, destacou seu papel político e de pacificador, antes que militar, e sua ausência de exibicionismo, ao ficar “sempre voluntariamente na segunda fileira; só a deixava quando de lá iam amarrá-lo as urgências de seu partido”.⁵⁷ O *Almanaque Laemmert* assinalou o respeito de seus adversários políticos⁵⁸ e sua identificação com os objetos nacionais.⁵⁹ Citando o argentino *La Nación*, de Bartolomeu Mitre, o *Jornal do Commercio* assinalou o que já se tornara um consenso na imagem de Caxias: o destaque pela ação política e pela moderação, mais que o gênio militar, o papel na manutenção da unidade do País e a capacidade de conquistar “a simpatia dos próprios vencidos”.⁶⁰

As manifestações na Câmara e no Senado, ainda que quase sempre mais protocolares, acompanharam o perfil de Caxias que ia sendo traçado.⁶¹

Outras manifestações de caráter individual foram importantes para aprofundar este perfil. José Bernardino Bormann afirmou que poderia ter sido Cromwell e Bonaparte, mas preferiu “guardar a monarquia (...) para ele uma segunda religião”.⁶² Alfredo

48 Idem, p. 54.

49 Idem, p. 67.

50 ABREU, J. Capistrano de, op. cit., p. 35.

51 Homenagem póstuma ao Duque de Caxias, *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1880, p. 23.

52 Idem, p. 26.

53 Idem, p. 8.

54 O *Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 1880, s/n, p. 67.

55 *Jornal do Commercio*, Porto Alegre, 1880, s/n, p. 5.

56 *Diário da Bahia*, Salvador, s/n, p. 48.

57 Folhetim da *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro.

58 *Almanaque Laemmert*, Rio de Janeiro, 1881, p. 68.

59 Idem, p. 70.

60 Homenagem..., op. cit., p. 7.

61 O discurso de Carneiro da Rocha o considerava “glória nacional”, “com o marquês do Herval”; Homenagem póstuma..., op. cit., p. 48.

62 Idem, p. 69.

Taunay seguiu pela mesma linha, destacando que Caxias jamais “abusou do poder que se concentrava em suas mãos”.⁶³ Léry Santos, no *Pantheon Fluminense*, foi encoimástico, o que seria de esperar pela ocasião e pela natureza da obra, ao sublinhar o patriotismo, o bom senso, a coragem em combate, a habilidade política, a capacidade estratégica.⁶⁴

O PERFIL CONSTRUÍDO

Temos condições, neste passo, de esboçar o perfil pessoal, militar e político de Caxias, como se construiu no imaginário brasileiro, entre 1841 e 1880. Seus traços somente delinearam-se, nesse período, na década de 1870, acompanhando-lhe a evolução da biografia. Alguns deles já se encontravam definidos na década de 1840, como a preocupação com a integridade territorial do País, o monarquismo e a habilidade política como “pacificador”, o que refletia sobretudo suas ações na época regencial e no início do segundo reinado. Outros se acrescentariam, como a atuação militar externa, a capacidade administrativa e a liderança política conservadora, correspondendo a ações posteriores à década de 1850.

O perfil pessoal em sua imagem baseou-se em três pontos: família e sociabilidade, qualidades morais e intelectuais e espírito cristão. Observe-se que, na fixação desse aspecto do perfil, teve grande importância o livro de Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, publicado ainda em vida de

Caxias, em 1878. Conquanto fosse um panegírico, ao gosto da época, de certo modo catalisou as opiniões favoráveis a Caxias e contribuiu fortemente para fixar-lhe a imagem póstuma, tendo seus juízos sido incorporados por autores posteriores.

A família era o pilar da sociedade e da vida moral, na concepção de Caxias, conforme sublinhado por tal ótica. Isso se explicaria, como afirmou José de Alencar, porque encontrara “no grêmio da [sua] família o exemplo das mais belas virtudes e o confronto da verdadeira felicidade”.⁶⁵ Nela construíra-se uma forma de sociabilidade que se estendia aos círculos externos, acarretando uma “inventiva caridade” no trato com subordinados militares e adversários,⁶⁶ e uma “brandura de guerra” que cativava os inimigos.⁶⁷ A sociabilidade expressava, por sua vez, uma arraigada crença na harmonia social e na paz, sob o império da lei.⁶⁸

Suas qualidades morais e intelectuais refletiriam uma personalidade íntegra e linear. “O título Caxias” – dizia Monsenhor Pinto de Campos – “significava: disciplina, administração, vitória, justiça, igualdade e glória.”⁶⁹ A esta síntese de qualidades e reconhecimentos, que veremos repercutir quase cem anos depois no “caxiismo” de Gilberto Freire, pode-se agregar a humildade, destacada em várias ocasiões, inclusive nos necrológios.⁷⁰

Aqui, aliás, cabe atentar para duas leituras diferentes do mesmo fato: se no necro-

63 Idem, p. 60.

64 SANTOS, Léry. *Pantheon Fluminense*, Rio de Janeiro, 1880, passim.

65 ALENCAR, José de, op. cit., p. 7.

66 CAMPOS, J. Pinto de, Monsenhor. Op. cit., p. 95.

67 Idem, p. 64.

68 Folhetim da *Gazeta de Notícias*, op. cit., p. 7.

69 CAMPOS, J. Pinto de, Monsenhor. Op. cit., p. 59.

70 *Jornal do Commercio*, Porto Alegre, op. cit., p. 20-21.

lógio do *Jornal do Commercio* de Porto Alegre o testamento, determinando a dispensa de honras militares, era visto como traço de humildade, a percepção coeva de Capistrano de Abreu fora diferente, atribuindo-lhe um significado político.

Intelectualmente, sua imagem foi a de alguém objetivo, dotado de bom senso, raciocínio reto e claro e expressão concisa, como se testemunhou em diferentes momentos de sua vida militar,⁷¹ no Conselho de Ministros e por ocasião de sua morte.⁷²

O espírito cristão, inclusive a prática religiosa de Caxias, foi destacada por Pinto de Campos. Esta traduziu-se, segundo o autor, pela atenção dada pelo comandante “mesmo nos acampamentos, e em marcha (...) aos deveres do culto, em cuja assiduidade dava o mais salutar dos exemplos”. Aquele, pelo comportamento na guerra, evitando o derramamento de sangue e o desgaste das tropas.⁷³

O perfil militar de Caxias assinalou-lhe o espírito disciplinado e a capacidade organizadora, desde as *Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias*, de 1846, até os necrológios de 1880.⁷⁴ A competência estratégica iria em par com a competência tática. Pinto de Campos fala de “seus planos sempre sábios, sempre eminentemente estratégicos”⁷⁵ e as *Reflexões*, trinta e dois anos antes, mencionam a tenacidade com que eram perseguidos os obje-

tivos, o controle direto que Caxias tinha das tropas e a audácia de suas manobras táticas.

O depoimento de Taunay sobre a validade e o significado tático de Itororó traduz bem a ambigüidade das interpretações, à época e posteriormente. Após descrever a bravura de Caxias comandando o ataque,⁷⁶ comentou ter-se tratado de “impetuoso rapto de mau humor, bem compreensível em proveito general...”, o que o levou a perder “inutilmente muita gente”. O próprio Taunay registra que o episódio mereceu críticas severas em várias ocasiões, inclusive havendo quem insinuasse emulação frente a Osório. Defendendo o general dessa acusação e absolvendo-o da impetuosidade, Taunay concluiu com o que posteriormente se fixou no imaginário em relação a Itororó: “a decisão de Caxias, saturada da obstinação dos mártires e dos heróis, salvara o destino da guerra”. Adversários, mais tarde, quando lhe formulavam restrições, depa-
ravam invariavelmente com um obstáculo: o feito de Itororó. E recuavam. Respeitavam-lhe os méritos. O essencial sobrepunha-se ao efêmero.⁷⁷

A comparação de Caxias com outros generais é também parte integrante de seu imaginário. Taunay comparou-o a Osório quanto à correção e aplicação, sendo francamente favorável a Caxias em ambos os aspectos. Quanto à capacidade militar, foi o primeiro a associar Caxias à competência estratégica e Osório à habilidade tática,⁷⁸ juízo que seria reafirmado por Pandiá Calógeras e que permaneceu até o presente.

71 *Reflexões sobre o Generalato...*, p. 17.

72 Necrológio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, op. cit., p. 54. *Almanaque Laemmert*, p. 70.

73 CAMPOS, J. Pinto de Campos, Monsenhor. Op. cit., p. 295 e 384.

74 Idem, p. 28. *Reflexões sobre o Generalato...*, p. 56.

75 CAMPOS, J. Pinto de Campos, Monsenhor. Op. cit., p. 369.

76 TAUNAY, A. E. Op. cit., p. 208.

77 Ibidem.

78 CAMPOS, J. Pinto de Campos, Monsenhor. Op. cit., p. 323.

Monsenhor Pinto de Campos comparou as ações militares de Caxias a outros grandes generais ao longo da história, evocando César e Bonaparte.⁷⁹ Taunay, no *Jornal do Commercio*, comparou-o a Alexandre. Em 1875, por ocasião de seu retorno ao governo, o mesmo jornal o comparara a Wellington e Molthe.⁸⁰

As proclamações de Caxias aos militares sob seu comando foram utilizadas com alguma frequência para destacar valores com os quais identificava o perfil militar: nobreza, generosidade, respeito a civis e adversários, respeito aos superiores, trabalho, sacrifício e capacidade de suportar privações.⁸¹

Essas comparações, portanto, mesmo em vida, davam ao perfil militar de Caxias certa aura de unanimidade.

O perfil político de Caxias foi construído assinalando como seus principais aspectos:

- a capacidade administrativa, quer como organizador e planejador, quer como executor, no Ministério da Guerra, durante a presidência de Paraná, ou ainda no ministério de 1875.⁸²
- a capacidade política. Taunay dizia em suas *Reminiscências* que esta capacidade ainda não tinha sido reconhecida quanto ao exercício da presidência do Rio Grande, mas já fora assinalada nas *Reflexões*,⁸³ por Pinto de Campos⁸⁴ e pelo mais crítico Capistrano de Abreu. Este, aliás, pro-

nunciou-se no mesmo sentido em relação à atuação de Caxias na Balaia-da.⁸⁵ Sisson fez idêntico juízo, pondo em pé de igualdade capacidade militar e liderança civil.⁸⁶

- o legalismo. Caxias defensor do primado da lei aparece recorrentemente em Pinto de Campos e nas manifestações de 1880. Esse legalismo traduziria a preocupação básica de Caxias com a manutenção da ordem, traço ressaltado por Antônio Tibúrcio quando da sua morte.⁸⁷
- o respeito dos adversários. Apesar da acrimônia de alguns debates políticos em que acabou envolvido, o juízo mais corrente parece ter sido o do *Almanaque Laemmert* de 1881: “respeitado por seus próprios adversários”.⁸⁸
- o conservadorismo. “(...) exerceu sempre grande influência no Partido Conservador, do qual era uma de suas primeiras glórias.”⁸⁹ Seu conservadorismo transcendeu, entretanto, o partido, fato claramente percebido e referenciado à época.⁹⁰
- o monarquismo. Caxias foi reconhecido durante toda a sua vida pública, pelo menos desde o período regencial, como um pilar da monarquia e como tal foi visto no episódio da presidência do Conselho, em 1875, e por ocasião de sua morte.

79 Homenagem..., p. 60.

80 *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 13 de julho de 1875.

81 TITARA, L. S. Op. cit., p. 149 e 301.

82 SISSON, S. A. Op. cit., v. I, p. 98. ABREU, J. Capistrano de. O Duque..., p. 34-35.

83 *Reflexões sobre o Generalato...*, p. 29.

84 CAMPOS, J. Pinto de Campos, Monsenhor. Op. cit., p. 80.

85 ABREU, J. Capistrano de. O Duque..., p. 34.

86 SISSON, S. A. Op. cit., v. I, p. 66.

87 CÂMARA, José Aurélio Saraiva. *Um Soldado do Império – o General Tibúrcio e seu Tempo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003, p. 363.

88 *Almanaque Laemmert*. Op. cit., p. 70.

89 Ibidem.

90 CÂMARA, J. A. Saraiva. Op. cit., p. 363.

- o patriotismo. O patriotismo de Caxias foi exaltado em diferentes circunstâncias, tendo sido particularmente destacado pelos jornais na Dezenbrada,⁹¹ no momento de sua ascensão ao terceiro governo e por ocasião do falecimento, destacando-se o depoimento do Conselheiro Olegário no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- a preocupação com a harmonia social e a integridade nacional. Em 1880, várias manifestações convergiram para assinalar os dois pontos, tendo em consideração sua atuação nos movimentos internos das décadas de 1830 e 1840.

Deve registrar-se que em época tão precoce como o período pós-Rosas, já as proclamações de Caxias eram utilizadas por Ladislau dos Santos Titara para destacar alguns valores políticos aos quais associava claramente o general: liberdade, humanidade, ordem, civilização e exércitos civilizados.⁹²

UNANIMIDADE OU COMPARTILHAMENTO?

Era Caxias, em vida, uma unanimidade no Brasil, ou compartilhava uma posição de destaque com outras notabilidades?

Tratando-se da recepção da imagem de Caxias, é preciso considerar, em primeiro lugar, que ela não foi sempre a mesma entre a *Ode* de Domingos de Magalhães e os necrológios de 1880. Entretanto, ela vai num crescendo, à medida que a vida acrescentou à legenda novos elementos, com a campanha do Paraguai.

Em segundo lugar, é preciso distinguir a imagem civil da militar. Como presidente de província, senador, ministro, presidente do Conselho e chefe do Partido Conservador, era visto como uma liderança superior, como o foram outros políticos de seu partido, o Visconde do Uruguai ou o Visconde do Rio Branco. Destacava-se desses, porém, porque sua folha de serviços era acrescentada de uma importante ação militar, que o identificava precocemente como um dos salvadores da unidade nacional e da integridade territorial do País nos conflitos externos.

No meio militar, porém, sua imagem rivalizava, quisessem ou não os próprios envolvidos, com a de Osório. Algo como uma bipolaridade tática-estratégia, emoção-ração, liberal-conservador aparece já em vida de ambos os líderes, em particular na década posterior à Guerra do Paraguai, e prosseguiria depois até alcançar os questionamentos do João Batista Magalhães ao patronato de Caxias no Exército.

Havendo ou não emulação concreta entre ambos – e num estudo dessa natureza isto é o menos importante – o fato, quanto ao imaginário de Caxias, é que ela existiu entre as imagens que deles construíram pelo menos alguns contemporâneos e pósteros e foi a responsável pelas oscilações de ambas as legendas até os nossos dias.

Por isso pode-se concluir que Caxias, ao morrer, caminhava firmemente para superar seu papel de líder de partido, a fim de tornar-se uma expressão da nacionalidade – como o veremos, dez anos depois, no livro de Sílvio Romero sobre os heróis brasileiros. Inversamente, no meio militar, iniciava um ocaso que se estenderia por cerca de

91 *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1868, 4 e 5 de janeiro de 1869.

92 TITARA, L. S. Op. cit., p. 149 e 304.

quarenta anos e que se evidencia na constatação de que eram reverenciados aí Osório e Barroso, Tuiuti e Riachuelo, muito mais que Caxias, Tamandaré ou Inhaúma.

Por quê? Podem ser aventadas algumas hipóteses. Não terá sido pela ação política partidária de Caxias, porque Osório também a teve. Não se justifica, também, pelo prestígio do Partido Liberal a que este pertencia, pois, como os conservadores, ele foi sepultado com o Império. A manifestação do futuro General Tibúrcio, em 1880, quando morreu Caxias, talvez forneça uma outra pista:

“Lá se foi o Caxias. Serviu setenta anos à monarquia e só conseguiu ilustrar-se à sombra do trono. Compreendeu perfeitamente o princípio da ordem e nunca logrou transformar-se em fator de progresso. Foi um grande homem, mas só tinha uma aptidão – cego respeito pela ordem estabelecida. Não soube morrer a tempo.”⁹³

Era a posição de um homem ligado ao Partido Liberal e já tocado pelo positivismo. Sim, porque identificar Caxias com a ordem e opô-la ao progresso significava adotar o ponto de vista positivista, para quem as monarquias eram formas arcaicas de organização política e os exércitos, representantes de uma etapa *teológica* ou *metafísica* da história da humanidade que cumpria superar. Na nova fase histórica por vir, a *científica* ou *positiva*, exércitos seriam substituídos, na expressão de Comte, por gendarmarias, monarquias por repúblicas, grandes unidade políticas por *pequenas pátrias*. Esse ideário começava a difundir-se rapidamente no Brasil, dentro e

fora do Apostolado Positivista do Rio de Janeiro.⁹⁴

Ora, Caxias era o homem da monarquia, do Exército e da unidade territorial; da *ordem*, como queria Tibúrcio, portanto, neste raciocínio, contra o *progresso*. Nada mais pertinente, assim, que sua imagem empalidescesse, no Exército, ante outros valores. A própria Guerra do Paraguai e as intervenções no Prata passaram, nas publicações positivistas, por manifestações imperialistas e militares do Brasil; seus veteranos, dizia Tasso Fragoso, ele próprio influenciado pelo positivismo na juventude, sentiam-se freqüentemente estigmatizados por terem participado do conflito.

Se esta hipótese estiver correta para o início dos anos 1880, como explicar a projeção nacional de Caxias fora do Exército? Pode-se esboçar uma explicação: porque o positivismo, estrito ou difuso, não chegou a ter a penetração suficiente para impor ao País uma galeria de grandes expressões como fizera Comte em relação a toda a história da humanidade; além disso, sua hegemonia entre os intelectuais cedo foi abalada pelo desenvolvimento de outras correntes também científicas, notadamente o evolucionismo.

De qualquer modo, tudo isto encontrava-se em estado embrionário em 1880: mas pode-se constatar que a imagem de Caxias iniciava então uma dicotômica existência: no meio militar, compartilhando a preeminência com outras notáveis figuras, ou até sendo por elas eclipsado; ao contrário, na sociedade brasileira em geral, ascendendo ao patamar dos heróis da nacionalidade. 

94 WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu, a fase cientificista in *A Invenção da História – estudos sobre o historicismo*, UGF-UFF, 2001, passim.

93 CÂMARA, J. A. Saraiva. Op. cit., p. 363

Discursos



Discurso do Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho,
em 21 de agosto de 2003, na Fazenda de São Paulo,
onde nasceu Caxias.*

Eis-nos aqui irmanados, civis e militares, para evocarmos, exaltarmos e comemorarmos o Bicentenário de Nascimento de LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, Duque de Caxias, o grande cidadão brasileiro que legou à Nação os mais belos exemplos de amor à Pátria, em momentos decisivos da nossa história, aplacando paixões, contendo ambições, pacificando espíritos, assegurando a integridade do território e defendendo a soberania nacional.

Precisamente neste local, no povoado de Taquaraçu, Vila da Estrela, ficava a chamada Fazenda de São Paulo, pertencente aos avós maternos de Caxias, os Oliveira Belo. Foi aqui, há 200 anos, em 25 de agosto de 1803 – dia de São Luís, Rei da França, e mês de Nossa Senhora da Glória –, que veio ao mundo o menino Luiz, filho, neto, bisneto e sobrinho de militares ilustres, aquele predestinado a entregar-se de

corpo e alma ao Brasil e a tornar-se justa e merecidamente o Patrono do Exército.

Mais de um século depois, em 25 de agosto de 1936, no km54 da antiga Rodovia Rio-Petrópolis, na Raiz da Serra, foi inaugurado solenemente o marco de granito, mandado erigir pelo Ministro da Guerra General-de-Divisão João Gomes Ribeiro Filho. Assinalava o local do antigo casarão de D. Quitéria, solar dos Belos. Em placa de bronze alusiva ao evento, lê-se a seguinte inscrição: “Saúda, viajante, o berço de Caxias, a Sentinela da Pátria.” Na cerimônia, usou da palavra o Prof. Dr. Vilhena de Moraes, do IHGB e do IGHMB. A nutrida paixão pela figura de Caxias, despertada nas pesquisas efetuadas, levou-o à identificação do local histórico de nascimento do duque, à idealização do “Dia do Soldado” – instituído por iniciativa do Comandante da 1ª Região Militar, General João de Deus Mena Barreto – e a tornar-se um dos responsáveis pela escolha de Caxias para Pa-

* Presidente do IGHMB. Membro do IHGB.

trono do Exército. Posteriormente, essa área veio a ser doada ao Exército pelo Sr. Isaac Scialom y Cardoso.

É um tanto difícil falar a respeito de LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA. A sua vida já foi demasiadamente explorada por vários biógrafos e em farta historiografia. A apreciação justa das ações e atitudes deste grande brasileiro – homem, cidadão, soldado, político e estadista –, na atualidade, incide sempre em risco de ser interpretada, conforme bem ressaltou o saudoso Presidente Castello Branco, como “uma espécie de cartilha mais de oficialização de suas qualidades e serviços”.

Bustos, estátuas, monumentos e retratos, por mais grandiosos que se afigurem, não expressam a verdadeira imagem dos que foram os protagonistas da história. Para se ter uma visão real do homem e das circunstâncias vividas por ele, com a devida imparcialidade, faz-se mister analisá-lo a distância, sob o prisma da época, e encarar os agentes da história com virtudes e defeitos, a fim de se poder aquilatar o efeito das suas ações e atitudes sobre os pósteros. “A História só julga os resultados e não os propósitos”, lembra Gregório Marañon em *Tibério*.

Ainda que os heróis nacionais não se encontrem acima do bem e do mal, que sejam passíveis de acertos e erros e de atitudes justas ou injustas, Caxias imortalizou-se em vida pelos feitos históricos e pelo testemunho dos que com ele conviveram – brasileiros ou estrangeiros –, além das vitórias alcançadas para as nossas armas nos campos de batalha e do respeito dispensado a ele por subordinados e adversários.

Como político e estadista, foi Presidente de Província, Deputado, Senador, Ministro da Guerra e Presidente do Conselho – por três vezes – conduzindo, nos últimos dias de vida, os destinos do Brasil, atrás dos bastidores, na ausência do Imperador.

Caxias é o cidadão brasileiro a quem foram tributadas as maiores honrarias no Império. Era de descendência espanhola, francesa e portuguesa, com um passado de bravura, grandeza d’alma, lutas e nobreza.

Já os títulos nobiliárquicos de Caxias não foram legados de antepassados nem obtidos por mercês pessoais do Imperador, mas outorgados em reconhecimento aos excepcionais serviços prestados à Pátria, tanto na paz como na guerra. Foi elevado a duque – o maior título nobiliárquico – em prova de gratidão à sua brilhante atuação como comandante-em-chefe das forças brasileiras e aliadas na campanha paraguaia. O nome Caxias refere-se à cidade maranhense onde se travou o derradeiro e encarniçado combate logrando a pacificação da província.

Caxias recebeu as mais honrosas condecorações e medalhas conferidas a um cidadão e militar brasileiro pelo Império, devido aos importantes serviços rendidos ao Brasil, quer na qualidade de intrépido soldado, quer de estadista firme e de visão. Não ostentava qualquer condecoração estrangeira no peito. Todas as suas medalhas eram de ouro, exceto as duas de bronze com que fora agraciado depois de se afastar dos campos de batalha paraguaios – a Medalha de Recompensa à Bravura, ou do Mérito Militar, e a da Campanha Geral do Paraguai, cunhada com o bronze dos canhões inimigos capturados, as quais consi-

derava de maior importância, com elas fazendo questão de ser enterrado.

A maior demonstração de reconhecimento do País a seus méritos foi a consagração como Patrono do Exército Brasileiro, após ter sido considerada, oficialmente, a data do seu natalício o “Dia do Soldado”, pelo Aviso nº 366 de 11 de agosto de 1925.

Afirmava o General Góes Monteiro: “O Brasil, sem dúvida, estaria em outra situação diante das nações civilizadas, construiria sua grandeza em meio dos perigos que já afloravam e, hoje, apresentam contornos bem mais salientes, se Caxias, com sua grande visão, tivesse podido imprimir o ritmo que ele pretendia à vida coletiva dos brasileiros. E, em consequência, não estaria a obra da Defesa Nacional a desafiar nossos esforços e energias.”

A consagração definitiva de Caxias ultrapassou e muito os umbrais da caserna e ganhou toda a Nação através das páginas dos dicionários da língua portuguesa – Aurélio e Houaiss –, no verbete correspondente à palavra “caxias”: “Diz-se de pessoa extremamente escrupulosa no cumprimento de suas obrigações; aquele que como líder, chefe ou responsável exige dos subordinados o máximo de aplicação, empenho, eficiência e extremado respeito às leis e aos regulamentos; considerado o homem modelo do Exército, célebre pelo rigor, pela aplicação, pela disciplina e pela exigência que caracterizavam suas ações.” Tal significado vem ampliar a admirável imagem mítica

ca do Patrono do Exército e anular as críticas destrutivas ao “caxiismo”, valor emblemático do soldado brasileiro.

Caxias não cresce ou diminui meramente diante de críticas ou apologias. O extraordinário desempenho nas funções e missões que lhe foram confiadas, somado à equilibrada e magnânima atuação em célebres episódios da História do Brasil são suficientes para atestar o acerto de sua escolha como Patrono do Exército, figura impossível, por isso, de ser utilizada nas tentativas de destruição de símbolos e valores do imaginário nacional.

Abençoado destino de uma espada sempre fiel, sincera e exclusivamente dedicada ao serviço da conciliação, da lei, da paz e da tranquilidade pública! Jamais a paixão a armou; o dever, porém, nunca a solicitou debalde.

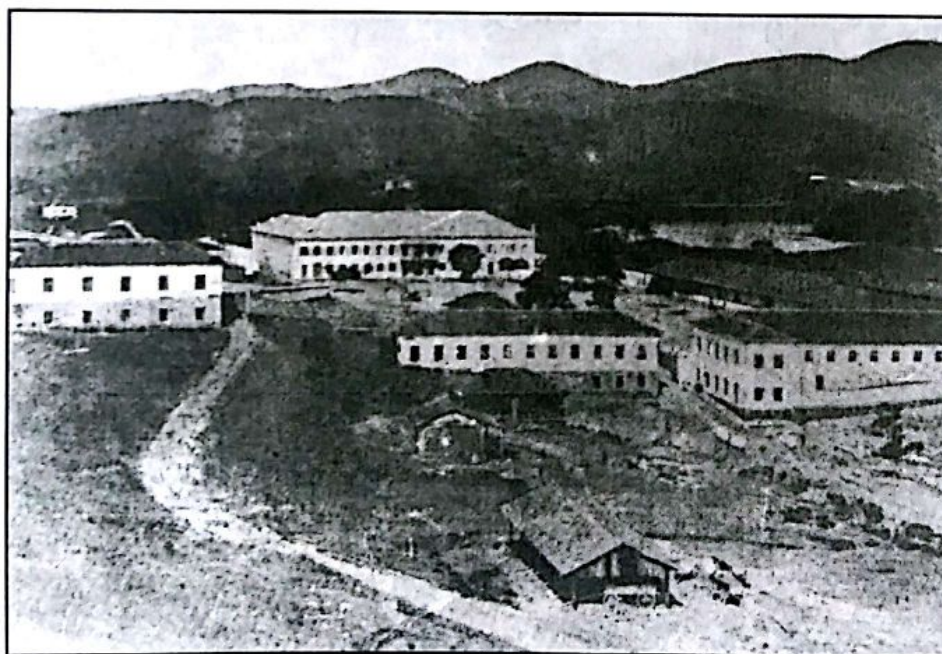
Caxias foi grande aos olhos do seu século; maior se torna ainda aos olhos da posteridade.

Para finalizar, vale recordar as palavras do Visconde de Taunay, proferidas em nome do Exército, despedindo-se de Caxias à beira do túmulo e expressando a imorredoura gratidão do Brasil ao filho inolvidável: “Há muito que narrar! Só a mais vigorosa concisão unida à maior singeleza é que poderá contar os seus feitos. Não há pompas de linguagem, não há arroubos de eloquência capazes de fazer maior essa individualidade, cujo principal atributo foi a simplicidade na grandeza.”





Fazenda de São Paulo, onde nasceu Luiz Alves de Lima e Silva.



Fazenda Santa Mônica, onde Caxias viveu seus últimos dias.

Discurso do General-de-Exército Jonas de Moraes Correia Neto,
em 13 de agosto de 2003, na Fazenda Santa Mônica,
onde Caxias viveu seus últimos dias.*

Eis-nos em Santa Mônica! Recanto venerável... Só de pensar me comovo... Só de olhar e de sentir, nós nos emocionamos. É quando se estreitam os laços espirituais que nos envolvem, fortes e expressivos, neste instante de contrição e, entretanto, de contagiosa alegria. Um privilégio, realmente, é poder-se admirar: este límpido céu, pálido infinito que nos recobre; este sol fulgurante, que chega ao mundo para nos inspirar e testemunhar todas as coisas e para iluminar pessoas predestinadas; os matos envolventes, carregados de árvores centenárias, de galharias coloridas, de frutos suculentos; esses morros imutáveis, imponentes, balizando pontos e distâncias, marcando horizontes; o passado gorjeante, que anima as cercanias; as estradas e as sendas rústicas, para as idas e vindas, para as labutas e os passeios; aquele caudoloso rio – o Paraíba – passando lá embaixo, partícipe permanente da nossa História, a deslizar suas águas, alheio ao correr do tempo e às belezas e riquezas que atravessa; este solo benfazejo e fértil – para nós, solo sagrado; e a mansão solarenga da Santa Mônica, tão típica e acolhedora, com sua varandinha clara, refrescante; com os salões espaçosos, sugerindo encontros e palestras, música e bailes; com os quartos modestos, sombrios; e com janelas de madeira e de guilhotina abrindo-se para a vas-

tidão de fora, para satisfazer à avidez de apuro e de visão encantadora.

Pois foi aqui, neste casarão rural, nesta terra de luz, cercado pela natureza exuberante, que o Duque de Caxias viveu a última fase de sua vida exemplar; vida não muito longa (nem chegou aos 77 anos), porém pujante, plena de belas atitudes e notáveis feitos.

Recolhera-se ele a este rincão fluminense, por insistência familiar, para recuperar as forças físicas, que lhe fugiam em acelerado, e para curtir, solitário e conformado, algumas desilusões mais recentes (curiosamente, esta região se chamava Desengano).

O grande Luiz ficava apreciando a paisagem campestre, a qual quem sabe, fazia-lhe rever-se nos campos de tantos combates, empunhando com garbo e garra sua espada invicta – que foi “um sol sem oca-so”. Do seu aposento de canto, havia de espiar enternecido os matos ciliares e os reflexos prateados do rio serpeante. Assim, revigorado por dentro, parecia-lhe estar melhorando.

Eram agradáveis e reconfortantes os giros que dava. Ora caminhando, absorto em lembranças mas admirando as lindezas locais, que o envolviam quase o afagando. Ora a cavalo; e então, as veredas e as clareiras, os relvados e os capões, as aves saltitantes e parladoras, tudo se apresentava, com gentileza e orgulho, em festa para o desfile discreto do maior general do Brasil!

* General-de-Exército. Sócio Emérito do IGHMB.

Certa vez, trilhando os dormentes do ramal ferroviário, sua montaria assustou-se e arrancou com violência, somente contida mais adiante. O susto e o esforço aconselharam restrições às cavalgadas. Até que, numa manhã tristonha, tiveram de ser suspensas definitivamente, quando o duque tentou alçar-se no estribo e não mais conseguiu montar. Foi um golpe rude no velho cavaleiro, com longa prática, em condições várias vezes cruciais.

Privado das aprazíveis andanças, limitado às redondezas das casas e galpões, Caxias ainda mais se quedava quieto, com seus muitos cismares. Uma premonição, talvez, da proximidade do desenlace, haveria de tê-lo levado a devanear. Vivera intensamente a vida e, ao perceber que ela se estava apagando, queria perpassá-la em sua mente, ainda bastante lúcida. Os quadros superpunham-se de forma desordenada: alguns bem nítidos, detalhados, desenvolvidos na visualização saborosa; outros imprecisos, esmaecidos, restritos, como se, a estes, fosse preferível deixá-los de lado. Foi assim, nesses enlevos diuturnos, que Caxias pôde ir rememorando, numa revista íntima, sua existência inteira. E se reencontrava consigo mesmo, naquele filme repetitivo – biográfico e documentário – cheio de tintas e de sombras e de sonoridades fantásticas, filme onde ele era o astro maior, em cenários de tamanha significação e grandiosidade, compondo e projetando sua história. Assim é que era: o tenente, porta-bandeira do Batalhão do Imperador (1822); o combatente, nas lutas pela Independência, na Bahia (1823), recebendo seu batismo de fogo; o capitão, prati-

cando ações audazes, na campanha da Província Cisplatina (1825/28); o major comandante do Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte, combatendo a Abrilada, no Rio (1832); o coronel, presidente do Maranhão e Comandante das Armas (1840), dominando a Balaiada e se afirmando como vencedor e Pacificador; era o novo brigadeiro do Exército e Barão de Caxias, ostentando o título com o qual iria ser identificado e celebrado; o comandante legalista, na Revolução Liberal de 1842, triunfando sobre os sediciosos de São Paulo e Minas Gerais – de novo, o Pacificador; o presidente e comandante das Armas do Rio Grande do Sul (1842/45), pondo honroso final à Revolução Farroupilha e ganhando o reconhecimento da Nação, elevado a conde e escolhido senador pela província gaúcha. Outra vez, era o vencedor e Pacificador; agora, estava no exterior, comandando nossas forças contra o ditador Oribe, do Uruguai (1851) e, logo, contra o caudilho Rosas, da Argentina, onde foi fundamental a participação brasileira (Caseros, 1852); e os galardões: tenente-general e marquês; transcorreriam quinze anos de relativa calma, passados na alta política e na alta administração militar do País – no Senado, no Ministério da Guerra, na presidência do Conselho de Ministros (nesta etapa, por duas vezes); era o marechal pronto para servir à Pátria, convocado para ser o comandante-em-chefe na Guerra da Tríplice Aliança (1867 e 68), que iria conduzir, com eficiência e sucesso, as operações de maior vulto e relevância, no resistente Paraguai, levando os aliados a decisivos

êxitos – tais e tantos, que lhe permitiram considerar que deixara preparada a liquidação da guerra contra o déspota López, enquanto, por razão de saúde, tinha de se retirar do Paraguai, e, em consideração ao seu contínuo e superior desempenho, era alçado a Duque de Caxias, o único duque da nobiliarquia brasileira! Depois, atuando no Senado e no Supremo Tribunal Militar, fatigado e adoentado, após tantas batalhas, privações e sofrimentos e, no entanto, ainda buscado, num apelo do monarca ao súdito fiel e capaz, para organizar e presidir o Conselho de Ministros (o Gabinete São João, de junho de 1875), encargo de confiança máxima, no qual se escoraria a regência da Princesa Isabel; nesse canto de cisne na vida pública, seriam dois anos e meio de política, coordenação e direção dos negócios nacionais, sobrelevando a solução conciliadora da explosiva Questão Religiosa – sempre o Pacificador! Enfim, em janeiro de 1878, entregaria a chefia do Ministério – ao Partido Liberal, rival do seu... – e se afastaria completamente, levando mais um espinho a lhe doer demais.

Tivera Caxias, lado a lado, contentamentos e tristezas, prêmios e injustiças, compensações e desenganos. Agora, estava aqui na fazenda, em cadeira de rodas, ancião alquebrado, viúvo inconsolável. Não dispunha mais de comando, nem de tribuna, nem de seguidores para empolgar e guiar, nem de batalhas, nem de vitórias...

– Clarim: toque de Vitória!

Sem vitórias, não! Porque essas, ele as amealhara muitíssimas, que estavam coroadando sua reputação. Por causa delas – das vitórias de um líder guerreiro e pacificador – é que ele desfrutava de renome profissional, da admiração reverenciosa dos contemporâneos, do bem-querer respeitoso dos irmãos de armas, de enorme prestígio popular, da veneração da Pátria, agradecida ao seu herói estelar.

Eram oito e meia da noite de 7 de maio de 1880, uma sexta-feira de lua minguante, noite estrelada (quando estaria também brilhando a chamada “estrela de Caxias”). Ao fim de um dia de rápida descaída orgânica, depois de cumprir as obrigações católicas da sua fé robusta, amparado pelo padre de Desengano, morreu o Duque. Morreu tranquilo, merecedor das bênçãos do Deus dos Exércitos e da Santa da Paz.

Deixou esta vida suavemente, sem alarde, só com os valores da consciência e do caráter. Ele fora o Condestável do Império, que unira seu destino de Soldado ao destino do Brasil, durante mais de meio século e na perpetuidade histórica. Morto, até maior que vivo, ele iria renascer, para sempre, na fama imensa que justamente granjeou.

Por isso, estamos aqui hoje: para nos incorporarmos à permanente revigoração da memória do Patrono do Exército, prestando-lhe a vibrante homenagem das continências marciais e das saudações calorosas das nossas almas brasileiras.

– Clarim: toque de Alvorada!



Entrega de Diplomas e Medalhas



Como parte do encerramento do Simpósio, no dia 21 de agosto, foram entregues, a personalidades que se uniram ao Exército nas homenagens prestadas em comemoração ao Bicentenário de Nascimento do Duque de Caxias, medalhões portugueses, envelopes filatélicos e diplomas.

O medalhão em homenagem aos 200 Anos do Nascimento do Duque de Caxias foi cunhado em Portugal e numerado em quantidade limitada. É fruto de uma parceria entre o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e o Exército Brasileiro.

Traz, no anverso, a figura de Caxias em relevo, como Marechal e Duque. Ladeiam a figura os anos de 1803 e 2003; e, na orla, a inscrição: Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias.

No reverso, a coroa ducal e espaço para nominar o medalhão; no contorno, a inscrição *Patrono do Exército Brasileiro*; na sua parte inferior, a legenda *O Pacificador*, atribuída a Caxias pela ação pacificadora, desde a Balaiada, no Maranhão, até a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul.

Receberam o medalhão, com a numeração explicitada:

- 186 – *Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto*;
- 187 – *Família Vilhena de Moraes*;
- 188 – *Prof Doutor Arno Wehling*;
- 189 – *Prof Guilherme de Andrea Frota*;
- 190 – *Prof Acyr Vaz Guimarães*;
- 195 – *Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho*;
- 196 – *Bibliex*;
- 197 – *Sr Adolfo Martins, Presidente da Folha Dirigida*; e
- 198 – *Ministro Célio de Oliveira Borja*.

O conjunto que reúne o Selo e a Medalha Comemorativos dos 200 Anos do Nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva, constitui o envelope filatélico, elaborado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e pela Casa da Moeda do Brasil, em parceria com o Exército Brasileiro.

No Selo, podemos observar, em primeiro plano, a imagem do Duque tendo, à frente, a espada entrelaçada com louros e, ao fundo, a imagem da Guerra dos Farrapos, representando mais uma vitória alcançada. Foram utilizadas as técnicas de lápis de cor e de computação gráfica na composição de arte.

A medalha traz, no anverso, a efígie do Duque de Caxias; à esquerda, o brasão do Exército Brasileiro; e, contornando a orla, a legenda 200 Anos de Nascimento do Duque de Caxias; no reverso, brasão de armas, composto de seis símbolos representando a genealogia da família do Duque de Caxias, encimado por elmo sob Coroa de Duque; nas laterais, ornatos e, contornando a orla, as legendas “Duque de Caxias”, à esquerda, e “O Pacificador”, à direita; no exergo, os anos 1803/2003.

Receberam o envelope filatélico:

- *Ministro Célio de Oliveira Borja;*
- *Prof Dr Arno Wheling;*
- *Gen Ex Jonas de Moraes Correia Neto;*
- *Embaixador Vasco Mariz;*
- *Vice-Almirante Armando de Senna Bittencourt;*
- *Gen Div Aureliano Pinto de Moura;*
- *Prof Dr José Eugênio de Macedo Soares;*
- *Prof Dr Marcos da Cunha Souza;*
- *Prof Dr Marcos Guimarães Sanches;*

- *Gen Bda César Augusto Nicodemus de Souza;*
- *Gen Bda Sérgio Augusto de Avellar Coutinho;*
- *Adolfo Martins, Presidente da Folha Dirigida;*
- *Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho;*
- *Cel Luiz Carlos Carneiro de Paula;*
- *Cel Nilson Vieira Ferreira de Mello;*
- *Cel Raul José de Abreu Sturari;*
- *Cel José Fernando de Maya Pedrosa;*
- *Família Vilhena de Moraes;*
- *Prof Guilherme de Andrea Frota; e*
- *Prof Acyr Vaz Guimarães.*

Em reconhecimento ao inestimável apoio prestado ao Exército Brasileiro durante as comemorações do Bicentenário de Nascimento do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o chefe do Departamento de Ensino e Pesquisa resolveu conceder diploma às seguintes instituições:

- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, na pessoa do seu Presidente, Prof Dr Arno Wehling;
- Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, na pessoa do seu Presidente, Cel Luiz Paulo Macedo Carvalho;
- Academia de História Militar e Terrestre do Brasil, na pessoa do seu Presidente, Cel Cláudio Moreira Bento; e
- Folha Dirigida, na pessoa do seu Presidente, Sr Adolfo Martins.





Pedro Américo, Batalha do Ával. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

**“Só a mais vigorosa
concisão unida à maior
singeleza é que poderá contar
os seus feitos.
Não há pompas de
linguagem,
não há arroubos de
eloquência capazes de fazer
maior essa individualidade,
cujo principal atributo
foi a simplicidade
Na grandeza.”**

**Visconde de Taunay, em discurso
à beira do túmulo de Caxias.**